

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	20
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	21
3.7 - Nível de Endividamento	22
3.8 - Obrigações	23
3.9 - Outras Informações Relevantes	24

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	25
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	47
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	53
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	65
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	67
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	68
4.7 - Outras Contingências Relevantes	71

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	75
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	76
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	82
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	85
5.4 - Programa de Integridade	88
5.5 - Alterações significativas	92
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	93
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	95
6.3 - Breve Histórico	96
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	99
6.6 - Outras Informações Relevantes	100
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	101
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	104
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	105
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	108
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	126
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	127
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	129
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	130
7.8 - Políticas Socioambientais	133
7.9 - Outras Informações Relevantes	136
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	177
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	178

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	179
---	-----

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	180
---	-----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	181
--	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	182
---	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	185
--	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	189
---	-----

9.2 - Outras Informações Relevantes	190
-------------------------------------	-----

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	191
--	-----

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	239
---	-----

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	248
---	-----

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	249
---	-----

10.5 - Políticas Contábeis Críticas	250
-------------------------------------	-----

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	252
--	-----

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	253
---	-----

10.8 - Plano de Negócios	254
--------------------------	-----

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	256
--	-----

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	257
---	-----

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	258
---	-----

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	259
--	-----

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	276
---	-----

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	284
--	-----

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	287
--	-----

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	288
12.7/8 - Composição Dos Comitês	296
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	302
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	306
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	310
12.12 - Outras informações relevantes	312

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	314
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	323
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	327
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	329
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	336
13.6 - Opções em Aberto	339
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	340
13.8 - Precificação Das Ações/opções	341
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	344
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	345
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	346
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	347
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	348
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	349
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	350
13.16 - Outras Informações Relevantes	351

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	356
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	361
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	362
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	364
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	365
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	366
15.3 - Distribuição de Capital	370
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	371
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	372
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	377
15.7 - Principais Operações Societárias	379
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	382
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	383
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	385
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	391
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	392
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	393
17.2 - Aumentos do Capital Social	394
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	395
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	396
17.5 - Outras Informações Relevantes	397
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	398

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	399
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	400
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	401
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	402
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	410
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	411
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	412
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	413
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	414
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	416
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	418
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	419

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	444
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	446
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	447

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	448
20.2 - Outras Informações Relevantes	449

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	450
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	452
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	454
21.4 - Outras Informações Relevantes	455

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luciano Maggi Quartiero

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Flávio Jardim Vargas

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. Declaração do Diretor Presidente

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03
NIRE: 35.300.146.735
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

O Sr. Luciano Maggi Quartiero, na qualidade de Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com escritório corporativo localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas), nº 8.501, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, vem de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480, conforme alterada, declarar que:

- a) Reviu o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos Art. 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



LUCIANO MAGGI QUARTIERO

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03
NIRE: 35.300.146.735
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO DO DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Sr. Flavio Jardim Vargas, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com escritório corporativo localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas), nº 8.501, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, vem de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480, conforme alterada, declarar que:

- a) Reviu o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos Art. 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



FLAVIO JARDIM VARGAS

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/1994
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS), relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2021, 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2019 e revisão das Informações Contábeis Intermediárias Condensadas, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB, referentes aos períodos findos em 31 de maio, 31 de agosto e 30 de novembro de 2020 dos referidos exercícios sociais; (ii) emissão de carta conforto para emissão de certificados de recebíveis do agronegócio.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O total da remuneração aos auditores contratada no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021, correspondeu a R\$1.878.364,78 em serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Atender ao disposto no Art. 31 da Resolução CVM nº 23/2021, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marcos Alexandre Silveira Pupo	01/06/2019	197.375.598-00	Av. Juscelino Kubitscheck, nº 1.909, Torre Norte, 7º andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733048, Fax (0000) 0000000000, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	24/06/2022
Descrição do serviço contratado	Examinar o balanço patrimonial da Camil Alimentos S.A. em 28 de fevereiro de 2023 e as correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, do exercício a findar nessa data, incluindo as respectivas notas explicativas, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como o balanço patrimonial consolidado da Camil Alimentos S.A. e empresas controladas em 28 de fevereiro de 2023, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício a findar nessa data, incluindo as respectivas notas explicativas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O exame será conduzido com o objetivo de expressar a opinião sobre as demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, dado que não houve prestação de serviço nos anos de 2020 e 2021.
Justificativa da substituição	Não aplicável, dado que não houve substituição do auditor no período.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, dado que não houve substituição do auditor no período.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Renato Barbosa Postal	24/06/2022	137.941.898-41	Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, Torre Norte, Andar 16 - Pt 1 a 6, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04538-132, Telefone (11) 40048000, Fax (0000) 0000000000, e-mail: br_juridico@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

O Conselho de Administração da Companhia aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes.

A contratação dos serviços não relacionados à auditoria externa está alinhada com a política da Companhia de assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

Durante o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021, além do serviço de auditoria externa, a Ernst & Young do Peru foi contratada pela controlada Empresas Tucapel S.A. para serviços permitidos de assessoria sobre impostos sobre as vendas e imposto de renda sendo este aprovado pelo Comitê de Auditoria.

A contratação prestação de serviços junto aos auditores independentes não superam 5% (cinco por cento) dos valores dos contratos.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (28/02/2021)	Exercício social (29/02/2020)	Exercício social (28/02/2019)
Patrimônio Líquido	2.708.708.000,00	2.249.372.000,00	2.169.115.000,00
Ativo Total	6.166.787.000,00	4.809.389.000,00	4.436.660.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	7.465.979.000,00	5.396.112.000,00	4.748.825.000,00
Resultado Bruto	1.660.985.000,00	1.250.837.000,00	1.221.757.000,00
Resultado Líquido	462.676.000,00	239.628.000,00	362.387.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	366.293.400	370.000.000	404.230.305
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	7,390000	6,080000	5,370000
Resultado Básico por Ação	1,260000	0,650000	0,900000
Resultado Diluído por Ação	1,26	0,65	0,90

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas e receitas financeiras, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e serviços.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA também não representam o fluxo de caixa da Companhia para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecida por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Instrução CVM 527, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, entende-se que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os exercícios sociais findos 28 de fevereiro de 2019, 29 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2021:

	Exercício Social findo em		
	28.02.2021	29.02.2020	28.02.2019
EBITDA	787.016	441.719	483.397
Margem EBITDA	10,5%	8,2%	10,2%

3.2 - Medições Não Contábeis

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o lucro líquido divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados:

Reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

	Exercício Social findo em:		
	28.02.2021	29.02.2020	28.02.2019
Lucro Líquido	462.676	239.628	362.387
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(74.487)	3.472	3.625
(+) Depreciação e Amortização	164.824	143.479	101.416
(+/-) Resultado financeiro líquido			
((+) despesas financeiras (-) receitas financeiras)	85.029	62.084	15.969
EBITDA	787.016	441.719	483.397

<u>Reconciliação da Dívida Líquida</u>	Em 28 de fevereiro de 2021	Em 29 de fevereiro de 2020	Em 28 de fevereiro de 2019
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - circulante	682.135	560.639	514.114
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - não circulante	1.513.186	1.042.255	914.745
Dívida Bruta	2.195.321	1.602.894	1.428.859
Operações de leasing com opção de compra	1.248	1.098	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.081.955)	(537.764)	(365.302)
(-) Aplicações financeiras - circulante	(32.923)	(32.292)	(31.242)
(-) Aplicações financeiras - não circulante	-	-	(217)
Dívida Líquida⁽¹⁾	1.081.691	1.033.936	1.032.098

(1) A dívida líquida corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de caixa e equivalentes à caixa com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante) em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas

3.2 - Medições Não Contábeis

Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado das empresas, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, se entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia, como também da sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

A Administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para a Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Identificar e comentar evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras anuais da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021, foi 6 de maio de 2021. As informações prestadas neste item referem-se aos mesmos eventos subsequentes que constaram nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas em 6 de maio de 2021 via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM.

a) Programa de recompra

Em 9 de março de 2021, a Companhia, concluiu o quarto programa de recompra de ações de emissão aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2020 (“Programa de Recompra”), por meio do qual foram adquiridas 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, parcialmente utilizadas para atendimento das outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, com 3.986.500 ações remanescentes em tesouraria para atendimento de outorgas, cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, nos termos da legislação aplicável.

Em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou o quinto programa de recompra de ações, para aquisição de até 4.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Instrução CVM 567/2015. O objetivo do programa de recompra foi realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa. O programa tem prazo de 12 meses, contados a partir de 01 de abril de 2021 (inclusive), tendo como termo final o dia 31 de março de 2022. A instituição financeira que atua como intermediária do programa de recompra é a Ágora Investimentos.

b) Outorga de novas opções de compra de ações

Em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a quinta outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017 (“Plano de Opção de Compra”).

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 3.063.395 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$10,73 (dez reais e setenta e três centavos) por ação. Até 06 de maio de 2021 não ocorreram outorgas em relação a esta opção.

c) Emissão de debentures

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

10ª Emissão de Debêntures:

Em 30 de abril de 2021 o Conselho de Administração aprovou a realização da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

O valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão, não sujeitas à atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, com prazo de vigência de 3 (três) anos contados da data de emissão.

11ª Emissão de Debêntures:

Em 18 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$650,0 milhões, sendo (i) R\$150,0 milhões correspondente às Debêntures da primeira série, sendo esta série com selo verde; e (ii) R\$500,0 milhões correspondente às Debêntures da segunda série.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. O valor nominal unitário de R\$1.000,00, na data de emissão, não está sujeito a atualização monetária ou correção por qualquer índice. As Debêntures da Primeira Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de spread (sobretaxa), a ser determinado em Procedimento de Bookbuilding, limitado a 1,70% ao ano, base 252 dias úteis. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa), a ser determinado em Procedimento de Bookbuilding, limitado a 1,73% ao ano, base 252 dias úteis. As Debêntures serão amortizadas em 2 parcelas e terão prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2028.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	2020	2019	2018
a. Regras sobre a retenção de lucros	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”) e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da</p>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”) e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da</p>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”) e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	<p>base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>
--	--	--	--

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<p>a.i Valores das retenções de lucros</p>	<p>Em 30 de junho de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2021, correspondente ao montante de R\$ 462.679.481,54, da seguinte forma: (i) R\$ 13.253.024,57 para constituição da Reserva Legal; (ii) R\$ 197.615.508,60 para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais; (iii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 178.040.355,91, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; e (iv) destinação do saldo remanescente do lucro líquido, acrescido do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R\$4.118.156,28, totalizando o montante de R\$ 77.884.466,83 à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital.</p>	<p>Em 30 de junho de 2020, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020, correspondente ao montante de R\$239.628.312,93, da seguinte forma: (i) R\$5.372.554,59 para constituição da Reserva Legal; (ii) R\$132.177.221,06 para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais; (iii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$60.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; e (iv) destinação do saldo remanescente do lucro líquido, acrescido do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R\$4.155.663,61, totalizando o montante de R\$41.148.644,09 à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital.</p>	<p>Em 26 de junho de 2019, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019, correspondente ao montante de R\$362.387.360,43, da seguinte forma: (i) R\$12.747.975,55 para constituição da Reserva Legal; (ii) R\$107.427.849,34 para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais; (iii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$65.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; (iv) distribuição de dividendos complementares no valor de R\$26.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; e (v) destinação do saldo remanescente do lucro líquido, acrescido do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R\$4.145.700,37, totalizando o montante de R\$181.357.235,91 à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital.</p>
--	---	--	---

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 2,9% Reserva de Incentivos Fiscais: 42,7% Reserva de Retenção de Lucros: 16,8%	Reserva Legal: 2,2% Reserva de Incentivos Fiscais: 55,2% Reserva de Retenção de Lucros: 17,2%	Reserva Legal: 3,5% Reserva de Incentivos Fiscais: 29,6% Reserva de Retenção de Lucros: 50,0%
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e de contingências, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais; (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e de contingências, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais; (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e de contingências, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais; (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<p>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.</p>	<p>Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.</p>	<p>Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.</p>
<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>No exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das</p>	<p>No exercício findo em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>No exercício findo em fevereiro de 2019, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 5ª, 6ª e 7ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Sociedades por Ações.		
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não há.		

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 28/02/2021	Exercício social 29/02/2020	Exercício social 28/02/2019
Lucro líquido ajustado	462.679.481,54	239.628.312,93	362.387.360,43
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	47,550000	25,000000	25,110000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	16,800000	10,650000	16,710000
Dividendo distribuído total	220.000.000,00	60.000.000,00	91.000.000,00
Lucro líquido retido	77.884.466,83	41.148.644,09	181.357.235,91
Data da aprovação da retenção	30/06/2021	30/06/2020	26/06/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	15.000.000,00	24/06/2020	15.000.000,00	12/09/2019	20.000.000,00	11/09/2018
Ordinária	20.000.000,00	12/01/2021				
Ordinária	15.000.000,00	14/09/2020				
Ordinária	20.000.000,00	31/03/2021				
Ordinária			15.000.000,00	23/12/2019		
Ordinária			15.000.000,00	12/03/2020		
Ordinária			15.000.000,00	16/07/2019		
Ordinária					45.000.000,00	10/12/2018
Ordinária					20.000.000,00	17/04/2019
Ordinária					6.000.000,00	11/07/2019
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	150.000.000,00	18/12/2020				

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2021, a Companhia aprovou a distribuição de R\$150.000 mil aos acionistas, a título de dividendos intermediários. Deste total R\$41.959.644,09, foram distribuídos e pagos aos acionistas à conta de saldo da Retenção de Lucros aprovada na Assembleia Geral Ordinária que aprovou as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, conforme reunião do Conselho da Administração da Companhia realizada em 03 de junho de 2020.

No exercício social findo em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia aprovou a distribuição de R\$26.000.000,00 aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, os quais foram distribuídos e pagos aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, à conta de saldo da Retenção de Lucros aprovada na Assembleia Geral Ordinária que aprovou as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, conforme reunião do Conselho da Administração da Companhia realizada em 26 de março de 2019 e 26 junho de 2019.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019, não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprios relativos à reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
28/02/2021	3.458.079.000,00	Índice de Endividamento	1,27000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (28/02/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		9.387.101,80	11.529.239,30	2.244.407,70	0,00	23.160.748,80
Empréstimo	Quirografárias		330.523.905,90	240.976.315,60	292.945.571,30	22.244.812,40	886.690.605,20
Títulos de dívida	Quirografárias		342.223.919,30	269.596.423,10	673.649.007,20	0,00	1.285.469.349,60
Total			682.134.927,00	522.101.978,00	968.838.986,20	22.244.812,40	2.195.320.703,60

Observação

Para segregação de nossas obrigações (passivo circulante mais passivo não circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirografárias), levamos em consideração os seguintes critérios: (i) existência de penhor, hipoteca, alienação fiduciária ou quaisquer ônus em ativos da Companhia e suas subsidiárias para o caso de garantia real; (ii) existência de cláusula estabelecendo a garantia fluante, para o caso de garantia fluante, (iii) inexistência de quaisquer ônus sobre os ativos da Companhia, para o caso de quirografária. O valor do item "Soma do passivo circulante e do passivo não circulante" do quadro 3.7 e o valor do item "Total das obrigações" deste item 3.8 não coincidem tendo em vista que o item 3.7 considera outros passivos que não relacionados à empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia, conforme as informações constantes de suas demonstrações financeiras.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Nos contratos firmados pela Companhia, parte deles possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”). Os dois contratos de FINAME, celebrados entre a Camil Alimentos S.A. e o Banco ABC que possuíam cláusulas de “*cross default*”, foram liquidados em seus respectivos vencimentos dentro do exercício findo em 28 de fevereiro de 2021.

Demais informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os fatores de riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que, na data deste Formulário de Referência, possam afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente, ou considerados não materiais pela Companhia neste momento, também poderão afetar a Companhia adversamente caso se materializem.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “5. Gerenciamento de riscos e controles internos”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou ameaça poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou ameaça poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na participação de mercado, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e a ordem na qual os riscos são apresentados abaixo não possui relação com a probabilidade relativa de ocorrência de nenhum dos riscos descritos nesse Formulário de Referência. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a) à Companhia

A Companhia poderá não ser capaz de implementar com sucesso sua estratégia de negócios, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia pode não conseguir implementar totalmente sua estratégia de crescimento e suas operações poderão ser adversamente afetadas. A capacidade da Companhia de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de sua estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- Implementar, difundir e gerir sua cultura e o valor de suas marcas (“brand equity”);
- Alavancar vendas e aumentar a rentabilidade de suas operações; e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Expandir seus negócios por meio de crescimento orgânico e/ou aquisições estratégicas, inclusive em categorias de produtos, regiões e países diferentes daqueles em que atua.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. O insucesso em implementar sua estratégia pode impactar adversa e materialmente os negócios da Companhia.

A Companhia pode não conseguir manter a reputação e o reconhecimento das suas marcas ou desenvolver novas marcas com sucesso, o que poderá afetá-la adversamente.

As marcas da Companhia possuem valor significativo e desempenham um papel relevante na manutenção e melhoria de sua margem e da posição competitiva de seus produtos. Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento das suas marcas.

A Companhia tem a intenção de expandir seu negócio também por meio da aquisição de linhas de negócios complementares às suas operações e pelo desenvolvimento de marcas dentro dessas linhas de negócios. Para manter e desenvolver marcas bem posicionadas nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de desenvolver seus negócios de forma eficiente e rentável, sem prejudicar a qualidade e competitividade dos seus produtos. A Companhia pode ser adversamente afetada caso não tenha sucesso em atingir esses objetivos, ou em caso de potencial conflito de interesses entre suas marcas e marcas próprias (*private labels*) de seus canais de distribuição.

Além disso, as marcas da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desvalorização caso surja quaisquer ocorrências que tragam prejuízos à sua reputação e/ou imagem, pois, a decisão de compra do mercado consumidor é diretamente influenciada pelo reconhecimento da marca, qualidade do produto, preços e outras preferências subjetivas de cada consumidor.

Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem, causando efeito adverso relevante na receita da Companhia, no seu resultado financeiro e na sua imagem.

A Companhia pode não conseguir integrar e captar sinergias de aquisições e associações, afetando de maneira adversa sua estratégia de crescimento.

A Companhia busca, constantemente, capturar as sinergias das aquisições e associações que realiza. Contudo, as aquisições envolvem riscos e desafios, como aqueles relacionados à integração das operações, sistemas, pessoas, produtos e base de clientes entre as Companhias e à geração de retorno esperado sobre os investimentos e a exposição aos passivos das empresas adquiridas. Assim, a integração dos negócios adquiridos, com os nossos negócios e a captação de suas sinergias podem, também, exigir mais recursos e tempo do que inicialmente esperado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

De acordo com a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, alterada pela Portaria Interministerial nº 994, de 30 de maio de 2012 (“Nova Lei Concorrencial”) trata sobre a ordem econômica, bem como quaisquer operações que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja por meio de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, em que haja posição dominante (presumindo sua existência sempre que uma empresa ou grupo de empresa for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante). Nesse contexto, deverão ser previamente submetidas ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, da Secretaria de Direito Econômico – SDE do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico – Seae do Ministério da Fazenda, com as atribuições previstas na Nova Lei Concorrencial, acima definida, como condição prévia para que possa produzir efeitos, as operações de concentração econômica em que: (a) qualquer dos grupos econômicos participantes (comprador ou vendedor) tenha registrado, no Brasil, faturamento bruto anual no último exercício social ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação equivalente ou superior a R\$750 milhões; e (b) qualquer outro grupo econômico envolvido tenha registrado, no Brasil, faturamento bruto anual no último exercício social ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$75 milhões, cumulativamente. O SBDC determina se uma operação específica teria um efeito negativo nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo nos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, futuras aquisições podem não ser aprovadas ou podem estar sujeitas a restrições como condição para a autorização destas operações e obtenção da aprovação do SBDC e CADE, incluindo aquelas que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos. Assim como não é possível assegurar que a Companhia conseguirá aproveitar oportunidades de crescimento, ou, ainda, que essas oportunidades terão um resultado positivo para a Companhia no futuro. A incapacidade da Companhia de consumir aquisições pretendidas ou a eventual impossibilidade da Companhia em integrar suas operações com sucesso ou qualquer atraso significativo em alcançar esta integração pode afetá-la adversamente. Ainda, caso a Companhia venha incorrer em custos e despesas associados a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados.

A incapacidade da Companhia de honrar as suas obrigações financeiras, observar as restrições contratuais e obter capital adicional necessário para seu crescimento futuro, poderá afetar adversamente seus negócios.

Os contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários da Companhia contêm ou podem vir a conter cláusulas que limitam a sua capacidade e a capacidade de suas controladas de contrair ou garantir dívidas adicionais, exigindo observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre seus ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, emitir ou vender participações acionárias em empresas controladas, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Os índices financeiros que devem ser mantidos pela Companhia nos referidos contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mobiliários estão descritos nos itens 10.1 e 18.12 deste Formulário de Referência (“covenants financeiros”). Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros.

O nível de endividamento da Companhia pode ser afetado negativamente por sua condição financeira, e pode ser necessário utilizar uma parcela significativa do seu fluxo de caixa para quitação ou rolagem de suas dívidas, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

Além disso, a Companhia poderá precisar levantar recursos adicionais por meio de emissão de valores mobiliários, de títulos de dívida ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que as condições e montantes de tais recursos serão satisfatórios, o que pode impactar negativamente sua liquidez e situação financeira. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos resultados da Companhia, prejudicar sua capacidade de implementar seu plano de investimento e sua estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e suas atividades.

Caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar e caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, podendo impactar de forma relevante a capacidade da Companhia de honrar as suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa da Companhia poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar a capacidade da Companhia de investir em suas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando sua condição financeira, o resultado de suas operações e sua estratégia de expansão.

Surtos de doenças contagiosas ou pandemias de enfermidades epidêmicas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de comércio e consumo, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o estado da contaminação pela COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus, - “Sars-Cov-2”) ao nível de pandemia, cabendo aos países membros estabelecerem ações de prevenção e enfrentamento ao vírus, assim como de tratamento aos infectados, com base nas melhores práticas sanitárias de prevenção e controle de enfermidades epidêmicas.

A pandemia resultou em adoção de medidas restritivas ao fluxo de pessoas e mercadorias ao redor do mundo (isolamento social, “lockdown”), incluindo o Brasil. Como consequência de tais medidas, os países impuseram o fechamento de fronteiras, portos e aeroportos, assim como restrições de circulações internas e/ou utilização de transportes coletivos/públicos, assim como interdição prolongada de atividades comerciais não essenciais e de locais de trabalho, resultando em interrupções na cadeia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de suprimentos e de consumo, com redução de maneira geral do consumo em uma escala global, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e insumos, especialmente em commodities e, conseqüentemente, de produtos acabados, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global, incluindo a brasileira.

A dimensão e os impactos da pandemia de COVID-19 permanecem incertos, no entanto, a evolução na deterioração do cenário econômico global, com aumento dos índices de falência e níveis de desemprego, tende a alterar os padrões de comércio e consumo, com intensificação de busca por produtos básicos e com preços mais acessíveis (movimento de “*trade down*”). A Companhia possui marcas de ocupação e que atendem ao padrão de consumo esperado, no entanto, a intensificação pela busca de tais marcas pode afetar adversamente os seus resultados financeiros, especialmente sua rentabilidade (EBITDA).

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, tiveram um impacto adverso no mercado de capitais global e no Brasil, inclusive causando seis paralisações (“*circuit-breakers*”) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, na qual a Companhia também se encontra listada, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Adicionalmente, qualquer mudança relevante nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a sua cotação.

Ademais, o aumento do número de casos de COVID-19, conforme registrado no Brasil ao longo dos últimos meses, podem ensejar medidas restritivas às unidades e operações da Companhia por parte das autoridades competentes, como a celebração de termos de ajustamento de conduta ou termos de compromisso para estabelecer obrigações de fazer relativas a condições sanitárias de saúde e segurança, movimentação e circulação de pessoas ou até mesmo determinação da paralisação de unidades da Companhia como medida de prevenção à disseminação do vírus nas localidades em que estão instaladas.

Para mais informações sobre os processos, efeitos e medidas tomadas pela Companhia, consulte os itens 4.3, 4.7, 5.6 e 10.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos de conduta antiética, fraude, não aderência às regras e corrupção.

A Companhia, assim como outras empresas de mesmo porte e com uma grande quantidade de profissionais, está sujeita a riscos relacionados à conduta antiética, fraude e não aderência às regras. Ainda que a Companhia busque constante aprimoramento dos seus sistemas de gerenciamento de riscos, por meio do fortalecimento do ambiente de controles internos, deve-se reconhecer as limitações inerentes ao se considerar a eficácia de qualquer ambiente de controle, tais como a possibilidade de ocorrência da falha humana, interpretação errônea de instruções, negligência, conluio, etc. Desta forma, pode ser que o sistema de gerenciamento e controle de riscos da Companhia não seja suficiente para detectar e prevenir algumas dessas situações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, atos ilícitos definidos pela Lei nº 12.846/2013, que entrou em vigor em 29 de janeiro de 2014 (“Lei Anticorrupção”) podem ser praticados isoladamente por qualquer administrador, colaborador, terceiros, prestadores de serviços, dentre outros vinculados à Companhia, ainda que sem o consentimento ou conhecimento da Administração (ou demais administradores, conforme o caso) da Companhia. A prática desses atos ilícitos podem sujeitar a Companhia às hipóteses de punibilidade previstas na Lei Anticorrupção, incluindo o pagamento de multas relevantes. No caso de violações a tal lei, a Companhia não pode prever o impacto em seus negócios.

As operações dos sistemas tecnológicos da Companhia estão sujeitas a riscos de descontinuidade, capacidade e disponibilidade.

O centro de dados da Companhia ou o sistema de *backup* podem não funcionar corretamente, seja em virtude de indisponibilidade e ou desatualização de sistemas, vírus, violações físicas ou eletrônicas, obsolescência dos recursos de tecnologia da informação, falta de capacidade no processamento de dados ou outros eventos inesperados, o que pode provocar interrupções nos sistemas, morosidade de processamento ou perda de dados críticos, impedindo a Companhia de operar tempestivamente ou limitando o acesso aos sistemas de venda e demais sistemas e diretórios internos operados pela Companhia, causando desligamento parcial ou total dos mesmos, o que pode afetar de forma negativa e substancial suas operações e seu resultado.

Ataques cibernéticos que resultem em violações de segurança de dados, podem vir a causar perda de receita, danos à reputação, bem como prejudicar as operações e resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas.

A Companhia gerencia e armazena diversas informações exclusivas e dados confidenciais ou sensíveis referentes aos seus clientes e às suas operações. A Companhia está sujeita a violações dos sistemas de tecnologia de informações por ela utilizados, os quais são vulneráveis a vírus, *worms* e outros softwares mal-intencionados, inclusive *bugs* e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação dos sistemas.

Adicionalmente, a Companhia também depende de determinados provedores externos, cujas limitações de capacidade e possíveis problemas de segurança e vulnerabilidades podem ter efeito sob a segurança da informação da Companhia e de seus clientes.

Desta forma, um eventual ataque cibernético nos sistemas ou mesmo nos provedores podem afetar negativamente a Companhia, ocasionando interrupções e atrasos nos sistemas e danos à sua reputação, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Eventuais alterações da legislação e regulamentação de privacidade de dados, bem como da interpretação destas, podem gerar custos expressivos para a Companhia bem como obrigá-la a alterar suas práticas de negócios.

A Companhia realiza o tratamento de dados, incluindo dados pessoais, de colaboradores, fornecedores, clientes e consumidores, em decorrência de processos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

internos necessários para condução de seus negócios, e através de seus sites e mídias sociais, a fim de melhorar a experiência de seus usuários e promover seus produtos e serviços.

As legislações e regulamentações relacionadas a privacidade, proteção de dados, proteção dos consumidores e publicidade digital estão evoluindo e potencialmente sujeitas a mudanças de interpretação, com possíveis impactos ao negócio. Eventuais alterações das legislações e regulamentações referidas acima, bem como da interpretação destas, podem gerar custos expressivos para a Companhia bem como obrigá-la a alterar suas práticas de negócios.

A Lei Geral de Proteção de Dados, vigente desde agosto de 2020, estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações que envolvem o uso de dados pessoais, reforçando a atenção da Companhia aos riscos de segurança da informação e vazamento de dados. A inabilidade da Companhia e suas coligadas, controladas e/ou subsidiárias em operação no Brasil na proteção de seus dados pessoais, pode implicar em sanções, as quais poderão ser aplicadas a partir de agosto de 2021, como, por exemplo: obrigatoriedade de publicização da infração, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e penalidades financeiras, que podem chegar à 50 milhões de reais por infração – a depender do faturamento da Companhia no Brasil em seu último exercício.

A alteração do ambiente regulatório quanto ao tratamento de dados pessoais pode criar obrigações não previstas pela Companhia, a qual pode não conseguir se adequar em tempo hábil ao novo cenário legal e/ou ao custo de tais adequações se seu ambiente de controles for desproporcional face aos seus segmentos de atuação e correntes. Ambos os cenários podem afetar de maneira adversa a conformidade e competitividade da Companhia.

A interrupção das atividades ou perda de unidades operacionais da Companhia, especialmente de produção, comercialização e distribuição, pode afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados da Companhia.

A Companhia está envolvida na produção e distribuição de seus produtos, assim como pesquisa e desenvolvimentos de novos produtos ou aprimoramento dos atualmente comercializados, e está sujeita aos riscos inerentes ao desenvolvimento de tais atividades, incluindo acidentes industriais, ações ambientais, greves e outras disputas trabalhistas, interrupções na logística, no fornecimento de energia elétrica ou sistemas de informação, perda total ou parcial de unidades operacionais, controle de qualidade de produtos, segurança, exigência de licenças específicas e outros fatores regulatórios, bem como a desastres naturais e outros fatores externos sobre os quais não temos qualquer controle.

Apesar das práticas de segurança da Companhia, que incluem treinamentos, procedimentos, instruções de trabalho e manutenções e protocolos eventuais acidentes em unidades operacionais da Companhia, especialmente em plantas industriais, a Companhia está exposta ao risco de interrupção parcial ou total de suas atividades, afetando adversamente seus negócios, situação financeira e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está exposta a riscos que podem comprometer a sua eficiência operacional.

A eficiência operacional é essencial para o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e, existem diversos processos operacionais necessários para a viabilização do negócio em todas as etapas, como aquisição de matérias-primas e insumos, fabricação, comercialização, distribuição, pesquisa e desenvolvimento de produtos, dentre outras. A ausência da observância de tais procedimentos e/ou não formalização desses processos, sua errônea execução ou a limitação da tecnologia empregada nos mesmos podem interferir diretamente na eficiência da Companhia, gerando custos superiores aos ideais, ineficiência operacional e baixa competitividade frente aos seus concorrentes.

Incêndios ou outros desastres podem afetar a produção, instalações e estrutura de custos da Companhia, o que poderia causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A ocorrência de incêndios, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais podem danificar ou destruir a produção ou instalações, matérias primas e estoques da Companhia. Interrupções duradouras no fornecimento de água, energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas unidades industriais da Companhia podem implicar em aumentos significativos nos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. A ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para a Companhia.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia possui apólices de seguro junto a seguradoras com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes, como exemplo, cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros.

Determinados tipos de riscos, tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades, não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos, a Companhia poderá sofrer um revés financeiro para recompor e ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer as receitas e os investimentos da Companhia. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratadas sejam suficientes para garantir perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios ou decorrente de indenização a terceiros, o que poderá impactar nos resultados operacionais da Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro, ou mantê-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar uma perda significativa nos resultados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e arbitrais, investigações e procedimentos administrativos poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em processos judiciais, arbitrais e em procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e de direito do consumidor, dentre outras, e não pode garantir que no futuro não será arrolada em demais processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos. As decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetá-la adversamente, inclusive em aspectos de reputação e imagem.

Adicionalmente, dependendo do objeto dos processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado final. Esse é o caso, por exemplo, de eventuais processos envolvendo alegadas violações às regras sanitárias ou ao direito do consumidor, que questionem a qualidade dos seus produtos e que possam afetar a imagem da Companhia e/ou de seus produtos diante dos seus consumidores, implicando em eventual perda de valor de suas marcas e *market share*, afetando de forma adversa e significativa os resultados da Companhia.

Para informações adicionais sobre os principais processos judiciais, arbitrais e administrativos envolvendo a Companhia e suas controladas, assim como os “Termos de Ajustamento de Condutas – TAC” por elas celebrados, vide os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A instabilidade política e econômica pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e o preço das ações da Companhia.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. Medidas que o governo adote ou deixe de adotar podem, ainda, gerar insatisfação popular, culminado em greves, como foi o caso da greve dos caminhoneiros iniciada em todas as regiões do Brasil em maio de 2018. Além disso, crises políticas afetaram, e continuam a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por Companhias brasileiras, que podem ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os resultados operacionais e condição financeira da Companhia têm sido e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento da economia brasileira, uma vez que, fração significativa das receitas líquidas da Companhia são provenientes do Brasil e a Companhia não pode garantir que o “Produto Interno Bruto – PIB” irá aumentar ou permanecer estável no futuro, assim como não pode prever os impactos econômicos aos mercados globais, incluindo o Brasil, em virtude da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (COVID-19). A ocorrência de recessão econômica, na economia brasileira,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

implica em uma retração geral na atividade econômica, por um certo período de tempo, com queda no nível de produção, aumento do desemprego, queda na renda familiar, redução da taxa de lucro, aumento do número de falências e concordatas, aumento da capacidade ociosa e queda do nível de investimento e, por consequência, afeta adversa e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Diante deste cenário, a expectativa para o ano de 2021 é de agravamento de referidas incertezas em virtude dos impactos sofridos na economia brasileira e global em decorrência da pandemia ocasionada pela COVID-19.

Atualmente, os mercados brasileiros seguem enfrentando um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas a diversas investigações de corrupção em curso. Tais investigações têm tido impactos negativos sobre a economia e o ambiente político brasileiros. Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas, estão sendo processados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes. A Companhia não pode prever se desdobramentos de investigações em andamento ou futuras investigações poderão causar à Companhia danos ou prejuízos à sua imagem e reputação, atingindo, inclusive, seu patrimônio e/ou suas atividades, direta ou indiretamente, o que poderá impactar negativamente o preço de suas ações.

Ressalta-se que o potencial resultado das investigações sobre os esquemas de corrupção é incerto, mas as investigações já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e a reputação das empresas implicadas e sobre a percepção geral do mercado brasileiro. A Companhia não pode prever se tais alegações levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações poderão envolver a Companhia, suas subsidiárias, subcontratados ou parceiros comerciais, impactando negativamente sua imagem e sua reputação.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros e o preço das ações da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de Companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive países da América Latina, países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de Companhias brasileiras, inclusive de nossas ações. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das Companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que direta ou indiretamente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de Companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo ser incapazes ou não estar dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Mudanças na alta administração da Companhia e a eventual dificuldade para reter, atrair e recolocar pessoal qualificado podem afetar adversamente seus negócios e resultados.

A Companhia depende da capacidade, experiência e qualificação profissional da sua alta administração, para a implementação de sua estratégia nos setores de sua atuação, de modo que seus executivos devem atuar com agilidade e precisão na tomada das decisões, a fim de buscar novas oportunidades de negócio. Não obstante, a Companhia não pode garantir a retenção ou atração de colaboradores qualificados para seus cargos da alta administração ou posições chaves.

A eventual perda dos seus principais executivos, bem como qualquer dificuldade em atrair e repor tempestivamente profissionais qualificados pode causar efeito adverso sobre os negócios e resultados da Companhia.

b) ao controlador direto ou indireto ou grupo de controle da Companhia

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm, direta e indiretamente, poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições ou alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou realizar outras operações contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia, causando um efeito adverso em seus resultados e no valor das ações de sua emissão.

c) aos acionistas da Companhia e ações de sua emissão

Os titulares das ações da Companhia poderão não receber dividendos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma Companhia aberta, como a Companhia, não realize a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária - AGO que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia.

Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais, bem como estar sujeita a restrições à distribuição de dividendos contidas em contratos de financiamento celebrados pela Companhia. Para mais informações sobre as restrições de pagamento de dividendos decorrentes de contratos financeiros, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

A necessidade de captação de recursos adicionais pela Companhia por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia ou não ser economicamente satisfatória.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia.

A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social.

A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros pode afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, conseqüentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

d) às sociedades controladas e coligados da Companhia

Parte dos resultados da Companhia depende dos negócios, situação financeira e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

resultados operacionais de determinadas controladas, que, caso deterioreem-se, poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia desenvolve parte de seus negócios por meio de controladas com sede no exterior. Eventual redução da capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa de referidas controladas poderá provocar a redução dos dividendos pagos à Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios, resultados e condição financeira. Adicionalmente, algumas das controladas podem requerer novos investimentos originalmente não previstos, bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de capital para a Companhia ou, ainda, poderão sofrer restrições de remessa de dividendos ao exterior. Ainda, caso ocorra desvalorização cambial em um ou mais países em que as controladas da Companhia atuam, o resultado das controladas sofrerá redução.

Assim, não há como garantir que as controladas gerarão resultado suficiente para distribuir dividendos à Companhia e, mesmo que gerem resultado suficiente, não há garantias que tais recursos serão transferidos à Companhia, o que poderá gerar efeito adverso nos seus resultados.

e) aos fornecedores da Companhia

Dependência de fornecedor de açúcar e escassez de oferta de açúcar podem prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia adquire a maioria do açúcar que empacota e comercializa da Raízen Energia S.A. (“Fornecedor”), atualmente seu principal e mais relevante fornecedor de açúcar refinado, com o qual celebrou um contrato de fornecimento de longo prazo, pelo qual o Fornecedor se obrigou a fornecer à Companhia e a Companhia se obrigou a adquirir do Fornecedor, açúcar em volumes e condições acordados periodicamente e a preço de mercado (“Contrato de Fornecimento”) – maiores informações vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Nas hipóteses de término ou rescisão antecipada do Contrato de Fornecimento, de o Fornecedor descontinuar a produção, interromper a venda do produto para a Companhia, ou, ainda, entregar à Companhia quantidade reduzida de açúcar, por qualquer motivo, a Companhia poderá não ser capaz de encontrar fornecedores substitutos ou volumes complementares de açúcar no mercado e, caso consiga, não pode assegurar que o fará tempestivamente e nas mesmas condições de preço e qualidade. Eventual redução do volume de açúcar fornecido pelo Fornecedor ou escassez de açúcar no mercado, poderá afetar negativamente os negócios de açúcar da Companhia, reduzindo ou limitando o volume de açúcar comercializado pela Companhia, de forma que a Companhia poderá ter sua estratégia de crescimento, receita, rentabilidade e imagem junto a clientes e consumidores negativamente afetadas.

A reputação e imagem da Companhia pode ser adversamente afetada em decorrência de ações de terceiros com os quais se relacione, especialmente se relacionadas ao descumprimento de leis e exigências regulatórias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende, em parte, de terceiros para operacionalizar suas atividades e alcançar seus objetivos estratégicos, através do fornecimento de materiais e/ou serviços. Ademais, em alguns casos, a Companhia concede à terceiros procurações para representações judiciais e/ou extrajudiciais e incorpora terceiros dentro de suas operações, como no caso de fornecimento de mão-de-obra.

A Companhia não possui ingerência sobre ações de terceiros e pode ser responsabilizada de forma objetiva, solidária e/ou subsidiária, nas esferas trabalhista, cível e criminal, no caso de descumprimento de leis e exigências regulatórias por parte de seus fornecedores e prestadores de serviço (“terceiros”), assim como a vinculação da Companhia às ações de terceiros pode representar graves danos à sua reputação e imagem, especialmente se vinculadas à violações de direitos humanos ou praticas fraudulentas / ilegais, com impactos adversos relevante em suas marcas, posicionamento de mercado (“market share”) e consecução de seus objetivos estratégicos.

A instabilidade e/ou interrupção no fornecimento de produtos e serviços, por parte de fornecedores / terceiros, pode implicar em prejuízos operacionais e financeiros significativos à Companhia.

A Companhia não apresenta uma cadeia de suprimentos integrada verticalmente e depende de terceiros para obtenção de matérias-primas e demais insumos necessários para produção / beneficiamento de seus produtos. Ademais, a Companhia também depende em parte de terceiros para operacionalização de suas atividades, através do fornecimento de mão-de-obra de terceiros e serviços, especialmente os vinculados aos seus sistemas operacionais e demais estrutura de tecnologia da informação – os quais são imprescindíveis para manutenção da Companhia operacional, produzindo, vendendo, faturando e/ou distribuindo seus produtos.

A Companhia possui ingerência sobre sua cadeia de suprimentos e seus terceiros, assim como fatores externos, também alheios a ingerência da Companhia, pode afetar de maneira adversa o fornecimento de produtos e/ou serviços. A instabilidade e/ou interrupção no fornecimento de produtos e serviços, por parte de terceiros, pode levar a paralisação, parcial ou total, de linhas de produção ou unidades / segmentos de negócio, implicando em prejuízos operacionais e financeiros relevantes para Companhia e afetando materialmente a consecução de seus objetivos estratégicos.

A Companhia é vulnerável a riscos de transporte e logística e depende de fornecedores terceirizados para garantir sua cadeia de suprimentos (“supply chain”).

A Companhia depende de serviços de transporte e logística rápidos e eficientes para, entre outras coisas, abastecer suas fábricas com matérias-primas e insumos produtos e atender a demanda de seus clientes (“supply chain”), através da distribuição de seus produtos, e qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Por exemplo, em maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil, por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o País, incluindo a cadeia de fornecimento e distribuição da Companhia. Além disso, essa greve também

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetou materialmente o funcionamento regular dos portos de onde os produtos da Companhia são exportados, assim como implicou em aumento de custos operacionais e logísticos. A Companhia não pode garantir que os caminhoneiros não tentarão realizar novas greves e que o governo brasileiro ou qualquer outra parte relevante poderá atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória ou que tal greve não será prejudicial à cadeia de suprimentos ou à operação de suas unidades de produção e distribuição.

Ademais, qualquer outra redução na disponibilidade de serviços logísticos ou um aumento significativo nos custos de serviço de transporte, bem como inundações em portos, incêndios em armazéns ou greves de trabalhadores, poderiam prejudicar a capacidade da Companhia de satisfazer os requisitos da cadeia de suprimentos e entregar os produtos aos seus clientes. Qualquer interrupção nos serviços de transporte e/ou logística de que a Companhia depende para suas atividades poderá causar um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais e condição financeira.

f) aos clientes da Companhia

O aumento na concentração do mercado varejista pode forçar empresas do setor a reduzir suas margens ou diminuir seu poder de negociação frente aos seus clientes, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

O resultado da Companhia depende de maneira relevante de algumas grandes redes varejistas, uma vez que, parcela relevante da sua receita líquida de vendas decorre da receita gerada por um número limitado de grandes redes varejistas.

O porte desses clientes permite que eles estejam em uma posição privilegiada nas negociações com relação aos preços dos produtos da Companhia. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de suportar as pressões que vier a sofrer dos seus clientes para reduzir ou não reajustar os preços dos seus produtos, ou venha a reajustá-los de maneira que não seja compatível com o incremento de seus custos, a Companhia poderá ter sua lucratividade adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia não seja capaz de manter o relacionamento comercial com esses clientes, ou substituí-los por clientes do mesmo porte, a Companhia poderá ter sua receita negativamente afetada.

Mudanças nas preferências do consumidor podem afetar a demanda por produtos da Companhia.

O setor de alimentos, em geral, está sujeito a mudanças nas tendências, exigências e preferências dos consumidores, as quais ocorrem frequentemente e, caso a Companhia não consiga ter êxito em antecipar, identificar ou reagir a tais mudanças, poderá ocorrer uma redução na procura e nos preços de seus produtos, podendo ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

g) aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A interrupção dos transportes e serviços de logística, ou investimentos insuficientes em infraestrutura pública, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo portos, armazéns, rodovias e todos os meios de transporte operados pela Companhia, seus provedores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessas instalações ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou a fornecedores ou clientes da Companhia, por qualquer razão, poderá afetar negativamente os resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia.

No Brasil, são necessários investimentos substanciais em infraestrutura logística para permitir o acesso aos terminais de exportação a custos competitivos. Uma grande parcela da produção agrícola brasileira ainda é transportada por caminhões, o que é significativamente mais dispendioso do que outros meios de transporte disponíveis a outros produtores internacionais. Investimentos ou melhorias necessárias para manutenção da infraestrutura do Brasil podem não ser feitas ou não ocorrerem no momento oportuno, o que pode deteriorar sua situação, prejudicando a demanda ou os preços dos produtos da Companhia, impedir sua entrega, impor custos adicionais ou ter outros efeitos materiais adversos sobre os seus negócios, condição financeira e resultados de operações.

A Companhia atua em um setor competitivo e sua consolidação poderá intensificar a concorrência.

O setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é altamente competitivo. A Companhia enfrenta a concorrência de empresas de portes variados, e com mais recursos que a Companhia. Em geral, a competição no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é determinada, dentre outros, pela qualidade dos produtos, reconhecimento da marca, agilidade e preço dos serviços de entrega e relacionamento com clientes. Atualmente, o setor de alimentos na América do Sul é altamente fragmentado, especialmente o brasileiro, sendo que nenhuma empresa detém, por exemplo, uma parcela muito superior à 10% de participação em volume produzido entre os principais fabricantes de arroz no Brasil. Em razão do processo de consolidação do mercado, a Companhia não pode garantir que novos competidores não ingressarão no setor de alimentos ou que os atuais não se tornarão mais competitivos.

Ademais, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter a sua participação de mercado no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul, muito menos que os atuais e novos competidores não adquirirão experiência e *know-how* para desenvolver produtos de qualidade a preços competitivos. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em se posicionar em relação à sua concorrência, poderá ter sua capacidade financeira afetada e diminuição da sua receita.

A ocorrência de surtos epidêmicos na Companhia ou em sua cadeia de suprimentos, pode afetar de forma adversa e significativa seus resultados operacionais, especialmente quanto a sua eficiência operacional e logística.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A ocorrência de surtos de doenças contagiosas ou pandemias de enfermidades epidêmicas, com risco potencial à saúde humana, como o novo coronavírus (COVID-19), nos países em que atuamos ou em nossa cadeia de suprimentos, pode afetar de forma adversa e significativa nossas operações e, conseqüentemente, os resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

A fim de atender as regras sanitárias e seus valores, a Companhia pode vir a adotar ações visando o bem-estar e saúde de seus colaboradores, em detrimento de sua eficiência operacional e/ou logística, como afastamento remunerado de parte de sua mão-de-obra (aqueles que compõe os grupos de riscos, como idosos, gestantes e portadores de doenças crônicas) e eventual contratação de temporários, distanciamento social e espaçamento de suas linhas de produção, especialmente em pescados onde grande parte do processo é manual, entre outras.

Os padrões sanitários mais rígidos, associados à quadros de contaminação de nossa força de trabalho, pode implicar em sanções pelos órgãos reguladores, desde advertências e ajustamento de conduta, até a interdição parcial ou total de plantas operacionais e/ou centros de armazenagem e distribuição, afetando de maneira material e adversa o negócio.

A Companhia não pode assegurar que na ocorrência de surtos epidêmicos nas localidades onde atua, será capaz de evitar a contaminação de sua força de trabalho e, caso tenha contaminações em suas unidades, que não será alvo de sanções de órgãos reguladores, especialmente, que conseguirá evitar eventuais interdições de suas plantas operacionais ou de armazenagem e logística.

h) à regulação dos setores em que a Companhia atue

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez.

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez. A Companhia é titular de benefícios fiscais concedidos por diversos estados, incluindo diferimento de ICMS na aquisição e importação de bens do ativo fixo, bem como crédito presumido na saída de seus produtos.

A Companhia apresentava aproximadamente R\$ 350 milhões em tributos a recuperar para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021, como imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), PIS, COFINS e ICMS – maiores informações, vide Demonstrações Financeiras da Companhia, disponível em seu site de “relações com investidores – RI”. Caso a Companhia deixe de cumprir determinadas obrigações a que está sujeita em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de determinado número de empregos e contribuição de um percentual do tributo devido a fundos de desenvolvimento dos estados, dentre outras, seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e a Companhia poderá ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em sua lucratividade e liquidez. O mesmo pode ocorrer

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

caso os benefícios fiscais sejam questionados judicialmente por terceiros e a decisão final seja desfavorável, determinando a cassação dos benefícios.

Além disso, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos pelos Estados. A Companhia não pode garantir que terá sucesso com relação a referidos questionamentos ou que seus atuais benefícios serão renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente a lucratividade da Companhia e os preços de seus produtos, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais, incluindo, mas não se limitando, a regulamentação aplicável às reestruturações societárias, incluindo o aproveitamento de ágio advindo de tais operações. A Companhia poderá ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseou para realizar suas transações. Para informações sobre questionamento por parte da Receita Federal quanto à contabilização e amortização do ágio pela Companhia, vide itens 4.3 e 4.6 deste Formulário de Referência.

Falta ou atrasos na obtenção e/ou renovação das licenças, autorizações, alvarás e registros necessários pode prejudicar o regular funcionamento das operações da Companhia.

O funcionamento regular das plantas da Companhia (e de terceiros que forneçam produtos à Companhia) e de seus centros de distribuição depende da obtenção e manutenção, dentre outros, de várias licenças, autorizações, alvarás e registros de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e nos demais países onde a Companhia opera, incluindo, dentre outros, (1) de instalação e funcionamento, (2) do corpo de bombeiros, e (3) de vigilância, controle e fiscalização sanitários. Adicionalmente, a expansão das operações da Companhia pode exigir que a Companhia obtenha outras licenças, autorizações, alvarás e/ou registros, perante as autoridades competentes, que também poderão determinar que a Companhia realize

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mudanças em suas operações de forma a restringir o impacto efetivo ou potencial gerado pelas atividades da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter ou renovar suas licenças, autorizações, alvarás e registros, ou que as autoridades competentes não se recusarão a emití-los ou renová-los ou não atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que (i) os processos para obtenção, ajuste ou renovação dessas licenças, autorizações, alvarás e registros não se tornarão mais dificultosos, a exemplo da exigência da compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado ou a execução de mudanças operacionais, a fim de limitar impactos ou potenciais impactos gerados pelas atividades praticadas pela Companhia, ou (ii) que não serão impostas licenças, autorizações, regulamentações, alvarás e registros adicionais pelas autoridades competentes.

Qualquer desses fatores pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, o que pode obrigá-la a desviar recursos destinados à sua estratégia de expansão para o cumprimento de eventuais encargos adicionais, ou comprometer o regular funcionamento das suas plantas e centros de distribuição. Ainda, o desenvolvimento de atividades sem as devidas licenças ou em desconformidade com as licenças e suas exigências técnicas pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação das licenças atuais e/ou na proibição de exercício das atividades pela Companhia, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

i) aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a países onde opera e para os quais exporta.

A Companhia possui controladas relevantes no Chile, Peru e Uruguai e pode expandir suas operações para outros países. A Companhia está sujeita a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos países da América do Sul nos quais atua ou venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar. Sendo assim, a Companhia poderá ser adversamente afetada por fatores que estão além do seu controle, principalmente:

- Aumentos de barreiras comerciais para importação e exportação de produtos do setor alimentício, tais como aumento de impostos e tarifas de importação sobre os seus produtos, subsídios governamentais e proibições ou imposição de restrições para exportar seus produtos a determinados mercados;
- Alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de vigilância sanitária, ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua;
- Interferência dos governos locais nas políticas econômicas, especialmente em regimes fiscais e tributários;
- Instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Liquidez nos mercados de capitais, financeiros e de empréstimos;
- Greves nos portos, alfândegas, receita e polícia federal e outras interrupções no transporte dos seus produtos; e
- Desastres naturais, guerras, conflitos armados, embargos ou atos de terrorismo.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos países da América do Sul nos quais a Companhia atua ou que venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar, poderão afetar o desempenho financeiro da Companhia no mercado.

j) à questões socioambientais

A Companhia está sujeita a normas ambientais, alimentares e sanitárias.

As sociedades que realizam o beneficiamento de alimentos, como a Companhia, estão sujeitas à regulamentação ambiental, alimentar e sanitária prevista na legislação e à fiscalização de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e demais países em que atuam.

A Companhia produz e vende alimentos para consumo humano e está sujeita a riscos relativos a seus produtos envolvendo questões de nutrição e saúde, incluindo contaminação, adulteração ou deterioração de alimentos. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall, isto poderá impactar negativamente a imagem das marcas, a sua reputação e suas atividades. Ademais, qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos produtos comercializados pela Companhia ou mesmo por seus concorrentes poderão acarretar publicidade negativa, podendo causar a perda de confiança dos consumidores na segurança e qualidade de seus produtos ou até mesmo dos seus setores de atuação em geral.

A regulamentação ambiental dispõe, entre outros temas, sobre (i) reparação dos impactos gerados pelas atividades da Companhia, através do licenciamento ambiental, (ii) manuseio, tratamento, transporte e descarte de resíduos, (iii) descargas de poluentes na água, ar e solo, e (iv) utilização de substâncias controladas para limpeza de equipamentos. Além disso, empresas que a Companhia contrata para realizar a coleta, tratamento, transporte e descarte final de resíduos que gera também devem estar em conformidade com a legislação e regulamentação ambiental aplicável. A coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados dos resíduos gerados pressupõe prévia aprovação dos órgãos ambientais competentes.

Caso a Companhia, seus administradores ou terceiros que venham a ser contratados pela Companhia não observem a legislação e regulamentação ambiental aplicáveis às suas operações, ou ainda, caso ocorram eventuais acidentes que decorram, direta ou indiretamente de suas operações, a Companhia estará sujeita à imposição de sanções administrativas e penais, incluindo detenção ou reclusão de pessoas físicas responsáveis, à obrigação pecuniária de reparar os danos à saúde humana ou ambientais causados, à suspensão parcial ou total das atividades, à perda ou restrição de incentivos fiscais e programas de parcelamento e ao cancelamento e/ou à suspensão

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito. Tais incidentes poderão resultar em custos significativos com processos judiciais e administrativos, pagamentos de indenizações, recall de produtos e impacto negativo na imagem da Companhia, o que pode afetá-la adversamente.

Ademais, a Companhia não pode garantir que as legislações e regulamentações sanitária e ambiental não se tornarão mais severas ou à sujeitarão a encargos mais onerosos no futuro, inclusive em decorrência de acordos internacionais. A Companhia também não pode garantir que as autoridades ou agências reguladoras competentes não adotarão interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre tais legislações e regulamentações. Nessas circunstâncias, os investimentos e despesas necessárias para o cumprimento da legislação e regulamentação sanitárias e ambiental podem aumentar substancialmente, afetando negativamente as condições financeiras da Companhia, assim como sua margem e competitividade frente aos seus concorrentes.

A Companhia pode não ser capaz de implementar com sucesso suas estratégias e práticas de Governança Ambiental, Social e Corporativa (“Environmental, Social and Corporate Governance – ESG”)

A Companhia preza pelos mais elevados padrões de governança ambiental, social e corporativa (“*Environmental, Social and Corporate Governance – ESG*”) e adota procedimentos internos em linha com as melhores práticas e regulações aplicáveis ao tema na condução de seus negócio, no entanto:

- (i) A Companhia pode não ser capaz de entender e aplicar o complexo arcabouço regulatório ambiental brasileiro, e sua não conformidade ambiental, ao menos nos níveis mínimos estipulados pela legislação aplicável, pode acarretar em sanções, como aplicação de multas e/ou interrupção de suas atividades. Ademais, a Companhia não pode garantir que essas legislações e regulamentações não se tornarão ainda mais rígidas, assim como a exigência de execução de boas práticas e conformidade ambiental por clientes e consumidores, o que pode afetar o posicionamento de mercado e afetar adversamente os resultados da Companhia, assim como exigir que a Companhia aumente de forma significativa seus investimentos a fim de cumpri-los, o que pode causar, por sua vez, redução dos recursos disponíveis para outros investimentos;
- (ii) As iniciativas sociais promovidas pela Companhia podem não ser capazes de impactar positivamente seus clientes, consumidores, comunidades nos locais que atua e sociedade em geral, assim como capturar sinergias entre as suas iniciativas sociais e incentivos fiscais, deixando de recuperar/abater parte do investimento em incentivos fiscais/impostos. Ademais, a Companhia pode estar sujeita a falhas no processo de diligência da política de doações e atuar em projetos sociais inidôneos e/ou realizar doações com fins religiosos e/ou políticos, ambos, afetando adversamente sua reputação e imagem; e
- (iii) A Companhia, como uma sociedade de capital aberto, pode não ser capaz de atender aos padrões de governança corporativa exigidos pela bolsa brasileira B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), seu segmento de listagem

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(“Novo Mercado”) e/ou “Comissão de Valores Mobiliários – CVM” e demais órgãos reguladores do mercado de ações brasileiro, implicando em sanções de órgãos reguladores, como multas e, até mesmo, saída do segmento especial ou da própria bolsa de valores mobiliários, com efeito materialmente adverso ao negócio.

Ademais, a Companhia não pode garantir que os princípios e padrões de governança ambiental, social e corporativa (ESG) serão seguidos em suas cadeias de suprimentos, distribuição e/ou comercialização, uma vez que a Companhia não é verticalmente integrada (a jusante e a montante) e depende de terceiros para execução de sua cadeia de valor, como fornecedores e clientes, a qual a não apresenta ingerência da Companhia. A materialização de quaisquer riscos em ESG na Companhia e/ou em sua cadeia de valor, pode afetar materialmente a reputação e imagem da Companhia e de suas marcas, com efeito adverso em suas vendas e posicionamento de mercado, faturamento e rentabilidade.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado que são inerentes às atividades que executa, conforme descritos quantitativa e qualitativamente abaixo.

Os riscos de mercado estão relacionados ao potencial impacto negativo sobre o valor de ativos e passivos da Companhia, decorrente de alterações adversas em parâmetros de mercado, como flutuações de valores de commodities negociadas pela Companhia, assim como em crédito e liquidez e taxas de juros e câmbio.

Risco de Commodities

O risco de *commodities* está ligado a perdas causadas pela oscilação de preços das *commodities* negociadas pela Companhia, sendo este também impactado pelos riscos de taxas de juros e câmbio. Como exemplos desse risco têm-se a compra, venda e fixação do preço de *commodities*, o fechamento de câmbio e os contratos a termo atrelados à operação, quando associados à indexadores financeiros/taxa de juros.

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de Crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber. As contrapartes da Companhia podem não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira para a Companhia. A Companhia e suas controladas estão expostas ao cumprimento da contraparte nas operações de crédito com seus clientes (contas a receber).

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de *Rating* dos valores aplicados:

<i>Rating</i>	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
AAA	-	-	-	-
AA+	-	-	294.597	60.225
A-1+	742.185	435.864	742.185	435.864
	742.185	435.864	1.036.782	496.089

ii. Contas a receber

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de perda de capital ou pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável, sem perda de valor, para honrar os compromissos assumidos, especialmente os financeiros. Este risco surge das dificuldades de (i) encontrar potenciais compradores ao ativo em um prazo hábil, sem a necessidade de conceder um grande desconto; (ii) captação de recursos para financiar os ativos, conduzindo normalmente ao acréscimo dos custos de captação, podendo implicar também uma restrição do crescimento dos ativos; e/ou (iii) liquidação de obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos significativos entre os prazos de vencimento residual de ativos e passivos.

A Companhia e suas controladas têm políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente têm obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de Câmbio

O risco de câmbio consiste na incerteza frente ao valor da moeda como resultado das oscilações da taxa de câmbio. Logo, pode ser entendido como a possibilidade das taxas de câmbio entre moedas dos países exportadores e importadores se moverem adversamente entre a data da cotação e a data da liquidação de um negócio, ou a possibilidade de uma perda ou de um ganho resultante de uma variação nas taxas de câmbio entre moedas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

Análise de Sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável R\$	(-) 25% R\$	(-) 50% R\$
Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Flutuação do CDI	1,90%	(24.625)	(30.782)	(36.938)
Total				(24.625)	(30.782)	(36.938)
Variação (perda)					(6.157)	(12.313)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	(-) 25%	(-) 50%
				R\$	R\$	R\$
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	1,90%	13.852	10.389	6.926
Total				13.852	10.389	6.926
Variação (perda)					(3.463)	(6.926)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real e Peso Chilenos)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	(-) 25%	(-) 50%
				R\$	R\$	R\$
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0075	287.307	215.480	143.654
Total				287.307	215.480	143.654
Variação (perda)					(71.827)	(143.654)

Dívida (variação cambial)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	25%	50%
				R\$	R\$	R\$
Financiamentos	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	5,4232	813	(9.486)	(19.785)
Financiamentos	Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,4809	2.999	(28.943)	(60.886)
Financiamentos	Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0075	4.744	(42.000)	(88.744)
Total				8.556	(80.429)	(169.415)
Variação (perda)					(88.985)	(177.971)

(*) PEN - Novo Sol / Peru

(**) CLP - pesos Chilenos

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
				Provável	(-) 25%	(-) 50%
				R\$	R\$	R\$
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/USD	5,4232	(1.622)	(18.937)	(39.497)
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	6,5452	(340)	(2.955)	(6.250)
Total				(1.962)	(21.892)	(45.747)
Variação (perda)					(19.930)	(43.785)

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como dívida líquida dividida pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e dívida líquida dividida pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui no endividamento líquido (dívida líquida) os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e os títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado. A Companhia possui contratos de emissão de debêntures, que preveem o cumprimento do seguinte compromisso (“covenants”): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes e meia).

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2021	29/02/2020
Patrimônio líquido	2.710.581	2.249.372	2.710.581	2.249.372
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4*)	(710.343)	(405.601)	(1.081.955)	(405.601)
Aplicações financeiras (Nota 5*)	(32.923)	(32.292)	(32.923)	(32.292)
Empréstimos e financiamentos (Nota 15*)	1.872.831	1.448.774	2.195.321	1.448.774
Passivo de arrendamento (Nota 13*)	158.925	74.898	169.299	74.898
Capital total	3.999.071	3.335.151	3.960.323	3.335.151

* As Notas a que se faz referência dizem respeito às notas explicativas das demonstrações financeiras publicadas em 06 de maio de 2021.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

(i) **Trabalhistas**

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza trabalhista individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 0000642-29.2011.5.01.0003	
Juízo	3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Instância	1ª Instância
Data de instauração	27/05/2011
Partes no processo	<p>(Autor) Ministério Público do Trabalho</p> <p>(Réu) D.A. S.A. (incorporada pela Companhia) R.T. S.A. R.E. S.A. C. S.A. Cosan S.A. Indústria e Comércio IBL – I.L. Ltda. AGMSBS T. Ltda. AGM A.G.M. Ltda. CATCD R.B.F.C.D. Ltda. J.T. Ltda. C.T.C.B. RJ Ltda. SINTRAMAERJ -</p>
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13.555.827,97 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em 20/02/2021)
Principais fatos	<p>O Ministério Público do Trabalho de Rio de Janeiro alega que as empresas rés praticaram terceirização irregular e adotaram práticas trabalhistas análogas às de escravidão e requereu (i) a regularização das condições de trabalho de todos os trabalhadores que lhes prestam serviços; (ii) a rescisão dos contratos com as empresas corrés que fornecem mão de obra; (iii) a abstenção de utilizar mão de obra intermediada por pessoas interpostas para prestação de serviços ligados a suas atividades-fim ou meio; (iv) a contratação de todos os trabalhadores que exercem as atividades de transporte, “lonamento”, “paletização” e carga e descarga de mercadorias; (v) o respeito aos limites da jornada de trabalho; (vi) o correto pagamento de salários; (vii) o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho; e (viii) o pagamento de indenização no valor histórico de R\$5.000.000,00, a título de reparação, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.</p> <p>A D.A.S.A apresentou defesa aduzindo que segue rigorosamente a legislação trabalhista, que as atividades de transporte questionadas se tratam de atividades meio,</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>podendo, portanto, serem terceirizadas. A Companhia se apresentou nos autos, em 24/04/2016, informando que incorporou a D.A.S.A, bem como que, à época dos fatos, a D.A.S.A era empresa dormente. Requereu, por fim, sua exclusão do polo passivo.</p> <p>A ação foi julgada improcedente em julho de 2018 e o Ministério Público interpôs recurso ordinário. A Companhia apresentou contrarrazões ao recurso ordinário e atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo Autor, acrescido de eventuais correções, multas e honorários advocatícios, bem como poderá haver dano à imagem e impactos operacionais e financeiros causados por obrigações de fazer ou de não fazer.

Processo nº 0001550-50.2013.5.15.0125	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Sertãozinho, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Instância	2ª Instância
Data de instauração	14/08/2013
Partes no processo	<p>(Autor) Ministério Público do Trabalho</p> <p>(Réu) D.A. S.A. (incorporada pela Companhia). B.B.S.A. U.S.F. S/A U.S.A. S/A C.P.C.O.E.S.P.. S.T.M.M.G.S.</p>
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.002.637,78 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em 20/02/2021)
Principais fatos	<p>O Ministério Público do Trabalho pretende que o Sindicato se abstenha de fazer a intermediação de mão de obra às empresas tomadoras, bem como de fornecer mão de obra não eventual, sob a nomenclatura de trabalho avulso, na forma da Lei nº 12.023/2009. Adicionalmente, o Ministério Público do Trabalho requereu o vínculo empregatício entre os empregados avulsos e as empresas que se utilizam desses serviços, bem como o pagamento de indenização por dano moral coletivo.</p> <p>A ação foi julgada procedente em parte para condenar as rés a contratar avulsos de forma não eventual, bem como ao pagamento de indenização por dano moral coletivo em R\$50.000,00.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>Foi interposto recurso ordinário ao qual foi dado provimento, sendo julgada improcedente a ação. O Ministério Público opôs embargos de declaração, os quais não foram conhecidos.</p> <p>O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso de Revista, o qual está pendente de julgamento no TST.</p>
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, a Companhia deverá reconhecer o vínculo empregatício dos trabalhadores o que poderá afetar sua situação financeira adversamente, considerando os custos de reconhecimento de vínculo empregatício, acrescido de eventual indenização por dano moral coletivo, eventuais honorários advocatícios, bem como poderá causar impactos operacionais causados pelas obrigações de fazer ou de não fazer.

(ii) Tributários

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza tributária individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 10480.723715/2010-12	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	30/11/2010
Partes no processo	<p>(Autor) União Federal</p> <p>(Réu) Camil Alimentos S.A.</p>
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19.549.286,85 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	<p>O Autor alega a utilização de classificação fiscal incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de 2005 a 2006. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação alegando em síntese decadência, correta classificação fiscal, falta de tipicidade por inexistência de afronta o controle aduaneiro (mercadorias fora do campo da tributação – MERCOSUL), impossibilidade de revisão aduaneira. Foi julgada parcialmente procedente a impugnação reconhecendo a decadência das parcelas referentes ao período de fevereiro a dezembro de 2005. A Companhia apresentou Recurso Voluntário e foi julgado improcedente, tendo sido opostos embargos de declaração pela Companhia e interposto Recurso Especial pela União. Os embargos de declaração da Companhia foram acolhidos, com efeitos infringentes, para manter a exigência apenas da multa de 1% por erro de classificação</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	fiscal da mercadoria. Estamos aguardando o julgamento do Recurso Especial.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo nº 10480.721448/2011-20	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância
Data de instauração	03/03/2011
Partes no processo	(Autor) União Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.113.269,21 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	O autor alega a utilização de classificação fiscal incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de 2007 a 2009. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação alegando decadência, correta classificação fiscal, falta de tipicidade por inexistência de afronta o controle aduaneiro (mercadorias fora do campo da tributação – MERCOSUL), impossibilidade de revisão aduaneira. Foi julgada improcedente a impugnação e interposto Recurso Voluntário, sendo proferido decisão de parcial procedência determinando o retorno dos autos a DRJ para proferir nova decisão. A DRJ manteve a decisão de improcedência da impugnação ensejando novamente a interposição de recurso voluntário. Estamos aguardando julgamento do Recurso.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo nº 19515.003259/2004-72	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Data de instauração	14/12/2004
Partes no processo	(Autor) União Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.585.348,29 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	Auto de infração lavrado para exigir créditos tributários de IRPJ e CSLL, relativos ao período de 1999 a 2003, sob o argumento de que a despesa com ágio, decorrente da incorporação de empresa na qual a Companhia subscreveu e adquiriu ações acima do seu valor de emissão, seria indedutível para fins de incidência do IRPJ e da CSLL. Apresentada impugnação alegando existência de propósito negocial econômico e empresarial, possibilidade da dedução da despesa operacional decorrente da amortização do ágio, após decisão desfavorável à Companhia foi interposto Recurso Voluntário. Sobreveio acordo mantendo o Auto de Infração e, conseqüentemente, foi interposto Recurso Especial. Processo distribuído para 1ª Turma da CSRF em 13/11/2017, aguardando ser inserido na pauta de julgamento.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº0047913-80.2013.4.03.6182	
Juízo	4ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal do Estado de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	11/10/2013
Partes no processo	(Autor) União Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20.760.948,86 (valor da causa atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	O autor busca efetuar a cobrança de débitos de PIS/COFINS não cumulatividade, por entender indevida a compensação com créditos de IPI decorrentes de entradas de insumo tributadas, mas relacionadas a saídas isentas ou tributadas à alíquota zero. O débito encontra-se garantido e sobrestado até o julgamento definitivo da ação anulatória nº 0017708-23.2013.4.03.6100. Nos autos da ação anulatória a Camil alega a existência de decadência. Foi proferida sentença de improcedência, ensejando a

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	interposição de recurso de apelação ao qual estamos aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Ação Cautelar nº 0085396-24.2016.8.21.0001 relacionada à Execução Fiscal nº 0089739-92.2018.8.21.0001	
Juízo	6ª Vara da Justiça Estadual do Estado do Rio Grande do Sul.
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2016
Partes no processo	(Autor) Camil Alimentos S.A. (Réu) Estado do Rio Grande do Sul
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.881.047,77 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	Em 2015 o Estado do Rio Grande do Sul emitiu uma autuação em face da Companhia, alegando ausência de estorno dos créditos de ICMS sobre as operações com redução da base de cálculo para os produtos da cesta básica, referente ao período de 2013 a 2015, findo o contencioso administrativo foi ajuizada ação anulatória sob a alegação de lançamento indevido, haja vista que a ausência de estorno não tem o condão de afastar o benefício fiscal de redução da base de cálculo do ICMS. A Companhia requereu perícia contábil e estamos aguardando a sua realização. Em paralelo o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal, razão pela qual a Companhia se manifestou requerendo a suspensão dos andamentos processuais, haja vista a existência da ação anulatória. Atualmente o processo está em diligência no distribuidor para correção do polo passivo.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores ofertados em garantia, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 1056343-73.2019.8.26.0053 e Execução Fiscal 1506918-06.2020.8.26.0014

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Juízo	9ª Vara de Fazenda Pública do Estado de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	18/10/2019
Partes no processo	(Autor) Camil Alimentos S.A. (Réu) Estado de São Paulo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.356.011,61 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	A Companhia propôs ação anulatória em face da cobrança de ICMS relativo ao creditamento indevido por ausência de estorno relacionada a produtos com redução de base de cálculo (cesta básica), sob a alegação de ocorrência de decadência. Foi proferida sentença cancelando a autuação na íntegra e interposto recurso de apelação, estamos no prazo para apresentar contrarrazões. Paralelamente o Estado de São Paulo distribuiu execução fiscal autuada sob nº 1506918-06.2020.8.26.0014, na qual encontra-se sobrestada até julgamento da ação anulatória.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores ofertados em garantia, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 16561.720082/2017-43	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	18/09/2017
Partes no processo	(Autor) União Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 310.827.478,10 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	O Autor está exigindo o pagamento pela Companhia do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-calendário de 2012 a 2015, cumulados das multas de ofício qualificada e isolada e de juros de mora, em face das compensações realizadas com amortização de ágio gerado através das operações societárias. Apresentada impugnação alegando cumprimento dos requisitos para rentabilidade futura, erro na apuração ágio glosado, legitimidade do ágio e posterior aproveitamento da sua dedutibilidade fiscal, demonstração de propósito negocial da operação, sobreveio decisão de parcialmente procedência, excluindo a responsabilidade solidária dos diretores sem poderes de gestão, ensejando a interposição de Recurso Voluntário pela Companhia. O

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	recurso foi julgado pelo CARF com decisão de parcial procedência reduzindo a multa de 150% para 75%, afastou a responsabilidade solidária dos diretores com poderes de gestão, bem como cancelou o lançamento fiscal em face da aquisição das ações da GIF Codajas. A Companhia opôs embargos de declaração ao qual estamos aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível quanto ao ágio e multa isolada (R\$ 240.038.476,27) / Remota quanto à multa de ofício qualificada (R\$ 70.789.001,83)
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo nº 5000939-05.2020.4.03.6100	
Juízo	5ª Vara Cível Federal de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21/01/2020
Partes no processo	(Autor) Camil Alimentos S.A. (Réu) União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 28.810.176,44 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	A Companhia foi impedida de transmitir os pedidos de PER/Dcomp dos exercícios de 2013 e 2014 relacionados aos créditos de IRPJ/CSLL que passaram a ser considerados subvenção para investimento, com o advento da Lei Complementar 160/2017, pela alegação de decadência. Indeferida a medida liminar foi interposto Agravo de Instrumento ao qual perdeu objeto em face da sentença proferida. A sentença denegou provimento ao pleito, ensejando a oposição de embargos de declaração. Atualmente aguarda-se julgamento dos embargos.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Processo nº 19515.721003/2018-46	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	07/12/2018
Partes no processo	(Autor) Receita Federal

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	(Réu) Camil Alimentos S.A. (Responsáveis Solidários) Claudio Antonio Giglio da Silva Jacques Maggi Quartiero Luciano Maggi Quartiero
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20.348.827,45 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	O autor busca efetuar a cobrança dos valores relativos a supostos débitos tributários de IRPJ/CSLL do período de 2013 cumulado com multa de ofício qualificada, sob a alegação da indevida exclusão da base de cálculo dos referidos tributos as despesas operacionais (matéria-prima), tendo em vista que os documentos fiscais que ensejaram a dedução foram considerados inidôneo. Foi atribuído responsabilidade solidária aos representantes da Companhia, alegando excesso de poderes. Apresentado impugnação sob a alegação de impossibilidade de efeitos retroativos a declaração de inidoneidade, julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário e estamos aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Execução Fiscal nº 0009214-69.2012.8.26.0624 e Embargos à execução fiscal nº 1002144-71.2018.8.26.0624	
Juízo	7ª Câmara de Direito Público do TJSP
Instância	2ª Instância
Data de instauração	01/07/2012
Partes no processo	(Autor) Estado de São Paulo (Réu) SLC Alimentos Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.914.206,28 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	O Autor visa a cobrança de ICMS em face da diferença entre o imposto destacado no documento fiscal e o efetivamente cobrado no estado de origem em operações de transferência, do período de 10/2008 e 07/2009 (guerra fiscal), em face da garantia do juízo foram opostos embargos à execução. Houve a reunião desta ação executiva com a execução fiscal número 0009214-69.2012.8.26.0624, tendo em vista tratar-se de ações conexas.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>Nos autos dos embargos à execução fiscal, a SLC Alimentos Ltda. requereu a extinção em face da remissão concedida com o advento da Lei Complementar nº 160/2017, contudo diante da discordância do autor, foi proferido decisão sobrestando a execução fiscal e os embargos à execução fiscal até decisão final da ação mandamental. Em face da referida decisão foi interposto recurso, o qual restou deferido o efeito suspensivo, suspendendo-se os andamentos da presente Execução Fiscal. Posteriormente a Relatoria determinou o sobrestamento do feito até que haja o julgamento do Tema nº 490 do STF. Considerando que o referido tema não guarda pertinência com o quanto discutido no Agravo de Instrumento, a SLC interpôs Agravo Interno, o qual foi negado provimento ensejando a interposição Recurso Especial e Extraordinário. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos</p> <p>Antes do ajuizamento da ação de execução fiscal pelo Estado de São Paulo contra SLC Alimentos Ltda., esta impetrou o mandado de segurança nº 0009145-04.2012.8.26.0053, visando a suspensão da exigibilidade e a nulidade da decisão administrativa que manteve a autuação nº 3.116.175-3. Foi proferida sentença concedendo parcialmente a segurança para declarar a extinção do crédito tributário em face da ocorrência de decadência, bem como para reduzir a multa imposta ao percentual de 50%. Contra a sentença, ambas as partes interpuseram Recurso de Apelação, sendo provido o apelo do autor e desprovido o apelo da ré, razão pela qual foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário. Tendo em vista o reconhecimento da matéria como repercussão geral (Tema 863 do STF) os autos foram sobrestados. Opostos embargos de declaração em face da decisão que determinou o sobrestamento, desta forma foi anulada a decisão em relação ao Recurso Especial e remetido ao STJ. Atualmente aguarda-se julgamento.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

Execução Fiscal nº 0003191-69.2016.8.21.0022 e Ação Anulatória n.º 001/1.15.0130353-9	
Juízo	4ª Vara da Fazenda Pública de Pelotas/RS
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/02/2016
Partes no processo	(Autor) Estado do Rio Grande do Sul

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	(Réu) SLC Alimentos Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.559.825,74 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	<p>O Autor visa a cobrança do ICMS em face do suposto aproveitamento indevido de crédito presumido, calculado sobre operações de compra de arroz em casca de cooperativas e industrialização de por encomenda. A SLC se manifestou alegando que o débito está sendo discutido nos autos da ação anulatória sob o nº 001/1.15.0130353-9, bem como requerendo a suspensão da execução. Foi proferido despacho suspendendo os andamentos processuais até decisão final da ação anulatória.</p> <p>A ação anulatória foi proposta em face da alegação que a operação de remessa para industrialização possui permissão legal para apropriação de crédito presumido do ICMS. Foi determinado a realização de prova pericial a qual foi juntada aos autos em fevereiro de 2020, atualmente estamos aguardando análise da manifestação referente ao laudo pericial.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

(iii) Cíveis

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como ré nos processos de natureza cível individualmente relevante.

(iv) Outros

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como ré em outros processos relevante.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia não realizou provisão dos processos descritos no item 4.3, tendo em vista que os processos foram classificados como prognóstico de perda possível.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas, informando:

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4:

Não aplicável.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia era parte em processos judiciais ou administrativos, repetitivos ou conexos de natureza tributária considerados relevantes em conjunto por sua administração, abaixo descritos:

63 Processos Administrativos	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	2014, 2015, 2017, 2018 e 2020
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 187.922.090,95 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	O autor busca efetuar a cobrança dos valores relativos a IRPJ/CSLL e de PIS/Cofins, tendo em vista a homologação parcial das compensações realizadas no período de 2007 a 2013 e 2016 com créditos de PIS/Cofins, bem como multa de 50% sobre os valores não homologados. A Companhia apresentou manifestação de inconformidade em face dos despachos decisórios alegando a relevância/essencialidade no processo produtivo dos insumos. Em alguns casos a manifestação foi parcialmente procedente reconhecendo parte dos créditos e homologando parcialmente as compensações, nestes casos a Companhia interpôs Recurso Voluntário e estamos aguardando julgamento. Nos demais casos estamos aguardando julgamento da impugnação.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

8 Autos de Infração	
Juízo	Contencioso Administrativo-Tributário do Estado - CATE
Instância	1ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	03/07/2019
Partes no processo	(Autor) SEFAZ - Pernambuco (Réu)

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

	Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 84.620.449,32 (valor atualizado em 20/02/2021)
Principais fatos	O autor busca efetuar a cobrança dos valores relativos a suposto débito de ICMS e multa, alegando ausência de escrituração de Notas Fiscal de Entrada e Saída referente ao período de 2014/2015, bem como utilização irregular de incentivo fiscal reduzindo o imposto a recolher quando a legislação não permitia referida utilização referente ao período de 2014/2015 e 2017/2018. Apresentada impugnação alegando decadência, cerceamento de defesa, erro de capitulação da multa, Atualmente estamos aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6:

Não foi constituída provisão nos processos descritos no item 4.6.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Ministério Público do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina – Procuradoria do município de Navegantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 2080/2012), em 20/04/2012, para adequação de maquinários às Normas Regulamentadoras nºs 12 e 17. Em 06/02/2017, foi constatado o descumprimento parcial do referido termo (alguns itens da Norma Regulamentadora nº 12), sendo aplicada a multa de R\$100.000,00 que está sendo paga pela Companhia.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 80/2008), em 04/04/2008, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; e (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 38/2003), em 05/02/2004, pelo qual se obrigou a contratar e manter a cota legal de empregados considerados Pessoas Com Deficiência (PDC). O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 16ª Região – Maranhão – Procuradoria do município de São Luis

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 987/2012), em 04/05/2012, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 1, 10 e 11. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro – Procuradoria do município do Rio de Janeiro

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 06/2015), em 28/01/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; e (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho temporário. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Ministério Público do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul – Procuradoria do município de Uruguaiana

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 160/2015), em 16/06/2016, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 4, 5, 7, 9, 12, 18, 24, 33 e 35. Referido Termo de Ajustamento de Conduta foi substituído integralmente pelo Termo (sem número) assinado em 23/07/2020 no Inquérito Trabalhista nº 000054.2019.04.005/2.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 51/2014), em 21/10/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho de temporário; e (v) adequar-se às Normas Regulamentadoras nºs 5, 8, 12, 33 e 35. Referido Termo de Ajustamento de Conduta foi substituído parcialmente pelo Termo (sem número) assinado em 23/07/2020 no Inquérito Trabalhista nº 000054.2019.04.005/2, apenas no que concerne às obrigações relativas às Normas Regulamentadoras 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), 8 (edificações), 12 (segurança no trabalho em máquinas e equipamentos), 33 (trabalho em espaços confinados) e 35 (trabalho em altura). O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta, para as obrigações que permaneceram no Termo, é indeterminado.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 15/2017), em 02/10/2017, para adequação do ambiente de trabalho à Norma Regulamentadora nº 20. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem número), em 19/12/2017, referente ao Inquérito Civil Trabalhista nº 000016.2017.04.005/7, para adequação do ambiente de trabalho à Norma Regulamentadora nº 13. Referido Termo de Ajustamento de Conduta foi substituído integralmente pelo Termo assinado em 23/07/2020, referente ao Inquérito Trabalhista nº 000054.2019.04.005/2.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 38/2020), em 09/07/2020, para adequações das medidas de contenção, prevenção e enfrentamento da COVID-19. O prazo de vigência e eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta ficará limitado ao período de duração da pandemia da COVID-19.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem numeração), no Inquérito Civil Trabalhista nº 000054.2019.04.005/2, em 23/07/2020, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nº 04, 05, 07, 08, 09, 12, 13, 33 e 35. Referido Termo de Ajustamento de Conduta substituiu integralmente os Termos de Ajuste de Conduta assinados nos Inquéritos Civis nº 000004.1998.04.005/1, 000067.2015.04.005/6 e 000016.2017.04.005/7, e substituiu parcialmente o Termo de Ajuste de Conduta assinado no Inquérito Civil nº 000049.2009.04.005/2, apenas no que concerne às obrigações relativas às Normas Regulamentadoras 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), 8 (edificações), 12 (segurança no trabalho em máquinas e

4.7 - Outras Contingências Relevantes

equipamentos), 33 (trabalho em espaços confinados) e 35 (trabalho em altura). O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é de 10 (dez) anos.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Itaqui

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 18/09/2015, para encerramento do Inquérito nº 15/2013, comprometendo-se a: (i) apresentar projeto de adequações da Unidade de Maçambará, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, assinada por profissional habilitado e protocolizado junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, contendo as propostas sugeridas pela divisão de assessoramento técnico do Ministério Público; (ii) implementar integralmente o projeto mencionado acima, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da ciência da aprovação do projeto pelo órgão ambiental, apresentar, ao Ministério Público, memorial descritivo das atividades desenvolvidas para a conclusão da obra; e, após a implementação, (iii) apresentar, ao Ministério Público, relatório técnico, assinado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, demonstrando a efetividade do sistema, sob condição de plena carga, isto é, máxima produção. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia que aguarda a ratificação do Ministério Público e arquivamento definitivo do inquérito civil.

A Companhia celebrou um Termo de Cooperação Ambiental (sem nº), em 26/04/2021, para encerramento do Inquérito nº 00797.00024/2017, comprometendo-se a: (i) apresentar um plano de operação do empreendimento, projeto de cortinamento vegetal, projeto de melhorias ambientais complementares, manutenção das melhorias ambientais já implementadas e projeto de educação ambiental, (ii) não realizar no aterro atividades nocivas e de afetação ao ambiente, em nível de flora, fauna, recursos hídricos, gases, partículas e saúde humana, especialmente não operar em desacordo com a licença ambiental de operação nº 07045/2018 expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), e (iii) aperfeiçoar a gestão ambiental do empreendimento destinado a receber os resíduos casca de arroz e cinzas de casca de arroz geradas no processo de beneficiamento de arroz. O prazo de vigência do Termo de Cooperação Ambiental é de 12 (doze) meses e será considerado cumprido após a apresentação de relatório conclusivo, pela Companhia.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Porto Alegre

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 13/07/2012, para encerramento do Inquérito nº 116/2012, comprometendo-se a: (i) manter a qualidade e rotulagem de seus produtos de acordo com as normas regulamentares; (ii) efetuar a separação dos lotes de produtos em seu depósito de modo que tenha passado pelo controle de qualidade interno ou de empresas credenciadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; (iii) doar à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, no prazo de 20 dias, uma célula de condutividade sem platinização, no valor de R\$2.000,00; e (iv) permitir o ingresso de representantes do Ministério Público nas filiais, viabilizando a fiscalização. As condições estabelecidas foram atendidas pela

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Companhia e, após comprovação do cumprimento das obrigações, o inquérito foi arquivado em 06/08/2012.

Município do Rio de Janeiro/RJ

A Companhia celebrou um Termo de Compromisso (nº 68/2015), em 15/04/2015, aditado em 17/05/2017, para implementação da medida compensatória referente à execução de serviços de reflorestamento, comprometendo-se a plantar espécies nativas da mata atlântica em uma área de 1,20ha localizada no km 9 da estrada Mendanha, bairro Campo Grande, no município do Rio de Janeiro/RJ, bem como a manter a plantação, por 24 meses, a contar de 17/05/2017. As mudas plantadas não perduraram por condições desfavoráveis ao plantio, de modo que a Companhia apresentou justificativa, em 13 de março de 2017 e 22 de maio de 2017, ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ e aguarda manifestação do INEA sobre o cumprimento do TAC.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

- a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**
- b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**
- c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**
- d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**
- e. outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Política de Gestão de Riscos, aprovada em dezembro de 2018 e janeiro de 2019 pelo seu Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, respectivamente, com atualização em maio de 2020.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos visa estabelecer as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas em operação no Brasil, quanto à identificação, análise e respostas aos principais riscos que possam afetar o negócio, estabelecendo controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação e proteção de valor.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa ameaçar a consecução de seus objetivos estratégicos, em especial, porém não limitados, aos riscos e fatores de riscos destacados nas seções 4.1 e 4.2 do presente Formulário de Referência.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia, em linha com as melhores práticas de mercado em gerenciamento de riscos, adota instrumentos de monitoramento e controle de riscos e práticas de aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos, os quais são devidamente monitorados, testados e atualizados, objetivando endereçar respostas aos riscos identificados, através de aplicação e/ou aprimoramento de controles mitigatórios.

O modelo de gerenciamento de riscos da Companhia contempla 3 linhas de defesa e está estruturado de forma que a primeira linha de defesa seja a responsável por manter os riscos nos limites de tolerância definidos pela Companhia, de modo que detém a responsabilidade primária e gerencia diretamente os riscos, identificando, avaliando, tratando, prevenindo e monitorando seus riscos de forma integrada, a segunda linha de defesa refere-se às áreas que realizam o gerenciamento de riscos que facilite e monitore a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional e auxilie os proprietários dos riscos a definir suas metas de exposição ao risco e a reportar adequadamente informações relacionadas aos riscos em toda a organização. Por fim, a terceira linha de defesa realiza avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam seus objetivos.

A companhia também compartilha parte de seus riscos através de terceirização de riscos e/ou contratação de seguros, a fim de diminuir a probabilidade de ocorrência de

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

seus riscos e/ou minimizar os impactos ao negócio caso se materializem.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Companhia adota um modelo que permite a gestão compartilhada de seus riscos pelas diferentes divisões e áreas de negócio, através de uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos.

O compromisso com a integridade, os valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia é responsabilidade de todos os seus colaboradores, sendo estes responsáveis também pelo gerenciamento de seus riscos e, com base nessa premissa, a estrutura de Gestão de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de gestão e governança corporativa, de acordo com o conceito das três linhas de defesa do “*Institute of Internal Auditors – IIA*”, conforme imagem abaixo:



Fonte: Declarações de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA): As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles.

Dessa forma, nos termos da Política de Gestão de Riscos, a Companhia realiza a gestão dos riscos inerentes às suas atividades por meio do Conselho de Administração, dos Comitês, de Auditoria e de Finanças, Investimentos e Riscos, dos Diretores, inclusive o Diretor Presidente e da sua estrutura de governança corporativa (Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna), bem como envolve as divisões de negócios e gestores responsáveis pelas áreas e demais colaboradores.

Compete ao Conselho de Administração:

- Estabelecer a cultura de Gestão de Risco na Companhia, definindo o tom através de seu exemplo, participação ativa, patrocínio e incentivo;
- Aprovar as diretrizes estratégicas da Gestão de Riscos da Companhia, formalizadas através da presente Política, assim como suas eventuais alterações e/ou revisões;
- Supervisionar, com auxílio do Comitê de Auditoria, a estrutura e o processo de Gestão de Riscos da Companhia, assim como sua efetividade, e monitorar periodicamente os níveis de exposição aos riscos referentes as iniciativas

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- estratégicas; e
- Assegurar a adequação da estrutura destinada ao gerenciamento de riscos na Companhia (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), compatível com seu tamanho e complexidade.

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Supervisionar os processos de análise e respostas aos riscos e avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles;
- Analisar, monitorar e informar ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados no processo de Gestão de Riscos, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis;
- Avaliar a Política de Gestão de Riscos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Aprovar e monitorar a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos e garantir a relevância da Auditoria Interna no processo de Gestão de Riscos; e
- Apoiar a Alta Administração no entendimento e mapeamento de seus riscos estratégicos.

Compete ao Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos

- Elaborar e recomendar a aprovação das políticas de finanças da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação;
- Analisar periodicamente o orçamento, os resultados mensais, trimestrais e anuais, o plano de investimentos e plano de finanças da Companhia, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração;
- Analisar periodicamente o impacto do plano de investimentos e do plano de financiamento na estrutura de capital da Companhia e suas consequências nos resultados da Companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração;
- Sugerir parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e recomendar as políticas a serem utilizadas;
- Avaliar o fluxo de caixa, balanço e resultados da Companhia frente a volatilidade de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, assim como propor acompanhar e atualizar, quando necessário, medidas de proteção para os respectivos riscos financeiros;
- Zelar pela exatidão e suficiência das demonstrações financeiras e informações relacionadas divulgadas ao mercado, às propostas de investimentos e financiamentos;
- Acompanhar o desenvolvimento dos indicadores financeiros e patrimoniais da Companhia;
- Estabelecer diretrizes e princípios relativos ao desenvolvimento sustentável, valorizando seu patrimônio e otimizando o retorno sobre o investimento a longo prazo;
- Analisar e emitir recomendações sobre propostas relacionadas à gestão fiscal e tributação;
- Analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas, bem como

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- acompanhar quaisquer operações e negociações;
- Acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia no mercado brasileiro, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e líquido;
- Mapear, mensurar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, bem como definir parâmetros e níveis de aceitação de risco, recomendando estratégias para mitigação, em consonância com a Política de Gestão Riscos da Companhia;
- Estabelecer parâmetros e limites para sistemas de controles internos e riscos da Companhia, propondo melhorias quando necessário;
- Assegurar a operacionalização dos processos, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio;
- Revisar e acompanhar as pautas internas e planos de ação relacionados à temas suscitados pelas discussões do Comitê de Auditoria;
- Emitir pareceres para suporte do Conselho de Administração em assuntos relacionados à funding, investimentos, custo de capital e estrutura de capital em operações financeiras;
- Acompanhar os investimentos aprovados pelo Conselho de Administração durante a sua execução, apontando desvios significativos sobre o orçamento original e seus impactos, segundo limites previamente definidos;
- Analisar e acompanhar a execução de investimentos, incluindo Capex, nos termos das diretrizes previamente estabelecidas e por meio de comparação do montante orçado e realizado e do retorno dos projetos relevantes;
- Avaliar, propor premissas e acompanhar desenvolvimento e impactos relacionados a investimentos considerando métodos como TIR, payback e outros indicadores de retorno e avaliação de investimentos que se fizerem necessários para melhor assessoria ao Conselho de Administração;
- Definir diretrizes da matriz de alçadas para atuação dos gestores da Companhia;
- Formular, recomendar a criação e/ou a atualização dos normativos internos e políticas de assuntos correlatos ao escopo do Comitê; e
- Proceder a estudos, análises e propostas, a respeito de temas sob a alçada do Comitê e quando requeridos pelo Conselho de Administração.
- .

Compete à Alta Administração (refere-se ao mais alto nível de gerenciamento da organização, composto pelos seus Diretores, incluído o Diretor Presidente):

- Promover a cultura de Gestão de Riscos na Companhia, através da implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado e integrado aos objetivos estratégicos do negócio;
- Estabelecer as diretrizes estratégicas de Gestão de Riscos da Companhia, assim como seu processo de formalização e os limites aceitáveis de sua exposição ao risco;
- Em conjunto com a área de Gestão de Riscos, identificar e avaliar os riscos estratégicos, implementar respostas aos mesmos e monitorar os níveis de exposição aos riscos críticos;
- Analisar, monitorar e informar sobre os processos de avaliação e resposta aos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

riscos operacionais e auxiliar à Gestão Operacional (1ª Linha de Defesa) na avaliação e priorização de seus riscos; e

- Estabelecer a estrutura destinada ao processo de gerenciamento de riscos (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), bem como coordenar, auxiliar e monitorar sua implementação.

No tocante à 1ª Linha de Defesa, compete:

- Avaliar continuamente a aplicabilidade dos temas de gerenciamento de riscos às atividades sob sua responsabilidade;
- Implementar e executar controles efetivos de prevenção e de mitigação, garantir adequada definição e execução dos planos de ação e estabelecer ações corretivas para a melhoria contínua da Gestão de Riscos;
- Implantar e executar, de forma proativa, quaisquer ações de mitigação ou de eliminação que julgar necessário, de transferência ou de compartilhamento ou de rejeição dos riscos de nível inaceitável;
- Assegurar a conformidade com regulamentações, políticas e/ou normas (internas e/ou externas); e
- Atender as diretrizes, padrões técnicos e de gestão mínimos definidos pela 2ª Linhas de Defesa.

No tocante à 2ª Linha de Defesa, compete:

- Disseminar a cultura de gestão e prevenção de riscos na organização, através do apoio e troca de conhecimentos e informações, bem como implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos;
- Identificar, analisar e avaliar junto à Alta Administração os riscos estratégicos e, em conjunto com ela, implementar respostas aos mesmos e monitorar os níveis de exposição aos riscos críticos;
- Desenvolver e implementar as políticas, as metodologias, os processos e a infraestrutura para a gestão integrada de riscos;
- Suportar o trabalho das demais linhas de defesa, fornecendo capacitação e instrumentação para o gerenciamento e prevenção de riscos;
- Suportar e monitorar o cumprimento do modelo de governança de riscos de negócio e a divulgação externa de informações oficiais referentes à Gestão de Riscos;
- Reportar nas reuniões do Comitê de Auditoria sobre o processo de gerenciamento e resposta aos principais riscos, considerando a situação dos controles e planos de ação de riscos estratégicos;
- Consolidar as deliberações do Comitê de Auditoria para encaminhamento à Alta Administração, bem como acompanhar a conclusão das recomendações, cabendo às demais áreas da 2ª Linha de Defesa avaliar a efetividade das mesmas, quando aplicável.

No tocante à 3ª Linha de Defesa, compete:

- Como dito no item “b” acima, refere-se à área de Auditoria Interna, que desempenha avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam seus objetivos. O escopo dessa avaliação é reportado

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

à Alta Administração, Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração (através do Comitê de Auditoria).

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da política adotada.

Conforme o exposto no item “b” acima, a adequação da estrutura operacional e dos controles internos para verificação da Política de Gestão de Riscos, são avaliados na 3ª Linha de Defesa, pela área de Auditoria Interna. O resultado da avaliação é reportado à Alta Administração, Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração (através do Comitê de Auditoria).

O Comitê de Auditoria, de caráter permanente e estatutário, é composto por três membros independentes, tecnicamente habilitados para tal, eleitos pelo Conselho de Administração. A sua principal missão, dentre outras, é supervisionar a operacionalização dos processos de auditoria (interna e externa) e dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos.

As áreas de Controles Internos e Auditoria Interna efetuam o acompanhamento dos controles e realizam testes para verificar a os níveis de exposição ao risco e eficácia do ambiente de controles. Ademais, os auditores independentes também avaliam o ambiente de controles da Companhia, e a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da sua Política de Gestão de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia possui uma Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de julho de 2021, que, dentre outras atribuições, estabelece as diretrizes e níveis de exposição para gerenciamento de seus riscos de mercado e financeiros. A Companhia também adota uma Política de Gestão de Riscos, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, a qual visa estabelecer os princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades no gerenciamento de seus riscos, incluindo riscos financeiros e de mercado, além de padronizar os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos – vide seção 5.1 deste Formulário de Referência.

Ademais, a Companhia dispõe de órgãos internos de mitigações e controle de riscos, como Comitês de Auditoria e de Finanças, Investimentos e Riscos, geridos por regimentos próprios, além das estruturas internas de Gestão de Riscos e Controles Internos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, atualmente, a Companhia, através de sua Diretoria Financeira e mediante recomendação do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, busca proteção para variações das taxas de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, especialmente em dólar, relacionados às *commodities* utilizadas em seus processos produtivos, bem como eventuais oscilações de taxas de juros, crédito e liquidez, conforme informado na seção 4.2 deste Formulário de Referência.

ii. Estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia adota como prática evitar sua exposição às flutuações de moeda e juros em suas respectivas operações, como estratégia de proteção patrimonial e, sempre que possível, buscando fontes de financiamento denominadas nas moedas funcionais de suas respectivas operações, atreladas a taxas de juros pré-fixadas. As operações em moeda estrangeiras, comumente realizadas em dólares norte-americanos, adota-se como estratégia o fechamento do câmbio na data da transação (mercado *spot* de câmbio) ou contratação de derivativos, conforme aplicável, como forma de reduzir suas exposições ao risco de flutuação nas taxas de câmbio.

A Companhia adota também a prática de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados à “Certificados de Depósitos Interbancários – CDI” ou assemelhados em cada um de seus respectivos mercados, com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente *hedge* financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2021 e 29 de fevereiro de 2020.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Apesar de não formalizados através de uma política de riscos financeiros e de mercado, a Companhia adota os parâmetros descritos no item “ii” para gerenciá-los. A definição de tais parâmetros é realizada em conjunto com a Alta Administração, em especial pela Diretoria Financeira e o Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos – órgão de assessoramento do Conselho de Administração quanto ao tema.

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos ao de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política específica para gerenciamento de riscos de mercado. Apesar disso, a Companhia adota um modelo que permite a gestão compartilhada de seus riscos pelas diferentes divisões e áreas de negócio, através de uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos, incluindo os de mercado. A estrutura de gestão de riscos, no tocante aos riscos de mercado, é assessorada pela Alta Administração, em especial a Diretoria Financeira, e suportada pelas áreas de Controles Internos e Gestão de Riscos, assim como pelo Conselho de Administração, através do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, além de serem monitoradas pelas Auditorias Interna e Externa e Comitê de Auditoria.

A estrutura integrada para gerenciamento de riscos adotada pela Companhia é tal como descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política específica para gerenciamento de riscos de mercado, mas adota estratégias para reduzir sua exposição aos riscos de mercado, através da definição de parâmetros de *hedge* (vide item “ii”). A estrutura responsável pela avaliação do atendimento aos parâmetros e estratégias adotadas pela Companhia para gestão de seus riscos de mercado é mesma que fora apresentada na Seção 5.1

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

deste Formulário de Referência, uma vez que, a Companhia adota uma visão integrada de gestão de riscos.

Ademais, o Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos auxilia na avaliação da efetividade da estrutura de gestão de riscos, no tocante aos riscos financeiros e de mercado, através de análise dos níveis de exposição aos riscos citados (vide item "i"), os controles internos adotados pela Companhia como forma de resposta aos riscos financeiros e de mercado identificados, assim como sua efetividade na mitigação de tais riscos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). O exercício social da Companhia e suas controladas termina ao final de fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia possui uma área de Controles Internos e Auditoria Interna, que realiza uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras, para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Em caso de deficiências de controles, estas são monitoradas e tratadas tempestivamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre a divulgação das informações financeiras podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode ser alterado.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração conta com o apoio da sua área de Controles Internos e Auditoria Interna para supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, além do acompanhamento dos riscos não financeiros ou contábeis, incluindo riscos operacionais e outros, por meio da gestão integrada de risco.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como competência “avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração”, nos termos de seu regimento interno.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Não obstante, conforme disposto no artigo 26, §4º item (ix), do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Financeiro, dentre as suas funções, coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por fim, cabe ao Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, quando instalado, analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras da Companhia.

A execução dos controles internos e demais mecanismos de controle e proteção é de responsabilidade das áreas de negócios (1ª linha), observando todas as diretrizes da Companhia. A área de Controles Internos oferece suporte técnico as demais áreas de negócio na estruturação e implementação de seus controles e efetua testes de controle em “controles-chaves” da Companhia, a fim de avaliar a eficácia deles. Ademais, os auditores independentes da Companhia também realizam testes para verificar a efetividade e avaliar o ambiente de controles internos.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de Controles Internos e Auditoria Interna, subordinada à Diretoria de Finanças, apoia as demais áreas da Companhia na identificação, avaliação, comunicação e tratamento dos riscos através da implementação, monitoramento e testes de controles que mitigam estes riscos. O resultado deste trabalho é reportado aos diretores da Companhia para ciência e providências sobre os riscos e controles. No Estatuto Social da Companhia estão previstos o Comitê de Auditoria que assessora o Conselho de Administração no monitoramento das práticas de controle adotadas pela Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Ernst &Young Auditores Independentes S.S. (“EY”), auditores independentes da Companhia, realizou o exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2021, com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras e fornecer recomendações para o aprimoramento de seus controles internos.

Como resultado dessa avaliação foi apresentado um relatório de deficiências e recomendações sobre os controles internos, e não foram reportadas deficiências significativas ou fraquezas materiais. As demais deficiências foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como Deficiências de Controles, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Não foi reportada deficiência significativa no relatório de auditoria externa relativo ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021. Para todas as demais deficiências reportadas, a Administração da Companhia desenvolveu planos de ação que serão monitorados constantemente pela Administração da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Ao final do exercício social do ano de 2020, a Camil instituiu a Área de Compliance, ligada à Gerência de Governança Corporativa e com reporte independente para o Comitê de Auditoria e para o Comitê de ESG e Ética. A Área de Compliance estruturou um Programa de Integridade baseado em 6 pilares seguindo as melhores práticas e orientações da Lei Anticorrupção Brasileira 12.846/13 e Decreto 8.420/15.

Os pilares que o Programa de Integridade compreende são: (i) Estrutura da Área e Comprometimento da Alta Administração; (ii) Análise de Riscos; (iii) Políticas e Procedimentos; (iv) Treinamento e Comunicação; (v) Canal de Denúncias e Medidas de Remediação; (vi) Controles e Monitoramento Contínuo. O Programa contém um conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva do Código de Ética, políticas e diretrizes e busca prevenir, detectar e remediar atitudes em desacordo com as políticas, procedimentos e leis vigentes.

Mesmo anteriormente à estruturação do seu Programa de Integridade, a Camil já atuava baseada no seu Código de Ética, um guia definido em conformidade com as leis aplicáveis e que estabelece os direitos, deveres básicos e padrões de conduta ética de todos os colaboradores, terceiros, parceiros de negócios, acionistas e membros dos Comitês e Conselho de Administração da Camil. Além do Código de Ética, a Camil tem uma Política Anticorrupção que estabelece as diretrizes gerais sobre práticas de combate ao suborno e corrupção, em atendimento aos requisitos da legislação anticorrupção existente, em especial a Lei nº 12.846/13. A Camil também possibilita a comunicação de possíveis violações a essa política, Código de Ética e demais políticas e leis aplicáveis por meio do seu Canal de Ética.

Há também outras políticas e procedimentos na Companhia que reforçam as práticas e o compromisso da Camil no combate à corrupção e práticas ilícitas, como por exemplo a Política de Gestão de Riscos. Em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, anualmente, a Camil revisa seu ambiente de riscos e controles. Ainda, conforme Política de Elaboração e Divulgação de Documentos Normativos, as políticas do Programa de Integridade e todos os demais procedimentos da Companhia devem ser revisados a qualquer tempo, sempre que ocorrerem alterações nos processos ou no prazo máximo de dois anos.

5.4 - Programa de Integridade

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui uma Área de Compliance, responsável pela estruturação e implementação do Programa de Integridade na companhia e uma Área de Auditoria Interna, responsável pela auditoria dos processos internos, incluindo os relevantes para o Programa de Integridade. Há também a Área de Controles Internos, responsável pelo gerenciamento e monitoramento dos controles internos e dos documentos normativos da Companhia e uma Área de Riscos Corporativos, que atua na condução das análises de riscos e definição dos controles e apetite de riscos.

A Área de Compliance reporta ao Comitê Operacional de Ética casos de descumprimento do Código de Ética e para aprovação das políticas e procedimentos do Programa de Integridade. Esse comitê é formado pelas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Gente & Gestão e Presidência da Camil.

Para garantir sua independência, a Área de Compliance também reporta ao Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria supervisiona as atividades desenvolvidas e a implementação do Programa de Integridade. Adicionalmente, no exercício social de 2020 foi criado o Comitê de ESG e Ética, que também tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração, deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nos processos de implementação, disseminação e treinamentos relacionados ao Código de Ética da Companhia.

Ao final do ano 2020, a estruturação do Programa de Integridade foi apresentada e aprovada pelo Comitê de Auditoria, Comitê de ESG e Ética, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Camil.

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, terceiros, acionistas e membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias

A Camil espera que todos os seus fornecedores, terceiros, prestadores de serviços e demais pessoas com as quais se relaciona também atendam aos mesmos padrões de ética e integridade na condução dos seus negócios, para isso, disponibiliza seu Código de Ética no site da Companhia de forma que possa ser acessado e consultado por todas as pessoas. Para que um fornecedor, prestador de serviços ou parceiro de negócios possa estabelecer um relacionamento comercial com a Camil, ele também precisa dar o aceite Código de Ética da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Durante o exercício social do ano de 2020, a Camil comunicou amplamente o conteúdo e diretrizes do seu Código de Ética por meio da Campanha de Ética. Essa campanha comunicou sobre a atualização do conteúdo do Código de Ética e sobre o acesso e funcionamento do Canal de Ética. A divulgação ocorreu por meio de cartazes, móveis, adesivos, panfletos distribuídos nas portarias das unidades e e-mails corporativos.

Todos os diretores e conselheiros da Companhia receberam o Código de Ética e assinaram o termo de aceite. Adicionalmente, foi disponibilizado um treinamento online sobre o conteúdo do Código de Ética na Academia Camil e um termo de aceite ao Código no aplicativo Camil Conexão.

Para os novos colaboradores, a Camil orienta e capacita sobre o seu Código de Ética e Canal de Ética no momento da integração dos novos funcionários, durante a fase de admissão.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Está previsto no Código de Ética, item “Sanções”, aplicação de medidas disciplinares no caso de descumprimento das diretrizes do Código ou qualquer outra norma a que a Companhia esteja sujeita. No caso de descumprimento do Código de Ética por fornecedores, parceiros de negócios e prestadores de serviço, a Camil poderá seguir com a rescisão imediata do contrato por descumprimento da cláusula de atendimento ao Código de Ética contida no instrumento jurídico firmado com o referido terceiro.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2015, com atualização em setembro de 2019. O documento pode ser consultado no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.camilalimentos.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos/>) e no site institucional da Companhia, na seção de Ética e Transparência (<https://camilalimentos.com.br/sobre-a-camil/etica-e-transparencia>).

b. Se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

5.4 - Programa de Integridade

- **Órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias intitulado Canal de Ética que está disponível a todas as pessoas que se relacionam com a Camil para relatos de possíveis violações ao Código de Ética, às leis aplicáveis e demais políticas e procedimentos da Companhia.

O canal é administrado por empresa terceirizada e independente. O processo estabelecido garante o anonimato para quando o denunciante não desejar se identificar, a proteção ao denunciante de boa-fé e a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia por meio de um número de protocolo. Conforme estabelecido no Código de Ética da Camil, retaliações também devem ser reportadas, pois caracterizam conduta inadequada e combatida pela Companhia.

O Canal de Ética está disponível 24 horas pelo site <https://www.canaldeetica.com.br/camilalimentos/> ou no horário comercial pelo telefone 0800 770 2530 e e-mail: canal.etica@camil.com.br.

As denúncias recebidas via Canal de Ética são analisadas e tratadas, conforme o caso, pelas Áreas de Compliance e Gente & Gestão, Comitê Operacional de Ética, Comitê de Auditoria e Comitê de ESG e Ética da Companhia.

c. Se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Durante as tratativas que envolvem possíveis operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária, a Companhia usualmente contrata assessores independentes com reconhecida qualidade técnica e alta reputação de mercado com vistas a obter uma visão global ou pontual, conforme o escopo e a natureza da operação, sobre os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, societários, trabalhistas, e também sobre práticas adotadas pela sociedade em questão. Referidos processos de *due diligence* são importantes mecanismos de mapeamento e mitigação de eventuais riscos relacionados ou decorrentes de possíveis práticas irregulares perpetradas pelas partes envolvidas na operação com a Companhia.

d. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos.

Em relação ao último exercício social, a Companhia destaca que houve alterações significativas no seu ambiente de riscos, com alteração no escopo, contexto e critérios de seus fatores de risco, em decorrência da pandemia global provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), ameaçando a saúde e segurança de seus colaboradores, seu modelo de trabalho, a cadeia de suprimentos global de commodities e insumos produtivos e sua continuidade operacional. A Companhia acredita que as ameaças e incertezas provocadas pela pandemia aumenta sua exposição aos riscos dela decorrentes e, portanto, busca gerenciar seus principais riscos e aprimorar suas estruturas de resposta ao risco e seu ambiente de controles. Para mais informações sobre os referidos riscos, vide Seção 4.1. deste Formulário de Referência.

A Companhia acredita também que com a sua Política de Gestão de Riscos e aperfeiçoamentos de suas metodologias e práticas de gerenciamento de riscos, conforme as diretrizes por ela estabelecidas, associadas ao maior nível de mapeamento de seus processos e monitoramento de suas exposições ao risco, assim como a evolução das discussões de temas referentes à Integridade e Conformidade, são satisfatórias para promover a manutenção da exposição aos seus riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Ações de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19)

A Camil concluiu o ano de 2020, um dos cenários mais desafiadores vivenciados pela população no Brasil e no mundo decorrente da pandemia da Covid-19, reforçando mais uma vez os atributos de crescimento sólido e da resiliência do nosso modelo de negócios. Crescemos por meio de ações focadas em agilidade, segurança e suprimentos, com uma operação coordenada na cadeia de valor para não faltar alimento na mesa da população dos países onde atuamos. Nossos 60 anos de história reforçaram experiências históricas que, em conjunto à nossa capacidade de adaptação, nos trouxe agilidade na readequação da nossa liquidez, produção, logística e abastecimento. Nossas ações reforçam cada vez mais nossa confiança de que estamos no caminho certo, com um trabalho coordenado e ágil focado em vendas e geração de valor.

No ano, nos deparamos com um cenário de patamares elevados de custo de aquisição de insumos e matéria-prima em nossas categorias que, em conjunto com a elevada demanda no setor na corrida aos supermercados no início da pandemia - seguida da normalização dos estoques no segundo semestre - trouxe volatilidade e desafios adicionais de volumes e suprimentos em nossas operações. Seguimos uma estratégia ágil e coordenada, nos adaptando à essa nova realidade e nos posicionando desde o início do exercício com foco em nossa cadeia de valor, gestão que foi essencial para não faltar alimentos na mesa de nossos consumidores, além de reforçar a resiliência de nosso modelo de negócios e gerar o crescimento de resultados no ano. Esse novo cenário da pandemia no Brasil, em conjunto com os resultados das operações internacionais permitiu atingirmos um novo patamar como Companhia, com receita bruta no período de R\$ 8,5 bilhões no ano, recorde histórico e crescimento de 36% frente ao ano anterior.

Desde o início da pandemia, seguimos concentrados em direcionar nossos esforços para um fator inegociável para a Camil: a segurança das pessoas. Reforçamos técnicas de higiene e uso de barreiras sanitárias nas unidades operacionais, realizamos palestras e afastamento de pessoas do grupo de risco frente à Covid-19 e implementamos as determinações do Ministério da Saúde. Como empresa de alimentos também reforçamos nossa contribuição no combate aos impactos da pandemia nas comunidades onde operamos, com doação de equipamentos e utensílios para serviços de saúde nos municípios onde possuímos unidades produtivas, assim como intensificação de investimentos sociais e distribuição de produtos para a população mais vulnerável.

Alimentar e nutrir relações faz parte do nosso negócio, e diante deste cenário não podemos deixar de agradecer aos clientes e consumidores pela preferência, seguimos focados em promover produtos de qualidade e reforçar cada vez mais o reconhecimento de nossas marcas, fortalecendo nossas posições de liderança no mercado. Aos colaboradores, acionistas e membros do Conselho de Administração, agradecemos pelo árduo trabalho, apoio e confiança diante deste cenário. Aos nossos fornecedores e demais *stakeholders*, obrigado por mais um ano intenso de colaboração e parceria.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Continuamos seguindo com todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da Covid-19 e para assegurar a continuidade e crescimento de nossos negócios. Com segurança, responsabilidade social e agilidade, estamos cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho certo para antecipar tendências e fortalecer sua posição no setor de alimentos da América do Sul.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	09/11/1990
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/09/2017

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia iniciou suas atividades no ano de 1963, no Rio Grande do Sul, época em que se deu a migração do cultivo de arroz do centro-oeste para o sul do Brasil, devido à sua maior produtividade nesta região. Na década de 70, a Companhia expandiu suas atividades para o Estado de São Paulo. Já na década de 80, a Companhia começou a empacotar e comercializar arroz sob a marca Camil, abrindo o seu primeiro centro de distribuição em São Paulo. A década de 90 foi marcada pela (i) expansão comercial da Companhia com a entrada em novos mercados, como o feijão; (ii) transferência da sede do Rio Grande do Sul para São Paulo; e (iii) admissão de um fundo de *private equity* norte-americano no capital da Companhia (TCW).

A Companhia possui um sólido histórico de aquisições, iniciado a partir de 2001 com a aquisição das marcas Pai João e Príncipe, líderes no Ceará e Rio de Janeiro, respectivamente, e aquisições de unidades industriais localizadas em Recife, Camaquã e próximo ao Rio Grande, além de Centros de Distribuição nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A partir do ano 2000, a estratégia da Companhia passou a ser de expansão via aquisições, em adição ao crescimento orgânico da Companhia, com a assunção do controle da Companhia pela família Quartiero. Além disso, a Companhia adquiriu:

- (i) S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai (“Saman”), em 2007;
- (ii) Tucapel S.A., no Chile, em 2009;
- (iii) BB Mendes, no Maranhão, em 2010;
- (iv) Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. (detentora das marcas “Pescador” e “Alcyon”) em 2011;
- (v) Canadá Participações Ltda. (detentora da marca Coqueiro), no Brasil, em 2011;
- (vi) Costeño Alimentos S.A.C, no Peru, em 2011;
- (vii) Docelar Alimentos e Bebidas S.A. (detentora das marcas “União” e “Da Barra”), no Brasil, em 2013;
- (viii) Ormus (detentora da marca “Hoja Redonda”), no Peru, em 2012 (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia) em 2013;
- (ix) Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., no Brasil, em 2013;
- (x) La Loma Alimentos S.A., na Argentina, em 2013 (vendida em 2018);
- (xi) Envasadora Arequipa S.A.C (detentora da marca “Arroz del Sur”) (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia), no Peru, em 2013;
- (xii) Romero Trading S.A. (detentora da marca “Paisana”), no Peru, em 2014;
- (xiii) SLC Alimentos Ltda. (detentora da marca “Namorado” entre outras de grãos), no Brasil, em 2018.

A estratégia de diversificação internacional começou em 2007, por meio da aquisição da Saman no Uruguai, líder de mercado e maior exportador de arroz uruguaio, seguida da aquisição da Tucapel no Chile, em 2009, atualmente a marca líder de vendas e *share of mind*. Em 2011, a Companhia adquiriu a Costeño no Peru e, em 2014, a marca Paisana, respectivamente primeira e segunda maiores marcas de arroz empacotado no Peru, consolidando a liderança nesta categoria.

6.3 - Breve Histórico

Em 2012, a Companhia iniciou uma estratégia de diversificação de portfólio no Brasil com a entrada no mercado de pescados enlatados (sardinha e atum), por meio da compra das sociedades detentoras das marcas Coqueiro e Pescador. Já no mercado de açúcar, a diversificação foi realizada por meio da compra da empresa detentora da marca União, viabilizada pela injeção de capital com a entrada do fundo de investimento de *private equity* da Gávea Investimentos.

Em 2016, um fundo gerido pela Warburg Pincus, um dos maiores gestores de *private equity* dos Estados Unidos, adquiriu a participação societária detida pelo Gávea Investimentos na Companhia. Vale destacar que a participação do fundo da Warburg Pincus na Camil Alimentos foi liquidada em novembro de 2019, por meio de um programa de recompra de ações da Companhia.

Dando continuidade ao crescimento e expansão, a Camil realizou sua abertura de capital na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e registro na B3 em setembro de 2017, listando-se no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3 sob o *ticker* CAML3. Em adição ao IPO, a Companhia realizou outras importantes transações no mercado de capitais. A Companhia tem utilizado no Brasil os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), desde o início de seu trabalho de gerenciamento do endividamento em 2016, como uma ferramenta para realizar emissões com custos próximos a 100% da Taxa DI, que possibilitaram a substituição de financiamentos com custos mais altos e alongamento do perfil de amortização.

Em 2018, a Companhia realizou a aquisição da SLC Alimentos no Brasil, detentora da marca Namorado. A aquisição da SLC Alimentos reforça a execução da estratégia da Companhia de consolidação do mercado brasileiro de grãos. A SLC Alimentos trouxe uma importante complementariedade de portfólio e de regiões de atuação, permitindo a ampliação da nossa liderança no mercado. A Companhia focou no trabalho de integração e otimização de suas operações de forma ágil e eficiente, com obtenção de importantes sinergias, concluindo esse processo no dia 1º de março de 2019 com a incorporação da empresa pela Companhia. A Companhia reforça que a aquisição foi um passo importante para a sua estratégia de crescimento pautada por aquisições de marcas fortes e expansão geográfica em mercados chave.

Em 2020, a Companhia anunciou a aquisição da Unidade de Negócios *Pet Food* da Empresas Iansa S.A (“LDA”). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Companhia para novas categorias. Essa mais recente aquisição consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Companhia possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel. As Companhias continuam operando de maneira independente até a conclusão da transação.

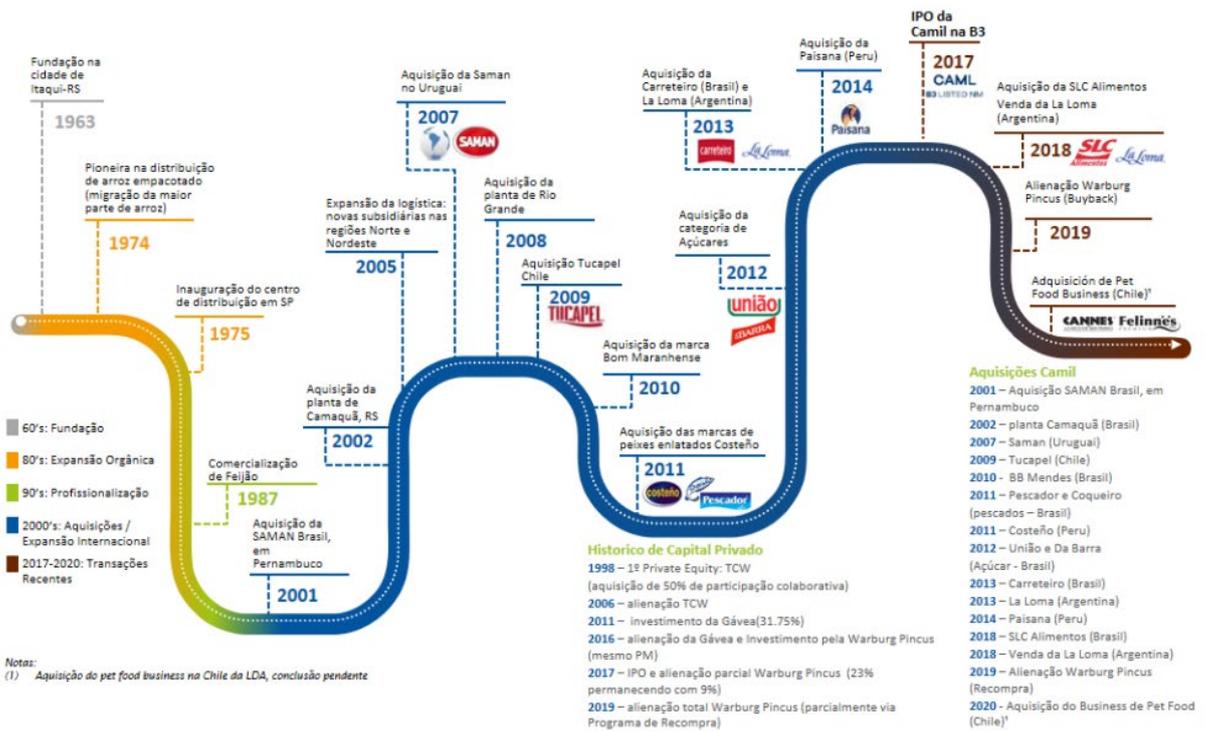
As diversas aquisições estratégicas realizadas ao longo dos últimos anos contribuíram significativamente para o crescimento da Companhia devido, principalmente, à capacidade de identificar, adquirir e integrar com sucesso estruturas e operações novas ao modelo de negócios, de forma rápida e sem prejudicar a qualidade e competitividade de nossas demais marcas e produtos. Nosso processo de integração permitiu alcançar um aumento de eficiência operacional nas empresas adquiridas, mediante

6.3 - Breve Histórico

aproveitamento de sinergias, racionalização de custos e despesas e economias de escala à medida que mais marcas, produtos, centros de distribuição e plantas foram incluídos em nosso modelo de negócio. Acreditamos que a ampla e comprovada experiência adquirida nesses processos confere à Companhia uma posição única para não somente identificar corretamente possíveis aquisições como, principalmente, para integrá-las rapidamente a nosso modelo de negócio, proporcionando ganhos de escala e eficiência. A diversidade de negócios, além de reduzir o risco e aumentar a sinergia estrutural e de custos, permite maior expertise em diferentes modelos de distribuição, suprimentos e maior força junto ao trade marketing, por meio de iniciativas de *cross selling*.

Atualmente, o portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, permite a ocupação de posições de liderança nos mercados de atuação da Camil. A Companhia lidera *rankings* e possui participações relevantes nos mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil e segue focada no crescimento pautado pela combinação de crescimento e consolidação de mercado e expansão para novas categorias e geografias.

Linha do Tempo



Notas:

(1) As Companhias continuam operando de maneira independente até a conclusão da transação.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não sofreu nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

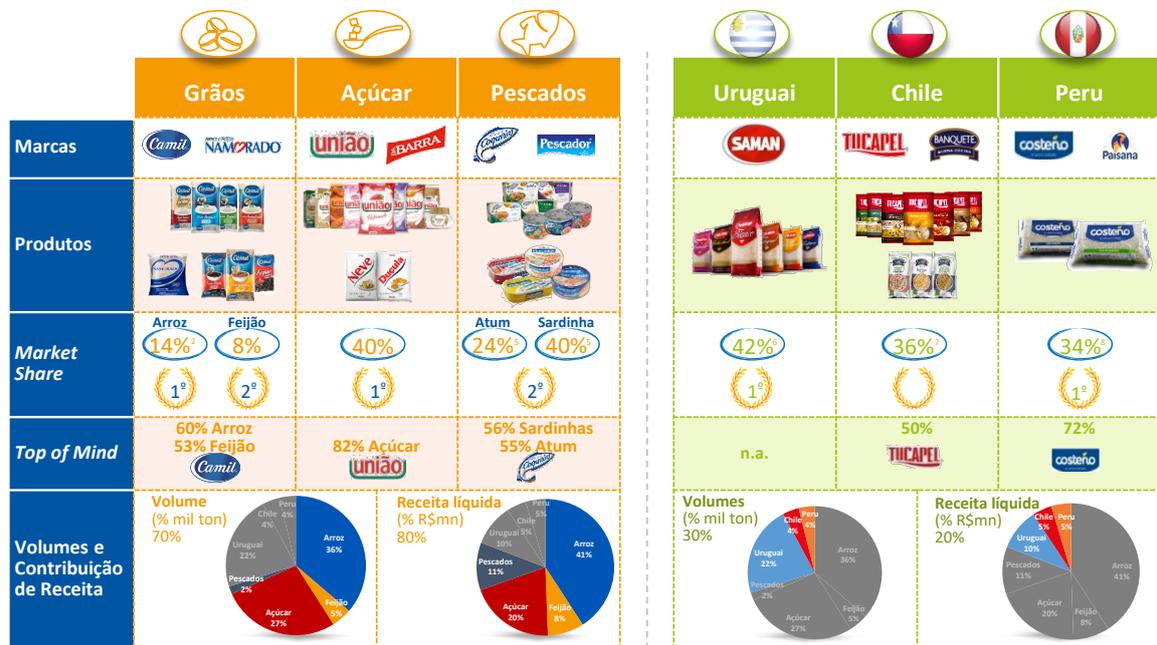
Todas as informações consideradas relevantes para este item 6 do Formulário de Referência foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia, por meio de suas atividades no Brasil e no exterior, integra a industrialização, processamento, beneficiamento, empacotamento, comercialização, por atacado e varejo, importação e exportação de alimentos e quaisquer produtos correlatos (inclusive seus respectivos resíduos) incluindo, mas não se limitando a grãos (principalmente, arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum, incluindo molhos e patês), assim como atua com serviços de secagem e armazenagem de grãos. Com mais de 50 anos de história, a Companhia é uma das maiores empresas de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e na América do Sul, detendo posição de liderança nas categorias e países em que atua, por meio de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru.

O portfólio diversificado da Companhia de marcas tradicionais, consolidadas e com amplo reconhecimento pelos consumidores permite que a Companhia ocupe uma posição de liderança em todos os mercados de atuação. A Companhia possui participações relevantes nos mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil. A tabela abaixo apresenta informações sobre o *market share* e *Top of Mind* de seus principais produtos e países, conforme demonstrado abaixo na visão geral por divisões de negócios no Brasil (por categoria) e no Internacional (por país)¹:



(1) Market share se refere ao total das marcas da companhia Camil; (2) Arroz: Nielsen Retail Index (Varejo+C&C Abr20-Fev21); (3) Feijão: Nielsen Scantrack Index AS+Cash&Carry Abr20-Mar21; (4) Açúcar Refinado: Nielsen Retail Index Varejo+Cash&Carry Abr20-Mar21; (5) Sardinhas e Atum: Nielsen Retail Index Varejo+Cash&Carry Abr20-Mar21; (6) Uruguai: market share Consecha Comision Sectorial del Arroz (2020); (7) Nielsen Scantrack Chile YTD 2021; (8) Kantar Worldpanel Peru (Jan-Mar21); (9) Top of Mind no Brasil de Ipsos, Nov-Dez20.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia possui 27 unidades industriais na América do Sul, sendo 13 unidades industriais no Brasil que atendem os segmentos de grãos, açúcar e pescados e, fora do Brasil, a Companhia possui 14 plantas para beneficiamento de grãos, sendo 9 no Uruguai, 2 no Chile e 3 no Peru. A capacidade de produção anual é de aproximadamente 2.960 mil toneladas, sendo aproximadamente 2.200 mil toneladas de grãos, 700 mil toneladas de açúcar e 60 mil toneladas de pescados.

No Brasil, a Companhia atende mais de 14.000 pontos de venda de forma direta e 300.000 pontos de venda de forma indireta através de sua força de vendas e distribuição. Adicionalmente, exporta seus produtos para mais de 50 países.

Brasil

A Companhia possui 13 fábricas de processamento de grãos distribuídas pelo território nacional brasileiro, com capacidade total de produção anual de aproximadamente 1.500 mil toneladas de grãos, o que lhe confere uma grande capacidade competitiva.

A grande escala da Companhia no Brasil permitiu, ademais, a implementação de uma estratégia de diversificação que começou, em 2011, com a aquisição da marca "Pescador" e "Alcyon", além da marca "Coqueiro". Pioneira na comercialização de pescados enlatados no Brasil, a sociedade detentora da marca Coqueiro está em atividade desde 1937. A estratégia de diversificação da Companhia continuou sendo implementada por meio da aquisição das marcas "Pescador" e "Alcyon" da Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. para atuação nessa mesma categoria de pescados enlatados no exterior. Dentre os produtos comercializados com as marcas "Coqueiro" e "Pescador", destacam-se o atum e a sardinha enlatados. A Companhia possui uma planta de processamento de pescados, com capacidade total de produção de aproximadamente 60.000 toneladas de pescados por ano. A aquisição da marca "União" em 2012, com mais de 100 anos de atuação no Brasil, trouxe à Companhia mais escala e força nacional. Atualmente, considerando todas as marcas detidas pela Companhia no setor, a Companhia possui 40,3% de *market share* segundo a leitura Nielsen Retail Index Bimestral, Varejo+Cash&Carry (Abril'20 a Março'21). O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico. A Companhia possui capacidade total de produção de aproximadamente 700 mil toneladas de açúcar por ano.

Internacional

Por meio da S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai ("Saman"), a Companhia é líder no mercado uruguaio de arroz com compra de aproximadamente 500 mil toneladas de arroz em casca, sendo o maior exportador de arroz uruguaio com 42,0% de *market share* segunda a Consecha Comision Sectorial del Arroz, com 9 plantas industriais no país.

No Chile, a Companhia atua por meio da Tucapel S.A., adquirida em 2009. Atualmente, a marca é líder no Chile no volume de vendas de arroz de participação de mercado em volume (36,0%, Nielsen Scantrack YTD2021). A produção da marca Tucapel é totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete, com 2 plantas industriais nas cidades de Santiago e Retiro. Em 2020, a

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Companhia anunciou a aquisição da Unidade de Negócios Pet Food da Empresas Iansa S.A ("LDA"). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Companhia para novas categorias. Essa aquisição consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Companhia possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel. As Companhias continuam operando de maneira independente até a conclusão da transação.

Já no Peru, a Companhia está presente com a Costeño Alimentos S.A.C ("Costeño"), fundada em 1996 e adquirida pela Companhia em 2011. Atualmente, a Costeño possui 3 plantas industriais, sendo uma em Lima, uma em Arequipa e uma em Piura. Em 2014, a Companhia adquiriu a marca Paisana, segunda maior marca de arroz empacotado do Peru, conforme informações do relatório da Kantar WorldPanel, atualmente, nos termos do mesmo relatório produzido em março 2021, consolidando a liderança do mercado de arroz empacotado com 34% de participação de mercado.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista (a) interesse público que justificou sua criação; (b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização; e (c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados

Nos últimos 3 exercícios sociais, a principal atividade realizada pela Companhia foi e continua sendo o beneficiamento, distribuição e comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Adicionalmente, a Companhia também beneficia, distribui e comercializa outros grãos, como, ervilha, grão de bico, lentilha, soja, canjica amarela e branca, milho de pipoca e proteína de soja, sendo que alguns desses são alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart.

Além dos grãos e pescados, em menor escala, a Companhia também gera energia elétrica a partir da casca do arroz, bem como comercializa óleo de arroz, azeites e presta serviços de irrigação, armazenamento e secagem de grãos.

A Companhia e suas controladas conduzem suas operações em dois segmentos: (i) Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, açúcar e pescados; e (ii) Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile e Peru, nas linhas de produtos de grãos.

I – Alimentícios Brasil

Grãos

Arroz

A Companhia comercializa cerca de 750 mil toneladas por ano. A Companhia possui treze fábricas de processamento de grãos, incluindo arroz, distribuídas pelo território nacional com capacidade total de produção de aproximadamente 1.300 mil toneladas de arroz por ano. A Companhia beneficia uma variedade de diferentes tipos de arroz para atrair maior número de consumidores. Além disso, possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. As principais marcas de arroz da Companhia, em termos de volume, incluem *Camil*, *Namorado*, *Pop*, *Butuí*, *Carreteiro* e *Tche*.

Feijão

Em relação à produção de feijão, a Companhia comercializa cerca de 95 mil toneladas de feijão por ano. O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. As margens do feijão são, geralmente, maiores do que as do arroz e, apesar da volatilidade de preços observada historicamente no mercado, os aumentos no preço do feijão não alteraram significativamente o volume de grãos vendidos nos resultados históricos da Companhia. A principal marca de feijão da Companhia é a marca *Camil* e *Namorado*.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Outros Grãos

Em relação aos demais grãos comercializados pela Companhia, estes podem ser divididos nas seguintes categorias, grãos especiais, biscoito de arroz, prontos e proteína de soja. Os grãos especiais são compostos por ervilha, grãos de bico, lentilha, milho, soja e canjica. Esses produtos, apesar de possuírem uma margem muito positiva, não possuem representatividade na receita, devido à volatilidade de fornecimento desses insumos. O biscoito de arroz é o produto com maior crescimento em receita na Companhia, sendo produzido em uma planta (em Camaquã). Em 2018, a Companhia aumentou sua capacidade produtiva devido à grande demanda do produto. A principal marca de grãos da Companhia é a marca *Camil*.

A linha de prontos são os alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart. Atualmente, eles são divididos em produtos de conveniência e conserva. Dentre os alimentos de conveniência a Companhia produz 4 tipos de feijões (Carioca, Preto, Branco e Fradinho).

A linha de proteína de soja é apenas comercializada e distribuída pela marca Camil. A Companhia possui um parceiro estratégico e não atua na etapa de produção.

Açúcar

A Companhia comercializa cerca de 550 mil toneladas por ano, atualmente em um fábrica de empacotamento localizada em Barra Bonita (SP) no Brasil. O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com um fornecedor estratégico. Além da marca “União”, a Companhia detém também as marcas “Da Barra”, “Duçula”, “Neve” e “Dolce”. A marca União está presente também nos segmentos de açúcar orgânico, demerara, adoçante de sucralose, açúcar especial para culinária, entre outros.

Pescado

A Companhia possui uma fábrica de peixes enlatados localizada estrategicamente no principal ponto de pesca do Brasil (Navegantes, em Santa Catarina), que comercializa em média aproximadamente 37 mil toneladas de pescados por ano. Adicionalmente, a Companhia produz molhos e patês derivados do atum e sardinha para comercialização. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações. A principal marca de pescado da Companhia é a marca *Coqueiro*.

II – Alimentícios Internacional

Uruguai

A atuação da Companhia no Uruguai ocorre por meio da Saman S.A. Molinos Arroceros Nacionales (“Saman”), a qual possui 9 plantas industriais para produção do arroz. Além do arroz, a Saman também comercializa biscoitos de arroz, doces e salgados, tendo em seu portfólio óleo vegetal e subprodutos como o farelo de arroz e arroz quebrado. A Companhia produz aproximadamente 500 mil toneladas de arroz no país por ano.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Chile

A atuação da Companhia no Chile ocorre por meio da Empresas Tucapel S.A. ("Tucapel"), a qual tem sua produção totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete, com 2 plantas industriais nas cidades de Santiago e Retiro. A Tucapel trabalha com diferentes tipos de produtos além do arroz, o arroz. Entre eles, legumes (feijão, ervilha, grão de bico e lentilha), risotos semi-preparados, farinha de arroz, receitas de arroz pré-prontos, além de azeite de oliva, quinoa e biscoitos de arroz. A Companhia produz aproximadamente 80 mil toneladas de arroz no país por ano.

Peru

No Peru, a Companhia está presente com a Costeño Alimentos S.A.C. ("Costeño"), a qual possui 3 plantas industriais localizadas em Lima, Arequipa e Piura. A Costeño comercializa diversos produtos, os principais são o arroz branco e especiais, tendo em seu portfólio de vendas óleo vegetal, açúcar e diversos cereais como lentilha, quinoa, trigo, feijões e milho. A Companhia produz aproximadamente 90 mil toneladas de arroz no país por ano.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Em R\$ milhares	Exercício social encerrado em					
	28 de fevereiro de 2021		29 de fevereiro de 2020		28 de fevereiro de 2019	
Segmento	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total
Alimentício Brasil	5.354.402	72%	3.914.833	73%	3.346.321	70%
Alimentício Internacional	2.111.577	28%	1.481.279	27%	1.402.504	30%
Receita Líquida Total	7.465.979	100%	5.396.122	100%	4.748.825	100%

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Em R\$ milhares	Exercício social encerrado em					
	28 de fevereiro de 2021		29 de fevereiro de 2020		28 de fevereiro de 2019	
Segmento	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	Lucro líquido	Lucro líquido	% do total
Alimentício Brasil	342.792	74%	160.664	67%	260.748	72%
Alimentício Internacional	119.884	26%	78.965	33%	101.639	28%
Lucro Líquido Total	462.676	100%	239.628	100%	362.387	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção

Grãos

Arroz

A Companhia não possui área de plantio e não atua como produtor primário. Em geral, os produtores não detêm infraestrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz e feijão produzido, de forma que a Companhia aproveita essa oportunidade para oferecer esses serviços por meio de suas unidades especialmente criadas para o recebimento, secagem e beneficiamento de arroz. Os produtos comercializados pela Companhia são adquiridos diretamente dos produtores, sendo armazenados tanto em plantas próprias como nos depósitos dos próprios produtores, e posteriormente, beneficiados, empacotados e revendidos ao consumidor final. O beneficiamento do arroz em casca é realizado diretamente nas plantas da Companhia, seguindo as seguintes etapas:

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção de impurezas.
2. Secagem	Secagem do produto recebido da lavoura (umidade alta).
3. Descascamento	Raspagem da casca excessiva do arroz limpo. Separação do arroz integral das cascas por meio de processo de ventilação e por um equipamento mecânico, levando o arroz integral puro para o beneficiamento.
4. Beneficiamento	Beneficiamento, ou branqueamento, do arroz integral a fim de remover a camada de farelo. Moderno <i>multi-break</i> , clareadores verticais usam abrasão e fricção para converter de forma suave e eficiente o arroz integral em grãos brancos. A camada de farelo é sugada por uma ventilação, que normalmente ocorre em dois ou três ciclos, dependendo do nível exigido de beneficiamento.
5. Polimento	Processo para alisar e dar brilho à superfície do grão de arroz, por meio de uma série de rolos.
6. Classificação	Separação do arroz beneficiado (que consiste numa mistura de diferentes tamanhos, incluindo grãos inteiros e arroz quebrado) por meio de seleção e de diversas técnicas para classificar os grãos.
7. Seleção eletrônica	Remoção de defeitos do arroz, como descoloração ou seleção, grãos amarelados,

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Estágio	Processo
	grãos verdes, gessados, sementes, arroz vermelho, impurezas.
8. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e armazenagem do arroz produzido de acordo com a sua classificação para preparar o arroz para ser entregue aos clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Feijão

Assim como o arroz, o feijão é comprado pela Companhia e entregue por fornecedores para beneficiamento em suas plantas. O beneficiamento do feijão é realizado da seguinte forma:

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção de impurezas e limpeza geral dos feijões.
2. Classificação e seleção eletrônica	Seleção dos feijões (que consistem numa mistura de diferentes tamanhos e cores).
3. Separação	Separação e remoção de impurezas.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do feijão produzido de acordo com a sua classificação para preparar os feijões para serem entregues aos clientes.

Outros Grãos

Com relação ao processo produtivo de outros grãos, temos os relacionados aos produtos prontos e o biscoito de arroz. O restante dos produtos, são recebidos prontos para empacotar.

Biscoito de Arroz

Estágio	Processo
1. Recebimento	Recebimento e limpeza do arroz integral.
2. Formação do biscoito	Prensa do arroz na chapa em elevada temperatura para formação do biscoito.
3. Descanso	Descanso do arroz à temperatura ambiente e selecionamento de biscoitos com requisitos necessários para empacotamento.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do biscoito produzido de acordo com a sua classificação serem entregues aos clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Linha de prontos

Estágio	Processo
1. Limpeza / Selecionamento	Seleção dos grãos que serão utilizados nas linhas de prontos. Após essa etapa, todos os produtos passam por uma rigorosa limpeza e por uma peneira.
2. Acondicionamento	Acondicionamento dos grãos nas caixas de tetrapak e adição dos insumos que serão utilizados para elaborar a receita do produto pronto.
3. Autoclave	Produto passa por cozimento na autoclave, já embalado na caixa tetrapak.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das caixas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Açúcar

O fornecimento de açúcar é realizado por um fornecedor estratégico no Brasil, por meio de um contrato de longo prazo, com volumes e preços de mercado pré-acordados. Diferentemente do arroz e do feijão, o açúcar é adquirido dos fornecedores já processado. Portanto, nesse produto, a atuação da Companhia consiste no empacotamento e estocagem para posterior distribuição aos clientes.

Estágio	Processo
1. Recebimento do açúcar	Recebimento do açúcar em Big Bag de 1.000kg.
2. Peneiramento	O big bag é aberto e passa apenas por processo de peneiramento em tela com abertura de 2.5mm ² para quebrar ou separar possíveis aglomerados antes de empacotar.
3. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do açúcar produzido de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Somente o açúcar Fit que tem um processo adicional, sofre mistura com sucralose. Um misturador com capacidade para 250 kg faz a mistura de açúcar com sucralose em bateladas. Cada batelada tem um ciclo de 7 minutos.

Pescados

Dentre os produtos comercializados com as marcas "Coqueiro" e "Pescador", destacam-se o atum e a sardinha enlatados. A planta de processamento de peixes enlatados está localizada estrategicamente em Navegantes (Santa Catarina), principal ponto de pesca do Brasil. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção das vísceras e preparo do peixe para enlatamento.
2. Enlatamento	Preparação do produto para enlatamento de acordo com tamanho e tipo de pescado
3. Autoclave	Momento de cozimento do produto e completa assepsia.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das latas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Tecnologia utilizada

A Companhia busca fazer com que suas plantas detenham o que há de mais moderno no setor em níveis tecnológicos, em todas as etapas do processo de beneficiamento, o que a Companhia acredita garantir a associação de suas marcas à vanguarda tecnológica no setor de alimentos da América Latina. Como exemplo, na planta localizada na Cidade de Camaquã, está em operação a unidade voltada à produção de produtos prontos para consumo (feijão pronto – preto e carioca – e conservas – soja, feijão branco, feijão fradinho e grão de bico), utilizando a tecnologia Tetra Recart, desenvolvida pela Tetra Pak, que possibilita a durabilidade dos produtos sem adição de conservantes, tendo em vista a utilização de embalagens resistentes a altas temperaturas e equipamentos específicos.

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre a Companhia e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do contrato de compra e venda de equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma linha de acondicionamento e processamento de referidos produtos (designada TP R2) em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção dessa tecnologia.

Capacidade Produtiva

A Companhia possui 27 unidades industriais na América do Sul, sendo 13 unidades industriais no Brasil que atendem os segmentos de grãos, açúcar e pescados e, fora do Brasil, a Companhia possui 14 plantas para beneficiamento de grãos, sendo 9 no Uruguai, 2 no Chile e 3 no Peru. A capacidade de produção anual é de aproximadamente 2.960 mil toneladas, sendo aproximadamente 2.200 mil toneladas de grãos, 700 mil toneladas de açúcar e 60 mil toneladas de pescados

A Companhia tem adotado uma série de medidas para melhorar a eficiência de suas plantas produtivas de grãos, açúcar e pescados. Em grãos, a Companhia investiu em melhoria de eficiência operacional, principalmente nas operações da América Latina, por meio de melhorias e expansões das unidades fabris atuais e/ou aquisição de novas plantas (incluindo Recife, São Paulo e Rio Grande do Sul), novos equipamentos de limpeza, seleção e empacotamento. Em açúcar, a Companhia inaugurou uma nova planta em Barra Bonita (SP) em 2019, instalada próxima a usina do fornecedor estratégico da categoria, fruto do projeto de internalização do processo de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

empacotamento de açúcar e aumento da eficiência industrial. Em pescados, a Companhia realizou investimentos em automação e aumento da capacidade de armazenamento de peixe por meio da expansão da câmara fria, assim como concentrou suas operações de pescados de duas plantas para apenas uma planta em Navegantes (SC).

Com base em tais medidas e unidades fabris nos últimos anos, a Companhia acredita deter a capacidade produtiva instalada necessária para suprir o crescimento da sua produção e da comercialização dos seus produtos.

Seguros

A Companhia possui seguros contra danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros, que seguem os padrões de mercado de empresas que atuam no setor e nas regiões onde opera.

Manutenção

A Companhia mantém um plano de manutenção preventiva e corretiva, que permite evitar uma paralisação total de suas atividades para fins de manutenção das máquinas e novos equipamentos.

Riscos inerentes ao processo

Os riscos inerentes ao processo produtivo que podem gerar paralisação das atividades incluem, principalmente, incêndio, explosão, greve, desastres naturais, quebra de equipamentos, entre outros, conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência.

b. Características do processo de distribuição

Para auxiliar na distribuição dos produtos, a Companhia conta com centros de distribuição espalhados pelo Brasil e América do Sul. Os centros de distribuição estão geograficamente localizados próximos aos principais polos de consumo e canais de importação e exportação do Brasil. Com uma localização privilegiada, aliada à cobertura nacional, a Companhia acredita que o posicionamento de sua rede de distribuição permite atuação de maneira mais racional, o que confere economias de escala, além de uma vantagem logística natural, com maior agilidade e flexibilidade na distribuição dos produtos e, conseqüentemente, melhor acesso e penetração a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes.

No Brasil, a Companhia possui uma plataforma única de distribuição, sendo que aproximadamente 95% são realizadas por revendedores próprios, contando com mais de 14 mil pontos de venda diretos e 300 mil pontos de venda indiretos. Desse modo, por meio da sua rede de distribuição, a Companhia comercializa, aproximadamente, 1.400 mil toneladas por ano de produtos no Brasil, chegando diretamente a, aproximadamente, 14 mil pontos de vendas, incluindo redes varejistas (Grupo Pão de Açúcar, Carrefour, Extra, Dia, entre outros) e as principais redes atacadistas do Brasil (Makro, Atacadão, Assaí, Sams Club, Tenda, entre outros).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Adicionalmente, a Companhia ressalta que a sua área de logística segue a tendência de distribuição dos grandes centros, utilizando cargas cada vez menores. Em decorrência disso, as restrições de horários nas rodovias e nas zonas urbanas demandam uma maior eficiência dos prestadores de serviço em toda a malha logística do país.

A Companhia não possui política de manter contratos de distribuição para o transporte de seus produtos. Os contratos assinados com as transportadoras costumam ter prazo de um ano com renovação automática e não possuem cláusula referente a volume ou preço.

Chile

A Companhia conta com, aproximadamente, 20 empresas transportadoras no Chile (PMEs – Pequenas e Medias Empresas), as quais permitem acessar aproximadamente 665 pontos de venda diretos. A partir dos distribuidores, a Companhia chega a outros 1.059 pontos de venda. Ao totalizar todos os pontos de vendas indiretos o alcance é de aproximadamente 39 mil pontos de venda. A rede de distribuição da Companhia no Chile tem permitido comercializar mais de 80 mil toneladas por ano.

O transporte rodoviário foi responsável, nos últimos três exercícios sociais, pela distribuição de quase todos os produtos da Companhia no Chile.

Uruguai

Com relação ao Uruguai, a exportação é realizada via Porto de Montevideú, responsável pelo escoamento de mais de 90% do volume exportado nos últimos três anos, chegando a mais de 35 países, ou por caminhões via fronteira terrestre com Brasil e Argentina.

A zona industrial de Montevideú possui desvio ferroviário próprio, assim como a maioria das outras plantas industriais. Desta forma o transporte dos produtos até o porto ou fronteira terrestre pode ser realizado por trem ou por caminhões.

Peru

No Peru, a Companhia tem a sua própria força de vendas, que atendem diversos canais. Para a cidade de Lima, onde está concentrada a maior parte da venda dos produtos da Companhia, a Companhia possui um sistema de distribuição próprio atendido por caminhão de terceiros. Nesse sistema de distribuição, são atendidos aproximadamente 20 mil clientes pequenos e médios, representando aproximadamente 30% da venda da safra 20/21. Neste mesmo canal, servimos mais de 260 atacadistas clientes que representam aproximadamente 9% das vendas no exercício social encerrado em fevereiro de 2021.

A venda fora da cidade de Lima representou 7% da venda da safra 20/21 e serve 62 distribuidores que atendem as principais cidades do país, com exceção da cidade de Arequipa, onde a Companhia tem força de vendas própria, alcançando 2,7 mil clientes mensalmente. A Companhia tem uma venda média anual de mais de 90 mil toneladas de produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. Participação em cada um dos mercados

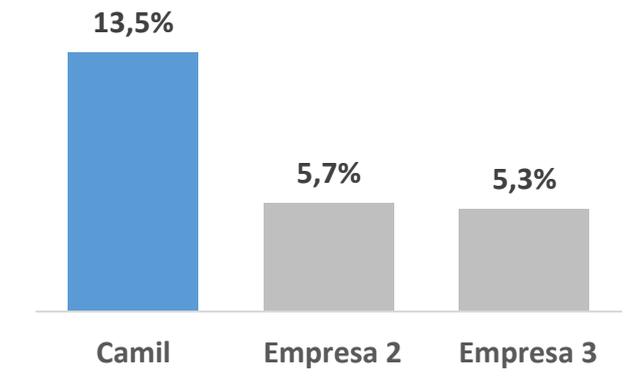
Grãos - Brasil

Arroz

O mercado de arroz é altamente fragmentado, sendo que a Companhia lidera o volume de vendas. Seus principais concorrentes são Prato Fino e Tio João.

Nos últimos 3 anos, a Companhia aumentou sua participação entre os principais fabricantes de arroz, somando 13,5% de Abr/20 a Fev/21, conforme informações do relatório Nielsen Retail Index Brasil Varejo. A Companhia acredita haver um amplo espaço para o seu crescimento na categoria, uma vez que esse mercado é bastante pulverizado, conforme gráfico ao lado.

Principais Fabricantes Arroz - Market Share (%)

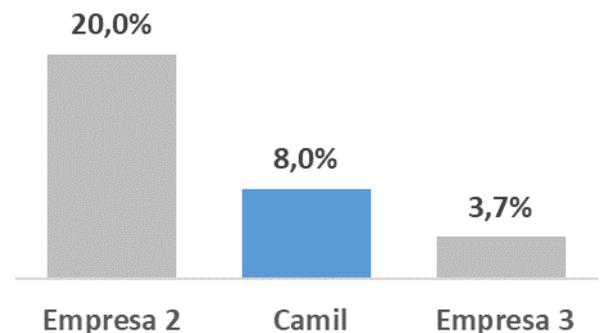


Fonte: Nielsen Retail Index Brasil Varejo+CC Abril'20 a Fevereiro'21 YTD

Feijão

O mercado de feijão é altamente fragmentado, sendo que a Companhia ocupa uma posição importante entre os principais fabricantes de feijão. Seus principais concorrentes são CNA e Broto Legal. A Companhia somou 8,0% de Abr/20 a Fev/21, conforme informações do relatório Nielsen AS Nova Metodologia, Total Brasil Autosserviço+Cash&Carry. A Companhia acredita haver um amplo espaço para o seu crescimento na categoria, uma vez que esse mercado é bastante pulverizado, conforme gráfico ao lado.

Principais Fabricantes Feijão - Market Share (%)



Fonte: Nielsen AS Nova Metodologia Brasil Autosserviços e Cash&Carry Abril'20 a Fevereiro'21 YTD

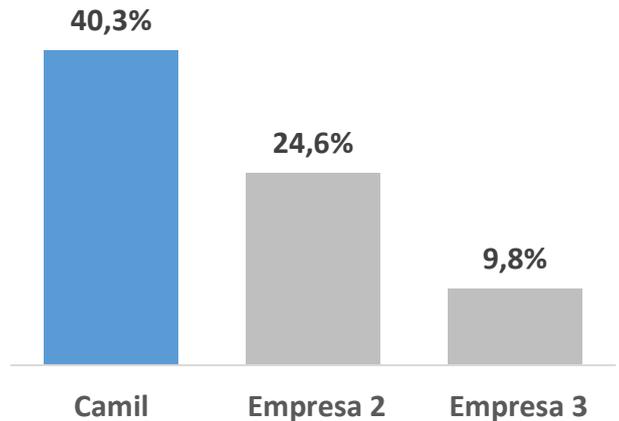
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Açúcar

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, considerando todas as marcas detidas pela Companhia no setor, a Companhia possui liderança com 40,3% do mercado de açúcar refinado no Brasil, de acordo com a Nielsen Retail Index Brasil Varejo+Cash & Carry Abr'20 a Mar'21 YTD.

Nesse mercado, a Companhia possui como principais competidores a Usinas Colombo, Guarani e Alto Alegre.

Principais Fabricantes Açúcar - Market Share (%)

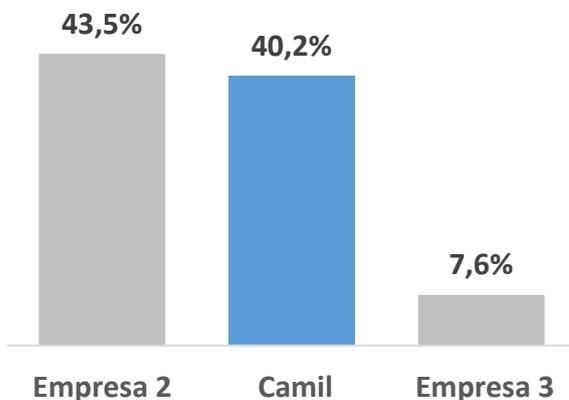


Fonte: Nielsen Retail Index Brasil Varejo+C&C Açúcar Refinado Abr'20 a Mar'21 YTD

Pescados

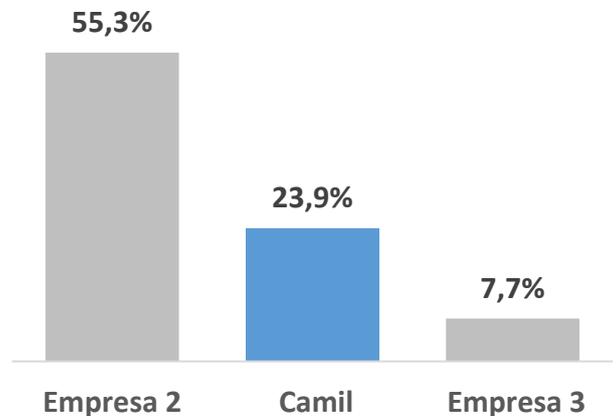
Com as marcas "Coqueiro" e "Pescador", a Companhia ocupa o segundo lugar em sardinha e atum, com 40,2% de participação nas vendas do mercado de sardinha e 23,9% nas vendas do mercado de atum, segundo Nielsen Retail Index Nova Metodologia Brasil Varejo+Cash&Carry Abril'20 a Março'21 YTD. A Companhia enfrenta forte concorrência no setor com um principal concorrente, a Gomes da Costa.

Principais Fabricantes Sardinha - Market Share



Fonte: Nielsen Retail Index - Brasil Varejo+C&C Abr20/Mar'21

Principais Fabricantes Atum - Market Share (%)



Fonte: Nielsen Retail Index - Brasil Varejo+C&C Abr20/Mar'21

ii. Condições de competição nos mercados

O setor de alimentos brasileiro cresceu de forma significativa na última década, principalmente em razão de fundamentos macroeconômicos favoráveis e de algumas mudanças culturais. A Companhia acredita que este crescimento deverá continuar ocorrendo nos próximos anos pela expectativa de manutenção destes fundamentos positivos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Arroz

O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais, e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de competir em todo o mercado brasileiro.

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, porque utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento com os produtores.

As vendas de arroz no varejo caracterizam-se pela estratificação em diversos nichos, de acordo com diferentes tipos e variações do produto. Neste contexto, observa-se que a preferência do consumidor por marcas fortes e bem reconhecidas é um fator relevante na decisão de compra, resultando em ampla diferenciação dos preços no varejo entre diferentes marcas dentro do mesmo nicho de mercado, sendo este efeito mais significativo nos segmentos *premium* do mercado de arroz.

Feijão

O feijão é também um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América do Sul, principalmente entre as classes de renda média e baixa. Assim como no caso do arroz, esta característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão, os processadores podem transferir o aumento dos custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

O mercado de processadores de feijão é bastante fragmentado, assim como a produção que se desenvolve de forma regionalizada, em praticamente todas as regiões do país de acordo com a época do ano. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior produtividade, mas as do Norte e Nordeste estão cada vez mais investindo em tecnologia e mecanização tanto no processamento quanto no plantio.

O desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos prazos de validade do feijão, que tinha vida útil curta. As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz.

O mercado brasileiro de feijão é significativamente fragmentado, com diversos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar de forma eficiente e competitiva no mercado brasileiro.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Açúcar

O mercado brasileiro de açúcar refinado no varejo é altamente concentrado, Das 5 principais empresas de açúcar no varejo, 4 pertencem a grupos processadores de cana-de-açúcar e estão mais expostos à volatilidade de preços da *commodity*.

Pescados

O mercado brasileiro de pescados em conserva é bastante concentrado, sendo que as duas principais empresas do setor detêm juntas aproximadamente 90% de participação no volume das vendas do mercado de sardinha e atum enlatados no Brasil. As empresas brasileiras possuem importantes vantagens competitivas visto que foram pioneiras no segmento, possuem estratégias de preço competitivas e investem em conhecimento e construção da percepção de suas marcas, buscando relevância junto aos seus públicos e a preferência dos consumidores brasileiros.

Benefícios Fiscais

A Companhia se beneficia de incentivos fiscais, nos âmbitos estadual e federal, relacionados aos impostos do ICMS e IRPJ.

Em relação ao ICMS, os estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Tocantins e Paraná concederam à Companhia, incentivos fiscais a fim de (i) reduzir a carga tributária; (ii) conceder crédito presumido; e (iii) conceder diferimento do imposto. A utilização dos benefícios está sujeita ao cumprimento de requisitos da legislação estadual, bem como condições de prazo de vigência.

Já em relação ao IRPJ, a Companhia usufrui de benefícios fiscais de redução de 75% do imposto, em razão do projeto de modernização que possui na planta industrial no município de Cabo de Santo Agostinho, localizada na área de atuação da SUDENE, e da planta de Paraíso do Tocantins, localizada na área de atuação da SUDAM. A utilização dos benefícios também está sujeita a observância de termos e condições, bem como o prazo de vigência é limitado até 31 de dezembro de 2028, no caso da SUDENE, e 31 de dezembro de 2024, no caso da SUDAM.

Custos de matérias-primas e outras despesas

A composição do custo dos produtos vendidos da Companhia apresenta concentração nos itens de natureza variável, os quais incluem matérias primas (grãos, açúcar e pescado), material de embalagem e energia elétrica.

Para mais informações a respeito dos riscos relacionados às matérias-primas, ver item 4.1 e item 4.2 deste Formulário de Referência.

Dependência de Tecnologia e Mão de Obra

A Companhia não depende da utilização de uma tecnologia específica para viabilizar a fabricação de seus produtos. As tecnologias utilizadas no processo de fabricação dos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

produtos produzidos e comercializados pela Companhia são comuns ao mercado, não necessitando de nenhum *know how* específico de propriedade da Companhia. Quando necessário, a Companhia contrata e licencia de terceiros os recursos tecnológicos e produtivos necessários ao desenvolvimento de suas necessidades.

No entanto, a Companhia ressalta que depende, cada vez mais, de sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas, de forma a permitir de forma eficaz a troca de informações entre a Companhia e os seus fornecedores e clientes, permitindo à Companhia manter níveis de estoque das matérias-primas e produtos adequados às suas atividades e o devido abastecimento dos pontos de venda dos seus produtos. Adicionalmente, a fim de desenvolver, produzir e comercializar os produtos da Companhia, a Companhia deve contratar e conservar empregados experientes com expertise específica em tais atividades, bem como atrair e reter membros de sua Administração altamente qualificados. Para mais informações, ver os riscos constantes no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Legislação Especial

Na data deste Formulário de Referência, não há legislação especial e normas aplicáveis à Companhia que tenham influência relevante sobre as operações e/ou seus mercados de atuação, que não tenham sido descritas no item 7.5 e no item 7.7 deste Formulário de Referência.

d. Eventual sazonalidade

A demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, sendo historicamente constante, tendo em vista que o arroz e feijão são produtos básicos da alimentação no Brasil. Todavia, os preços do feijão e do arroz são afetados pela sazonalidade das safras. No Brasil, por exemplo, o preço médio tradicionalmente pago por arroz tem sido menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, havendo aumento dos preços depois de setembro. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio. Quanto ao feijão, tendo em vista que sua safra ocorre três vezes ao ano e que o feijão é mais vulnerável a mudanças das condições climáticas, bem como possui menor duração da vida em estoque, o preço médio pago por feijão é mais volátil do que o preço pago pelo arroz.

Com relação ao açúcar, a demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, tendo em vista que o açúcar é item básico na alimentação. Entretanto, os itens culinários no portfólio de especialidades têm volume alavancado em datas comemorativas como dia das mães, das crianças, festas de São João e de final de ano. Todavia, o preço do açúcar sofre sazonalidade de acordo com a safra que vai de abril a março. Portanto, o preço normalmente segue a característica de oferta e demanda, sendo que no início da safra quando a oferta é maior, o preço tende a ser menor e no final da safra, quando a oferta é menor, o preço tende a ser maior.

Já com relação ao pescado, existe uma forte influência da sazonalidade (i) no período de quaresma (fevereiro a abril) para Sardinha, onde na religião cristã muitos praticantes não consomem carne vermelha; e (ii) no verão, época em que a busca de alimentos mais leves, saudáveis e práticos geram maior interesse.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além da sazonalidade da demanda, também existe a sazonalidade do fornecimento de matéria prima, uma vez que a indústria da pesca precisa respeitar o período de defeso da pesca (período em que a pesca é proibida por lei). Esse período varia de acordo com o tipo de pescado. Para a sardinha são dois períodos: o primeiro ocorre entre 15 de junho a 31 de julho e o segundo de 1 de novembro a 15 de fevereiro. Para o atum não há uma lei específica, existindo um defeso natural que ocorre nos meses de julho a setembro, sendo que a pesca retorna em outubro.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Brasil

Fornecedores

A Companhia possui relacionamento comercial com mais de 1,4 mil fornecedores (dos quais mais de 1,2 mil são produtores de arroz) dos quais compra regularmente arroz, feijão, açúcar e pescados ao longo de todo ano. A compra é realizada por meio de contratos individualizados por negócio, sendo que o respectivo fornecedor decide o momento e o volume da venda, o que pode ocorrer em diversos períodos ao longo do ano.

A Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e realiza compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais.

Em relação ao fornecimento de açúcar, a Companhia possui grande concentração de fornecimento da Raízen, que é praticamente sua fornecedora exclusiva, porém realiza compras pontuais são realizadas junto a outros fornecedores, principalmente no açúcar cristal, porém o volume não é relevante. Para mais informações a respeito do contrato de fornecimento de açúcar, ver item 7.3 ii deste Formulário de Referência.

Com relação aos outros grãos, a Companhia também possui uma base pulverizada de fornecimento, porém devido a sazonalidade de produção e dificuldade na origem deste tipo de matéria prima, sua disponibilidade pode ser afetada em determinadas épocas do ano no ponto de venda.

Adiantamento de pagamento aos fornecedores no Brasil

Com relação ao mercado brasileiro, a Companhia realiza adiantamentos esporádicos a determinados fornecedores para apoiar os seus custos de produção, em montantes e critérios que variam caso a caso, levando em consideração a qualidade e longevidade do relacionamento que mantemos com determinados fornecedores. A partir desse

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

adiantamento que concedemos a esses fornecedores selecionados, nós garantimos o recebimento das suas respectivas safras de arroz.

Uruguai

Fornecedores

Por meio da SAMAN, na safra de 2020, a Companhia celebrou diversos contratos com 242 produtores e passou a adquirir exclusividade sobre a safra atual desses produtores. Em contrapartida, a Companhia fornece sementes certificadas, as quais são desenvolvidas, conforme prática do mercado uruguaio, o que a Companhia acredita garantir maior retorno e qualidade à produção que financia, uma vez que os fornecedores deixam de utilizar sementes de multiplicação própria sem seguir os protocolos de qualidade "clonadas", preferindo a utilização de sementes certificadas que são cuidadosamente tratadas pela Companhia. Além disso, a Companhia também oferece serviços de orientação técnica na área agrônômica, serviço de irrigação, serviço de compra conjunta de insumos, etc.

A recepção, secagem, armazenagem, beneficiamento e distribuição de toda a safra de arroz destes produtores é atribuição exclusiva da Companhia. Durante as últimas décadas, o relacionamento da Companhia com os produtores uruguaio vem se aprimorando, por conta de contínua interação comercial. Em diversos casos, esse relacionamento comercial já se encontra na terceira geração de famílias de agricultores. Em 2020, foram plantados aproximadamente 144 mil hectares no Uruguai.

Os contratos da Companhia com os fornecedores uruguaio têm validade por uma safra e são padronizados e previamente negociados em suas linhas gerais com a ACA (Asociación de Cultivadores de Arroz). Em nenhuma das etapas deste relacionamento há intervenção governamental ou de algum órgão público.

Adiantamento de pagamento aos fornecedores no Uruguai

A Companhia possui um relacionamento exclusivo com todos os seus fornecedores uruguaio auxiliando com os custos de, aproximadamente, 60% da produção de seus fornecedores. Cada fornecedor recebe adiantamento, a título de pagamento pela compra do produto, da Companhia até 70% do seu custo de produção. Em retorno, a Companhia tem a garantia de que receberá a safra de arroz de seus fornecedores, que em virtude desta operação financeira tem sua produção colocada em garantia para companhia. Ainda, a Companhia fornece sementes e serviços de orientação técnica na área agrônômica.

Chile

Fornecedores

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Por meio da Tucapel, a Companhia adquire, no mercado nacional arroz em casca produzido no Chile, nas regiões de Maule e Ñuble (responsáveis por produzir, aproximadamente, 100% do arroz chileno), o que representa, aproximadamente, 68% do arroz comercializado pela Companhia.

O arroz produzido nessas regiões é comprado pelas empresas beneficiadoras, quase em sua totalidade em casca.

Para obter um maior controle sobre o abastecimento de arroz, anualmente, a Companhia firma contratos com mais de 700 produtores chilenos de arroz, bem como fornece aos agricultores sementes de arroz certificadas, bem como financia parte dos seus custos de produção. Adicionalmente, presta serviços de orientação técnica na área agrônômica, com a garantia de entrega de sua produção à Companhia.

Por meio da Tucapel, a Companhia tem um relacionamento de mais de 30 anos com produtores locais. Atualmente, dos aproximadamente 27 mil hectares cultivados de arroz no Chile, a Companhia contrata, aproximadamente, 11 mil hectares com produtores locais.

A relação com os fornecedores, especialmente no que diz respeito ao preço praticado, está regulamentada pelo governo do Chile por intermédio do Ministério de Agricultura chileno, por meio da ODEPA.

Os restantes 46% do arroz que comercializamos são adquiridos no mercado internacional, tendo a Argentina como principal fornecedor, seguido de Paraguai e eventualmente de Uruguai e Brasil.

Adiantamento de pagamento aos fornecedores de arroz produzido no Chile

A Companhia auxilia com parte dos custos de produção de seus fornecedores com os quais celebra contratos de compra e venda com adiantamento de pagamento, por meio dos quais cada um dos produtores de arroz recebe adiantamento, a título de pagamento pela compra do produto, de no máximo 40% do custo de produção. Como retorno, a Companhia recebe a safra de arroz dos agricultores financiados. Ademais, a Companhia presta serviços de orientação técnica na área agrônômica.

Peru

Fornecedores

A tabela abaixo apresenta informações sobre os fornecedores nacionais e estrangeiros dos produtos comercializados pela Costeño Alimentos S.A.C. ("Costeño"):

Produto	Participação	Fornecedores
Arroz com casca (paddy) nacional	22.09%	Fornecedores nacionais (norte do Peru)
Arroz branco importado	63.29%	Fornecedores estrangeiros

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Feijão, lentilha e produtos similares	7.05%	Fornecedores nacionais (Peru)
Feijão, lentilha e produtos similares	0.29%	Fornecedores estrangeiros
Açúcar	2.34%	Fornecedores nacionais (Peru)
Óleo	3.02%	Fornecedores nacionais (Peru)
Óleo	0.06%	Fornecedores estrangeiros
Outros	1.28%	Fornecedores nacionais (Peru)
Total	100,00%	

A matéria-prima utilizada pela Costeño, em seus produtos, é adquirida, pela Companhia, em mercados nacionais e internacionais. Assim, 35.78% da matéria-prima é adquirida no mercado nacional e 64.22% é adquirida no mercado internacional.

Com relação à aquisição de arroz branco importado, que representa 63.29% das compras realizadas pela Costeño, 88.4% é adquirido da Saman.

As compras realizadas pela Costeño no mercado nacional representam 22,09% do total das compras. O arroz com casca (paddy), que é utilizado como matéria-prima e processado na Unidade Sullana, em Piura, Peru (moinho).

A Costeño concede empréstimos a 6% dos agricultores que atuam como seus fornecedores, assegurando assim parte do fornecimento de matéria-prima (arroz com casca). Esses empréstimos são garantidos por hipoteca e são remunerados a juros anual de 16%. Com esses empréstimos, os agricultores podem cobrir os custos do aluguel da terra e plantio (custos de produção).

As quotas são liquidadas quando os agricultores entregam o arroz com casca (paddy) na safra seguinte. Ao final da safra, os juros são liquidados e pagos pelos agricultores. Até o momento, não houve empecilhos para a recuperação dos empréstimos concedidos aos agricultores.

Outros produtos equivalem a 1,86% das compras realizadas e correspondem à aquisição de conservas, enlatados diversas, biscoitos e sal para posterior comercialização no mercado nacional.

Em 2020 iniciamos as operações de importação direta de grãos (espiando milho), alcançando uniformidade na Qualidade bem como redução no preço de compra, o percentual de compra durante 2020 foi distribuído da seguinte forma:

	Tn	%
Fornecedores nacionais (Feijão, lentilha e produtos similares)	4.197,03	91%
Fornecedores estrangeiros (grãos e similares)	416,00	9%
Total	4.613,03	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia depende de alguns fornecedores estratégicos de matérias-primas, e, principalmente no setor de açúcar de um fornecedor exclusivo, com dependência não só do fornecimento do produto *in natura* mas também de seu beneficiamento, refino, ou processo de industrialização correspondente.

Contrato de Compra de Açúcar

O fornecimento de açúcar da Companhia é contratado por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Açúcar, celebrado entre a Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan") e a Raízen Energia S.A. ("Raízen") em 1 de julho de 2011, conforme aditado em 31 de janeiro de 2012 e 01 de setembro de 2014 ("Contrato de Fornecimento"). Em 20 de julho de 2012, a Cosan cedeu o Contrato de Fornecimento à Docelar Alimentos e Bebidas S.A. ("Docelar"), a qual foi incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, ocasião na qual a Companhia passou a deter integralmente todos os direitos e obrigações da Docelar no âmbito do Contrato de Fornecimento.

O Contrato de Fornecimento é de longo prazo, possuindo vigência de vinte anos a partir da data de sua celebração, com renovação automática por igual período, e estabelece volumes pré-acordados de fornecimento de açúcar, seja para refino, seja para empacotamento, sendo os preços aqueles usuais de mercado. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia adquirir volumes adicionais de açúcar, conforme demanda da Companhia e dentro dos limites estabelecidos pelo Contrato de Fornecimento. A Companhia e a Raízen poderão aditar o escopo do Contrato de Fornecimento e celebrar novos instrumentos contratuais que se fizerem necessários, a fim de garantir a integridade de outros termos e condições acordados pelas partes.

O açúcar adquirido pela Companhia por meio do Contrato de Fornecimento é, ainda, refinado e/ou empacotado, conforme o caso, pela própria Raízen, por meio de 2 (duas) unidades de refino e empacotamento, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Refino e Empacotamento", celebrado entre a Cosan e a Raízen em 1 de julho de 2011, conforme aditado em 1 de setembro de 2014 e 23 de agosto de 2016 ("Contrato de Refino") A Companhia passou a ser a detentora de todos os direitos e obrigações contratuais da Cosan no âmbito do Contrato de Refino da mesma forma que no Contrato de Fornecimento, por meio da cessão dos direitos à Docelar e sua posterior incorporação pela Companhia. O Contrato de Refino possui vigência de vinte anos com renovação automática por igual período. Por fim, o Contrato de Refino possui, ainda, cláusula de *take or pay*, em que a Companhia ou a Raízen devem pagar determinado valor à outra no caso de o volume fornecido ou o volume retirado de açúcar for inferior à variação de volume tolerada nos termos do Contrato de Refino. A Companhia, no entanto, possui direito a indenização caso a Raízen entregue volume baixo de açúcar menor que provoque uma ruptura no abastecimento ao mercado. A Companhia e a Raízen poderão aditar o escopo do Contrato de Refino e celebrar novos instrumentos contratuais que se fizerem necessários, a fim de garantir a integridade de outros termos e condições acordados pelas partes. Em 12 de julho de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

2017, as Partes celebraram o Memorando de Entendimentos com o intuito de estabelecer as condições para transição de atividades de empacotamento e expedição do produto.

iii. Eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Considerando que a Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras a preço de mercado, a Companhia aloca aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico.

Em relação a pescados é negociado, anualmente, no SINDIPE - Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região os preços de atum, sardinha fresca e salmourada, em consenso com pescadores, armadores e indústria. Este preço é cumprido por todos os elos da cadeia produtiva. A exceção se dá em anos de baixíssimo volume de captura, em que o mercado de peixe fresco absorve a preços mais altos que o preço convencionado no sindicato. Quando o mercado brasileiro está sem captura, o suprimento é feito com sardinha do Marrocos e Omã. Já o suprimento de atum é importado do Equador. Geralmente, o preço do produto nacional é mais competitivo, e não havendo captura, a importação é fator de elevação de custos em atum e sardinha.

Em relação aos outros grãos, a Companhia realiza compras "spot" a preço de mercado.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

A Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Vigilância Sanitária

Do ponto de vista sanitário, as atividades desenvolvidas que digam respeito à saúde da população também estão sujeitas à regulação, fiscalização e controle das autoridades sanitárias competentes. Em âmbito federal, a ANVISA, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, também estabeleceu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, formado pela ANVISA, o Conselho Nacional de Secretarias Estaduais da Saúde, o Conselho Nacional das Secretarias Municipais da Saúde, bem como os Centros de Vigilância Sanitária dos Municípios, Estados e Distrito Federal. De acordo com a legislação vigente, o instrumento básico utilizado para o licenciamento de atividades sob controle da vigilância sanitária é o Alvará de Funcionamento emitido pela autoridade sanitária estadual ou local, de forma a atestar a regularidade do estabelecimento industrial ou comercial. Cada estabelecimento deve obter um alvará sanitário independente, que deve ser renovado anualmente.

No rol dos segmentos sujeitos à fiscalização, controle e regulação da ANVISA, via de regra, os produtos do setor alimentício também estão sujeitos ao processo de registro. Porém, conforme dispõe a Resolução da ANVISA RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010, os produtos de vegetais, cereais, amidos, farinha e farelos estão dispensados da obrigatoriedade de registro junto à ANVISA, sendo suficiente a mera apresentação do comunicado de início de fabricação de tais produtos junto ao órgão sanitário local competente.

Com relação ao beneficiamento e processamento de açúcar, e acordo com a Resolução – RDC nº 23, de 15 de março de 2000, certos produtos como açúcar estão dispensados da obrigatoriedade de registro no órgão competente do Ministério da Saúde. No entanto, deve-se considerar a Resolução RDC nº 271, de 22 de setembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para Açúcares e Produtos para Adoçar, indicando os requisitos gerais específicos e adicionais do produto.

Ainda, vale notar que a Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, e a Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, estabelecem que empresas do setor alimentício devem obter o Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação, objetivando estabelecer procedimentos operacionais padronizados que contribuam para a garantia das condições higiênico-sanitárias necessárias ao processamento/industrialização de alimentos, bem assim cumprir e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

fazer cumprir com os regulamentos técnicos constantes das resoluções editadas pela ANVISA específicos para cada tipo de alimento, como a Resolução RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005, que aprova o regulamento técnico para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos, e a Resolução RDC nº 273, de 22 de setembro de 2005, aplicável para alimentos prontos e semi-prontos para consumo, entre outros.

Por fim, devem-se considerar, ainda, o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, bem como a Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

MAPA - MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

A Instrução Normativa Nº47, de 30 de agosto de 2018 estabelece o Regulamento Técnico do Açúcar, definindo o seu padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem, nos aspectos referentes à classificação do produto

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental (especialmente, por meio do tratamento de emissões atmosféricas e efluentes industriais) e realiza os investimentos necessários conforme identificação da necessidade para tanto.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre a Companhia e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do Contrato de Compra e Venda de Equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma Linha TP R2 de acondicionamento e processamento de feijão pronto (preto e carioca) em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção desta tecnologia.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

País Sede do Emissor	Exercício social findo em 28/02/2021	
	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)
Brasil	5.354.402	71,72%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Países Estrangeiros	Exercício social findo em 28/02/2021	
	Soma de Receita Líquida (R\$ milhares)	Participação (%)
Uruguai	1.003.400	13,44%
Chile	568.910	7,62%
Peru	539.268	7,21%
	2.111.579	28,28%

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Total dos Países Estrangeiros	Exercício social findo em 28/02/2021	
	Soma de Receita Líquida (R\$)	Participação (%)
	2.412.384	32,31%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios da Companhia

Nenhum dos países nos quais a Companhia obtém receitas relevantes, conforme indicado no item 7.6 deste Formulário de Referência, apresenta restrições à comercialização de seus produtos que poderiam causar um efeito adverso relevante em seus negócios. Adicionalmente, a Companhia destaca que, o Uruguai, país responsável pela maior parcela das receitas relevantes auferidas pela Companhia, faz parte do Mercosul, o que possibilita o livre trânsito dos produtos da Companhia.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Uruguai

Autorizações Ambientais

As principais licenças ambientais que devem ser obtidas são as seguintes: *Autorización Ambiental Previa* (AAP), licença de *Vialidad Ambiental de Localización* (VAL), *Autorización Ambiental Especial* (AAE) e *Autorización Ambiental de Operación* (AAO). A *Autorización Ambiental Previa* (AAP) deve ser obtida para qualquer projeto que possa provocar dano ambiental, e não poderá ser requerida caso um projeto seja declarado inviável – mesmo que este seja revisto. Já a VAL é requerida em casos específicos sendo uma ferramenta de regulamentação territorial.

A AAE é requerida para projetos que tenham entrado em operação antes de 2005 (ano de aprovação do Decreto nº 349/005) e para os projetos que visam ao aumento de produção ou de capacidade de armazenamento. Esta autorização pode ser obtida apenas após a apresentação de um estudo ambiental e da expedição de licença especial para plantas industriais operacionais ou para instalações agroindustriais.

A AAO, por sua vez, é requerida para fins de plantas operacionais e deve ser renovada a cada três anos. Esta renovação pode ser antecipada caso ocorram modificações ou expansões significativas antes do prazo de expiração. Para obter uma AAO, o interessado deverá comprovar o cumprimento de todas as condições estabelecidas pela AAP e deverá conduzir um estudo sobre o impacto ambiental causado.

A esse respeito, a Companhia destaca que todas as nossas principais unidades possuem licenças ambientais válidas para operar e encontram-se regularizadas perante os órgãos ambientais estaduais competentes.

Demais Regulamentações

As operações da controlada Saman S.A. Molinos Arroceros Nacionales ("Saman") com arroz também estão sujeitas à extensiva regulação pelo Ministério da Agricultura uruguaio e demais autoridades locais, estaduais ou internacionais, com as quais, historicamente a Saman mantém uma relação muito próxima.

A Saman também está sujeita a regulamentações sanitárias nacionais e municipais, principalmente por meio da habilitação sanitária de suas plantas e das autorizações emitidas pelo Ministério de Saúde Pública uruguaio.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

As normas uruguaias regulamentam também a utilização e conservação da água no solo e superfícies destinadas a atividades agropecuárias, os mecanismos de prevenção de contaminação ambiental, assim como o uso de águas de irrigação, o uso e preservação de solos e a construção de fontes perfuradas para obtenção de água subterrânea e as licenças requeridas em cada caso. A Companhia destaca que a Saman obteve todas as licenças relevantes para obtenção de água nas suas operações regulares e encontram-se regularizadas perante os órgãos competentes.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Chile

Autorizações Ambientais e Sanitárias

A legislação ambiental chilena possui diversas normas ambientais e sanitárias aplicáveis à produção, armazenagem e distribuição relacionadas a alimentos, dentre outras atividades. Nesse sentido, a Lei nº 19.300 é a base de toda a regulação ambiental no Chile e estabelece os projetos ou atividades que deverão se submeter ao Serviço de Avaliação Ambiental. Adicionalmente, outras normas estabelecem autorizações e obrigações específicas relacionadas à produção, armazenagem e venda de produtos para fins ambientais e sanitários.

As atividades da Companhia realizadas no Chile requerem a obtenção de autorizações sanitárias para produção e armazenagem de produtos alimentícios, assim como para armazenamento e descarte de resíduos sólidos e líquidos industriais; relatório sanitário relativo às instalações ou às plantas; autorizações municipais de todas as instalações, incluindo autorização de edificação, certificado de recepção final de obras e; autorizações de sistema de esgoto e água potável próprio ou fornecido por uma empresa sanitária.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Peru

Considerando que a Costeño Alimentos S.A.C ("Costeño") utiliza recursos naturais e pode vir a poluir o meio ambiente no curso de suas operações (processamento de grãos), é necessária a obtenção de licenças e autorizações prévias junto às autoridades ambientais para construir, instalar, expandir e administrar seus negócios no Peru.

Autorizações Ambientais e Sanitárias

Atualmente, a Costeño possui três plantas de processamento, todas com as respectivas licenças necessárias ao seu funcionamento, quais sejam:

- (i) Validação técnica oficial do sistema Análisis de Peligros y Puntos Críticos de Control: Tem o objetivo de verificar a correta implementação de referido sistema em cada linha de produção e cada estabelecimento que produz alimentos e bebidas. A certificação é outorgada pela Superintendencia Nacional de Salud; e
- (ii) Autorização outorgada pela Servicio Nacional de Sanidad Agraria, que confirma a conformidade do processo de produção com a regulamentação da saúde.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Por fim, de maneira a administrar eficientemente os resíduos sólidos gerados por suas atividades, a Costeño contratou companhia especializada em administração e transporte de resíduos, de forma a garantir seu descarte apropriado. Dessa forma, a companhia especializada é responsável pelo descarte de resíduos.

Costeño possui todas as licenças e autorizações administrativas obrigatórias à administração e desenvolvimento de seus negócios no âmbito da legislação peruana.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. Se a Companhia divulga informações sociais e ambientais

A Companhia irá publicar o seu primeiro relatório de sustentabilidade no ano de 2021, considerando o fechamento do exercício social em 28 de fevereiro de 2021, assim como tornar tal publicação uma prática do processo de transparência e evolução na divulgação de informações de ESG, incluindo indicadores socioambientais e de governança.

Dentro da amplitude de discussões em ESG, a fim de alinhar temas que fazem uma real diferença aos nossos negócios e para nosso entorno, definimos temas materiais com metas e princípios – alguns que nos orientam dentro dos nossos 60 anos de história, e outros no qual buscamos sempre nos atualizar e aperfeiçoar. Buscamos alimentar e nutrir relações e entendemos que o foco e a definição da materialidade é a estratégia assertiva para fazer a diferença no dia-a-dia das pessoas.

Nossa estratégia ESG e atualizações no exercício de 2020 faz parte do amadurecimento contínuo e construção de uma base sólida para uma governança sustentável. Temos adotado compromissos focados e sólidos que transformam reais desafios do nosso contexto em metas que garantem a eficiência do nosso propósito na atualização e aprimoramento do nosso propósito empresarial. Destacamos algumas frentes abaixo:

- Comitê de ESG e Ética: criação de uma estrutura de governança focada em práticas ESG, órgão que se reporta ao Conselho de Administração e é composto por três conselheiros, sendo um conselheiro independente, que visa acompanhar e orientar as práticas de ESG e Ética da Companhia alinhadas à estratégia empresarial.
- Comitê Interno de ESG (Diretoria): para reporte ao Comitê de ESG e Ética, criamos uma estrutura interna composta por quatro diretores, incluindo o diretor presidente, que visa monitorar os grupos de trabalho de ESG para execução de metas e práticas aderentes à Companhia e países de atuação. O reporte ao comitê é realizado pelo departamento de Relações com Investidores e ESG da Companhia.
- Grupos de Trabalho: a estratégia da Companhia apoiada e monitorada pelo Comitê foi separada em oito Grupos de Trabalho, com equipes multidisciplinares que focam nos Temas Materiais levantados durante o assessment de ESG da Companhia, incluindo: Ambiental: Meio Ambiente; e Suprimentos; Responsabilidade Social: Investimentos Sociais; Saúde e Segurança do Trabalho; e Diversidade e Inclusão; Governança: Riscos e Compliance; Governança Corporativa; e Imagem e Reputação.

São mais de 60 pessoas envolvidas dos quatro países que atuamos que compõe os grupos de trabalho, com discussões e encontros mensais focados no estabelecimento de metas e ações voltadas ao aperfeiçoamento de cada um dos temas materiais acima no nosso contexto de negócios. Cada grupo de trabalho tem sua própria governança estabelecida, respondendo à uma diretoria que faz o controle e supervisão do andamento das metas e ações propostas.

- Metas ESG – Diretoria: para reforçar ainda mais este compromisso, a Camil

7.8 - Políticas Socioambientais

decidiu atualizar seu planejamento estratégico dos próximos cinco anos com práticas ESG e atribuir metas ESG relacionadas ao contexto dos temas materiais acima na remuneração variável de todos os diretores da Companhia.

- Definição da Receita de Sucesso ESG: definimos a nossa Receita de ESG Camil, que baseia nossos princípios e metas orientando a Companhia frente ao que somos e que buscamos com essa estrutura e aprimoramento de práticas sustentáveis:
 - Receita: Como uma das maiores empresas de alimentos da América Latina, reforçamos nosso compromisso no impacto positivo e permanente que geramos frente aos nossos negócios e a sociedade, no cuidado com as pessoas envolvidas em nosso contexto, na garantia de qualidade dos nossos produtos e na preocupação com a mitigação de impactos ambientais que geramos.
 - Modo de Preparo: Nossa estrutura de governança visa estimular e criar mecanismos para integrar práticas ambientais, sociais e de governança ao planejamento estratégico e cultura organizacional por meio de ações e metas para o desenvolvimento sustentável empresarial.
 - Ingredientes: Integramos aspectos ambientais, sociais e de governança com a materialidade como estratégia assertiva para refletir o que queremos ser e nutrir nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável. Os temas materiais são compostos por grupos de trabalho multidisciplinares, com ações e metas que apoiam nossa visão.

Buscamos alinhar tendências atuais de mercado com visão ESG aos nossos negócios e trabalhar o tema cada vez mais no âmbito da nossa cultura empresarial, olhando para a realidade das práticas que fazem diferença efetiva em cada país e categoria que atuamos. Diante disso, realizamos diversos encontros entre workshops, palestras e discussões internas sobre o tema para alinhar nossa visão e compromissos sustentáveis, além de consultas externas com alguns de nossos *stakeholders*.

Questões ambientais, de responsabilidade social e de governança corporativa estão diretamente relacionadas ao contexto empresarial quando olhamos para a perenidade dos nossos negócios. Seguimos focados em reforçar e trazer para o mercado práticas que fazem a real diferença para nossos negócios, as pessoas, o planeta e o contexto que estamos inseridos.

b. Metodologia seguida na elaboração dessas informações

A metodologia utilizada para a definição das estratégias de sustentabilidade e realização dos projetos está baseada na materialidade, com o primeiro relatório de sustentabilidade inspirado na metodologia GRI.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações não são auditadas por terceiros.

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

7.8 - Políticas Socioambientais

Os indicadores e práticas ESG da Companhia estão disponíveis em:
<http://ri.camilalimentos.com.br/camil/sustentabilidade/>

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O Setor de Alimentos na América Latina

Breve panorama

O setor de alimentos engloba diversos tipos de produtos, tais como carnes, lácteos, café, chá, cereais, açúcares, óleos, gorduras, trigo, frutas, vegetais, pescados, dentre outros, que apresentam entre si grande diversidade de características estruturais de mercados, de processo de produção e de consumo. Tendo em vista tal amplitude, a descrição a seguir foca no setor de alimentos, excluindo carnes e lácteos por possuírem características, dinâmicas de produção e comercialização materialmente divergentes de nossos segmentos de atuação, que se caracterizam pelo caráter não perecível dos produtos comercializados, dispensando a utilização de câmaras frias na distribuição.

A América Latina é uma região de hábitos alimentares variados, refletindo a rica base de recursos naturais e a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram na região ao longo de sua história e da cultura indígena local. Os europeus trouxeram influências como o consumo de carne bovina e do arroz, que possui origem asiática e foi levado dos países árabes à Europa. Itens amplamente consumidos como feijão, pescados, milho, batata e mandioca já eram cultivados e consumidos pelos povos indígenas antes da colonização europeia na região.

Tendências no setor de alimentos na América Latina

Acreditamos que há uma perspectiva positiva para o setor de alimentos na América Latina, aumento da população e mudanças demográficas nesses países e fortalecimento de tendências favoráveis nos hábitos de consumo. Dentre as principais tendências destacam-se: (i) aumento da penetração do consumo de determinados alimentos, como pescados; (ii) busca por produtos alimentícios de maior qualidade; e (iii) aumento da demanda por produtos de maior valor agregado, praticidade e conveniência.

O Setor de Alimentos | Brasil

Breve panorama

A indústria brasileira de alimentos e bebidas registrou crescimento de 12,8% em faturamento no ano de 2020 em relação a 2019, atingindo R\$ 789,2 bilhões, somadas exportações e vendas para o mercado interno. Esse resultado representa 10,6% do PIB nacional, segundo pesquisa conjuntural da ABIA (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos). Em 2019, o setor registrou R\$ 699,9 bilhões.

Descontada a inflação do período, a indústria de alimentos obteve aumento de 3,3% nas vendas reais ano passado. Na produção física (volume de produção), o setor cresceu 1,8% em relação a 2019. Esse resultado se deveu ao aumento das vendas para o varejo de 16,2% em 2020, e das vendas para o mercado externo, de 11,4%.

Em relação à geração de empregos, mesmo com o impacto da Covid-19 sobre o setor de alimentos, que gerou um custo adicional de produção de 4,8% em 2020, a indústria de alimentos e bebidas criou 20 mil novas vagas diretas, alta de 1,2% em relação a 2019. O setor é o que mais gera empregos na indústria de transformação do Brasil, com 1,68 milhão de empregos diretos.

7.9 - Outras Informações Relevantes

“A indústria de alimentos enfrentou grandes desafios em 2020, principalmente por ser uma atividade essencial e ter a responsabilidade e o compromisso de continuar trabalhando para garantir o abastecimento a toda a população brasileira. Atuando com agilidade e adotando com rigor todos os protocolos de segurança, o setor conseguiu aumentar sua produção e não deixou faltar comida na mesa dos brasileiros” - analisa João Dornellas, presidente executivo da ABIA.

DESEMPENHO SETORIAL

Vendas Reais: As categorias que mais se destacaram em vendas reais foram açúcares, com aumento de 58,6%; óleos vegetais, 21,2%; e carnes, 13%.

Menor desempenho: Em vendas reais, as categorias com as maiores quedas foram bebidas, 8,3%; e derivados de trigo, com 1,9%.

MERCADO INTERNO E INVESTIMENTOS

As vendas do mercado interno - varejo e *food service* – apresentaram ligeira queda de 0,85% nas vendas reais. O *food service* (alimentação preparada fora do lar), impactado diretamente pela pandemia, recuou 24,3% em 2020, enquanto o mercado varejista cresceu 16,2%.

Mesmo com os desafios que a pandemia trouxe para todos os setores, a indústria de alimentos manteve o volume de investimento diante de um cenário de crise. Os investimentos das indústrias de alimentos, incluindo fusões e aquisições, expansão de plantas fabris, investimento em P&D, aquisição de máquinas e equipamentos, alcançaram R\$ 21,2 bilhões em 2020, o que correspondeu a 2,7% do faturamento total do setor, de R\$ 789,2 bilhões. Houve queda de 4,8% nos investimentos em relação ao ano de 2019.

EXPORTAÇÕES

A indústria de alimentos e bebidas expandiu em 11,4% as exportações em 2020 em comparação com o ano anterior, totalizando US\$ 38,2 bilhões contra US\$ 34,2 bilhões em 2019. Esse resultado representa uma participação de 25% nas vendas totais do setor em 2020. Em 2019, essa representatividade ficou em 19,2%.

Fatores que impactaram nos resultados das exportações:

- Acentuada desvalorização do câmbio;
- Forte demanda por importações de alimentos na Ásia, com destaque para a China, que continua se recuperando da Peste Suína Africana e dependendo da importação de proteína animal de outros países, principalmente do Brasil;
- As exportações de carnes bovina, suína e de aves para a China totalizaram 6,6 bilhões de dólares, alta de 44,5% em relação ao ano de 2019;
- Aumento nas vendas de açúcar, também para a China, totalizando US\$ 1,3 bilhão, registrando alta de 27,3% sobre 2019.

O Brasil é o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo. O setor exporta para mais de 190 países. Os principais mercados em 2020 foram Ásia, Países Árabes e União Europeia, com 45,7%, 16,2% e 13,8% das exportações, respectivamente.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Exportações 2020 – principais destinos

China – US\$8,2 bilhões

Hong Kong - US\$1,9 bilhão

Holanda - US\$1,7 bilhão

“Temos orgulho em constatar que a indústria de alimentos conseguiu cumprir o seu papel de abastecer o país e o mercado internacional, diante do aumento significativo da demanda. Os resultados de 2020 mostraram a eficiência, a qualidade e a resiliência de toda a cadeia produtiva de alimentos do Brasil e nos fortalece para os novos desafios a serem enfrentados em 2021”, destaca Grazielle Parenti, presidente do Conselho Diretor da ABIA.

Perspectivas para 2021

Considerando uma recuperação econômica gradual do país, associada à capacidade de o Brasil vacinar parte significativa da população, de modo a controlar a contaminação de Covid-19, a estimativa da indústria de alimentos é de crescimento acima de 3% das vendas reais em 2021. Mas esse crescimento só será possível, mesmo com o recuo da pandemia, se o Brasil fizer as reformas estruturantes necessárias.

“Em relação à Reforma Tributária, é imperativo que o Brasil tenha um sistema tributário mais simples e que não onere o consumidor naquilo que é básico para qualquer cidadão: a sua alimentação. É primordial que as propostas em análise no Congresso Nacional contemplem a necessidade social, econômica e estratégica de dar um tratamento diferenciado aos alimentos e manter a isenção de tributos para os produtos da cesta básica”, ressalta Dornellas.

O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias para alimentos do mundo. Levantamento da FIPE indica média de 23% da carga tributária sobre alimentos e de 9,8% para a cesta básica, enquanto nos países da OCDE a carga é de 7% para todos os alimentos¹.

A perspectiva, segundo o relatório, é de que em 2021 as vendas reais da indústria de alimentação aumentem em 3% a 4%, e as exportações se mantenham entre US\$ 38 bilhões ou cheguem à casa dos US\$ 40 bilhões. Especificamente sobre os açúcares, o crescimento da produção brasileira em 2020 foi de 42,2%, e nas exportações, o faturamento passou de US\$ 5.340 milhões para US\$ 8.915 milhões, o que representa avanço de quase 67%. De acordo com o presidente executivo da associação, João Dornellas, a razão foi o gap deixado neste mercado em âmbito global pela Índia e que foi parcialmente ocupado pelo Brasil. Fonte: Notícias Agrícolas, 14/05/2021

Por ser um país de hábitos alimentares variados, devido a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram no país ao longo de sua história e da cultura indígena local, o prato mais tradicional do Brasil consiste em arroz, feijão, farofa e carne bovina, que reflete toda a miscigenação e o intercâmbio cultural presentes no país. O arroz trazido da Ásia à Europa pelos países árabes, com a chegada dos portugueses, passou a fazer parte da alimentação cotidiana do brasileiro. O feijão e a

1: Fonte: ABIA, Release 24/02/2021

7.9 - Outras Informações Relevantes

farofa já eram apreciados pelos indígenas antes da chegada dos colonizadores, enquanto o hábito de comer carne bovina também foi introduzido pelos portugueses.

O setor de alimentos está sujeito a riscos sanitários devido à responsabilidade envolvida na comercialização de produtos voltados para o consumo humano, devido aos riscos causados por potenciais contaminações, adulterações ou deterioração de alimentos. Visto isso, os países possuem políticas próprias para controle de importação e exportação de alimentos além de órgãos de vigilância sanitária com objetivo de minimizar incidentes envolvendo consumidores, como por exemplo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

Perspectivas para a indústria de alimentos no Brasil

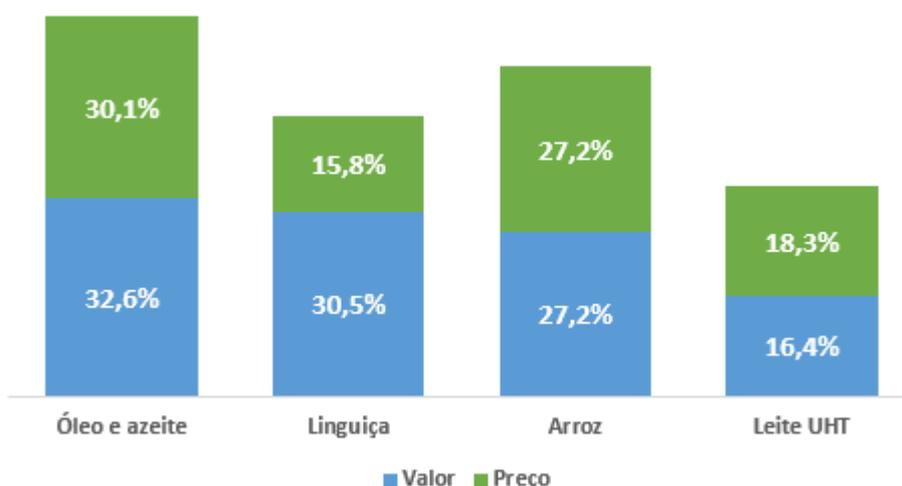
Em razão da pandemia do Covid-19 no Brasil em 2020, diversas famílias mudaram seus hábitos de consumo, com crescimento do consumo de produtos para cozinhar em casa.

Segundo estudo divulgado pela Revista ABRAS de Abril 2021, com o isolamento social, fechamento de lojas e restaurantes e a implementação do *home office*, as pessoas passaram a consumir mais dentro de casa.

No comparativo entre 2020 com 2019, alimentos, em geral, foi a segunda cesta em crescimento em volume, ficando atrás somente de limpeza, e a cesta que mais cresceu em valor, com respectivas variações de 5,6% e 14,8%. Dois fatores ajudam a explicar esta movimentação:

- Aumento do consumo nos lares, que apesar de ter prejudicado setores como bebidas, alavancou o volume de vendas de alimentos.
- Aumento dos preços do setor, já que a cesta de alimentos teve repasse de +8,8% este ano, influenciada pela crescida do dólar e pressão de custos, além do aumento da demanda.

Assim, entre as categorias mais importantes e que mais crescem em faturamento estão produtos essenciais ao cotidiano que tiveram forte repasse como:



Fonte: Revista ABRAS, Abril 2021 – Aumento de Valor e Preço em Categorias de Alimentos

7.9 - Outras Informações Relevantes

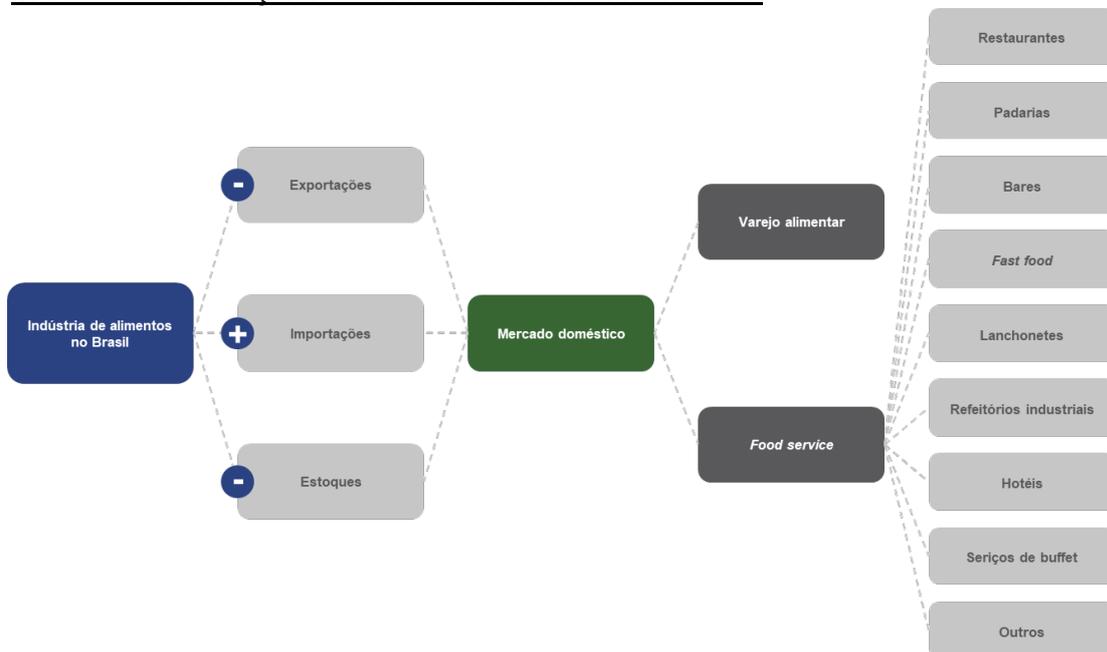
Estima-se, ainda, que fatores como (i) topografia e clima favoráveis - refletindo em altos níveis de produtividade; (ii) grande extensão de área cultivável potencial ainda não explorada; (iii) avanço e desenvolvimento tecnológico; e (iv) melhorias e desenvolvimento da infraestrutura de transportes e eficiência logística, impactem positivamente a indústria de alimentos brasileira, trazendo redução de custos de produção e distribuição.

A privatização de rodovias, instalações portuárias e ferrovias melhoraram os transportes no Brasil e a infraestrutura de exportação, resultando em redução de custos e menores prazos de entrega também são fatores importantes para a perspectiva de crescimento da indústria de alimentos no Brasil, especialmente se for considerada a combinação de baixos gastos com alimentos no Brasil, quando comparados a outros países e estimativas de crescimento da população.

Cadeia de distribuição

A indústria de alimentos brasileira possui interação com diferentes canais de distribuição. Apesar da frequente celebração de contratos com limitações em áreas geográficas e restrições sobre determinados produtos, a indústria alimentícia possui operação relativamente livre. Neste ambiente, a distribuição no varejo possui participação significativa no escoamento da produção e detém alto poder de barganha com fornecedores. Adicionalmente, o segmento de *food service*, caracteriza-se por ser significativamente fragmentado.

Cadeia de distribuição da indústria de alimentos no Brasil



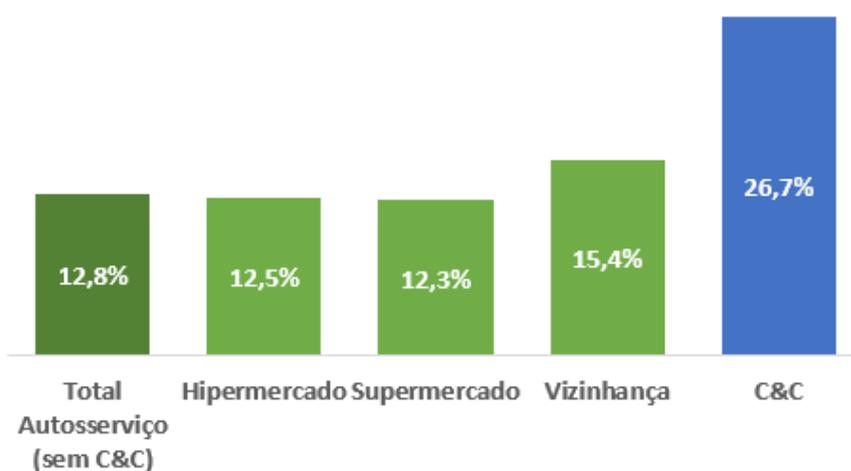
Fonte: USDA e ABIA

No estudo divulgado pela Revista ABRAS de Abril 2021 indica que, no contexto da pandemia, supermercados foram vitais para a regularidade do abastecimento das famílias. Observou-se um consumidor indo menos vezes ao PDV, embora com um gasto médio mais elevado. Por outro lado, vimos esses mesmos consumidores

7.9 - Outras Informações Relevantes

preparando suas refeições em casa, com maior preocupação com o “saudável” e, de alguma forma, reinventando as experiências em família.

Sendo assim, o canal atacarejo, ou *cash & carry*, foi o que teve maior destaque (+26,7%) por oferecer um extenso mix de produtos com maior apela de baixo preço, o que favoreceu as compras de abastecimento para os consumidores com menor frequência nos PDVs, seguido dos autosserviços independentes/vizinhança (+15,4%, que têm por característica a proximidade e a compra de produtos frescos que não são possíveis comprar para o mês inteiro. Além disso, tanto os supermercados (+12,3%) como os hipermercados (+12,5%) também apresentaram crescimentos em faturamento em relação ao ano anterior. Os canais impactados negativamente foram bares, restaurantes e lojas tradicionais, além do canal perfumaria.



Fonte: Revista ABRAS, Abril 2021 – Crescimento de Faturamento em relação ao ano anterior

Nos números da ABIA, vemos o crescimento dos canais de distribuição da indústria alimentícia no Brasil (ABIA Mai/21 – em R\$ bilhões):

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DA IND. DA ALIMENTAÇÃO NO MERCADO INTERNO (R\$ Bilhões)									
R\$ BI	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Varejo Alimentício	227,9	255,6	277,6	294,2	323,0	338,3	352,1	373,0	433,4
Food Service	100,9	116,5	132,8	144,0	154,2	164,7	172,8	184,7	139,9
TOTAL do Mercado interno	328,7	372,1	410,3	438,2	477,2	503,1	524,9	557,7	573,3
Part%	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Part% Varejo Alimentício	69,3%	68,7%	67,6%	67,1%	67,7%	67,3%	67,1%	66,9%	75,6%
Part% Food Service	30,7%	31,3%	32,4%	32,9%	32,3%	32,7%	32,9%	33,1%	24,4%
Total Mercado Interno	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ABIA

Balança comercial do setor

7.9 - Outras Informações Relevantes

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o setor de agronegócios apresenta anualmente crescimento, contribuindo fortemente para a balança comercial do país, com recuperação no último ano após queda em 2019, conforme comprovado pelo Estudo da AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro:

Exportações e importações do agronegócio no Brasil (em US\$ Bilhão)



Fonte: AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro

Tendências do setor de alimentos no Brasil

Os fundamentos macroeconômicos e algumas mudanças culturais em curso têm influenciado o fortalecimento de tendências, que, por sua vez, devem também impactar o aumento da demanda por alimentos e alterações em alguns padrões de consumo, dentre as quais se destacam:

- Aumento da frequência da alimentação em casa pós-covid e da busca por produtos de mercearia seca, entre eles arroz, feijão e enlatados (vide estudos anteriormente apresentados neste capítulo).
- Aumento da penetração do consumo de alguns alimentos, principalmente entre as classes de renda D e E. A recuperação da economia e o consequente aumento de renda das classes D e E tendem a impulsionar o consumo de alguns alimentos, dentre os quais o arroz, que é a principal fonte de carboidratos dos brasileiros, sobretudo nas regiões de renda mais baixa, como Nordeste e Norte.
- Aumento da demanda por produtos de maior qualidade. Em razão desse aumento de renda, estima-se que haverá um crescente aumento na procura por produtos de maior qualidade e/ou identificados por melhores marcas.
- Aumento da demanda por produtos de maior valor agregado. Em decorrência de mudanças culturais, demográficas e de hábitos da sociedade brasileira, acredita-se em uma crescente busca por praticidade e conveniência. Esta tendência pode ser observada pelo crescimento da venda de produtos prontos e do segmento de *food service* (vendas para restaurantes, lanchonetes, estabelecimentos de alimentação em geral), porém, impactada neste ano pela pandemia.
- Novas tecnologias. Alto potencial de crescimento do *e-commerce* para o mercado varejista de alimentos devido ao modelo flexível e velocidade da logística em serviços de entrega a domicílio. Este ambiente virtual é integrado com as lojas físicas e a expansão da presença digital é alavancada pelo engajamento do consumidor *omnichannel* (usuário de diversos canais de compra como loja física, computador e celulares simultaneamente).

7.9 - Outras Informações Relevantes

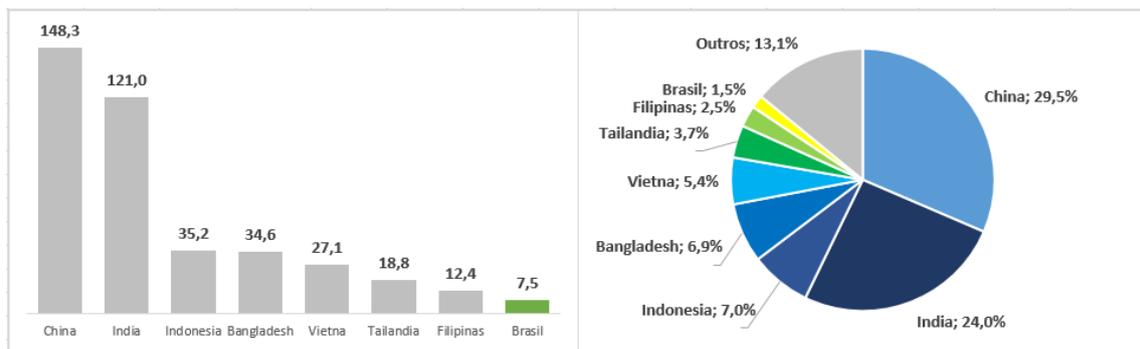
Indústria de Arroz | Mundo

Breve panorama

O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. Entre os produtos destinados à alimentação humana, o arroz é o 2º em importância, ficando atrás apenas do trigo. Em algumas partes do mundo, especialmente na Ásia, é base da alimentação da população.

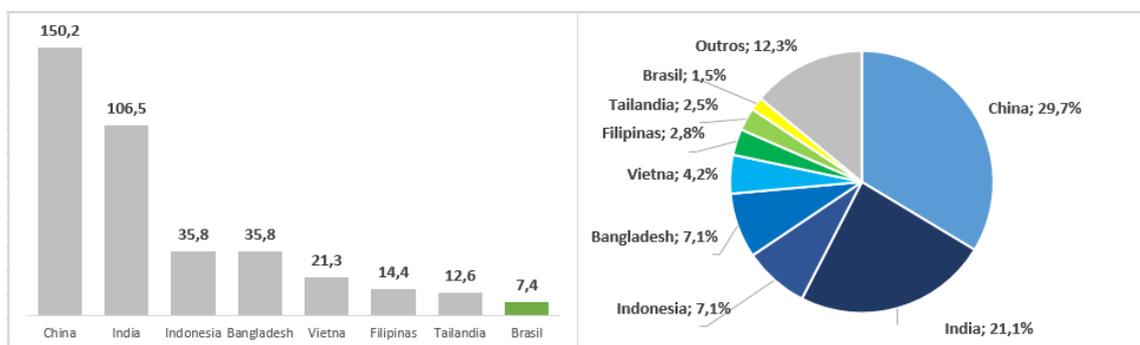
De acordo com a USDA (*United States Department of Agriculture*), mais de 503,5 milhões de toneladas de arroz beneficiado foram produzidas em 2020 no mundo, principalmente na China, Índia, Indonésia, Bangladesh, Vietnã e Brasil, que são, em conjunto, responsáveis por, aproximadamente, 74% da produção total e 70% do consumo total mundial.

Produção mundial de arroz – fechamento 2020 (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA, United States Department of Agriculture – Foreign Agricultural Service, Maio 2021

Consumo mundial de arroz – fechamento 2020 (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA, United States Department of Agriculture – Foreign Agricultural Service, Maio 2021

7.9 - Outras Informações Relevantes

A estimativa da OECD Agricultural Statistics é que o arroz seja cultivado em cerca de 163.944 milhões de hectares em 2020.

A dinâmica do preço internacional do arroz é fortemente impactada por oscilações da produção, formação de estoques e das políticas instauradas pelos governos dos principais países exportadores de arroz, como Tailândia, Índia e Vietnã e países importadores, como China, Filipinas e Nigéria.

Evolução do preço do arroz no mundo | Índice de preços FAO

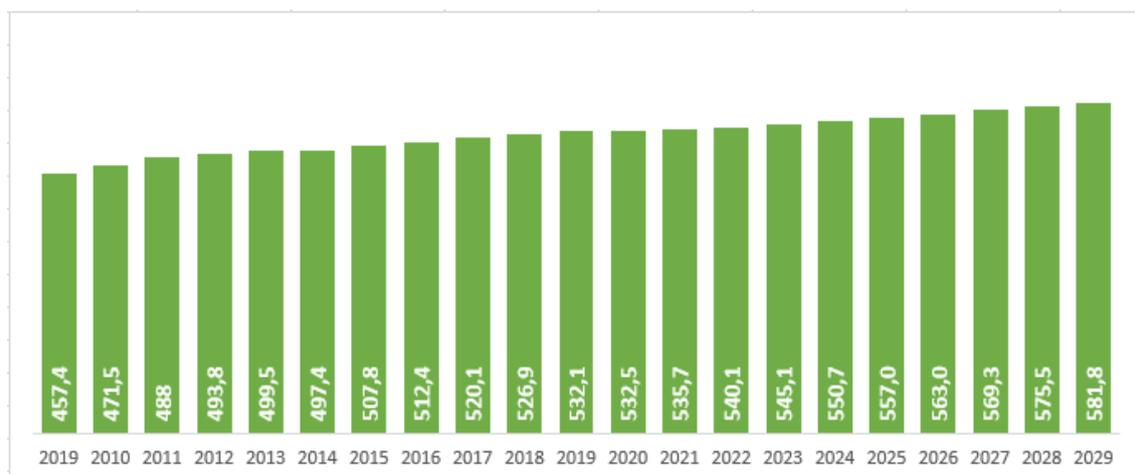


Fonte: FAO - Índice de preço FAO.Org

Perspectivas da indústria de arroz no mundo

Segundo dados divulgados pela FAO, a produção mundial de arroz é prevista para 535,7 milhões de toneladas em 2021, com crescimento sobre 2020.

Evolução da produção de arroz no mundo (em toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

O desenvolvimento tecnológico na indústria tem permitido a evolução dos produtos de arroz, que cada vez mais apresentam diversidade de qualidade, tipos de embalagens e de produtos pré-preparados, atendendo melhor ao consumidor final.

7.9 - Outras Informações Relevantes

No Mercosul, o Brasil é responsável por mais de 75% da produção do bloco. Argentina e Uruguai se apresentam como importantes mercados exportadores, suprimindo, quando necessário, os déficits brasileiros entre a oferta e a demanda interna. Mais recentemente, Paraguai também se apresenta como o principal exportador para o mercado brasileiro, direcionado para suprir a demanda por arroz das indústrias de beneficiamento localizadas na Região Sudeste, sobretudo São Paulo e Minas Gerais.

Estas transações comerciais elevaram-se, principalmente, em face do alto custo logístico de escoamento da produção da Região Sul, da retração da produção da Região CO, nos últimos dez anos, e do preço paraguaio competitivo, que apresenta elevada flexibilidade de preços para manter as vendas para o mercado brasileiro.

Este cenário é resultado da atual dependência do mercado paraguaio para a venda de seu produto para o Brasil, haja vista que o mercado interno paraguaio é reduzido e não possui, ainda, clientes com o mesmo potencial de compra do Brasil.

O Brasil destaca-se como maior mercado consumidor, com uma demanda estimada sempre acima dos 11 milhões de toneladas. Os outros integrantes do Mercosul não possuem forte cultura de consumo do produto, sendo as suas produções, em grande parte, não destinadas ao consumo interno e sim ao mercado internacional. Sobre as exportações brasileiras, os principais destinos são países não pertencentes ao grupo, com destaque para nações africanas e latino-americanas.

Balanco de oferta e demanda do Mercosul – em mil toneladas de arroz

SAFRA	ATRIBUTOS	TERRITÓRIOS REGIONAIS				
		ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	MERCOSUL
2015/16	Produção	1.400,0	10.602,9	858,2	1.304,3	14.165,4
	Consumo	815,4	11.617,6	119,4	78,6	12.631,0
	Exportação	809,2	804,4	831,3	1.388,6	3.833,6
	Estoque Final	475,4	452,9	270,1	88,6	1.287,0
2016/17	Produção	1.327,7	12.327,9	923,9	1.410,0	15.989,5
	Consumo	861,5	11.691,2	134,3	78,6	12.765,6
	Exportação	527,7	1.220,6	801,5	1.357,1	3.906,9
	Estoque Final	421,5	772,1	261,2	62,9	1.517,6
2017/18	Produção	1.367,7	12.064,7	974,6	1.241,4	15.648,5
	Consumo	907,7	11.397,1	149,3	85,7	12.539,7
	Exportação	476,9	1.694,1	970,1	1.080,0	4.221,2
	Estoque Final	415,4	572,1	117,9	141,4	1.246,8
2018/19	Produção	1.200,0	10.750,0	1.100,0	1.188,6	14.238,6
	Consumo	907,7	11.176,5	164,2	85,7	12.334,1
	Exportação	507,7	955,9	970,1	1.121,4	3.555,2
	Estoque Final	212,3	410,3	86,6	122,9	832,0
2019/20	Produção	1.200,0	10.600,0	1.049,3	1.200,0	14.049,3
	Consumo	892,3	11.102,9	149,3	85,7	12.230,2
	Exportação	476,9	808,8	895,5	1.107,1	3.288,4
	Estoque Final	70,8	422,1	94,0	130,0	716,9

Fonte: PSD online. Relatório Perspectivas para a agropecuária Conab

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e comercialização

7.9 - Outras Informações Relevantes

Cinco diferentes produtos podem ser produzidos por meio do arroz em casca: casca, farelo, arroz integral, arroz inteiro e arroz quebrado no processo do beneficiamento. O arroz geralmente é comercializado em três formas: polido (branco e parboilizado), arroz integral (que pode também ser parboilizado) e arroz em casca. O desenvolvimento das tecnologias, principalmente no processamento do arroz, tem permitido cada vez mais a diferenciação de qualidade entre os tipos, e dentro do mesmo tipo, criando novas formas de agregar valor ao produto e minimizar perdas. Atualmente, as embalagens mais utilizadas para o consumo são de 0,5 kg até 5 kg, agregando facilidade para o consumidor e para a estocagem. As diferentes formas de arroz produzidas apresentam as seguintes diferenciações:

- Arroz polido branco: é produzido por meio de um processo de extração da casca e polimento do grão, que muda sua aparência, maciez e suaviza o seu sabor. Rico em carboidratos, é o arroz mais consumido no Brasil.
- Arroz parboilizado: um processo pelo qual o arroz em casca é embebido em água e vapor sob pressão intensa. A parboilização faz com que o arroz fique menos propenso a quebrar durante a moagem e transmite os nutrientes da camada de farelo para o grão. O arroz parboilizado é vendido tanto beneficiado como integral, tendo como principais destinos os países africanos, para o polido, e europeus para o integral.
- Arroz integral: é o arroz que teve apenas a casca retirada e preserva algumas qualidades nutricionais diferentes do arroz polido. Este tipo de arroz tem apresentado crescimento relevante devido ao apelo de maior qualidade nutricional e de alimento saudável, atraindo cada vez mais consumidores. O apelo de melhor nível nutricional, as menores embalagens e investimento em marketing têm permitido a criação de produtos de consumo com arroz integral que apresentam preços mais elevados.
- Arroz em casca: é o arroz que não foi beneficiado, com as cascas e as camadas de farelo ligadas ao grão e é mais usado na exportação de grandes quantidades.

O arroz ainda pode ser classificado de acordo com a quantidade de grãos defeituosos: Tipo 1, com amostra de no mínimo 92,5% de arroz inteiro, com aspecto mais desprendido após cozido; e Tipo 2: a amostra possui o dobro de defeito, sendo menos selecionado e com até 15% de grãos quebrados. O resultado é um arroz com aspecto mais compacto, úmido e não uniforme após cozido.

Do arroz integral a versões semi prontas com temperos e ingredientes, o produto passa por uma releitura para estimular o consumo no país. Estas iniciativas da indústria buscam aumentar a percepção de valor do alimento, seja como ingrediente secundário ou principal nas refeições.

Indústria de Arroz | Brasil

Breve panorama

O arroz figura como o principal elemento da dieta dos brasileiros, estando presente na mesa de todas as camadas sociais sendo, conseqüentemente, um dos principais produtos de consumo do país. Dada sua relevância no abastecimento interno e na segurança alimentar da população, o arroz sempre teve grande importância na formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

7.9 - Outras Informações Relevantes

A estimativa da OECD é de que até 2024 o consumo médio *per capita* de arroz no Brasil chegue a 40,0kg, ficando entre os 15 principais países consumidores, nível elevado em comparação aos países ocidentais como Estados Unidos, que devem ficar em 13,1 kg em 2024. Entretanto, o consumo *per capita* no Brasil se manterá em níveis inferiores aos de alguns países asiáticos como a Indonésia (167,0 kg) e a China (75,0 kg) segundo a OECD.

Produção

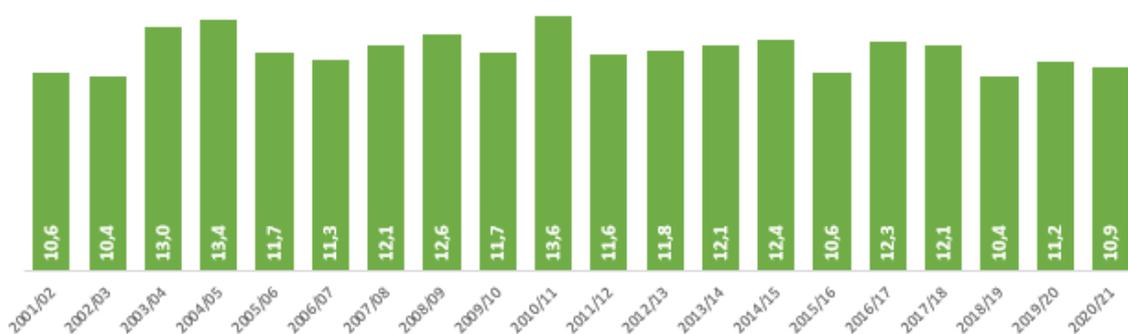
Calendário agrícola do arroz no Brasil



Fonte: CONAB

A produção de arroz no Brasil tem se mostrado estável historicamente, suportada pelo incremento da produtividade. Os gráficos abaixo apresentam a produção total de arroz em casca no Brasil, a área cultivada e a produtividade no período de 2000/2001 a 2019/2020, com a previsão de 2020/2021:

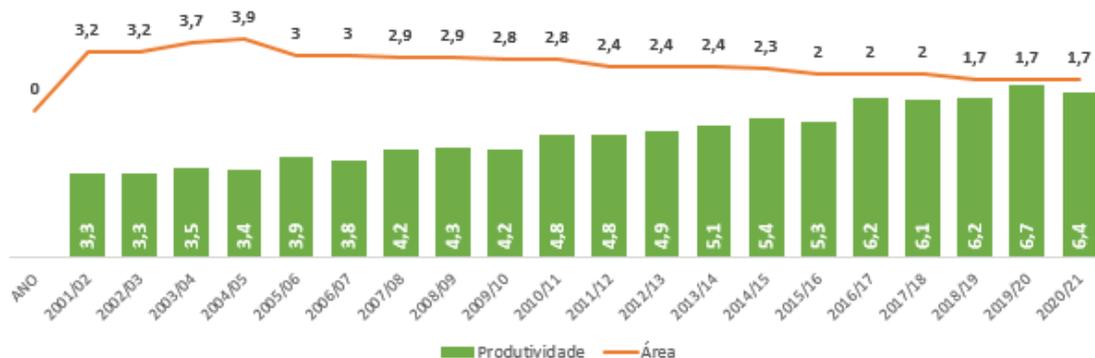
Produção brasileira de arroz (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB – Maio 2021

Produtividade média de arroz no Brasil (em mil kg/hectare) e área cultivada de arroz no Brasil (em milhões de hectares)

7.9 - Outras Informações Relevantes



Fonte: CONAB – Maio 2021

Como resultado da constante incorporação de tecnologia pelos agricultores brasileiros, verificou-se alta resiliência na produtividade média de arroz. Adicionalmente, as boas condições climáticas, o aumento da área de plantio de arroz irrigado e queda no plantio de sequeiro têm influência no aumento da média de produtividade de arroz do Brasil, uma vez que o manejo irrigado alcança produtividade muito superior ao de sequeiro.

A produção de arroz no Brasil está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul (representando cerca de 70% da produção total brasileira observada em 2019/2020) e Santa Catarina (representando aproximadamente 10% da produção total brasileira no mesmo período), segundo a CONAB.

Estes dois estados apresentam os mais altos índices de produtividade do Brasil, segundo a CONAB. Além disso, contam com alta utilização de tecnologia agrícola e genética, diminuindo perdas e melhorando a qualidade, além de possuírem condições climáticas favoráveis. Tais fatores levam o Rio Grande do Sul e Santa Catarina a terem índices de produtividade entre 8,0 toneladas de arroz em casca por hectare, respectivamente – similares aos registrados nos países mais produtivos do mundo.

Acredita-se que o Brasil ainda possui capacidade de expandir a produção do arroz, tanto nos estados tradicionais quanto em novas fronteiras como Maranhão, Piauí e Tocantins. Essa tendência se verifica no aumento significativo da participação na produção nacional de Tocantins nos últimos anos.

A tabela abaixo apresenta volume de produção, área de cultivo e produtividade registrada nos cinco principais estados produtores de arroz no Brasil:

Principais estados produtores de arroz no Brasil (safra observada em 2019/20)

Estado	Área Cultivada ('000 hectares)	Produção Arroz ('000 toneladas)	% Produção Total	Produtividade ('000 hg/ha)
RS	946,00	8.208,00	70,4%	8,7
SC	150,00	1.181,00	10,6%	7,9

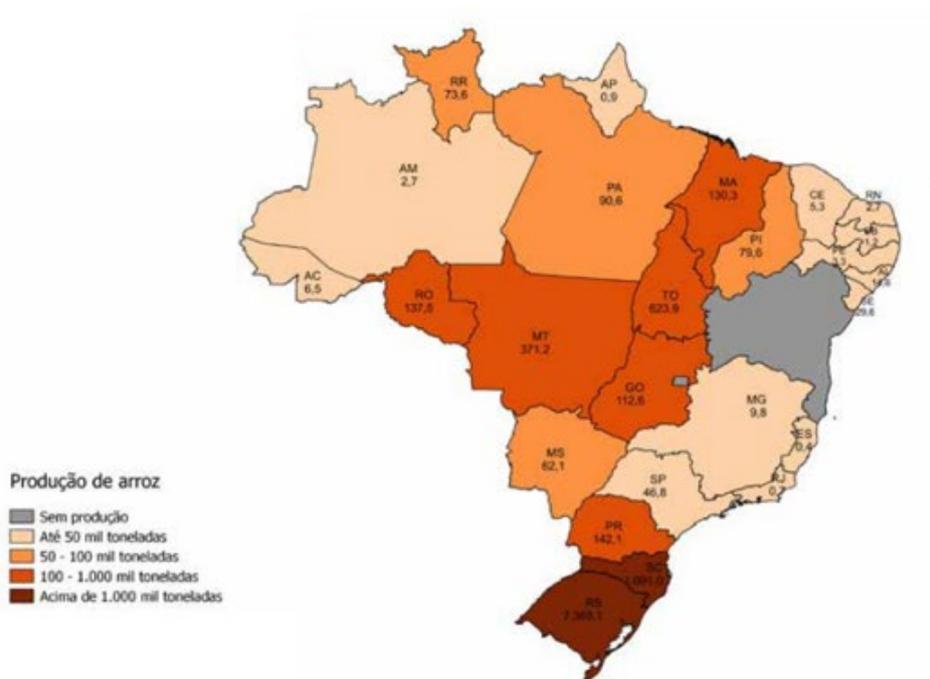
7.9 - Outras Informações Relevantes

TO	127,00	704,00	6,2%	5,5
MT	122,00	420,00	3,7%	3,4
PR	21,00	152,00	1,4%	7,2

Fonte: CONAB – Maio 2021

O mapa abaixo apresenta as áreas de cultivo de arroz no Brasil, considerando o volume de produção da safra 2019/2020:

Mapa da produção agrícola de arroz



Fonte: Conab

Existem atualmente cerca de 18 mil orizicultores no Rio Grande do Sul de acordo com a Fedearroz. Esse grau de fragmentação resultou em uma cadeia de produção que exige uma estreita coordenação entre os produtores de arroz, processadores de arroz, corretores e outros agentes envolvidos.

A relação entre os produtores e os processadores de arroz tem base na tradição e relacionamento, pois normalmente não é totalmente definida por contratos formalizados e, por sua natureza, normalmente não é exclusiva. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, os produtores de arroz muitas vezes estocam seu arroz nas instalações dos processadores durante uma colheita, sem ter acordado um preço final, podendo deixar seu arroz em tais instalações por longos períodos antes de iniciar as negociações com os processadores.

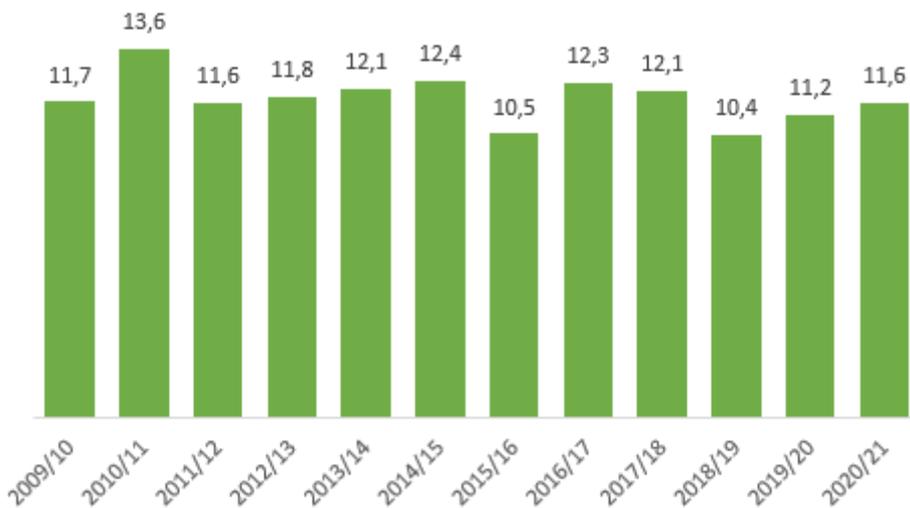
7.9 - Outras Informações Relevantes

Este modelo traz vantagens competitivas e segurança de suprimento para os grandes beneficiadores, com maior capacidade de estocagem, visto que tende a tornar mais difícil e custoso para os produtores a retirada de seu arroz.

Preço e consumo

Pela grande importância do arroz na alimentação dos brasileiros e por ser um item básico de consumo, a produção e consumo de arroz se mantém resiliente, de forma que os processadores e comercializadores possuem grande capacidade de repassar variações de preços da matéria-prima aos consumidores finais.

Produção brasileira de arroz em casca (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB; a casca do arroz representa cerca de 32% do peso total do grão (2020/21 previsão)

Evolução do preço nacional do arroz em casca irrigado (R\$/saca de 60kg)



7.9 - Outras Informações Relevantes

Fonte: Agrolink, dados 2021 até Abril/2021

O Brasil direciona majoritariamente sua produção para o mercado interno, o que corrobora para a independência das cotações internas nacionais frente ao mercado internacional. Visto que o mercado externo ainda é muito reduzido se comparado com o mercado nacional, o volume produzido internamente atua como o fator mais relevante na determinação dos preços nacionais. Desta forma, uma oferta mais abundante do setor se traduz em preços deprimidos. Ou seja, fatores como variações climáticas e incidência de pragas, por influírem na quantidade produzida, possuem significativa importância na definição do preço de mercado vigente.

Importação e exportação de arroz no Brasil (em milhões de toneladas)



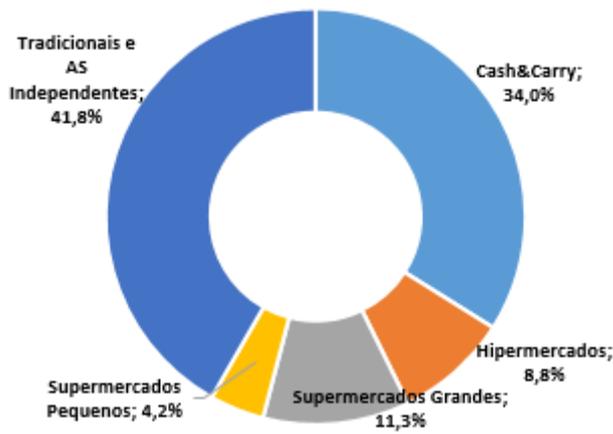
Fonte: CONAB, Maio 2021

Distribuição por canal

As vendas de arroz no varejo são concentradas no canal *Cash&Carry* e vizinhança, que juntos correspondem 75,8% das vendas do produto no varejo, enquanto supermercado corresponde a 15,5% das vendas de arroz.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Distribuição de arroz no varejo por formato no acumulado - % das vendas



Hipermercados: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas

Supermercados: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas

Vizinhança: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

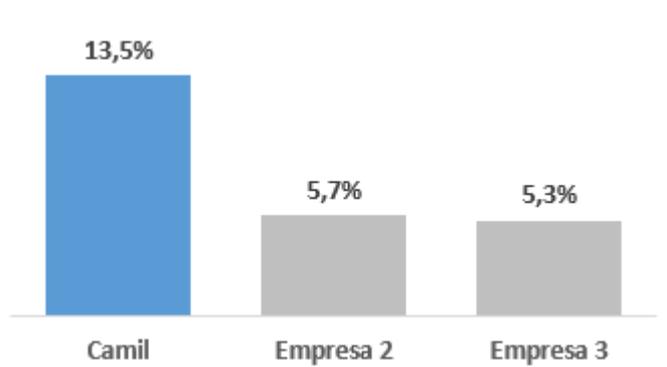
Fonte: Nielsen Arroz | Retail Index | T. BRASIL VAREJO + C&C, YTD acumulado Abril'20 a Fevereiro'21.

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar em todo o mercado brasileiro.

Analisando a métrica de *market share* Nielsen incluindo dados *cash&carry*, as três maiores empresas processadoras de arroz possuem juntas 24,5% de *market share* em volume, conforme gráfico a seguir.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de arroz



Fonte: Nielsen Arroz | Retail Index | T. BRASIL VAREJO + C&C, YTD acumulado Abril'20 a Fevereiro'21.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, pois possuem escala, capilaridade de distribuição, utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação com os produtores.

As vendas de arroz no varejo caracterizam-se pela estratificação em diversos nichos, de acordo com diferentes tipos e variações do produto. Neste contexto, observa-se que a preferência do consumidor por marcas fortes e bem reconhecidas é um fator relevante na decisão de compra, resultando em ampla diferenciação dos preços no varejo entre diferentes marcas dentro do mesmo nicho de mercado, sendo este efeito mais significativo nos segmentos *premium* do mercado de arroz.

Perspectivas e tendências

Atualmente, acredita-se que a estabilidade do consumo no Brasil esteja relacionada à substituição de outras fontes de carboidratos nas regiões Norte e Nordeste, além da tendência à busca por maior qualidade e marcas *premium* em razão da tendência de gourmetização. No curto prazo vemos aumento no consumo, pela alimentação nos lares devido ao contexto de isolamento social.

Acredita-se que haverá um movimento de consolidação na indústria de arroz no Brasil, envolvendo grandes companhias consolidadoras de mercado adquirindo empresas médias e pequenas, que gradualmente perdem competitividade em um mercado onde escala e capilaridade de distribuição são essenciais para a rentabilidade da operação.

Entende-se que o Brasil tem potencial de aumentar sua participação no mercado mundial de arroz, devido à disponibilidade de recursos naturais, à alta produtividade e à abertura de mercados – tanto dentro da América Latina como no âmbito mundial – principalmente devido ao processo de urbanização e de desgaste de áreas agrícolas em países populosos e consumidores de arroz, como China e Índia, além de fatores climáticos negativos em produtores tradicionais e devido ao aumento do consumo dos países do continente africano.

Para realizar tal crescimento, os processadores brasileiros de arroz devem continuar a reduzir os custos de suas operações e aperfeiçoar suas redes de distribuição, visto que a produtividade normalmente varia entre diferentes regiões do país e os altos custos de transporte acabaram limitando a quantidade de arroz exportado pelos processadores brasileiros no passado. Por isso, acredita-se que o setor deve se beneficiar do desenvolvimento da infraestrutura de transporte e logística no Brasil nos próximos anos.

A utilização da casca do arroz é bastante variada, sendo a principal forma de reaproveitamento a produção de energia através da utilização da casca do arroz como combustível biomassa.

Indústria de Arroz | Peru, Uruguai e Chile

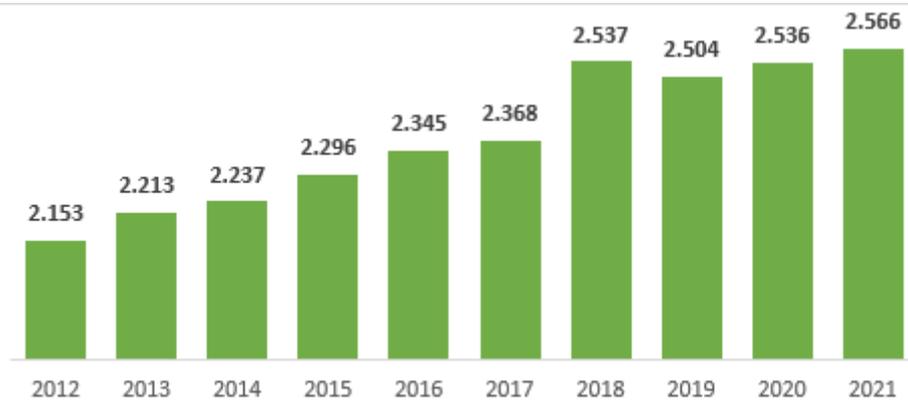
Breve panorama

O arroz é um dos produtos alimentícios mais consumidos no Peru e presente diariamente na alimentação da população peruana, com penetração em todos os níveis socioeconômicos. Segundo a OECD, em 2020, o país registrou um consumo *per capita*

7.9 - Outras Informações Relevantes

de 65,29 quilogramas por ano, sendo a maior parte produzida localmente. A perspectiva de crescimento do setor é corroborada pela atual tendência de migração de vendas de arroz a granel para empacotados e consequente formalização do mercado.

Consumo total de arroz no Peru¹ (milhares de toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

O mercado de arroz no Uruguai e Chile historicamente apresentam crescimento resiliente, sendo a produção uruguaia predominantemente voltada para a exportação do produto (especialmente Iraque e América Central), enquanto a produção chilena é em sua maioria voltada para o consumo interno. Ainda se caracteriza por ser um setor com relevante fragmentação, suportando um potencial de consolidação nesses países.

7.9 - Outras Informações Relevantes

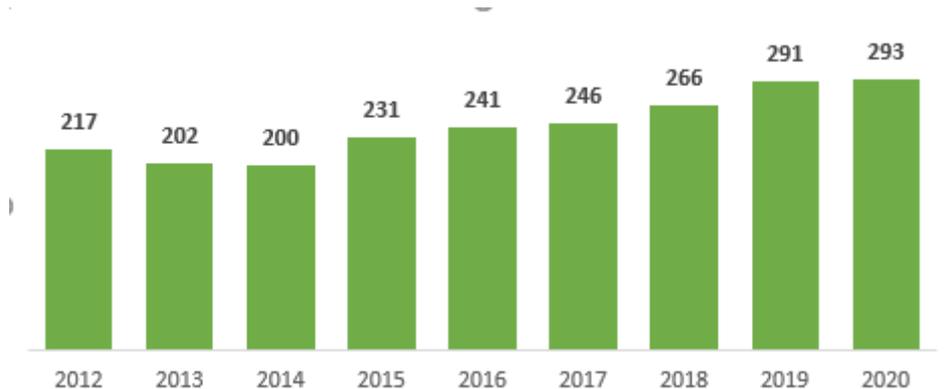
Produção total de arroz no Mercosul (milhares de toneladas)

Balanco de Oferta e Demanda do Mercosul – em mil toneladas de arroz

SAFRA	ATRIBUTOS	TERRITÓRIOS REGIONAIS				
		ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	MERCOSUL
2015/16	Produção	1.400,0	10.602,9	858,2	1.304,3	14.165,4
	Consumo	815,4	11.617,6	119,4	78,6	12.631,0
	Exportação	809,2	804,4	831,3	1.388,6	3.833,6
	Estoque Final	475,4	452,9	270,1	88,6	1.287,0
2016/17	Produção	1.327,7	12.327,9	923,9	1.410,0	15.989,5
	Consumo	861,5	11.691,2	134,3	78,6	12.765,6
	Exportação	527,7	1.220,6	801,5	1.357,1	3.906,9
	Estoque Final	421,5	772,1	261,2	62,9	1.517,6
2017/18	Produção	1.367,7	12.064,7	974,6	1.241,4	15.648,5
	Consumo	907,7	11.397,1	149,3	85,7	12.539,7
	Exportação	476,9	1.694,1	970,1	1.080,0	4.221,2
	Estoque Final	415,4	572,1	117,9	141,4	1.246,8
2018/19	Produção	1.200,0	10.750,0	1.100,0	1.188,6	14.238,6
	Consumo	907,7	11.176,5	164,2	85,7	12.334,1
	Exportação	507,7	955,9	970,1	1.121,4	3.555,2
	Estoque Final	212,3	410,3	86,6	122,9	832,0
2019/20	Produção	1.200,0	10.600,0	1.049,3	1.200,0	14.049,3
	Consumo	892,3	11.102,9	149,3	85,7	12.230,2
	Exportação	476,9	808,8	895,5	1.107,1	3.288,4
	Estoque Final	70,8	422,1	94,0	130,0	716,9

Fonte: CONAB, Perspectivas para a agropecuária, Volume 7 – Safra 2019/2020

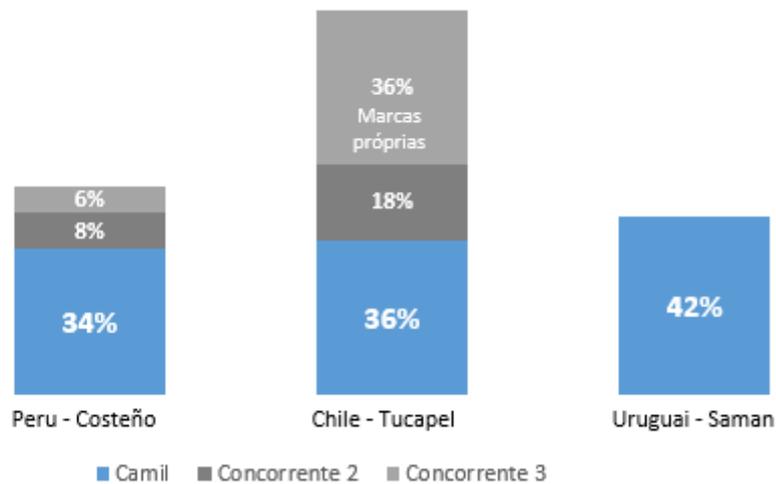
Consumo total de arroz no Chile (milhares de toneladas)



Fonte: OECD - Dataset: OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028

7.9 - Outras Informações Relevantes

Market share na indústria de arroz no Uruguai, Chile e Peru – 2020



Fontes: inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias; Uruguai: Consecha Comision Sectorial del Arroz; Chile: Nielsen Scantrack YTD2021; Peru: Kantar World Panel (Jan-Mar21)

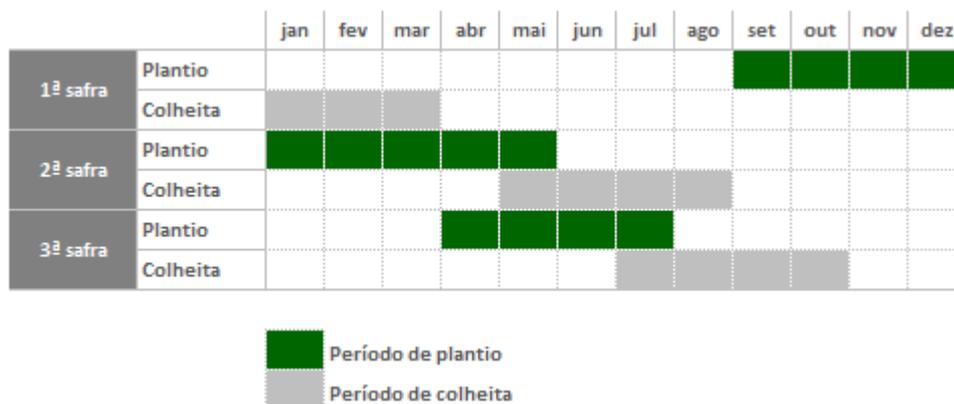
Indústria de Feijão | Brasil

Breve panorama

O feijão é um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América Latina. Assim como no caso do arroz, essa característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão devido a elevada perecibilidade da leguminosa, os processadores podem transferir o aumento dos custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

Produção

Calendário agrícola do feijão no Brasil



Fonte: CONAB

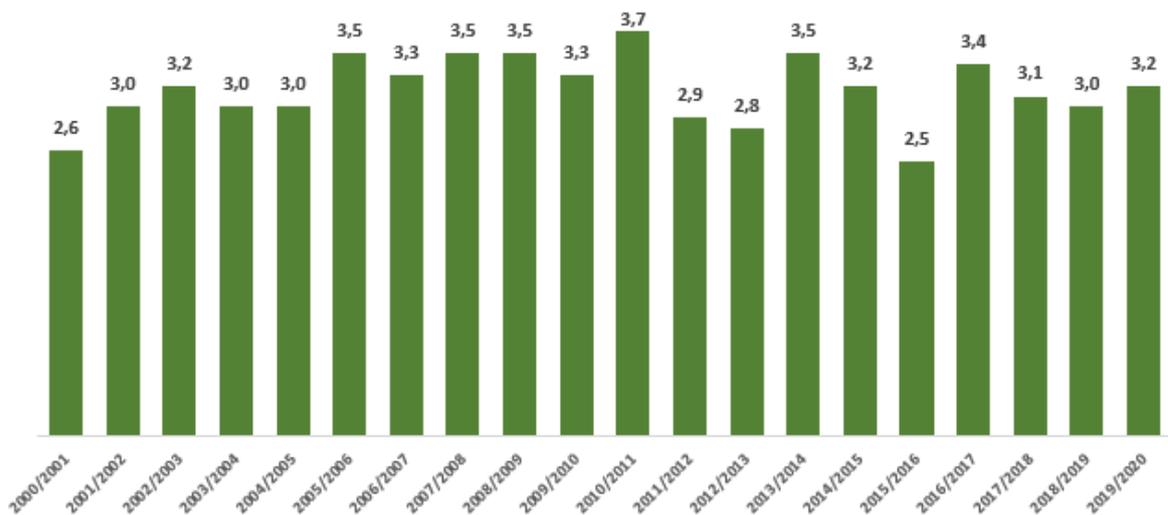
7.9 - Outras Informações Relevantes

O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. A primeira safra é conhecida como safra das águas devido ao alto índice de chuvas. O plantio dessa safra na região Centro-Sul vai de agosto a dezembro e no Nordeste, de outubro a fevereiro. A segunda é chamada de safra da seca, com plantio realizado de dezembro a março. A terceira, por sua vez, é a safra irrigada, por se referir à colheita do feijão irrigado, com a concentração do plantio na região Centro-Oeste e Sudeste, de abril a junho.

Segundo a CONAB, a produção de feijão é notadamente concentrada na região Centro-Sul do Brasil, responsável por aproximadamente 70% do total estimado da safra.

A produção total de feijão do Brasil foi de 3.180,8 mil em 2020.

Produção brasileira de feijão (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB – Perspectivas para Agropecuária, Volume 7 e 8 - Maio 2021

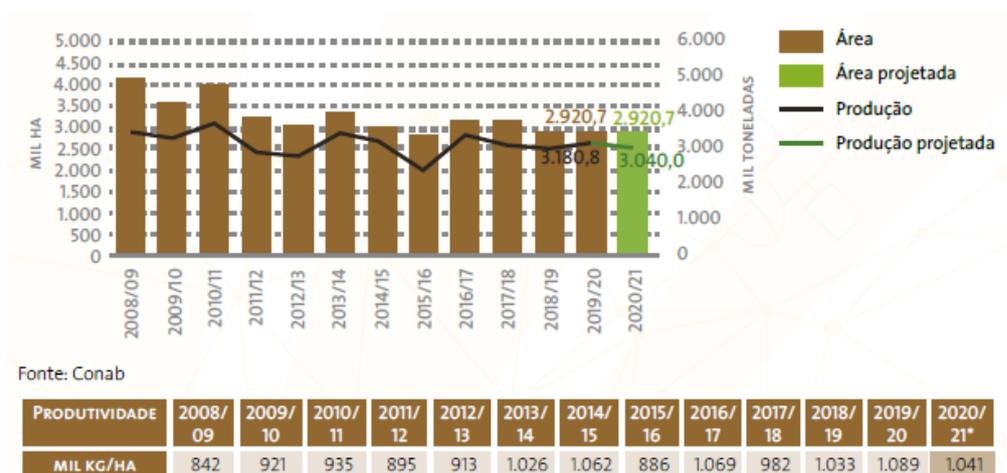
A produção brasileira de feijão em 2020/2021 deve ficar em 3,104 milhões de toneladas, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Isso representa queda de 3,7% na comparação com a safra anterior, de 3,222 milhões de toneladas.

A Conab indica uma área plantada de 2,927 milhões de hectares, sem alterações frente à temporada passada. A entidade trabalha com uma produtividade média nacional de 1.060 quilos de feijão por hectare, 3,7% inferior à média de 1.101 quilos por hectare de 2019/2020.

A primeira safra tem produção estimada em 1,041 milhão de toneladas, com perda de 5,8% sobre a temporada anterior. A segunda safra está prevista em 1,252 milhão de toneladas, com alta de 0,6%. A previsão para a terceira safra é de 809,4 mil toneladas, registrando uma queda de 7,2%.

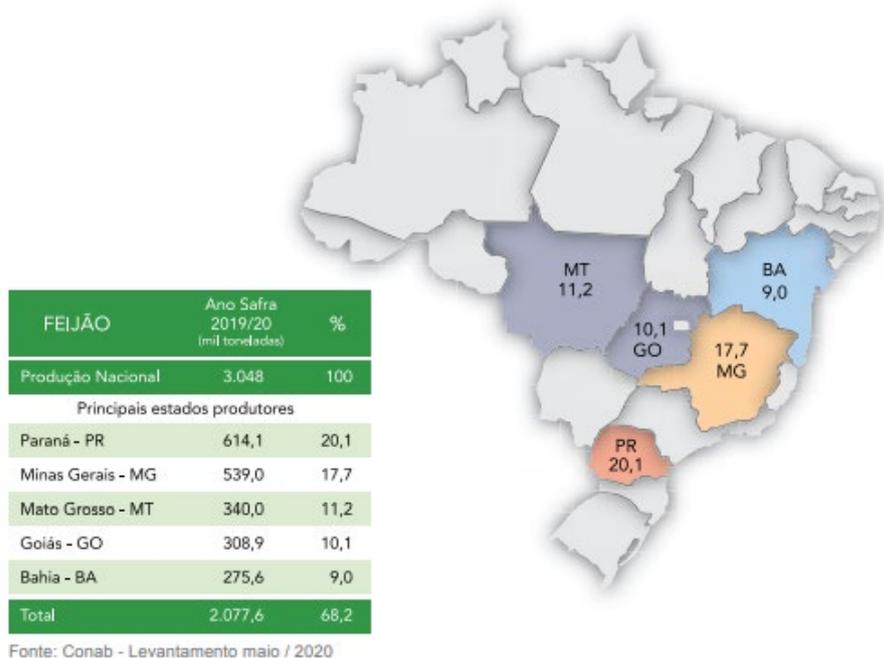
Área e produção brasileira total entre 2018/19 e 2020/21

7.9 - Outras Informações Relevantes



Fonte: CONAB, Perspectivas para a Agropecuária 2020/21, Volume 8

O feijão é distribuído por um número maior de estados. O maior produtor, o Paraná, produz 20,1% da produção nacional. É seguido por Minas Gerais (17,7%), Mato Grosso (11,2%), Goiás (10,1%) e Bahia (9,0%).



Fonte: Projeções do Agronegócio, Brasil2019/20 a 2029/30

Nos últimos quatro anos, a produção média de feijão, em países que compõem o Mercosul, ficou em torno de 3,6 milhões de toneladas.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O Brasil se destaca como o maior produtor e consumidor, com participação superior a 90% na produção e no consumo. A Argentina, segundo maior produtor, registra consumo per capita em torno de 470 g/ano. O feijão é produzido, principalmente, na região noroeste do país, nas províncias de Salta, de Santiago del Estero, de Jujuy e de Tucumã. Fonte: CONAB, Perspectivas para a Agropecuária 2020/21, Volume 8

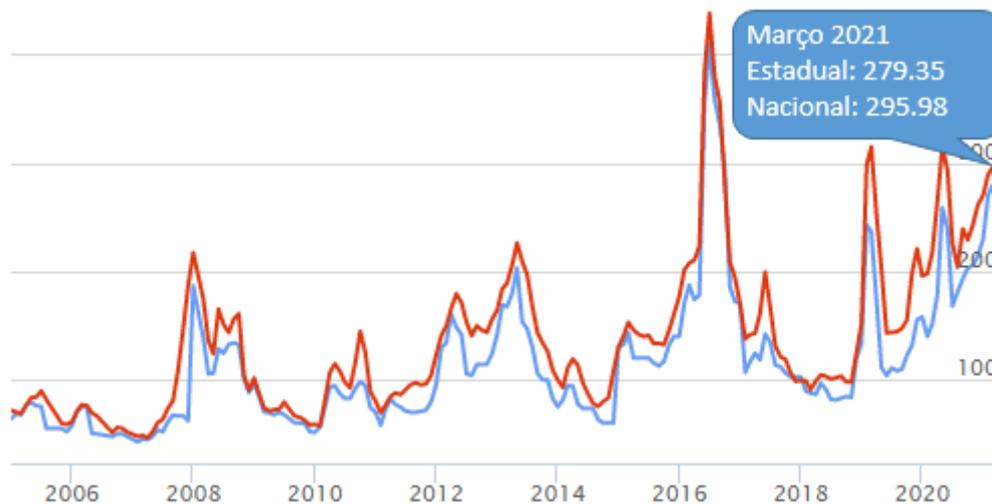
Preço e consumo

As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz. Contudo, o desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos curtos prazos de validade do feijão.

Segundo a CONAB, O mercado na safra 2019/2020 de feijão apresentou uma alta volatilidade de preços em razão, principalmente, da pandemia e de seus subsequentes efeitos na demanda do produto. Entre março e abril, início do período de isolamento social, identificou-se uma concentração do consumo, com as famílias realizando compras acima da necessidade. Outro fator que contribuiu para oscilação das cotações foram as intercorrências climáticas, que refletiram na queda da produtividade da 2o safra e atrasou parte da colheita do grão. Com isso, houve uma concentração de oferta no mês de junho. Para a 3o safra, em virtude da produção ser majoritariamente proveniente do regime de irrigação de pivôs, espera-se uma estabilidade produtiva e, com isso, menor volatilidade de preços no segundo semestre.

Fonte: CONAB, Perspectivas para a Agropecuária 2020/21, Volume 8

Evolução do preço nacional do feijão no Brasil (feijão carioca em R\$/saca de 60kg)

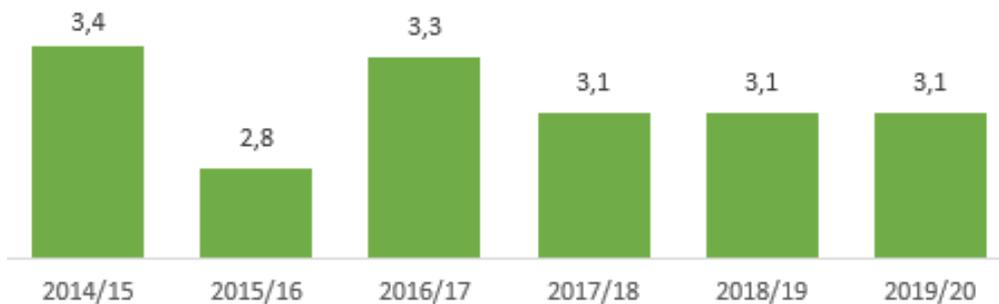


Fonte: Agrolink, Mai/21

Por ser uma cultura muito sensível e não possuir garantia de manutenção do preço atual no momento da colheita, ainda não há mercado futuro de feijão.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Consumo brasileiro de feijão (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB – Maio 2021

As relações entre os produtores e os processadores de feijão são tipicamente informais fato que, somado à pulverização da produção, constituem vantagem competitiva aos grandes processadores por possuírem maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação.

Produção, Importação, Consumo e Exportação de feijão no Brasil (em milhões de toneladas)

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
PRODUÇÃO	3.210,2	2.512,9	3.399,50	3.116,10	3.017,70	3.180,80
IMPORTAÇÃO	156,7	325,0	137,6	81,1	149,6	120,0
CONSUMO	3.350,0	2.800,0	3.300,0	3.050,0	3.050,0	3.050,0
EXPORTAÇÃO	122,6	50,0	47,2	162,4	164,0	120,0
ESTOQUE FINAL	198,1	186,0	302,6	287,4	240,7	371,5
RELAÇÃO ESTOQUE/ CONSUMO	5,91%	6,64%	9,17%	9,42%	7,89%	12,18%

FONTE: CONAB, ABIT E ANEA

Fonte: CONAB, Perspectivas para a Agropecuária 2020/21, Volume 8

Conforme observado no gráfico anterior, o Brasil não é um grande exportador de feijão já que o consumo interno do produto é bastante elevado. No outro lado da balança comercial, a maior parte das importações são provenientes de países do Mercosul (Paraguai, Argentina e Bolívia), além de China e México.

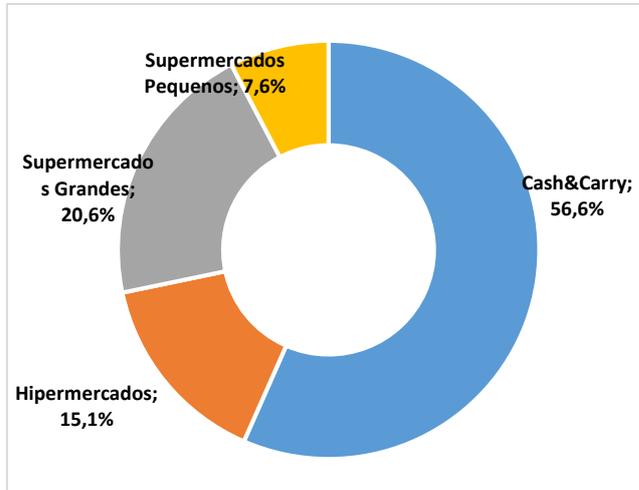
Distribuição por canal

As vendas de feijão no varejo são concentradas nos supermercados grandes e *cash&carry*, que em abril/2020 a fevereiro/2021 em conjunto corresponderam a 75,2%

7.9 - Outras Informações Relevantes

das vendas do produto no varejo, enquanto vizinhança corresponde a 7,8% e hipermercados a 17% das vendas de feijão.

Distribuição de feijão no varejo por formato em Abr/2020 a Mar/2021 (% de vendas)



Hipermercados: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas

Supermercados: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas

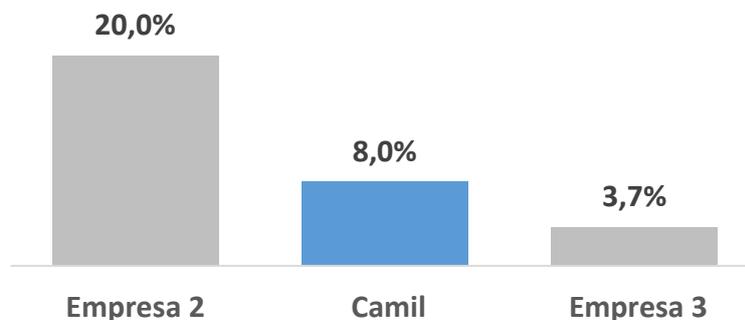
Vizinhança: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

Fonte: Nielsen Feijão | Scantrack | T. BRASIL AUTOSSERVIÇOS + C&C, YTD'20 acumulado Abril'20 a 28/03/2021.

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de feijão é significativamente fragmentado, com diversos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar de forma eficiente e competitiva no mercado brasileiro. De acordo com o *market share* Nielsen incluindo *cash&carry*, as quatro maiores empresas processadoras de feijão possuem juntas 35,5% de *market share* em volume.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de feijão



Fonte: Nielsen Feijão | Scantrack | T. BRASIL AUTOSSERVIÇOS + C&C, YTD'20 acumulado Abril'20 a Fevereiro'21.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Perspectivas e tendências

Com níveis de produção altos e estáveis, o feijão, assim como o arroz, também se caracteriza por uma combinação de demanda resiliente pautada pela identidade cultural brasileira e estabilidade de oferta.

Ainda que em menor escala que no mercado de arroz, observam-se fatores semelhantes de aumento do consumo entre as classes de renda média e baixa e de crescimento da procura por produtos de maior qualidade e praticidade, com a evolução de produtos pré-preparados.

Em busca de crescimento, os processadores brasileiros de feijão devem continuar investindo no desenvolvimento da estrutura logística, de suas marcas e de novos produtos, além de promover a consolidação das principais médias e pequenas empresas. Além disso, outro fator positivo para ganhos em escala é o crescente interesse de firmas do setor privado pelo melhoramento genético do feijoeiro, principalmente para a colheita mecânica.

Sob o mesmo ponto de vista, o acesso ao mercado internacional representa um salto importante nas estratégias de produção e comercialização do produto. A exportação viabiliza maiores volumes de produção, incorporação de novas tecnologias produtivas e aperfeiçoamento da qualificação da mão de obra.

Nesse contexto, o Brasil apresenta grandes vantagens competitivas devido à alta produtividade, através das três colheitas anuais contra uma dos demais países.

Indústria de Açúcar | Mundo

Breve panorama

O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito primariamente a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que a cana-de-açúcar é responsável por mais de 70,0% da produção mundial total. A produção do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

A produção de açúcar em todo o mundo dobrou desde o início da década de setenta, passando de aproximadamente 72,0 milhões de toneladas de açúcar bruto na safra 1971, para aproximadamente 191,5 milhões de toneladas previstas para a safra 2021/2022, segundo a USDA.

Segundo publicação da agência Reuters, o mercado global de açúcar deverá entrar em um superávit na temporada 2021/22, guiado em parte pelo aumento de produção na Tailândia e Índia, disse a Tropical Research Services (TRS) em um relatório. As boas chuvas registradas entre agosto e novembro de 2020 foram vistas como fator de recuperação para a área plantada com cana e para a produtividade na Tailândia. Segundo a TRS, a produção local deve aumentar para 10,11 milhões de toneladas (outubro a setembro), ante 7,81 milhões em 2020/21.

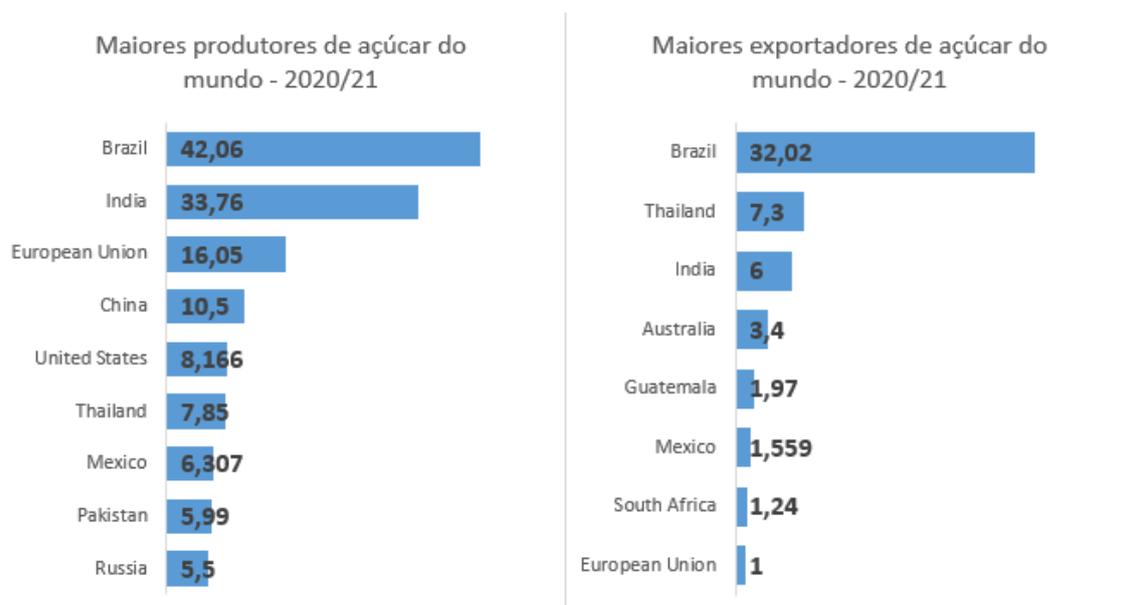
7.9 - Outras Informações Relevantes

Já a produção da Índia foi estimada em um recorde de 35,64 milhões de toneladas, versus 34,28 milhões no ano anterior, com as chuvas acima da média nos últimos dois anos desencadeando um aumento no cultivo de cana-de-açúcar.

O consumo global de açúcar, por sua vez, deve avançar 1% em 2021/22, a 186,33 milhões de toneladas, “com base no fato de que a imunização contra a Covid nas principais economias do mundo permitirá uma ampla recuperação econômica em 2022”.

Os maiores consumidores de açúcar do mundo são tipicamente também os maiores produtores globais, sendo os cinco principais países produtores responsáveis por aproximadamente 60,8% da produção mundial de açúcar em 2020/21. O Brasil é novamente este ano o maior produtor, com uma participação de aproximadamente 23,1% da produção global e 49% das exportações totais da safra de 2020/21. O segundo e o terceiro maiores produtores de açúcar são a Índia e a União Europeia, com uma participação aproximada de 18,6% e 8,8%, respectivamente, de acordo com dados do USDA.

Maiores produtores e exportadores de açúcar do mundo – 2020/21 (em milhões de toneladas)



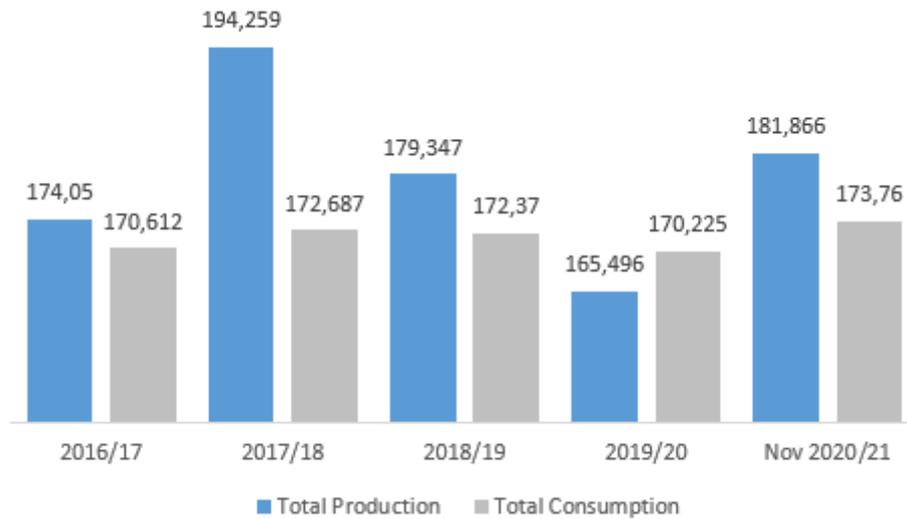
Fonte: USDA, Sugar: World Markets and Trade

Desde 2014/15, o consumo global de açúcar subiu de 168 milhões de toneladas para 173,76 milhões de toneladas em maio de 2020/21, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Acreditamos que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento da população, do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do mundo, do consumo de alimentos industrializados em todo o mundo resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas.

7.9 - Outras Informações Relevantes

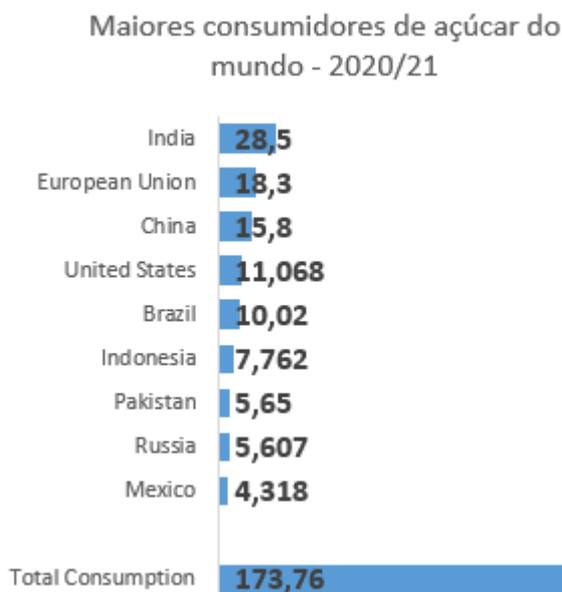
Produção e consumo global de açúcar (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA, Sugar: World Markets and Trade

O Brasil está entre os países que mais consomem açúcar nas Américas, responsável pelo consumo de 10,2 milhões de toneladas em 2020/21, enquanto a Índia lidera o consumo global, respondendo por aproximadamente 28,5 milhões de toneladas de açúcar no mesmo período.

Principais países consumidores de açúcar – Safra 2019/20 (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA, Sugar: World Markets and Trade

Preço

7.9 - Outras Informações Relevantes

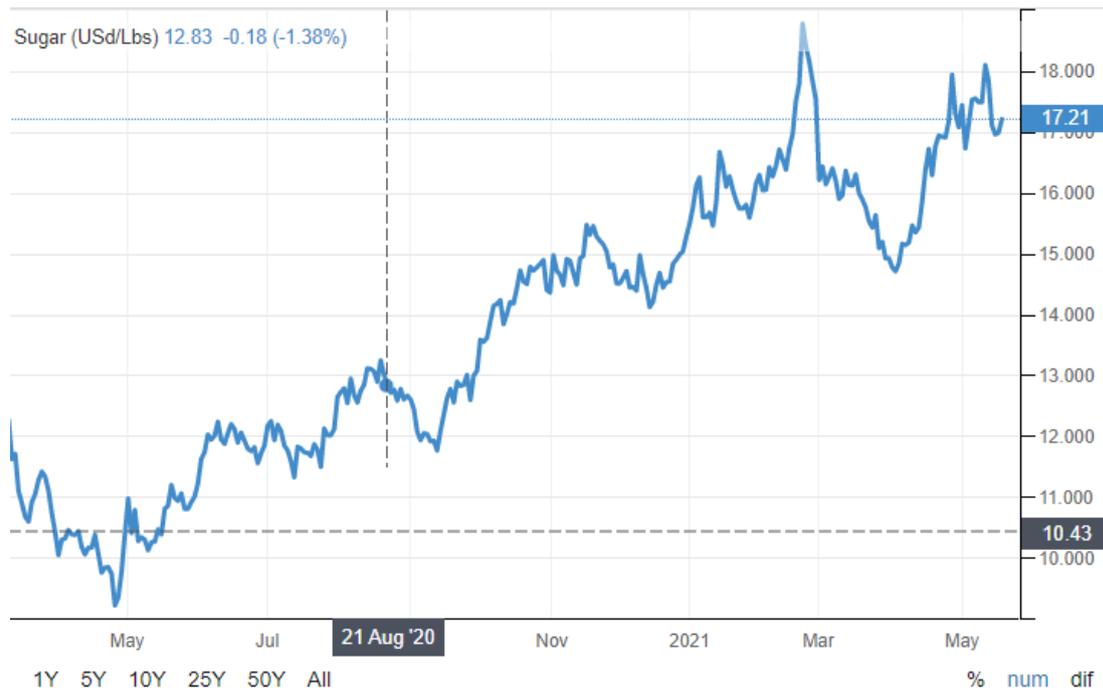
A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, tem protegido seu mercado interno da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com cotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e encargos. Como resultado de tais políticas, os preços do açúcar no mercado interno variam bastante de um país para o outro. O NY#11 é usado como referência primária dos preços não-controlados do açúcar bruto no mundo. Um outro preço de referência é o contrato futuro Lon 5, que é negociado na *London International Financial Futures and Options Exchange* – LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os preços por produto predominantes no mercado não-regulado estrangeiro e doméstico. Os Estados Unidos e a União Europeia criaram políticas protecionistas e preços internos subsidiados para proteger os seus produtores de açúcar. Os preços do açúcar bruto nos Estados Unidos e na União Europeia de um modo geral são aproximadamente de duas a quatro vezes mais altos do que o preço do açúcar bruto cotado no NY#11, enquanto os preços do açúcar bruto no Brasil são similares ao preço do açúcar do NY#11.

Os preços do açúcar tendem a acompanhar um padrão cíclico porque os produtores de cana-de-açúcar tendem a responder lentamente às mudanças nos preços mundiais. A cana-de-açúcar, a maior fonte de produção global de açúcar, geralmente acompanha um ciclo de plantio de dois (Ásia, Índia e Austrália) a seis anos (Brasil). Além disso, o aumento da conversão da massa da cana em biocombustível também impacta os preços do açúcar. Muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos de flutuações dos preços internacionais do açúcar e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa da variação dos preços internacionais. O Brasil, como um dos líderes globais de produção de açúcar, responsável por aproximadamente 35% das exportações globais, desempenha um papel fundamental no estabelecimento dos preços mundiais do açúcar.

O mercado de açúcar bruto manteve-se próximo aos ganhos recentes, com futuros sendo negociados em torno de US \$ 17 por libra-peso, ainda perto de uma alta de mais de 2 meses de US \$ 18 atingida no início do mês de Maio/2021, sustentada pela alta dos preços do etanol e preocupações com a redução das perspectivas de safra na União Europeia e Centro-Sul do Brasil. Relatórios mostraram que a produção de açúcar do Brasil caiu 25% no final de abril em relação ao ano anterior, já que os rendimentos agrícolas da cana estão 10% abaixo dos números do ano passado. Do lado da demanda, as importações de açúcar da China devem chegar a 4,5 milhões de toneladas na temporada que termina em setembro, em comparação com 3,76 milhões de toneladas na mesma temporada do ano anterior.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Preço do açúcar (em US\$ centavos por kg)



Fonte: <http://www.tradingeconomics.com/commodity/sugar>

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e formas de comercialização

Opções de açúcar não faltam nas prateleiras dos mercados: cristal, refinado, mascavo, orgânico, frutose e light. Abaixo se encontram as principais características de cada tipo:

- **Refinado**: também conhecido como açúcar branco, é o açúcar mais comum no varejo. No refinamento, aditivos tornam o produto branco.
- **Cristal**: é o açúcar com cristais grandes e transparentes, difíceis de serem dissolvidos em água. Depois do cozimento, ele passa apenas por um refinamento leve. Por ser econômico e render mais, o açúcar cristal é usualmente utilizado no preparo de bolos e doces.
- **Mascavo**: é o açúcar bruto, escuro e úmido, extraído depois do cozimento do caldo de cana.
- **Demerara**: usado no preparo de doces, esse açúcar é um dos tipos mais caros. Ele passa por um refinamento leve e não recebe nenhum aditivo químico. Por isso, seus grãos são marrom-claros e têm valores nutricionais altos, como os do açúcar mascavo.
- **Orgânico**: é um tipo de açúcar bruto produzido a partir da cana-de-açúcar orgânica e não é submetido a qualquer tratamento químico durante o processo de industrialização.
- **Light**: surge da combinação do açúcar refinado com adoçantes artificiais, como o aspartame, o ciclamato e a sacarina, que quadruplicam o poder de adoçar. Por isso, quem consome o açúcar light ingere menos calorias.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- De confeitiro: possui cristais mais finos e é utilizado principalmente na preparação de glacês e coberturas. Tem o refinamento sofisticado, que inclui peneiragem para obter os pequenos cristais e a adição de amido de arroz, milho ou fosfato de cálcio para evitar que os cristais se juntem novamente.

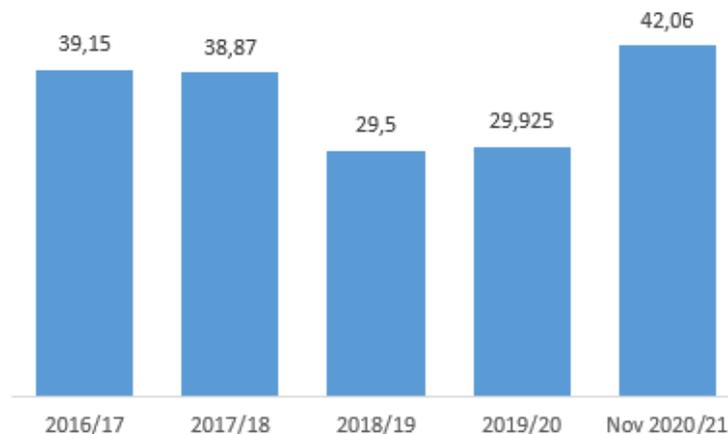
Indústria de Açúcar | Brasil

Breve panorama

O Brasil possui um papel de destaque na indústria mundial de açúcar, sendo o maior produtor e exportador global, responsável pelo fornecimento de 23,1% do produto consumido no mundo em 2020/21. A liderança brasileira na indústria global deve-se ao fato do Brasil ser um dos produtores de açúcar de menor custo do mundo em função do seu solo, clima e topografia favoráveis, do desenvolvimento tecnológico da variedade de cana-de-açúcar e dos processos de produção de açúcar e de etanol. Tais desenvolvimentos resultaram em ciclos de safra mais longos, maior produção de cana-de-açúcar por hectare, teores mais altos de açúcar na cana-de-açúcar processada que resultam em maior produção. Os custos da produção de açúcar no Brasil são significativamente mais baixos do que alguns dos maiores exportadores de açúcar do mundo, como Índia e Europa.

Estima-se que a produção brasileira deverá chegar a 42,06 milhões de toneladas em 2020/21, superando o patamar de 38,0 milhões de 2016/17 e 2017/18.

Produção brasileira de açúcar (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA, Sugar: World Markets and Trade

7.9 - Outras Informações Relevantes

Produtividade média (em mil kg/hectare) e área de cultivo de cana-de-Açúcar no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB BOLETIM DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 1º Levantamento Safra 2021/22

Distribuição da produção de cana de açúcar entre açúcar e etanol (% da cana-de-açúcar disponível)



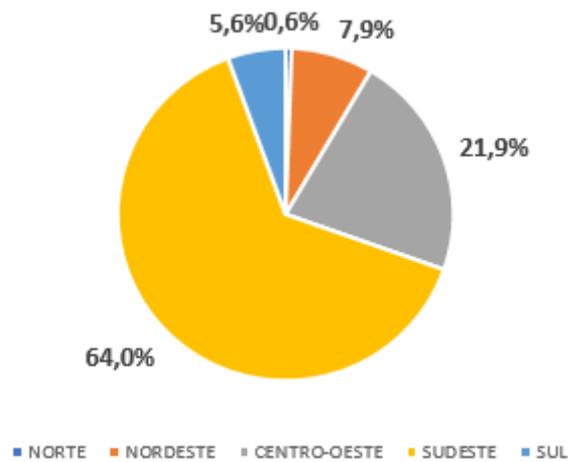
Fonte: CONAB BOLETIM DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 1º Levantamento Safra 2021/22

A produção de cana-de-açúcar se concentra nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. O mercado mostra-se bastante concentrado, com cerca de 5 grandes usinas produtoras de açúcar refinado concentradas na região Sudeste do país. Já para o açúcar cristal, há centenas de produtores, mais concentrados na área Centro-Oeste do país.

O setor sucroalcooleiro é bastante concentrado em grandes *players* altamente capitalizados como a brasileira Raízen e multinacionais como Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss, sendo que as pequenas empresas vêm sofrendo pelo alto nível de endividamento e reduzida capacidade de contrair crédito.

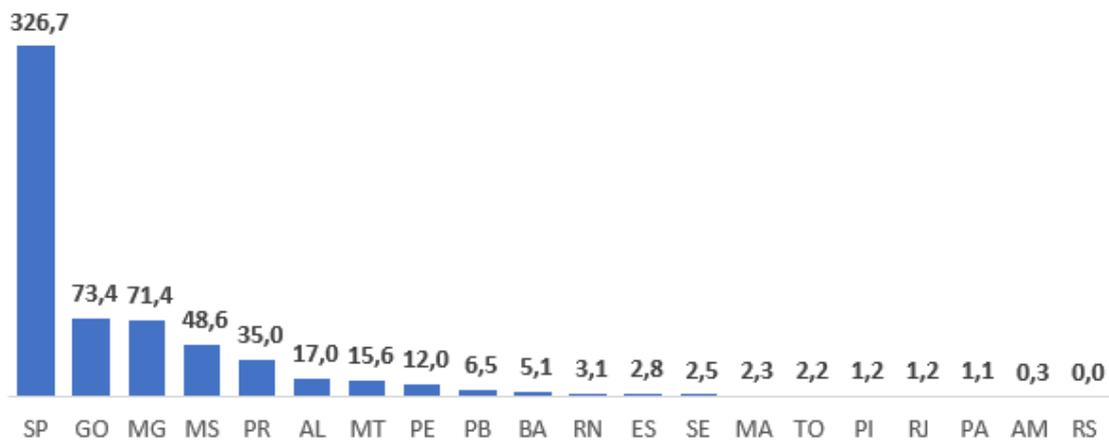
7.9 - Outras Informações Relevantes

Distribuição da produção de açúcar por região (%)



Fonte: CONAB BOLETIM DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 1º Levantamento Safra 2021/22

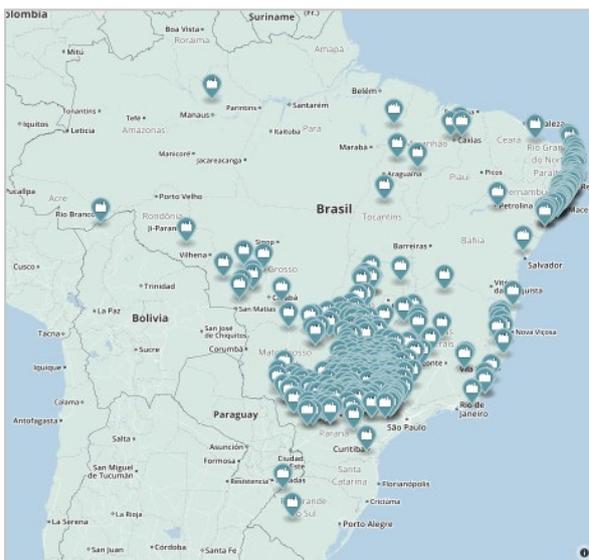
Distribuição da produção de açúcar por estado (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB BOLETIM DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR, 1º Levantamento Safra 2021/22

7.9 - Outras Informações Relevantes

Mapa da produção de açúcar no Brasil

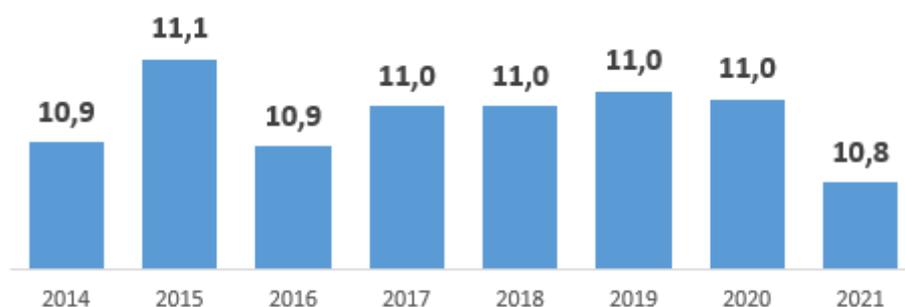


Fonte: Nova Cana

Preço e consumo

O consumo de açúcar no Brasil tem se mantido em um patamar estável, variando de 10,9 milhões de toneladas em 2014 para 11,0 milhões de toneladas em 2020, segundo o OECD. Os preços de açúcar no Brasil dependem da oferta global do produto e do volume de cana-de-açúcar destinado à produção de etanol.

Consumo de açúcar no Brasil (em milhões de toneladas)



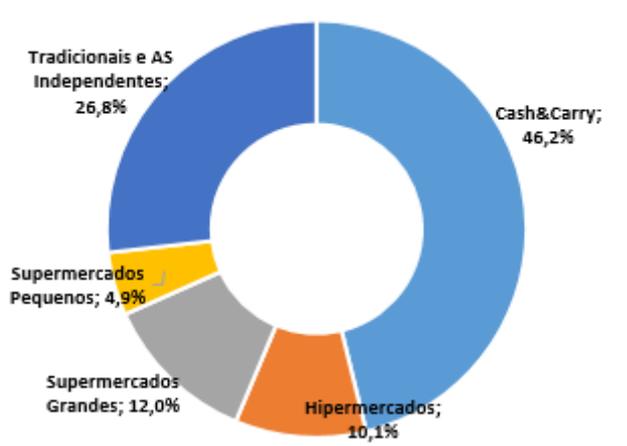
Fonte: USDA

Distribuição por canal

As vendas de açúcar no varejo são concentradas nos atacarejos e supermercados grandes, que de Abril'20 a Março'21 corresponderam, em conjunto, a 75,2% das vendas do produto no varejo.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Distribuição de açúcar refinado no varejo por formato (% das vendas) - YTD 2020/21 (YTD acumulado Abril'20 a Março'21)

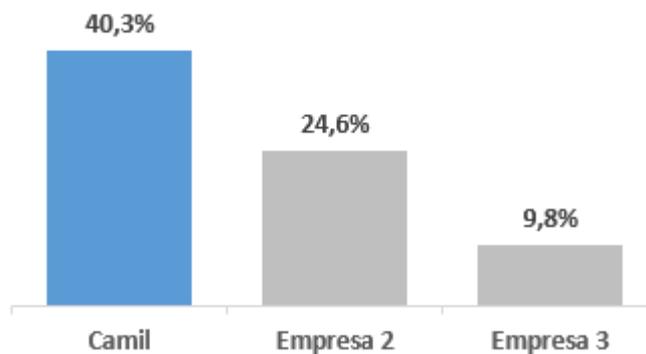


Fonte: Nielsen Refinado | Retail Index | T. BRASIL VAREJO + C&C, YTD acumulado Abril'20 a Março'21.

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de açúcar refinado no varejo é altamente concentrado, Das 5 principais empresas de açúcar no varejo, 4 pertencem a grupos processadores de cana-de-açúcar e estão mais expostos à volatilidade de preços da *commodity*. As quatro maiores empresas de açúcar refinado possuem juntas 84,3% de *market share* em volume.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de açúcar refinado



Fonte: Nielsen Refinado | Retail Index | T. BRASIL VAREJO + C&C, YTD acumulado Abril'20 a Março'21.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Perspectivas e tendências

No Brasil, o mercado de açúcar é amplo, resiliente e bastante concentrado. Acreditamos que a indústria possui perspectiva positiva de crescimento com o aumento da população, e o crescimento da procura e consumo de açúcares menos processados, como demerara e mascavo – estes com maior valor agregado.

Indústria de Pescados | Mundo

Breve panorama

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), a participação de peixes no consumo humano deve aumentar de 52% (média 2016-18) para 58% em 2028. Prevê-se que o consumo mundial de peixes atinja 21,3 kg per capita em 2028, acima dos 20,3 kg per capita em 2016-18.

A quantidade total de peixe produzido em nível mundial é projetada em 196,3 milhões de toneladas até 2028, um aumento de 14% em relação ao período base (média de 2016-18) e um adicional de 24,1 milhões de toneladas de peixes e frutos do mar em termos absolutos. Fonte: OECD-FAO AGRICULTURAL OUTLOOK 2019-2028 © OECD/FAO 2019

Produção mundial histórica e projetada de pescados



Fonte: OECD-FAP Fish and Seafood

O peixe é uma mercadoria versátil e heterogênea, cobrindo uma ampla variedade de espécies, e pode ser preparado e consumido de muitas formas diferentes, para alimentos ou não. A maior parte da utilização da produção de peixe é para o consumo humano, e essa parcela deverá crescer de 89% no período base (2016-18) para 91% até 2028. O consumo humano deve aumentar 25 milhões de toneladas em 2028, atingindo 178 milhões de toneladas. Isto representa um aumento geral de 16% em comparação com a média de 2016-18. O crescimento da demanda resultará principalmente dos países em desenvolvimento (principalmente na Ásia). Espera-se que representem 93% do aumento do consumo e consumam 81% dos peixes

7.9 - Outras Informações Relevantes

disponíveis em 2028 (vs 79% em 2016-18). Na projeção, a Ásia deve consumir 71% (ou 126 milhões de toneladas), do total de peixes, enquanto Oceania e América Latina consumirão menores quantidades.

Indústria de Pescados | Brasil

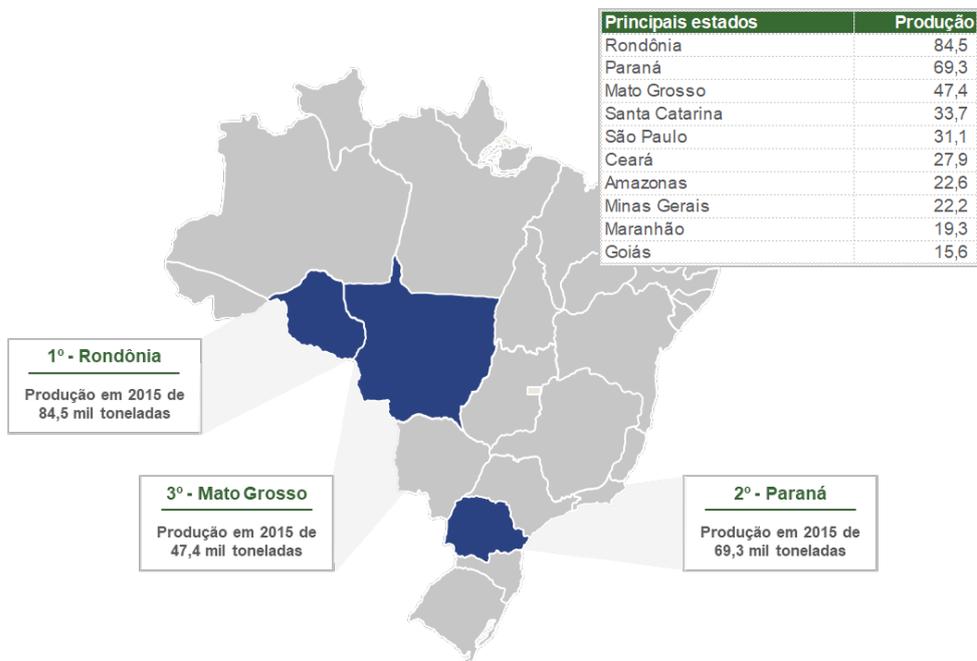
Breve panorama

A indústria de pescados no Brasil vem crescendo de forma consistente nos últimos anos, impulsionada pela tendência de diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da preocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

Produção e venda no Brasil

Espera-se que incentivos governamentais através de disponibilização de crédito, investimentos na produção de pescados e campanhas de marketing, como a "Semana do Peixe" do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão continuar a suportar o crescimento da indústria. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou cerca de R\$2,0 bilhões em linhas de crédito especiais para estimular a produção.

Principais estados produtores de peixes no Brasil



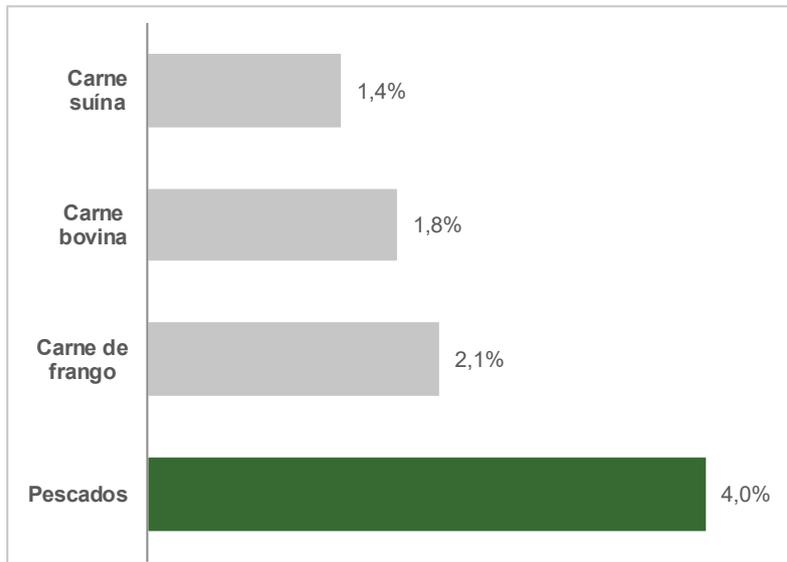
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE")

A demanda tem sido direcionada em grande parte pelos maiores níveis de renda e mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, com crescente busca por alimentos mais saudáveis, além da disseminação de novas culinárias, como a japonesa. Outro

7.9 - Outras Informações Relevantes

fator que também contribui para o aumento no consumo de pescados é a maior disponibilidade e variedade de alternativas em nível de varejo.

Crescimento no consumo *per capita* de proteínas no Brasil (CAGR₀₉₋₁₃)

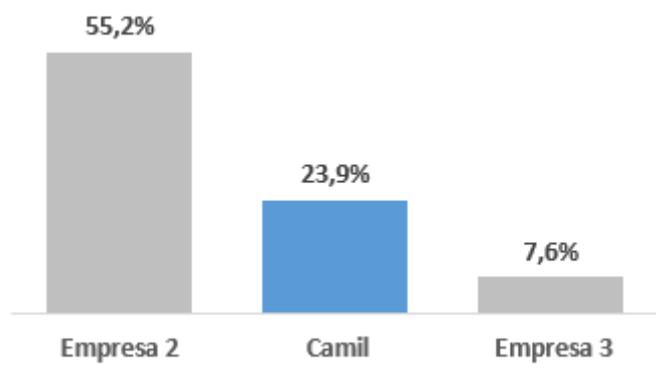


Fonte: ABPA, Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes ("ABIEC") e FAO

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de pescados em conserva é bastante concentrado, sendo que as duas principais empresas do setor detêm juntas 79,1% de participação das vendas no mercado de atum enlatado e 83,8% do mercado de sardinha enlatada (em volume), conforme os gráficos abaixo. As empresas brasileiras possuem importantes vantagens competitivas visto que foram pioneiras no segmento, possuem estratégias de preço competitivas e investem em conhecimento e construção da percepção de suas marcas, buscando relevância junto aos seus públicos e a preferência dos consumidores brasileiros.

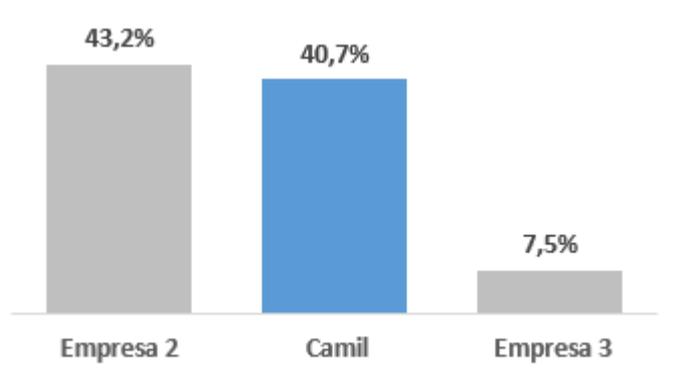
Atum: Participação de mercado em volume dos principais competidores



7.9 - Outras Informações Relevantes

Fonte: Nielsen Retail Index Nova Metodologia Total Brasil Varejo+Cash&Carry YTD (Abril'20 a Março'21)

Sardinha: Participação de mercado em volume dos principais competidores

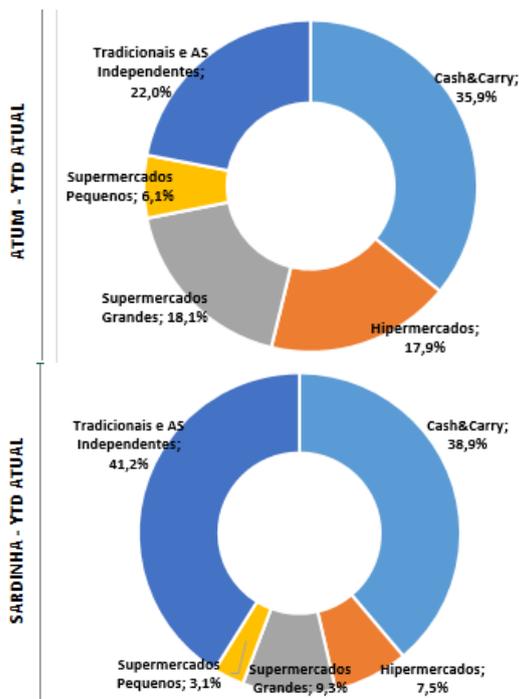


Fonte: Nielsen Atum e Sardinha | Retail Index | T. BRASIL VAREJO + C&C, YTD acumulado Abril'20 a Março'21

Distribuição por canal

Na distribuição por canal, as vendas de sardinha e atum tem destaque no canal *cash&carry*, com o dobro de importância do canal varejo.

Venda de atum e sardinha enlatados no varejo e atacarejo



7.9 - Outras Informações Relevantes

Fonte: Nielsen Atum e Sardinha | Retail Index | T. BRASIL VAREJO + C&C, YTD acumulado Abril'20 a Março'21

Perspectivas e tendências na indústria brasileira de pescados em conserva

A ascensão social da população vem incentivando o consumo de pescados preservados, inclusive com maior valor agregado. A atual tendência de busca por produtos de (i) alta qualidade; (ii) boa relação custo-benefício; e (iii) praticidade e comodidade se mostram como importantes vetores de crescimento do setor, somados à busca por diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da preocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia. As operações de aquisição ou alienação de ativos, realizadas no curso normal dos negócios da Companhia, estão descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais, não houve a verificação de alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não aplicável. Nos últimos três exercícios sociais, não foram celebrados contratos relevantes entre a Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes para este item 8 deste Formulário de Referência foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor

Os bens do ativo não-circulante considerados relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão indicados nos subitens “a”, “b” e “c” deste item 9.1.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Uruguai		JP Varela	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		JP Varela	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		JP Varela	Própria
Terreno	Uruguai		Lascano	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Lascano	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Lascano	Própria
Terreno	Uruguai		Vergara	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Prédios/Instalações	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Terreno	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Terreno	Uruguai		Salto	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Salto	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Salto	Própria
Terreno	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Terreno	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vichadero	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Terreno	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Terreno	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Terreno	Brasil	RS	Cambai	Própria
Terreno	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Terreno	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Brasil	SC	Navegantes	Própria
Terreno	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Terreno	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Cambai	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	SC	Naveguantes	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Cambai	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	SC	Navegantes	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Terrenos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Santiago	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Retiro	Própria
Terrenos	Chile		Retiro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Retiro	Própria
Terrenos	Chile		São Carlos	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédios/Instalações	Chile		São Carlos	Própria
Terrenos	Peru		Lima	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Lima	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Lima	Própria
Terreno	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Uruguai			Própria
Prédios/Instalações	Uruguai			Própria
Terreno	Uruguai			Própria
Terreno	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Terreno	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Terreno	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Terreno	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Terrenos	Peru			Própria
Prédios/Instalações	Peru		Sullana	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Sullana	Própria
Terrenos	Peru		Arequipa	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Arequipa	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Arequipa	Própria
Terreno	Uruguai		Montevideo	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Montevideo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Montevideo	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ARROZ DEL SUR	Vigente até 2024	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	DOCE SABOR	Vigente até 2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DUÇULA	Vigente até 2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ARROZ DA LISTA	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BOM MARANHENSE	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMARADA	Vigente até 2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMIL	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMILI	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CARRETEIRO	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CHEFÃO	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	GOLD OURO	Vigente até 2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	GUIN	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ITAQUI	Vigente até 2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	K1000	Vigente até 2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	KI-CÃO	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MAIS SABOROSO	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MOMIJI	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MUITOBOM	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	OMIAGUI	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	PAI JOAO	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	POP	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	PRINCIPE	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SOLTY	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UMPORUM	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UNIÃO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BARRA	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CAMIL	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ARUBA	Vigente até 2024	Uruguai: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	SAMAN	Vigente até 2022	Uruguai: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	BARRINHA	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BIO DOCE	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BIOÇUCAR	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	BOA AÇÃO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	COSTA BRAVA	Vigente até 2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CRISTALBELLO	Vigente até 2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	CRISTALÇUCAR	Vigente até 2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DA BARRA	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DIAÇUCAR	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DOCELAR	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DOÇUCAR	Vigente até 2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ECOLINEA	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	GLAÇUCAR	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NEVE	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NEWSUGAR	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BUTUI	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NAMORADO	Vigente até 2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	REALSUGAR	Vigente até 2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	SUCROSE	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UNIÃO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	UNICO	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	ALCYON	Vigente até 2028	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o artigo 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	COQUEIRO	Vigente até 2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	DOLPHIN SAFE	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	FEMEPE	Vigente até 2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	NAVEGANTES	Vigente até 2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	PESCADOR	Vigente até 2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	TUCAPEL	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	BANQUETE	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	SELECTA	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LOS CHINOS	De acordo com as leis do país	Chile: uma vez concedidos, registros de marca não tem vencimento	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	SAMAN	Vigente até 2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	COSTEÑO	Vigente até 2022	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	PAISANA	Vigente até 2027	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.
Marcas	HOJA REDONDA	Vigente até 2022	Peru: Registros valem por decênio no país.	São as mesmas consequências descritas acima, seguindo especificidades do país.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
CAMILATAM S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			A CAMILATAM S.A. é uma holding detentora de 100% do capital social de sociedades operacionais no Chile, Uruguai e Peru, por meio das quais a Companhia opera na América Latina.	100,000000
				Valor mercado				
28/02/2021	0,000000	0,000000	83.562.000,00	Valor contábil	28/02/2021	1.380.638.393,00		
29/02/2020	0,000000	0,000000	0,00					
28/02/2019	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Por meio da aquisição da S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai ("Saman"), a Companhia é líder no mercado uruguaio de arroz com compra de aproximadamente 440.000 toneladas de arroz em casca, segundo Relatório Anual da Safra de 2019, sendo o maior exportador de arroz uruguaio com 41,0% de market share segunda a Consecha Comision Sectorial del Arroz (participación em el volume total de producción de arroz en Uruguay para el año 2019), com 9 plantas industriais no país. No Chile, a Companhia atua por meio da Tucapel S.A., adquirida em 2009. Atualmente, a marca é líder no Chile no volume de vendas de arroz de participação de mercado em volume e valor (33,4% e 40,9% respectivamente, de abril 2019 à maio 2020), também sendo escolhida pelos consumidores como a marca número 1 de excelência na categoria de arroz, de acordo com "GFK - CHILE3D", publicado em maio de 2020. A produção da marca Tucapel é totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 9 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1. Comentários dos Diretores

Os dados financeiros são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2021 (“2020”), 29 de fevereiro de 2020 (“2019”) e 28 de fevereiro de 2019 (“2018”). Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas previstas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pela CVM e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos últimos três exercícios sociais, a geração de caixa necessária para as nossas operações, incluindo crescimento orgânico, aquisições, desenvolvimento de novos produtos e outros dispêndios de capital, tem sido proveniente, principalmente, da comercialização dos nossos produtos nos mercados onde atuamos e, em menor proporção, da prestação de serviços de secagem de arroz a produtores de arroz no Brasil e nos demais países da América Latina que estamos presentes. Embora acreditemos obter, nos últimos três exercícios sociais, níveis satisfatórios de geração de caixa, temos utilizado também diversas linhas de financiamento e emissão de títulos no mercado de capitais com o objetivo de (i) manter nossa liquidez, (ii) modernizar nossas plantas, e (iii) crescer orgânica e inorgânica.

Em 2020, a dívida bruta (instrumentos financeiros passivos, empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante) da Companhia era de R\$2.194,2 milhões. Em 2019 e 2018 dívida bruta era de R\$ R\$1.602,2 milhões e R\$1.428,3 milhões, respectivamente.

Principais índices			
Índice	2018	2019	2020
Liquidez Corrente	2,24	2,17	2,38
Dívida Líquida	1.031,6	1.032,2	1.079,3
Alavancagem	2,1	2,3	1,4

Os Diretores informam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e/ou crescimento da economia dos países onde atuamos.

Os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados pela disseminação de epidemias, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o coronavírus (Covid-19). Eventuais eventos adversos podem ocorrer após a data de emissão de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2021 (“2020”). A Companhia continuará a tomar medidas preventivas e informa que, frente as dificuldades apresentadas, seguiu as orientações do Ministério da Saúde e entidades

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

governamentais de cada país, adaptando a rotina por meio da proteção e educação dos colaboradores contra as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacam-se: criação de um comitê de crise para a gestão diária das ações necessárias para assegurar a segurança dos colaboradores, realização de intensa comunicação e fóruns de discussão de orientações sobre prevenção ao Covid-19, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreira sanitárias nas unidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia reforçou a gestão do nível de estoque de matéria-prima, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, suspensão da participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como o trabalho remoto no escritório corporativo. A Companhia continua operando e reafirma o compromisso com a segurança dos colaboradores, garantindo o atendimento de nossos clientes para que não falte alimentos nas comunidades e regiões onde atua na América do Sul.

Além das iniciativas de preservação da saúde, segurança dos colaboradores e garantia o suprimento de alimentos a população em meio a pandemia de Covid-19, a Camil fortaleceu sua liquidez financeira de curto prazo. Diante das incertezas econômicas, de forma preventiva, a Camil garantiu sua necessidade financeira para o exercício 2020 através da captação de empréstimos no início da pandemia, em março-abril de 2020.

(b) estrutura de capital

Os Diretores da Companhia informam que a estrutura de capital da Companhia em 2018, 2019 e 2020, era composta de 48,9%, 46,8% e 43,9% de capital próprio, e 51,1%, 53,2% e 56,1% de capital de terceiros, respectivamente. A participação do capital de terceiros é resultante da divisão do capital de terceiros (soma dos saldos do passivo circulante e passivo não circulante apresentados no balanço patrimonial) pelo ativo total (saldo do ativo total apresentado no balanço patrimonial). A predominância de capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da nossa opção de financiar o nosso crescimento com capital de terceiros, de forma a maximizar o nosso valor, sendo tal capital relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 10.1.f. abaixo.

Em 2018, 2019 e 2020, nosso patrimônio líquido totalizou, respectivamente, R\$2.169,1 milhões, R\$2.249,4 milhões e R\$2.708,7 milhões. Nas mesmas datas, nossa dívida líquida, calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante, menos a soma de (a) caixa e equivalentes à caixa; (b) aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante; e (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante e não circulante, totalizou, respectivamente, R\$1.031,6 milhões, R\$1.032,2 milhões e R\$1.079,3 milhões.

Os Diretores da Companhia acreditam que a situação financeira da Companhia lhe permite honrar suas obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os Diretores da Companhia acreditam que, nos últimos três exercícios sociais, a nossa estrutura de capital tem se mostrado adequada para fazer frente aos nossos investimentos e as nossas obrigações. Caso, no entanto, enfrentemos mudanças no nosso plano de crescimento ou em nossa capacidade de geração de caixa, podemos vir a tomar novas linhas de financiamento ou emitir títulos no mercado de capitais.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2018, 2019 e 2020 nosso índice de liquidez corrente, calculado como ativo circulante dividido por passivo circulante, era de 2,24, 2,17 e 2,38, respectivamente, enquanto, nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020 nosso EBITDA foi de R\$483,4 milhões, R\$441,7 milhões e R\$787,0, respectivamente, o que evidencia nossa capacidade de geração de caixa suficiente para suportar o nosso nível de endividamento.

Ademais, nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020, nossa alavancagem financeira, em termos de dívida líquida/EBITDA, foi de 2,1 vezes, 2,3 vezes e 1,4 vezes (considerando o EBITDA dos últimos 12 meses), respectivamente. Os Diretores acreditam que a Companhia possui sólidas condições financeiras e patrimoniais para implementação do seu plano de negócio e cumprimento das obrigações de curto, médio e longo prazo. Ainda, os Diretores da Companhia acreditam que a geração de caixa da Companhia suportou sua estratégia de crescimento nos três últimos exercícios sociais e que continuará a suportá-la no futuro.

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, suas projeções para o fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

O cronograma de vencimento do endividamento da Companhia em 28 de fevereiro de 2021 é o seguinte:

	Consolidado (R\$ milhares)
	2020
2021	686,5
2022	81,9
2023	443,0
2024	324,1
2025 em diante	672,2
(-) Custo da transação	(12,4)
	2.195,3

Para os Diretores da Companhia, o endividamento apresentado é adequado às características dos negócios da Companhia. Os Diretores da Companhia não podem garantir, no entanto, que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendam ser necessário contrair empréstimos ou emitir títulos no mercado de capitais para financiar

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

novos investimentos e aquisições, acreditam que, atualmente, a Companhia possui capacidade para realizá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Nos últimos três exercícios sociais, nossas necessidades para capital de giro e investimentos vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa. Nossas principais fontes de financiamento para capital de giro são obtidas por meio de linhas de financiamento de curto e longo prazos oferecidos por instituições financeiras como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú, Banco Safra, Banco ABC Brasil, Banco Santander, Banco Alfa, Citibank, HSBC, BBVA e Scotiabank. Ademais, a fim de realizar melhor gestão de nosso caixa, emitimos debêntures que foram cedidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. para constituição de lastro de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no mercado de capitais no Brasil.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício corrente são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Não vislumbramos necessidade de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais possamos dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo, podemos optar por captar recursos junto a instituições financeiras ou emitir títulos no mercado de capitais.

(f) níveis de endividamento e características das dívidas

Em 2020, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R\$2.195,3 milhões, dos quais R\$682,1 milhões, ou 31,07%, eram de curto prazo e R\$1.513,1 milhões, ou 68,93%, eram de longo prazo. Na mesma data, R\$364,5 milhões, ou 16,6%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Empréstimos e Financiamentos

BRASIL – Camil Alimentos S.A.

Cédulas de Crédito Bancário

Cédula de Crédito Bancário nº 3110212 BANCO BRADESCO S/A. Em 14/04/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 3,25% aa e não há exigência de garantia. Esta cédula está programada para vencer em 14/04/2021 e quitada no vencimento.

Cédula de Crédito Bancário nº 101120040006500 BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A. Em 13/04/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 3,25% aa e não há exigência de garantia. Esta cédula está programada para vencer em 16/04/2021 e quitada antecipadamente em 08/10/2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 40/00651-4 BANCO DO BRASIL S/A. Em 17/04/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 150 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 6,60% aa e não há exigência de garantia. Esta cédula está programada para vencer em 17/04/2021 e quitada antecipadamente em 01/10/2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 191.300.850 BANCO DO BRASIL S/A. Em 01/10/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 200 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 2,70% aa e não há exigência de garantia. Os pagamentos desta cédula serão em três parcelas anuais de igual valor a partir de 10/10/2023.

Cédula de Crédito Bancário nº 000270103120 BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. Em 27/03/2020 a Companhia celebrou a cédula de crédito bancário no montante de R\$ 100 milhões, destinada a reforço de capital de giro. Sobre o principal deste contrato incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 4,35% aa e não há exigência de garantia. Esta cédula está programada para vencer em 26/03/2021. Em 30/09/2021 foi celebrado o 1º aditamento a esta cédula, nas seguintes condições: juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de 2,70% aa. Os pagamentos desta cédula serão em três parcelas anuais de igual valor a partir de 18/09/2023.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Emissões Privadas de Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio

5ª Emissão de Debêntures. Em 23 de novembro de 2016, a Companhia realizou sua quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 402.255 debêntures, sendo 213.905 debêntures na primeira série e 188.350 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$402,3 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 99% da Taxa DI, e sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estavam programadas para vencer em 12 de dezembro de 2019 e quitadas nesta data e as debêntures da segunda série estavam programadas para vencer em 12 de dezembro de 2020 e quitadas nesta data. Esta emissão foi realizada para lastrear às 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 13 de dezembro de 2016.

6ª Emissão de Debêntures. Em 19 de maio de 2017, a Companhia realizou sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 405.000 debêntures, sendo 238.020 debêntures na primeira série e 166.980 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$405,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 97% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estavam programadas para vencer em 20 de julho de 2020 e quitada nesta data e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 19 de julho de 2021. Esta emissão foi realizada para lastrear às 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 18 de julho de 2017.

7ª Emissão de Debêntures. Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição privada. Foram emitidas 168.050 debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$168,050 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estão programadas para vencer em 17 de dezembro de 2021. Esta emissão foi realizada para lastrear às 137ª (centésima trigésima sétima) série da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 15 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

8ª Emissão de Debêntures. Em 16 de abril de 2019, a Companhia realizou sua oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, sendo 271.527 debêntures na primeira série e 328.473 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$600,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 101% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 17 de abril de 2023 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 15 de abril de 2025. Esta emissão foi realizada para lastrear às 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., subscritos em 15 de abril de 2019 e disponibilizado em 16 de abril de 2019.

9ª Emissão de Debêntures. Em 29 de setembro de 2020, a Companhia realizou sua nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Foram emitidas, em 30 de setembro do mesmo ano, 350.000 debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$ 350 milhões, destinados a aquisição de arroz “in-natura” no volume de R\$ 200 milhões e reforço de capital de giro no volume de 150 milhões. Sobre o valor nominal das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 2,70% aa. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estão programadas para vencer em duas parcelas iguais e anuais a partir de 30 de setembro de 2024.

10ª Emissão de Debêntures. Em 30 de abril de 2021, a Companhia concluiu a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com distribuição pública de esforços restritos no valor de R\$600 milhões. As debêntures são remuneradas a CDI+1,70% a.a., com prazo de 3 anos da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das Debêntures foram destinados exclusivamente para reforço de capital de giro da Emissora, para atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora.

11ª Emissão de Debêntures. Em 18 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia no valor de R\$650,0 milhões, sendo (i) R\$150,0 milhões correspondente às Debêntures da primeira série, sendo esta série com selo verde; e (ii) R\$500,0 milhões correspondente às Debêntures da segunda série. As Debêntures da Primeira Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balcão, acrescida de spread (sobretaxa), a ser determinado em Procedimento de Bookbuilding, limitado a 1,70% ao ano, base 252 dias úteis. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa), a ser determinado em Procedimento de Bookbuilding, limitado a 1,73% ao ano, base 252 dias úteis. As Debêntures serão amortizadas em 2 parcelas e terão prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de outubro de 2028.

CHILE

Em 2020, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas no valor total de principal de CLP\$25.062 milhões pesos chilenos. Esses empréstimos estão compostos de uma dívida de curto prazo equivalente a CLP\$61 milhões, com pagamento do principal e dos juros em parcela única, e um empréstimo de longo prazo de CLP\$25.000 milhões, com pagamento do principal a partir do ano 2022 em frequência semestral, e pagamentos dos juros semestralmente a partir do início do empréstimo. Incidem juros mensais de 0,07% para o empréstimo de curto prazo e 3,95% base ano, para empréstimo de longo prazo. Esses empréstimos são garantidos por fiança da Companhia

URUGUAI

Em 2020, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias firmados por sua subsidiária SOCIEDAD ANONIMA MOLINOS ARROCEROS NACIONALES ("SAMAN"), no valor total do principal acrescido de juros de US\$ 8,6 milhões para financiar capital de giro, leasing e ativos fixos. O pagamento do principal é feito em parcelas semestrais, sobre as quais incidem juros anuais que variam de 3,75 % a 4,19 %. Esses empréstimos são garantidos por hipotecas, penhor de máquinas, sacas de arroz e fiança da empresa-mãe.

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 todos os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias foram liquidados.

PERU

Em 2020, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas no valor do principal mais os interesses de milhões de sóis peruanos S/86. O pagamento de capital e juros é feito em uma única entrega, mensalmente. A taxa de juros anual é de cerca de 1,64% para empréstimos de curto prazo e os juros anuais de 4,62%, 5.26%, 4,56% e 3.00% para empréstimos de longo prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. A seguir, demonstramos os tipos de obrigações e as respectivas garantias, em milhões de reais:

Exercício social (28/02/2021)						
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a 1 ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a 5 anos	Total
Financiamentos	Garantia Real	9,4	11,5	2,2	0,0	23,1
Debêntures	Quirografária	342,2	269,6	673,5	0,0	1.285,3
Empréstimos	Quirografária	330,5	241,0	292,9	22,2	886,6
Total		682,1	522,1	968,6	22,2	2.195,0

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamentos e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

BRASIL

As dívidas da Companhia descritas neste item 10.1 (f) estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos.

As emissões de debêntures da Companhia, por sua vez, também estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores, conforme o caso; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos; (vi) cumprimento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de índices financeiros; (vii) redução do capital social da Companhia; e (viii) pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório definido em lei.

Apesar das restrições acima descritas, não houve necessidade de a Companhia solicitar renúncias ao direito de declarar antecipadamente vencidas as dívidas e emissões de valores mobiliários da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

As emissões de debêntures da Companhia também incluem cláusulas restritivas relativas ao cumprimento de certos índices financeiros ("*covenants*"), tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DENOMINADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

CHILE

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento ou atraso no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos; (ii) declaração de insolvência da Companhia; (iii) atraso na concessão da fiança da Companhia; e (iv) distribuição de dividendos em montante superior a 100% do lucro do período. Tais empréstimos incluem *covenants*, tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

URUGUAI

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) transformação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade e/ou venda ou cessão das ações sem autorização da instituição financeira; (ii) mudança de controle ou estrutura acionária ou redução no capital social; (iii) avaliação da companhia por instituições financeiras uruguaias resultando na sua categorização pelo Banco Central do Uruguai como entidade com capacidade de pagamento comprometida; (iv) distribuição de dividendos, exceto se o resultado do exercício for positivo e todas as obrigações contratuais estiverem sendo cumpridas; (v) limitação de garantia por meio de hipotecas; e (vi) inadimplemento do devedor ou de qualquer sociedade do grupo em relação a dívidas com a instituição financeira.

Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2021 todos os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias foram liquidados. Para o exercício de 2021 no Uruguai não estaremos sujeitos aos requisitos descritos acima.

Tais empréstimos incluem *covenants*, tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, entre outros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PERU

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos ou de obrigações de pagamento perante outras instituições financeiras; (ii) caso as declarações ou documentos providenciados tenham sido imprecisos ou falsos; (iii) pedido ou começo de processo de insolvência; e (iv) disposições de patrimônio sem o prévio acordo da instituição financeira.

Adicionalmente, os contratos obrigam a Companhia a cumprir com os seguintes índices financeiros:

Para contratos com o Banco de Crédito del Perú (i) dívida total/patrimônio líquido menor ou igual a 2 sendo uma dívida total a soma da todos os passivos (circulantes e não-circulantes) (ii) EBITDA/ Serviço da dívida maior a 1 sendo EBITDA, lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses e o Serviço da dívida, pagamentos de dívidas financeiras os próximos 12 meses a partir da data de medição do EEFF (principal + juros).

Para contratos com o Scotiabank (i) dívida total/patrimônio líquido menor ou igual a 4 sendo uma dívida total a soma da todos os passivos (circulantes e não-circulantes) (ii) Dívida Financeira Total/EBITDA menor ou igual a 4.5 sendo Dívida Financeira Total toda a dívida que gera juros. Pode ser uma dívida circulante e não circulante e pode incluir sem ser limitado; Títulos, Financiamento Estrutural, Fornecedores, Sunat e Emissão de Dívida, entre outros (iii) EBITDA/ (PCDLP+GF) maior ou igual a 1, sendo PCDLP todos os pagamentos de capital (amortizações) correspondentes a qualquer dívida, cujos pagamentos foram feitos nos 12 meses anteriores à data de encerramento das Demonstrações Financeiras em avaliação e o GF conjunto de Despesas Financeiras incorporadas nos últimos 12 meses a partir da data de encerramento das Demonstrações Financeiras em avaliação, excluindo receitas financeiras e ganhos ou perdas com diferenças de câmbio.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos últimos três exercícios sociais todas as nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com o Bradesco, BNDES, Citibank, Brasil e Santander, conforme descrito no item 10.1 (d) acima. Na hipótese de haver necessidade de linhas adicionais de financiamento, nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha tem historicamente nos permitido ter acesso a linhas de créditos pré-aprovadas, não contratadas, desde que não excedam as limitações estabelecidas por essas instituições financeiras. No Uruguai, nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com, dentre outros, B.B.V.A., Citibank, HSBC, Itaú, Santander e D.E.G. Alemanha, no Chile, contamos com Banco de Chile, Itaú, Estado, e no Peru contamos com, Citibank, Scotiabank e BIF.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre o resultado das nossas operações, nossa situação financeira e nosso fluxo de caixa é baseada em, e deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020, bem como as respectivas notas explicativas.

As informações financeiras consolidadas constantes desta Seção foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 2018, 2019 e 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas aos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020, e foram elaborados de acordo (i) com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941; e (ii) com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais.

Demonstração de Resultado

Comparação entre os exercícios sociais de 2019 e 2020

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2019		Exercício social de 2020		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	5.396,1	100,0	7.466,0	100,0	38,4
Custo das vendas e serviços	(4.145,3)	(76,8)	(5.805,0)	(77,8)	40,0
Lucro bruto	1.250,8	23,2	1.661,0	22,2	32,8
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(643)	(12)	(701)	(9)	9
Despesas gerais e administrativas	(312)	(6)	(361)	(5)	16
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	(1)	-	112
Outras receitas (despesas) operacionais	3	-	25	0	884
Lucro antes das receitas e despesas financeiras.....	298,20	5,50	622,20	8,30	108,60
Despesas financeiras	(189,30)	(3,50)	(363,20)	(4,90)	91,90
Receitas financeiras	127,20	2,40	278,20	3,70	118,60
Resultado antes dos impostos	236,10	4,40	537,20	7,20	37,00
Imposto de renda e contribuição social	3,50	0,10	(74,50)	(1,00)	n/c
Lucro líquido do exercício....	239,60	4,40	462,70	6,20	93,10

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 38,4%, de R\$5.396,1 milhões em 2019 para R\$7.466,0 milhões em 2020, em razão do crescimento da receita líquida de vendas e serviços tanto no Segmento Alimento Brasil, quanto no Segmento Alimento Internacional.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Segmento Alimentício Brasil. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 36,8%, de R\$3.914,8 milhões em 2019 para R\$5.354,4 milhões em 2020. O resultado foi impulsionado pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 750,4 mil tons no ano (aumento de 1,0% em relação ao exercício anterior). O resultado foi afetado pelo crescimento no volume das marcas de ocupação, parcialmente compensado pela redução de vendas da marca líder. Com o crescimento no volume registrado no início do exercício de 2020, observamos uma redução de vendas a partir do segundo semestre do ano, com a regularização dos estoques de clientes e varejistas.

O preço médio de aquisição da matéria-prima¹ atingiu R\$80,05/saca (aumento de 77,1% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$3,67/kg (aumento de 46,3% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$3,24/kg no ano (aumento de 46,8% em relação ao exercício anterior). Vale destacar que a partir do segundo trimestre ocorreu aumento no custo da matéria-prima e, mesmo diante deste cenário, foi possível repassar preços ao mercado durante o ano, mantendo a rentabilidade da categoria em linha com patamares históricos registrados pela Companhia. Mesmo com alta volatilidade de preços da categoria, a Companhia foi bem-sucedida em suas vendas com crescimento no volume das marcas de ocupação, parcialmente compensado pela redução de vendas da marca líder no ano.

Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 94,2 mil toneladas no ano (aumento de 2,1% em relação ao exercício anterior). Mesmo com alta volatilidade de preços da categoria, a Companhia foi bem-sucedida em suas vendas com crescimento no volume das marcas de ocupação, parcialmente compensado pela redução de vendas da marca líder no ano.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima², o preço médio de feijão do mercado atingiu R\$254,08/saca (aumento de 31,7% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$6,13/kg (aumento de 37,4% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$5,71/kg (aumento de 38,5% em relação ao exercício anterior).

Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu 556,0 mil toneladas (aumento de 7,8% em relação ao exercício anterior) no ano. O resultado foi influenciado pela redução de vendas da marca líder e crescimento de ocupação no ano.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima³, o preço médio de açúcar do mercado atingiu e R\$89,57/saca (aumento de 33,9% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$2,47/kg (aumento de 11,9% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$2,16/kg (aumento de

¹ Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

² Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

³ Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

13,4% em relação ao exercício anterior). Ressaltamos que o aumento do custo da matéria-prima no período e cenário competitivo gerou dificuldade de repasse integral do aumento de custos aos preços da categoria.

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 37 mil toneladas no ano, diminuição de 5,4% em relação ao exercício anterior. O resultado foi ocasionado pela redução de vendas da marca líder Coqueiro e parcialmente compensado pelo crescimento de vendas da marca de ocupação (Pescador). Esse resultado ocorreu, principalmente, pela dificuldade de originação de sardinha no exercício, fruto da dificuldade de importação da matéria-prima nos mercados exportadores pelos efeitos da pandemia da Covid-19.

O preço bruto atingiu R\$23,05/kg (aumento de 11,8% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$18,33/kg (aumento de 17,5% em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Internacional. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 42,6%, de R\$1.481,3 milhões em 2019 para R\$2.111,6 milhões em 2020. Esse aumento foi impulsionado pelas operações do Uruguai, Chile e Peru, conforme detalhado abaixo:

Uruguai. O volume das vendas atingiu 504,7 mil toneladas no ano, crescimento de 9,4% frente a 2019. O crescimento no volume de vendas anual se deu pela maior disponibilidade de matéria-prima, com concentração das vendas no primeiro semestre de 2020. O preço bruto em US\$ por tonelada atingiu 508,60 (aumento de 5,8% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$2,74/kg (aumento de 40,3% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/US\$) aumentou em 26,3% em 2020 vs. 2019.

Chile. O volume das vendas atingiu 82,6 mil tons (diminuição de 1,9% em relação ao exercício anterior) no ano. O cenário no trimestre e no ano foi impactado por ações frente a Covid-19, com congelamento de preços de determinados produtos no ponto de venda, incluindo arroz. O preço bruto em CLP (peso chileno) por tonelada atingiu 1.166,16 (aumento de 17,4% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$7,95/kg (aumento de 43,3% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ CLP) variou em redução de 18,3% em 2020.

Peru. O volume das vendas atingiu 90,3 mil tons (aumento de 1,6% em relação ao exercício anterior) no ano. No ano a recuperação de vendas foi impulsionada pelo aumento do número de pontos de vendas e consumo de arroz empacotado no início da pandemia. O preço bruto em SOL (moeda peruana) por tonelada atingiu 4.493,95 (aumento de 8,4% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$6,77/kg (aumento de 835,4% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ SOL) aumentou em 14,0% em 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R\$5.805,0 milhões (aumento de 40,0% em relação ao exercício anterior), ou 77,8% da receita líquida, principalmente, devido ao:

Segmento Alimentício Brasil: crescimento dos custos das vendas e serviços do Brasil, que atingiu R\$4.256,5 milhões (aumento de 39,3% em relação ao exercício anterior), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado de arroz (R\$80,05/saca; aumento de 77,1% em relação ao exercício anterior), feijão (R\$254,08/saca; aumento de 31,7% em relação ao exercício anterior), açúcar (R\$89,57/saca; aumento de 33,9% em relação ao exercício anterior) e pescados, decorrente da variação cambial que impacta o custo de aquisição da matéria-prima importada da categoria.

Segmento Alimentício Internacional: crescimento dos custos das vendas e serviços do Internacional, que atingiu R\$1.548,5 milhões (aumento de 42,0% em relação ao exercício anterior), impulsionado pelo crescimento dos custos das vendas e serviços no Uruguai, Chile e Peru, com aumento de preços no período, impacto cambial e crescimento no volume de vendas do Uruguai e Peru.

Lucro Bruto

Como resultado do crescimento da receita líquida de vendas e serviços e do crescimento do custo das vendas e serviços, o lucro bruto atingiu R\$1.661,0 milhões (aumento de 32,8% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 22,2% (redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Brasil. O lucro bruto atingiu R\$1.097,9 milhões (aumento de 27,6% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 20,5% (redução de 1,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Internacional. O lucro bruto atingiu R\$563,1 milhões (aumento de 44,1% em relação ao exercício anterior) no ano com margem de 26,7% (aumento de 0,3 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$1.062,1 milhões no ano (aumento de 11,3% em relação ao exercício anterior), equivalente a 14,2% da receita líquida (redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) no ano. O crescimento no ano ocorreu, principalmente, no SG&A Internacional (aumento de 37,5% em relação ao exercício anterior) em função do aumento das despesas com vendas e gerais e administrativas no Uruguai, Chile e Peru, também fruto do impacto cambial no período. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento do SG&A Brasil (aumento de 0,5% em relação ao exercício anterior), decorrente do crescimento das despesas gerais e administrativas do ano, parcialmente compensado pela queda das despesas com vendas no período.

Vale destacar que a redução da representatividade das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas na receita líquida do ano (redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) reflete uma melhor eficiência da Companhia, fruto dos esforços realizados para redução de despesas e diluição das despesas com o aumento do faturamento da Companhia no exercício de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R\$701,2 milhões no ano (aumento de 9,1% em relação ao exercício anterior), ou 9,4% da receita líquida do ano (redução de 2,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), devido ao crescimento das despesas com vendas do Internacional (aumento de 40,9% em relação ao exercício anterior), parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas no Brasil (redução de 4,8% em relação ao exercício anterior).

As despesas com vendas do Brasil apresentaram diminuição de 4,8% em relação ao exercício anterior, representando 8,0% da receita líquida do ano (redução de 3,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função da diminuição das despesas de fretes, promotores/repositores e propaganda e publicidade, com menor volume de vendas no período. As despesas com vendas do Internacional apresentaram aumento de 40,9% em relação ao exercício anterior, representando 13,0% da receita líquida do ano (redução de 0,2 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função do aumento das despesas com vendas do Uruguai, com crescimento do volume no período, crescimento de despesas com vendas no Chile decorrente de vendas de produtos de alto valor agregado, e aumento de despesas de vendas no Peru, com aumento de fretes. O internacional também foi impulsionado pelo impacto cambial no período.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$360,9 milhões no ano (aumento de 15,8% em relação ao exercício anterior), ou 4,8% da receita líquida do ano (redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), principalmente devido ao crescimento das despesas do Internacional (aumento de 29,3% em relação ao exercício anterior) e das despesas do Brasil (aumento de 10,9% em relação ao exercício anterior).

As despesas gerais e administrativas do Brasil apresentaram crescimento de 10,9% em relação ao exercício anterior, representando 4,7% da receita líquida do ano (redução de 1,1 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). O crescimento se deu, principalmente, pelo aumento com despesas de pessoal, programa de participação de resultados e *stock option*. O crescimento do período foi impulsionado pelo aumento das despesas gerais e administrativas do Internacional, que apresentou crescimento de 29,3% em relação ao exercício anterior, ou 5,1% da receita líquida do ano (diminuição de 0,5 pontos percentuais) impulsionadas pelo crescimento das despesas no Uruguai, Chile e Peru, decorrente do impacto cambial do período, gastos decorrentes do combate à pandemia da Covid-19 e incremento de despesas com marketing no Chile e Peru.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas operacionais (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$24,6 milhões no ano (vs. R\$2,5 milhões em 2019), decorrente de reconhecimento da exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL e créditos extemporâneos de PIS e COFINS.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EBITDA

Levando os fatores descritos acima em consideração, o EBITDA atingiu R\$787,0 milhões no ano (aumento de 6,5% em relação ao exercício anterior) com margem de 10,5% (aumento de 2,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Resultado Financeiro Líquido (Somatório de Despesas Financeiras e Receitas Financeiras)

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$85,0 milhões no ano vs. R\$62,1 milhões em 2019 (aumento de 37,0% em relação ao exercício anterior), principalmente, em função de juros sobre financiamentos e reconhecimento de outras despesas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social atingiu despesa de R\$74,5 milhões no ano (vs. R\$3,5 milhões positivos em 2019). O resultado foi impactado pelo crescimento da base de cálculo frente ao aumento do faturamento da Companhia, compensado pelos efeitos da exclusão de subvenções sobre investimentos relativos aos créditos de ICMS e pagamento de JCP no período.

Lucro Líquido do Exercício

Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Líquido atingiu R\$462,7 milhões no ano (aumento de 93,1% em relação ao exercício anterior) com margem de 6,2% (aumento de 1,8 pontos percentuais).

O Lucro por Ação atingiu R\$1,25 (aumento de 93,1% em relação ao exercício anterior) no ano.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação entre os exercícios sociais de 2018 e 2019**

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2019		Exercício social de 2018		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	5.396,1	100,0	4.748,8	100,0	13,6
Custo das vendas e serviços	(4.145,3)	(76,8)	(3.527,1)	(74,3)	17,5
Lucro bruto	1.250,8	23,2	1.221,7	25,7	2,4
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas.....	(642,9)	(11,9)	(631,0)	(13,3)	1,9
Despesas gerais e administrativas	(311,5)	(5,8)	(292,9)	(6,2)	6,4
Resultado de equivalência patrimonial	(0,7)	0,0	(1,0)	0,0	(37,8)
Outras receitas (despesas) operacionais	2,5	0,0	85,2	1,8	(97,1)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	298,2	5,5	382,0	8,0	(21,9)
Despesas financeiras.....	(189,3)	(3,5)	(217,9)	(4,6)	(13,1)
Receitas financeiras.....	127,2	2,4	201,9	4,3	(37,0)
Resultado antes dos impostos	236,1	4,4	366,0	7,7	(35,5)
Imposto de renda e contribuição social	3,5	0,1	(3,6)	(0,1)	(195,8)
Lucro líquido do exercício	239,6	4,4	362,3	7,6	(33,9)

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 13,8%, de R\$4.748,8 milhões em 2018 para R\$5.396,1 milhões em 2019, em razão do crescimento da receita líquida de vendas e serviços tanto no Segmento Alimentício Brasil, quanto no Segmento Alimentício Internacional.

Segmento Alimentício Brasil. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 17,0%, de R\$3.346,3 milhões em 2018 para R\$3.914,8 milhões em 2019. Destacamos que a base comparativa anual foi influenciada pela consolidação da SLC Alimentos a partir do 4T18. O resultado foi impulsionado pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 742,9 mil tons no ano (aumento de 17,9% em relação ao exercício anterior). O crescimento na comparação anual foi impulsionado pela aquisição da SLC Alimentos, que adicionou 197,5 mil tons no ano. Excluindo o volume da SLC Alimentos, o volume atingiu 545,3 mil tons no ano (redução de 5,9% em relação ao exercício anterior). O resultado foi afetado pela redução de vendas da marca Camil e crescimento de marcas de ocupação (são assim denominadas as marcas de preço mais baixo no portfólio) no ano (assim como pela aquisição da SLC Alimentos). Observamos aumento da competição em todos os segmentos e regiões e compressão das margens da categoria, com dificuldade de repasse do aumento do custo da matéria-prima aos preços.

O preço médio de aquisição da matéria-prima⁴ atingiu R\$45,17/saca (aumento de 11,8% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$2,51/kg (aumento de 2,0% em relação ao exercício anterior) e o preço

⁴ Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

líquido R\$2,21/kg no ano(aumento de 2,9% em relação ao exercício anterior). As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido são inferiores aos preços de mercado acima, fruto da dificuldade de repasse do aumento do custo da matéria-prima aos preços.

Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 92,3 mil toneladas no ano (aumento de 15,1% em relação ao exercício anterior). O crescimento na comparação anual foi impulsionado pelo volume decorrente da aquisição da SLC Alimentos, que adicionou 22,9 mil tons no ano. Excluindo a SLC Alimentos, o volume atingiu 69,4 mil tons (redução de 8,9% em relação ao exercício anterior) no ano. O resultado foi influenciado pela redução de vendas da marca Camil e marcas de ocupação, em função do aumento da competição, compensado no ano pela aquisição da SLC Alimentos.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima⁵, o preço médio de feijão do mercado atingiu R\$192,88/saca (aumento de 57,3% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$4,46/kg (aumento de 20,9% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$4,12/kg (aumento de 23,4% em relação ao exercício anterior). As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido são inferiores aos preços de mercado acima, fruto da dificuldade de repasse de preços ao mercado. Observamos uma retomada da volatilidade de preços de feijão, reflexo do impacto climático e variação das safras da produção de feijão no período.

Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu 515,9 mil toneladas (redução de 1,8% em relação ao exercício anterior) no ano. O resultado foi influenciado pela redução de vendas da marca União e marcas de ocupação. Destacamos que o resultado do ano foi influenciado pela ruptura temporária de fornecimento de matéria-prima observada no segundo trimestre do ano e recuperação gradual do volume após a normalização.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima⁶, o preço médio de açúcar do mercado atingiu e R\$66,87/saca (aumento de 10,9% em relação ao exercício anterior), o preço bruto atingiu R\$2,21/kg (aumento de 8,1% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$1,91/kg (aumento de 8,7% em relação ao exercício anterior). Ressaltamos que, mesmo diante de um cenário de alta competição e ruptura temporária de fornecimento de matéria-prima no segundo trimestre, a Companhia manteve a rentabilidade da categoria com recuperação no cenário de repasse de preços do período no segundo semestre.

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 39 mil toneladas no ano, crescimento de aumento de 10% em relação ao exercício anterior. O resultado foi influenciado pelo crescimento das marcas Coqueiro e Pescador. Nos últimos anos, devido ao baixo volume de pesca no litoral brasileiro, registramos elevados níveis de importação da matéria-prima, o que onera diretamente o preço final do produto e, conseqüentemente,

⁵ Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

⁶ Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

reduz as vendas à medida que o consumidor passa a substituir esse produto por outras proteínas (principalmente o frango). Observamos uma retomada gradual da pesca local e retomamos a competitividade no mercado no ano por meio de reajuste de nossos preços.

O preço bruto atingiu R\$20,61/kg (aumento de 1,1% em relação ao exercício anterior) e o preço líquido R\$15,60/kg (aumento de 1,0% em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Internacional. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 5,6%, de R\$1.402,5 milhões em 2018 para R\$1.481,3 milhões em 2019. Esse aumento foi impulsionado pelas operações do Uruguai, Chile e Peru, conforme detalhado abaixo:

Uruguai. O volume das vendas atingiu 461,5 mil toneladas no ano, crescimento de 0,9% frente a 2018. O crescimento de volume de vendas no ano se deu devido ao crescimento das exportações, com recuperação de vendas no segundo semestre de 2019. O preço bruto em US\$ por tonelada atingiu 479,5 (redução de 7,5% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$1,95/kg (sem variação em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/US\$) aumentou em 7,8% em 2019 vs. 2018.

Chile. O volume das vendas atingiu 84,1 mil tons (aumento de 6,0% em relação ao exercício anterior) no ano. Continuamos apresentando crescimento de volume e rentabilidade positiva. O preço bruto em CLP (peso chileno) por tonelada atingiu 994,0 (aumento de 0,4% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$5,55/kg (redução de 2,1% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ CLP) variou em redução de 2,5% em 2019.

Peru. O volume das vendas atingiu 88,8 mil tons (aumento de 6,3% em relação ao exercício anterior) no ano. A recuperação dos volumes do ano foi impulsionada pelo aumento do número de pontos de vendas e retomada do consumo de arroz empacotado no período, após cenário de instabilidade política e econômica do país no ano anterior. O preço bruto em SOL (moeda peruana) por tonelada atingiu 4.146,0 (aumento de 1,5% em relação ao exercício anterior) e o preço bruto em reais atingiu R\$5,00/kg (aumento de 8,1% em relação ao exercício anterior) no ano. O câmbio médio (R\$/ SOL) aumentou em 6,6% em 2019.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R\$4.145,3 milhões (aumento de 17,5% em relação ao exercício anterior), ou 76,8% da receita líquida, principalmente, devido ao:

Segmento Alimentício Brasil: crescimento dos custos das vendas e serviços do Brasil, que atingiu R\$3.054,6 milhões (aumento de 21,2% em relação ao exercício anterior), impulsionada pelo crescimento dos preços médios de mercado de arroz (R\$45,17/saca; aumento de 11,8% em relação ao exercício anterior), feijão (R\$192,88/saca; aumento de 57,3% em relação ao exercício anterior), açúcar (R\$66,87/saca; aumento de 10,9% em relação ao exercício anterior) e pescados,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

decorrente da variação cambial que impacta o custo de aquisição da matéria-prima importada da categoria. Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18.

Segmento Alimentício Internacional: crescimento dos custos das vendas e serviços do Internacional, que atingiu R\$1.090,6 milhões (aumento de 8,4% em relação ao exercício anterior), impulsionado pelo crescimento no volume de vendas do segmento (aumento de 5,6% YoY), impacto cambial e crescimento de preços no período no Uruguai e Peru.

Lucro Bruto

Como resultado do crescimento da receita líquida de vendas e serviços e do crescimento do custo das vendas e serviços, o lucro bruto atingiu R\$1.250,8 milhões (aumento de 2,4% em relação ao exercício anterior) com margem de 23,2% (redução de 2,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Brasil. O lucro bruto atingiu R\$860,2 milhões (aumento de 4,3% em relação ao exercício anterior) com margem de 22,0% (redução de 2,7 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Segmento Alimentício Internacional. O lucro bruto atingiu R\$390,7 milhões (redução de 1,5% em relação ao exercício anterior) com margem de 26,4% (redução de 1,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$954,5 milhões (aumento de 3,3% em relação ao exercício anterior), equivalente a 17,7% da receita líquida (redução de 1,8 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). O crescimento no ano ocorreu, principalmente, nas Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas no Brasil (aumento de 4,0% em relação ao exercício anterior) com crescimento de volumes no período. Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18. Esse resultado também foi impulsionado pelo crescimento nas Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas Internacionais (aumento de 1,7% em relação ao exercício anterior), com crescimento de volumes e impacto cambial do período.

Vale destacar que a redução da representatividade das Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas na receita líquida do ano reflete uma melhor eficiência da Companhia, fruto de esforços realizados no plano de controle de custos e despesas do período.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R\$642,9 milhões (aumento de 1,9% em relação ao exercício anterior), ou 11,9% da receita líquida do ano (redução de 1,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), devido ao crescimento das despesas com vendas do Brasil (aumento de 5,4% em relação ao exercício anterior) e redução das despesas com vendas no Internacional (redução de 5,4% em relação ao exercício anterior).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As despesas com vendas do Brasil apresentaram crescimento de 5,4% em relação ao exercício anterior, representando 11,4% da receita líquida do ano (redução de 1,3 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função do crescimento das despesas de fretes e comissões sobre vendas no período, com aumento de volumes em relação ao exercício anterior. Destacamos que em representatividade da receita líquida as despesas de fretes apresentaram redução de 0,6 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. Esse efeito foi parcialmente compensado pelas iniciativas de redução de custo e despesas implementadas pela Companhia no último ano, sendo a principal redução em ações promocionais, promotores de venda e redução de perdas. Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18. As despesas com vendas do Internacional apresentaram redução de 5,4% em relação ao exercício anterior, representando 13,2% da receita líquida do ano (redução de 1,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Esse resultado se deu em função da redução das despesas com vendas do Chile, parcialmente compensado pelo crescimento das despesas de vendas do Uruguai e Peru.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$311,5 milhões (aumento de 6,4% em relação ao exercício anterior), ou 5,8% da receita líquida do ano (redução de 0,4 pontos percentuais em relação ao exercício anterior), principalmente devido ao crescimento das despesas do Internacional (aumento de 23,5% em relação ao exercício anterior) e das despesas do Brasil (aumento de 1,3% em relação ao exercício anterior).

As despesas gerais e administrativas do Brasil apresentaram crescimento de 1,3% em relação ao exercício anterior, representando 5,8% da receita líquida do ano (redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Destacamos que a base comparativa anual é impactada pela consolidação dos resultados da SLC Alimentos apenas a partir do 4T18 e, portanto, o crescimento observado ocorreu em função das despesas adicionais com o crescimento de produção da Companhia no período. Vale destacar que essas despesas foram parcialmente compensadas pelas iniciativas de redução de custo e despesas implementadas pela Companhia no último ano. Destacamos que o crescimento das despesas de depreciação e amortização observado nas despesas gerais e administrativas ocorre em função da adoção da norma IFRS 16 e é parcialmente compensado nas despesas de aluguéis do período. O crescimento do período foi impulsionado pelo aumento das despesas gerais e administrativas do Internacional, que apresentou crescimento de 23,5% em relação ao exercício anterior, ou 5,6% da receita líquida do ano (aumento de 0,8 pontos percentuais) impulsionadas pelo crescimento das despesas no Chile.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas operacionais (excluindo equivalência patrimonial) atingiram R\$2,5 milhões no ano (vs. R\$85,2 milhões em 2018). Relembramos que a base comparativa do ano passado foi afetada pelo reconhecimento de receitas de créditos fiscais, entre outros efeitos não recorrentes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EBITDA

Levando os fatores descritos acima em consideração, o EBITDA atingiu R\$441,7 milhões (redução de 8,6% em relação ao exercício anterior) com margem de 8,2% (redução de 2,0 pontos percentuais em relação ao exercício anterior). Comparado ao resultado ajustado do ano de 2018, excluindo efeitos não recorrentes, o EBITDA e a margem EBITDA apresentaram variação positiva de 9,3% em relação ao exercício anterior e variação negativa de 0,3 pontos percentuais no ano, respectivamente.

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigência a nova norma IFRS 16 – *Leases* (NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil) e a nova interpretação IFRIC 23 – *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ITG 22/ ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro). A Companhia apresentou os resultados contábeis contendo os efeitos do IFRS 16. O EBITDA Ajustado pelo impacto da aplicação da norma IFRS 16, decorrente do aumento da despesa de locação convertida em depreciação e juros, é de R\$402,9 milhões (redução de 16,6% em relação ao exercício anterior) com margem de 7,5% (redução de 2,7 pontos percentuais em relação ao exercício anterior) no ano. Comparado ao resultado ajustado do ano de 2018, excluindo efeitos não recorrentes, o EBITDA nominal e a margem excluindo os efeitos do IFRS 16 apresentaram variação negativa de 0,3% em relação ao exercício anterior e variação negativa de 1,0 pontos percentuais em relação ao exercício anterior no ano, respectivamente.

Resultado Financeiro Líquido (Somatório de Despesas Financeiras e Receitas Financeiras)

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$62,1 milhões vs. R\$16 milhões em 2018 (aumento de 288,0% em relação ao exercício anterior), principalmente, em função dos efeitos não recorrentes da base comparativa. Relembramos que a base comparativa de 2018 foi impactada por receitas financeiras não recorrentes referentes ao reconhecimento de atualizações monetárias dos créditos fiscais reconhecidos no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social atingiram R\$3,5 milhões positivos no ano (vs. despesa de R\$3,6 milhões em 2018), principalmente pelos efeitos da exclusão de subvenções sobre investimentos relativos aos créditos de ICMS e pagamento de Juros sobre Capital Próprio nos períodos.

Lucro Líquido do Exercício

Levando os fatores descritos acima em consideração, o Lucro Líquido atingiu R\$239,6 milhões (redução de 33,9% em relação ao exercício anterior) com margem de 4,4% (redução de 3,2 pontos percentuais). Comparado ao resultado ajustado do ano de 2018, excluindo efeitos não recorrentes, o Lucro Líquido apresentou variação negativa de 2,5% em relação ao exercício anterior e 0,7 pontos percentuais no ano, respectivamente.

O Lucro por Ação atingiu R\$0,65 (aumento de 4,5% em relação ao exercício anterior) no ano. Vale destacar a redução do total de ações da Companhia para 370 milhões ações ordinárias (vs. aprox. 410 milhões no ano anterior), em função do cancelamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

do saldo total de ações em tesouraria após a conclusão do terceiro programa de recompra em novembro de 2019.

Comparação entre os exercícios sociais de 2017 e 2018

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2017		Exercício social de 2018		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	4.662,9	100,0	4.748,8	100,0	1,8
Custo das vendas e serviços	(3.512,5)	(75,3)	(3.527,1)	(74,3)	0,4
Lucro bruto	1.150,4	24,7	1.221,7	25,7	6,2
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas.....	(543,6)	(11,7)	(631,0)	(13,3)	16,1
Despesas gerais e administrativas	(238,6)	(5,1)	(292,9)	(6,2)	22,8
Resultado de equivalência patrimonial	(1,9)	0,0	(1,0)	0,0	(47,4)
Outras receitas (despesas) operacionais	33,2	0,7	85,2	1,8	156,6
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	399,5	8,6	382,0	8,0	(4,4)
Despesas financeiras.....	(181,1)	(3,9)	(217,9)	(4,6)	20,3
Receitas financeiras.....	106,7	2,3	201,9	4,3	89,2
Resultado antes dos impostos	325,1	7,0	366,0	7,7	12,5
Imposto de renda e contribuição social	(74,5)	(1,6)	(3,6)	(0,1)	(95,2)
Lucro líquido do exercício	250,6	5,4	362,3	7,6	44,6

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 1,8%, ou R\$85,9 milhões, de R\$4.662,9 milhões em 2017 para R\$4.748,8 milhões em 2018. Esse resultado se deu ao crescimento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil e no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

Segmento Alimentício Brasil. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 0,4%, ou R\$14,8 milhões, de R\$3.331,4 milhões em 2017 para R\$3.346,3 milhões em 2018. O resultado foi impulsionado pela aquisição da SLC Alimentos em dezembro de 2018 e pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 630,1 mil toneladas, crescimento de 5,7% em comparação com 2017. Excluindo as vendas da SLC Alimentos, o volume atingiu 579,7 mil tons, queda de 2,8% no ano. O resultado foi influenciado pela performance de vendas da marca Camil e pela recuperação de vendas das marcas de ocupação, assim como pela aquisição da SLC Alimentos. A redução anual, excluindo a SLC Alimentos, ocorreu em função da redução de vendas como impacto da greve dos caminhoneiros em maio de 2018 e redução de compras pelo varejo em novembro de 2018, com queda rápida dos preços médios de arroz do mercado no período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O preço médio de aquisição da matéria-prima⁷ atingiu R\$40,41/saca em 2018, crescimento de 5,3% frente a 2017. O preço bruto atingiu R\$2,46/kg, crescimento de 3,8% no ano, e o preço líquido atingiu R\$2,15/kg, crescimento de 3,2% no mesmo período. As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido são inferiores aos preços de mercado acima, fruto da readequação de preços e retomada de vendas das marcas de ocupação, que possui preços médios inferiores (característica deste nicho).

Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 80,2 mil toneladas, crescimento de 10,8% em comparação com 2017. Excluindo as vendas da SLC Alimentos, o volume atingiu 76,1 mil toneladas, crescimento de 5,1% no ano. O crescimento foi impulsionado pelo aumento de vendas da marca Camil e das marcas de ocupação, assim como pela aquisição da SLC Alimentos em dezembro de 2018. O crescimento anual foi parcialmente compensado pelo impacto da greve dos caminhoneiros em maio de 2018.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima⁸, o preço médio de feijão do mercado atingiu R\$122,64/saca em 2018, redução de 7,2% frente a 2017. Vale destacar que a redução do preço médio no ano foi parcialmente compensada pelo aumento substancial nos preços de feijão do último trimestre de 2018, após períodos longos de estabilidade atípica do mesmo, reflexo da variação da produção de feijão no período. O preço bruto atingiu R\$3,69/kg, redução de 4,2% no ano, e o preço líquido atingiu R\$3,34/kg, redução de 4,7%.

Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu no ano 525,5 mil toneladas, redução de 2,9% frente a 2017. A redução anual foi impulsionada pela agressividade de preços enfrentada pela categoria por competidores das marcas de ocupação no mercado, o que ocasionou a perda de *market share* do período. Adicionalmente, a redução foi impactada pela greve dos caminhoneiros em maio de 2018.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima⁹, o preço médio de açúcar do mercado atingiu R\$60,30/saca em 2018, redução de 6,1% frente a 2017. O preço bruto atingiu R\$2,04/kg, redução de 8,1% frente a 2017, e o preço líquido atingiu R\$1,75/kg, redução de 8,9%. As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido não acompanharam os preços de mercado acima, fruto da estratégia da Companhia para retomada de *market share*, em função da agressividade de preços enfrentada pela categoria por competidores das marcas de ocupação no mercado.

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 35,2 mil toneladas, redução de 2,3% no ano. A redução foi decorrente da queda de vendas da marca Pescador. Nos últimos anos, devido ao baixo volume de pesca no litoral brasileiro, registramos elevados níveis de importação da matéria-prima, o que onera diretamente o preço final do produto e, conseqüentemente, reduz as vendas à medida que o consumidor passa a

⁷ Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

⁸ Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

⁹ Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

substituir esse produto por outras proteínas (principalmente o frango). Retomamos a competitividade no mercado no ano por meio de reajuste de nossos preços, facilitado pelo aumento do patamar de preços de proteínas substitutas. Ressaltamos a continuidade da dificuldade de pesca local de sardinha e melhoria da pesca local de atum. O preço bruto no ano atingiu R\$20,39/kg, crescimento de 5,0% frente a 2017, e o preço líquido atingiu R\$15,45/kg, crescimento de 6,2% no ano.

Segmento Alimentício Internacional. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 5,3%, ou R\$71,0 milhões, de R\$1.331,5 milhões em 2017 para R\$1.402,5 milhões em 2018. Esse aumento foi impulsionado pelo contínuo crescimento de volumes e rentabilidade do Chile, assim como pelo impacto do câmbio do período, conforme detalhado abaixo:

Uruguai. O volume das vendas atingiu 457,6 mil toneladas no ano, redução de 16,5% frente a 2017. A redução foi impulsionada pela queda da área plantada do Uruguai e redução de vendas nos períodos. O preço bruto em US\$ por tonelada atingiu 518,2, crescimento de 3,5% no ano. O preço bruto em reais atingiu R\$1,95/kg, crescimento de 21,4% no ano. O câmbio médio (R\$/US\$) variou em 16,6% em 2018.

Chile. O volume das vendas atingiu 79,4 mil toneladas no ano, crescimento de 4,8% frente a 2017. Continuamos apresentando crescimento de volume e rentabilidade, fruto da exploração de portfólio de produtos com maior valor agregado no país. O preço bruto em CLP por tonelada atingiu 990,0, redução de 0,7% no ano. O preço bruto em reais atingiu R\$5,67/kg, crescimento de 13,5% no ano. O câmbio médio (R\$/CLP) variou em +12,5% em 2018.

Peru. O volume das vendas atingiu 83,6 mil toneladas no ano, redução de 11,2% frente a 2017. A redução nos volumes foi impulsionada pela instabilidade política do país, com impacto no consumo de arroz empacotado no período.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R\$3.527,1 milhões, crescimento de 0,4% frente a 2017, impulsionado pelo crescimento nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Internacional e parcialmente compensado pela redução nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Brasil, conforme detalhado abaixo:

Segmento Alimentício Brasil. O custo das vendas e serviços atingiu R\$2.521,3 milhões, queda de 0,4% frente a 2017. A redução foi impulsionada pela queda do preço médio de mercado de açúcar no ano de 6,1%¹⁰ frente a 2017.

Segmento Alimentício Internacional. O custo das vendas e serviços atingiu R\$1.005,8 milhões, crescimento de 2,6% no ano, em função do impacto da variação cambial do período (o câmbio médio R\$/US\$ variou em +16,6%) e aumento do custo da matéria-prima no Peru, em função do reajuste da tarifa de importação (Direito Variável) incidente sobre a importação da matéria-prima.

¹⁰ Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$1.221,7 milhões, crescimento de 6,2% no ano. A margem bruta atingiu 25,7%, crescimento de 1,1 pontos percentuais frente a 2017.

Segmento Alimentício Brasil. O lucro bruto atingiu R\$825,0 milhões, crescimento de 3,2% no ano. A margem bruta atingiu 24,7%, crescimento de 0,7 pontos percentuais frente a 2017.

Segmento Alimentício Internacional. O lucro bruto atingiu R\$396,7 milhões, crescimento de 12,9% no ano. A margem bruta atingiu 28,3%, crescimento de 1,9 pontos percentuais frente a 2017.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$924,0 milhões, crescimento de 18,1% no ano. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram 19,5% no ano, crescimento de 2,7 pontos percentuais frente a 2017. O crescimento ocorreu em função do aumento das despesas no Segmento Alimentício Brasil e no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R\$631,1 milhões no ano, crescimento de 16,1% frente a 2017, principalmente, devido a:

Segmento Alimentício Brasil. As despesas com vendas do Segmento Alimentício Brasil atingiram R\$424,5 milhões, crescimento de 19,3% frente a 2017, em função do crescimento relevante das despesas com fretes, aquisição da SLC Alimentos que incrementou no quarto trimestre R\$11,1 milhões, aumento das despesas com exportação e aumento das perdas com recebíveis. O crescimento foi parcialmente compensado pela redução de investimento em propaganda e publicidade.

Segmento Alimentício Internacional. As despesas com vendas do Segmento Alimentício Internacional atingiram R\$206,6 milhões, crescimento de 10,1% no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento, de aproximadamente R\$28,0 milhões, as despesas com vendas apresentaram estabilidade no trimestre frente ao ano anterior, impulsionadas pelo crescimento das despesas com vendas no Chile, com o crescimento de vendas do período. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas em moeda local no Uruguai e redução das despesas com vendas no Peru, em função da queda de vendas no período e redução de custos de propagandas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$292,9 milhões, crescimento de 22,7% no ano, principalmente, devido a:

Segmento Alimentício Brasil. As despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Brasil atingiram R\$225,5 milhões, crescimento de 22,8% no ano, em função da aquisição da SLC Alimentos, que incrementou em R\$8,8 milhões as despesas gerais e administrativas, aumento das despesas com projetos de TI e consultorias para aprimorar os sistemas da Companhia e aumentar a eficiência

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

comercial e logística, aumento das despesas com armazenagem, em função da contratação de espaço adicional de armazenamento na categoria de pescados, aumento de custos decorrentes do programa de *stock option*, aumento da provisão de devedores duvidosos e outras despesas com honorários advocatícios e viagens, principalmente em função do processo de aquisição da SLC.

Segmento Alimentício Internacional. As despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Internacional atingiram R\$67,4 milhões, crescimento de 22,3% no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento, de aproximadamente R\$5,1 milhões, as despesas gerais e administrativas foram impactadas pelo crescimento das despesas no Chile, em função incremento da bonificação de pessoal com o aumento apresentado em vendas e crescimento das despesas gerais e administrativas no Peru, em função da contratação de consultorias e honorários advocatícios e aumento de investimentos com segurança do trabalho. No Uruguai, em moeda local, as despesas apresentaram estabilidade frente ao ano anterior.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R\$1,9 milhão no exercício social encerrado em 2017 para uma despesa de R\$1,0 milhão no exercício social encerrado em 2018. A variação foi devida, principalmente, a melhora do resultado advindo da subsidiária Galofer S.A. no Uruguai.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais atingiram R\$85,2 milhões no ano, crescimento de 156,6% frente a 2017, sendo R\$79,1 milhões de receitas/despesas não recorrentes no período, compostas, entre outros efeitos, principalmente por:

- (+) R\$93,0 milhões referentes ao reconhecimento de crédito fiscal de IRPJ e CSLL sobre subvenção de ICMS, considerando o efeito retroativo de 5 anos para a Companhia;
- (+) R\$35,9 milhões referente ao reconhecimento de crédito de PIS e COFINS com a exclusão de ICMS da base de cálculo (R\$41,0 milhões de crédito e R\$5,1 milhões de despesas relacionadas a honorários advocatícios);
- (+) R\$15,3 milhões de ganho com a venda da subsidiária La Loma (Argentina);
- (+) R\$14,5 milhões de reconhecimento de crédito tributário em função de um pagamento em duplicidade de 2014;
- (-) R\$41,9 milhões referente à adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (Funrural);
- (-) R\$31,4 milhões de provisão para perda de unidade industrial com encerramento e migração das atividades de pescados da unidade de São Gonçalo (RJ) para Navegantes (SC); e
- (-) R\$6,3 milhões de provisão para perda do encerramento da unidade de Sertãozinho (sendo R\$4,9 milhões de *impairment* e R\$1,6 milhões de multa contratual).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras atingiu R\$242,8 milhões, redução de 15,8% frente a 2017. O lucro antes das receitas e despesas financeiras excluindo depreciação e amortização ("EBITDA") atingiu R\$483,4 milhões, redução de 1,3% frente a 2017, com margem EBITDA de 10,2%, redução de 0,3 pontos percentuais. Excluindo os efeitos não recorrentes descritos acima em outras receitas e despesas operacionais, o EBITDA atingiu R\$404,3 milhões no ano, redução de 17,5% frente a 2017, com margem EBITDA de 8,5%, redução de 2,0 pontos percentuais no ano.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R\$16,0 milhões, redução de 78,5% no ano, principalmente, em função do crescimento das receitas financeiras com impacto positivo de R\$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias dos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo. Entre receitas e despesas financeiras, os principais impactos são:

Receita financeira. A receita financeira atingiu R\$201,9 milhões, crescimento de 89,2% no ano, em função de: (i) +R\$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias de exercícios anteriores relativos aos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e aos créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo; (ii) aquisição da SLC Alimentos; (iii) ganhos com instrumentos financeiros derivativos, em função do aumento das importações, aliado à variação do dólar; (iv) aumento de aplicações financeiras; e (v) crescimento das receitas financeiras do Segmento Alimentício Internacional, em função da variação cambial do período.

Despesa financeira. A despesa financeira atingiu R\$217,9 milhões, crescimento de 20,3% no ano, em função da: (i) aquisição da SLC Alimentos; (ii) crescimento de 69,1% das despesas financeiras do Segmento Alimentício Brasil, em função de juros sobre empréstimos e financiamentos; e (iii) perda com instrumentos financeiros derivativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social reduziram em 95,2%, ou R\$70,9 milhões, de R\$74,5 milhões no ano de 2017 para R\$3,6 milhões no ano de 2018.

Segmento Alimentício Brasileiro.

O imposto de renda e a contribuição social reduziram R\$74,6 milhões, de R\$57,1 milhões despesa no exercício social de 2017 para um crédito de R\$17,5 milhões no exercício social de 2018. A variação da alíquota efetiva entre os exercícios apresentados é composta principalmente pelas exclusões (i) do pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$65 milhões; (ii) das subvenções de ICMS reconhecidas no exercício de R\$113,5 milhões e (iii) da anistia dos encargos incidentes do Programa de Parcelamento Tributário Rural (PRR) totalizados em R\$22,6 milhões.

Segmento Alimentício Internacional.

O imposto de renda e a contribuição social aumentaram em 21,6%, ou R\$3,7 milhões, de R\$17,4 milhões no exercício de 2017 para R\$21,1 milhões no exercício de 2018. A

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

variação provém principalmente do aumento do lucro do Chile, consequência do melhor desempenho operacional no exercício.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício atingiu R\$362,4 milhões, crescimento de 44,6% frente a 2017, com margem líquida de 5,4%, crescimento de 0,1 pontos percentuais. Excluindo os efeitos não recorrentes, descritos em outras receitas e despesas operacionais, resultado financeiro e imposto de renda, o Lucro Líquido atingiu R\$249,1 milhões no ano, redução de 0,6%, com margem líquida de 5,2%, redução de 0,1 pontos percentuais no ano.

Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 1,3 p.p. de 4,1% no exercício social de 2016 para 5,4% no exercício social de 2017. O aumento do lucro líquido foi devido principalmente à melhora do resultado financeiro e do IRPJ/CSLL que reverteram a redução entre anos do Lucro antes de receitas e despesas financeiras.

Balanco Patrimonial

Comparação entre as posições em 2019 e 2020

Balanco Patrimonial	Em 2019		Em 2020		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	537,8	11,2	1.082,0	17,5	101,2
Aplicações financeiras.....	32,3	0,7	32,9	0,5	2,0
Contas a receber de clientes	725,3	15,1	945,1	15,3	30,3
Adiantamento a fornecedores	7,1	0,1	4,9	0,1	(30,8)
Estoques	1.152,8	24	1.456,8	23,6	26,4
Instrumentos Financeiros –					
Derivativos.....	0,6	0,0	1,1	0,0	89,1
Tributos a recuperar	119,4	2,5	145,6	2,4	21,9
Partes relacionadas	43,8	0,9	43,4	0,7	(0,8)
Despesas do exercício seguinte .	15,3	0,3	16,7	0,3	9,3
Adiantamento de juros sobre capital próprio....	6,8	0,1	-	0,0	(100,0)
Bens destinados à venda.....	38,3	0,8	38,3	0,6	0,0
Outros créditos	20,7	0,4	37,2	0,6	79,5
Total do ativo circulante	2.700,2	56,1	3.804,0	61,7	40,9
Não circulante					
Impostos a recuperar	241,6	5,0	205,2	3,3	(15,1)
Adiantamento a fornecedores	1,8	0,0	1,9	0,0	0,7%
Estoques.....	54,8	1,1	53,1	0,9	(3,1)
Depósitos judiciais.....	8,3	0,2	8,0	0,1	(3,5)
Outros créditos	2,1	0,1	0,4	0,1	(81,8)
	308,6	6,4	268,6	4,4	(13,0)
Investimentos	33,0	0,8	38,1	0,6	15,4
Imobilizado	1.011,7	21,0	1.170,5	19,0	15,7
Intangível.....	665,7	13,8	717,7	11,6	7,8

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanco Patrimonial	Em 2019		Em 2020		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	517,3	10,8	673,6	10,9	30,2
Empréstimos e financiamentos ...	123,6	2,6	339,9	5,5	174,9
Instrumentos financeiros	-	0,0	342,2	5,6	(21,7)
Debêntures	437,0	9,1	21,0	0,3	(19,1)
Passivo de arrendamento	26,0	0,5	23,7	0,4	87,3
Adiantamento de clientes	12,6	0,3	21,7	0,4	419,2
Partes relacionadas	4,2	0,1	49,4	0,8	92,2
Obrigações sociais	25,7	0,5	6,4	0,1	0,0
Tributos a recolher	14,9	0,3	34,9	0,6	133,4
Provisão para férias e encargos .	40,7	0,8	48,0	0,8	17,9
Programa de parcelamento especial	8,5	0,2	8,4	0,1	(1,0)
Outras contas a pagar	34,3	0,7	31,6	0,5	(7,9)
Total do passivo circulante	1.244,8	25,9	1.600,8	26,0	28,6
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos ...	115,8	2,4	569,9	9,2	392,3
Debêntures	926,5	19,3	943,2	15,3	1,8
Passivo de arrendamento	65,5	1,4	148,3	2,4	126,5
Programa de parcelamento especial	16,4	0,3	8,1	0,1	(51,0)
Tributos diferidos	101,2	2,1	113,3	1,8	12,0
Provisão para demandas judiciais	42,2	0,9	24,9	0,4	(41,2)
Outras contas a pagar	47,6	0,1	49,6	0,9	4,1
Total do passivo não circulante	1.315,2	27,3	1.857,3	30,1	41,2
Total do patrimônio líquido	2.249,4	46,8	2.708,7	43,9	20,4
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.809,4	100,0	6.166,8	100,0	28,2
Balanco Patrimonial					
	Em 2019		Em 2020		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo de direito de uso	90,2	1,9	167,9	2,8	86,0
Total do ativo não circulante	2.109,2	43,9	2.362,8	38,3	12,0
Total do ativo	4.809,4	100,0	6.166,8	100,0	28,2

Ativos*Caixa e Equivalentes de Caixa*

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 101,2% ou R\$544,2 milhões, passando de R\$537,8 milhões em 2019 para R\$1.082,0 milhões em 2020. O internacional aumentou 85,52% ou R\$110,04 milhões, passando de R\$129,1 milhões em 2019 para R\$239,5 milhões em 2020, em decorrência do aumento de vendas e efeito do aumento do câmbio

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

no saldo das controladas. No Brasil, o aumento foi de R\$304,7 milhões, passando de R\$405,6 milhões em 2019 para R\$710,3 milhões em 2020. Esse aumento foi devido, principalmente, pela captação de R\$ 350 milhões referentes à 9ª emissão de debêntures em setembro/20 e R\$500 milhões de Capital de Giro captados ao longo do exercício, compensados parcialmente pela liquidação de empréstimos, liquidação da 6ª emissão de debentures em julho/2020 e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures em dezembro/2020, pelo pagamento de R\$65 milhões de Juros sobre capital próprio e R\$150 milhões de dividendos e R\$ 44,5 milhões pelo programa de recompra de ações.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram 2,0% ou R\$0,6 milhões, passando de R\$32,3 milhões em 2019 para R\$32,9 milhões em 2020. Esse aumento refere-se à atualização financeira pelo CDI.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes aumentaram 30,3% ou R\$219,8 milhões, passando de R\$725,3 milhões em 2019 para R\$945,1 milhões em 2020. O internacional aumentou em 43,6% ou R\$97,0 milhões, passando de R\$222 milhões em 2019 para R\$319,0 milhões em 2020 e no Brasil de R\$122,9 milhões, passando de R\$503,3 milhões em 2019 para R\$626,0 milhões em 2020. Esse aumento foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia durante ao exercício.

Estoques

Os estoques aumentaram 23,3% ou R\$302,3 milhões, passando de R\$1.207,6 milhões em 2019 para R\$1.509,9 milhões em 2020. Esse aumento se deu principalmente para ligada a matéria-prima e insumos para garantir o abastecimento durante o período da pandemia do Covid-19.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar reduziram em 2,82% ou R\$10,2 milhões, passando de R\$361,0 milhões em 2019 para R\$350,8 milhões em 2020. Esta diminuição refere-se ao consumo dos créditos reconhecidos pela Companhia em exercícios anteriores. Os referidos créditos estão segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas reduziram 80,5% ou R\$0,4 milhões, passando de R\$43,8 milhões em 2019 para R\$43,4 milhões em 2020, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai e baixa do adiantamento de juros sobre capital próprio no Brasil.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 15,4% ou R\$5,0 milhões, passando de R\$33 milhões em 2019 para R\$38 milhões em 2020, em consequência a equivalência patrimonial das subsidiárias da SAMAN.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imobilizado

O imobilizado aumentou 15,7% ou R\$158,8 milhões, passando de R\$1.011,7 milhões em 2019 para R\$1.170,5 milhões em 2020. A maior parte da variação deu-se no Brasil pelas obras de ampliação da capacidade de recebimento e secagem de arroz além do aumento da produtividade das unidades, no Estado do Rio Grande do Sul, investimentos da nova unidade Osasco. O internacional aumentou 20,6% ou R\$70,9 milhões, passando de R\$344,4 milhões em 2019 para R\$415,3 milhões em 2020 devido movimento de aquisições e variação cambial em todas as controladas do exterior.

Intangível

O intangível aumentou 7,8% ou R\$52,0 milhões, passando de R\$665,7 milhões em 2019 para R\$717,7 milhões em 2020. A maior parte da variação deu-se no Brasil com projetos corporativos de tecnologia, incluindo a conclusão da implementação do novo sistema de Vendas (SFA), sistema de Business Intelligence (BI) e novo sistema de Suprimentos (Ariba).

Passivos

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 30,2% ou R\$156,3 milhões, passando de R\$517,3 milhões em 2019 para R\$673,6 milhões em 2020. O aumento deve-se principalmente pelo aumento do custo de aquisição da matéria-prima no Brasil e Internacional.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram em 567,1% ou R\$670,4 milhões, passando de R\$239,4 milhões em 2019 para R\$909,9 milhões em 2020. Esta variação deve-se principalmente a captação de novos empréstimos de giro realizadas durante o exercício.

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu em 20% ou R\$78,1 milhões, passando de R\$1.363,5 milhões em 2019 para R\$1.285,4 milhões em 2020. Esta redução deve-se à liquidação da 6ª emissão de debentures em julho/2020 e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures em dezembro/2020 compensado pela captação referente à 9ª emissão de debêntures em setembro/20.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamentos aumentaram em 107,4% ou R\$ 77,9 milhões, passando de R\$ 91,4 milhões em 2019 para R\$ 169,3 milhões em 2020. Este aumento deve-se principalmente ao contrato de aluguel referente a nova unidade Osasco.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher aumentaram em 133,4% ou R\$20 milhões, passando de R\$14,9 milhões em 2019 para R\$34,9 milhões em 2020. Este aumento deve-se principalmente pela redução dos incentivos fiscais na controlada SAMAN.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial diminuiu em 52,1% ou R\$8,4 milhões, passando de R\$24,9 milhões em 2019 para R\$16,4 milhões em 2020. Esta diminuição deve-se pela reclassificação liquidação das parcelas no exercício.

Tributos Diferidos

Os saldos dos tributos diferidos aumentaram 12% ou R\$12,1 milhões, passando de R\$101,2 milhões em 2019 para R\$113,3 milhões em 2020. A variação decorre principalmente da variação cambial referente as controladas no exterior.

Patrimônio Líquido

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2020, mantendo o saldo de R\$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$369.000, o qual passou de R\$581.374 para R\$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Capital

As reservas de capital aumentaram em 85,75% ou R\$4,4 milhões, passando de R\$5,1 milhões em 2019 para R\$9,5 milhões em 2020. Essa variação deu-se pela constituição de provisão referente ao programa de opção de ações.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram em 24,5% ou R\$213,4 milhões, passando de R\$871 milhões em 2019 para R\$1.084 milhões em 2020. Essa variação deu-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2020 de R\$462,7 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio, dividendos, constituição de reserva de incentivo fiscal.

Ações em tesouraria

Durante o exercício de 2020 a Companhia iniciou o 4º programa de recompra de ações até o final do exercício foram recompradas 3.720.100 ações totalizando o montante de R\$44,5 milhões.

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes aumentou em 65,6% ou R\$286 milhões, passando de R\$435,7 milhões em 2019 para R\$721,7 milhões em 2020, variação esta

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência patrimonial sobre as controladas do exterior.

Balanco Patrimonial**Comparação entre as posições em 2018 e 2019**

Balanco Patrimonial	Em 2018		Em 2019		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	365,3	8,2	537,8	11,2	47,2
Aplicações financeiras.....	31,2	0,7	32,3	0,7	3,4
Contas a receber de clientes	690,5	15,6	725,3	15,1	5,0
Adiantamento a fornecedores	9,8	0,2	7,1	0,1	(27,9)
Estoques	1.120,2	25,2	1.152,8	24	2,9
Instrumentos Financeiros – Derivativos.....	1,0	0,0	1	0,0	0,0
Tributos a recuperar	142,0	3,2	119,4	2,5	(15,9)
Partes relacionadas	24,2	0,5	43,8	0,9	80,5
Despesas do exercício seguinte .	18,5	0,4	15,3	0,3	(17,4)
Bens destinados à venda	39,9	0,9	38,3	0,8	(4,1)
Outros créditos	41,2	0,9	20,7	0,4	(49,8)
Total do ativo circulante	2.483,8	56,0	2.700,2	56,1	8,7
Não circulante					
Aplicações financeiras.....	0,2	0,0	0,00	0,00	(100,0)
Impostos a recuperar	245,6	5,5	241,6	5,0	(1,7)
Adiantamento a fornecedores	0,2	0,0	1,9	0,0	730,1
Estoques.....	24,3	0,5	54,8	1,1	125,9
Depósitos judiciais.....	9,9	0,2	8,3	0,2	(15,9)
Outros créditos	15,9	0,4	2,1	0,0	(86,8)
	296,1	6,7	308,6	6,4	4,2
Investimentos	29,8	0,7	33,0	0,7	10,7
Imobilizado	971,8	21,9	1.011,7	21,0	4,1
Intangível.....	655,3	14,8	665,7	13,8	1,6
Ativo de direito de uso	0,0	0,0	90,2	1,9	100,0
Total do ativo não circulante....	1.953,0	44,0	2.109,2	43,9	8,0
Total do ativo	4.436,8	100,0	4.809,4	100,0	8,4
Balanco Patrimonial					
Balanco Patrimonial	Em 2018		Em 2019		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	423,2	9,5	517,3	10,8	22,2
Empréstimos e financiamentos ...	291,6	6,6	123,6	2,6	(57,6)
Instrumentos financeiros	-	0,0	-	0,0	0,0
Debêntures.....	222,5	5,0	437,0	9,1	(96,4)
Passivo de arrendamento	-	0,0	26,0	0,5	100,0
Adiantamento de clientes.....	6,7	0,2	12,6	0,3	88,5
Partes relacionadas.....	3,9	0,1	4,2	0,1	7,8
Obrigações sociais	24,1	0,5	25,7	0,5	6,9
Tributos a recolher.....	49,7	1,1	14,9	0,3	(69,9)
Provisão para férias e encargos .	36,4	0,8	40,7	0,8	11,5
Programa de parcelamento	8,5	0,2	8,5	0,2	0,0

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanco Patrimonial	Em 2018		Em 2019		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
especial					
Outras contas a pagar	41,0	0,9	34,3	0,7	(16,3)
Total do passivo circulante	1.107,6	25,0	1.244,8	25,9	12,4
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos ...	157,1	3,5	115,8	2,4	(26,3)
Debêntures	757,6	17,1	926,5	19,3	22,3
Passivo de arrendamento	-	0,0	65,5	1,4	100,0
Programa de parcelamento especial	27,4	0,6	16,4	0,3	(40,1)
Tributos diferidos	128,8	2,9	101,2	2,1	(21,4)
Provisão para demandas judiciais.....	37,1	0,8	42,2	0,9	13,9
Contas a pagar	50,8	1,1	42,7	0,9	(16,2)
Outras contas a pagar	1,0	0,0	4,9	0,1	426,3
Total do passivo não circulante	1.159,9	26,1	1.315,2	27,3	13,4
Total do patrimônio líquido	2.169,2	48,9	2.249,4	46,8	3,7
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	4.436,7	100,0	4.809,4	100,0	8,4

Ativo Circulante*Caixa e Equivalentes de Caixa*

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 47,2% ou R\$172,5 milhões, passando de R\$365,3 milhões em 2018 para R\$537,8 milhões em 2019. O internacional aumentou 216% ou R\$88,3 milhões, passando de R\$40,8 milhões em 2018 para R\$129,1 milhões em 2019, em decorrência do aumento de vendas e efeito do aumento do câmbio no saldo das controladas. No Brasil, o aumento foi de R\$84,1 milhões, passando de R\$324,5 milhões em 2018 para R\$408,6 milhões em 2019. Esse aumento foi devido, principalmente: (i) à captação da 8ª emissão de debêntures (CRA) em abril/19, compensado parcialmente pela liquidação de empréstimos e da 1ª série da 5ª emissão de debêntures em dezembro/2019, (ii) gestão de capital de giro da Companhia com reserva de caixa proveniente de antecipação de clientes e aplicações financeiras para liquidação de compra de açúcar em março de 2020, compensado parcialmente pelo pagamento de R\$71 milhões de Juros sobre capital próprio e R\$216,7 milhões pelo programa de recompra de ações; (iii) incorporação da SLC Alimentos Ltda. em 01 de março de 2020, detentora de R\$11,5 milhões em caixa e equivalentes no final do exercício.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram 3,5% ou R\$1,1 milhões, passando de R\$31,2 milhões em 2018 para R\$32,3 milhões em 2019. Esse aumento refere-se à atualização financeira pelo CDI.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes aumentaram 5% ou R\$34,8 milhões, passando de R\$690,5 milhões em 2018 para R\$725,3 milhões em 2019. O internacional aumentou em 7,2% ou R\$15,0 milhões, passando de R\$207 milhões em 2018 para R\$222 milhões em 2019 e no Brasil de R\$19,8 milhões, passando de R\$483,5 milhões em 2018 para R\$503,3 milhões em 2019. Esse aumento foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia, no mês de fevereiro de 2020, com recebimento para o ano de 2020.

Estoques

Os estoques aumentaram 2,9% ou R\$32,6 milhões, passando de R\$1.120,2 milhões em 2018 para R\$1.152,8 milhões em 2019. Esse aumento se deu principalmente ao aumento do programa de fomento no Brasil.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar diminuíram em 15,9% ou R\$22,6 milhões, passando de R\$142 milhões em 2018 para R\$119,4 milhões em 2019. Esta diminuição refere-se ao consumo dos créditos extemporâneos reconhecidos pela Companhia no exercício passado. Os referidos créditos estão segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 80,5% ou R\$19,6 milhões, passando de R\$24,2 milhões em 2018 para R\$43,8 milhões em 2019, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai e adiantamento de juros sobre capital próprio no Brasil.

Ativo Não Circulante

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 10,7% ou R\$3,2 milhões, passando de R\$29,8 milhões em 2018 para R\$33 milhões em 2019. Vale ressaltar que em 01 de março de 2019 a SLC Alimentos Ltda., adquirida em 03 de dezembro de 2018, foi incorporada.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 4,1% ou R\$39,9 milhões, passando de R\$971,8 milhões em 2018 para R\$1.011,7 milhões em 2019. A maior parte da variação deu-se no Brasil pela conclusão do projeto de internalização do processo de empacotamento de açúcar ("Super Barra"), investimentos na planta de Itaqui em secagem e armazenagem. O internacional aumentou 3,3% ou R\$11 milhões, passando de R\$333,4 milhões em 2018 para R\$344,4 milhões em 2019 devido movimento de aquisições em todas as controladas do exterior.

Intangível

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O intangível aumentou 1,6% ou R\$10,4 milhões, passando de R\$655,3 milhões em 2018 para R\$665,7 milhões em 2019. A maior parte da variação deu-se no Brasil com projetos corporativos de tecnologia, incluindo a conclusão da implementação do novo sistema de Vendas (SFA), sistema de Business Intelligence (BI) e novo sistema de Suprimentos (Ariba).

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 22,2% ou R\$94,1 milhões, passando de R\$423,2 milhões em 2018 para R\$517,3 milhões em 2019. O aumento deve-se principalmente pelo aumento do custo de aquisição da matéria-prima no Brasil e Internacional.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos diminuíram em 57,6% ou R\$168 milhões, passando de R\$291,6 milhões em 2018 para R\$123,6 milhões em 2019. Esta variação deve-se a liquidação de empréstimos e financiamentos e diminuição de novas contratações.

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou em 96,4% ou R\$214,5 milhões, passando de R\$222,5 milhões em 2018 para R\$437 milhões em 2019. Este aumento deve-se a 8º emissão de debêntures (CRA) em abril/19, compensada principalmente, pela liquidação da 1º série da 5º emissão de debêntures em dezembro/2019.

Passivo de arrendamento

Em 2019 a Companhia fez o reconhecimento de R\$25,9 milhões nesta rubrica, devido a adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 à partir de 1º de março de 2019 que estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher diminuíram em 69,9% ou R\$34,8 milhões, passando de R\$49,7 milhões em 2018 para R\$14,9 milhões em 2019. Esta diminuição deve-se principalmente pela compensação do prejuízo fiscal na apuração do IRPJ e CSLL, gerado pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (crédito presumido e redução da base de cálculo do ICMS).

Passivo Não Circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou em 22,3% ou R\$168,9 milhões, passando de R\$757,6 milhões em 2018 para R\$926,5 milhões em 2019. Este aumento deve-se a 8º emissão de debêntures (CRA) em abril/19, compensado pela reclassificação para o circulante, pela liquidação prevista para o exercício de 2020.

Passivo de arrendamento

Em 2019 a Companhia fez o reconhecimento de R\$65,5 milhões nesta rubrica, devido a adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 à partir de 1º de março de 2019 que estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras.

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial diminuiu em 40,1% ou R\$11 milhões, passando de R\$27,4 milhões em 2018 para R\$16,4 milhões em 2019. Esta diminuição deve-se pela reclassificação para o circulante e respectiva liquidação da parcela.

Tributos Diferidos

O saldo dos tributos diferidos diminuiu 21,4% ou R\$27,6 milhões, passando de R\$128,8 milhões em 2018 para R\$101,2 milhões em 2019. A variação decorre principalmente da compensação do diferido ativo sobre prejuízo fiscal decorrente do crédito extemporâneo gerado após o reconhecimento das subvenções de ICMS.

Contas a pagar

O saldo das contas a pagar diminuiu 16,2% ou R\$8,2 milhões, passando de R\$50,8 milhões em 2018 para R\$42,6 milhões em 2019. Este saldo refere-se ao montante devido pela aquisição da controlada SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2018. Este montante é composto (i) pela parcela retida de R\$40 milhões; (ii) pela contraprestação contingente de R\$10,3 milhões vinculada à utilização de créditos fiscais e (iii) atualização monetária mensal (Selic), compensado por pagamentos efetuados pela Companhia em nome da vendedora, conforme previsão contratual.

Patrimônio Líquido

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2019, mantendo o saldo de R\$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$369.000, o qual passou de R\$581.374 para R\$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Reservas de Capital

As reservas de capital diminuíram em 81,8% ou R\$23 milhões, passando de R\$28 milhões para R\$5 milhões. Essa variação deu-se pelo cancelamento das ações em tesouraria e utilização da reserva especial de ágio.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros diminuíram R\$0,4 milhões, passando de R\$871,1 milhões em 2018 para R\$870,7 milhões em 2019. Essa variação deu-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2019 de R\$239,6 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio, constituição de reserva de incentivo fiscal e cancelamento de ações em tesouraria.

Ações em tesouraria

O saldo das ações em tesouraria em 2018 era de R\$45,2 milhões. Durante o exercício de 2019 concluiu-se os programas de recompra no montante de R\$216,7 milhões e posteriormente as ações em tesouraria foram canceladas na sua totalidade de R\$261,9 milhões, conforme aprovação do conselho de administração da Companhia.

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes aumentou em 31,2% ou R\$103,7 milhões, passando de R\$332,0 milhões em 2018 para R\$435,7 milhões em 2019, variação esta decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência patrimonial sobre as controladas do exterior.

Comparação entre as posições em 2017 e 2018

Balanco Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	276,5	7,3	365,3	8,2	32,1
Aplicações financeiras.....	406,3	10,7	31,2	0,7	(92,3)
Contas a receber de clientes	609,5	16,1	690,5	15,6	13,3
Adiantamento a fornecedores	9,1	0,2	9,8	0,2	7,7
Estoques	855,2	22,6	1.120,2	25,2	31,0
Instrumentos Financeiros –					
Derivativos.....	-	0,0	1,0	0,0	100,0
Tributos a recuperar	67,2	1,8	142,0	3,2	111,3
Partes relacionadas	16,9	0,4	24,2	0,5	43,2
Despesas do exercício seguinte .	12,0	0,3	18,5	0,4	54,2
Bens destinados à venda	-		39,9	0,9	n.a.
Outros créditos	38,4	1,1	41,2	0,9	7,3
Total do ativo circulante	2.291,1	60,6	2.483,8	56,0	8,4
Não circulante					
Aplicações financeiras.....	31,9	0,8	0,2	0,0	(99,4)
Impostos a recuperar	1,4	0,0	245,6	5,5	n.a.
Adiantamento a fornecedores	-	0,0	0,2	0,0	n.a.
Estoques.....	19,3	0,5	24,3	0,5	25,9
Depósitos judiciais.....	8,9	0,2	9,9	0,2	11,2
Outros créditos	12,5	0,3	15,9	0,4	27,2
	74,0	2,0	296,1	6,7	300,3

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanco Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Investimentos	26,7	0,7	29,8	0,7	11,6
Imobilizado	823,0	21,8	971,8	21,9	18,1
Intangível	566,3	15,0	655,3	14,8	15,7
Total do ativo não circulante....	1.490,0	39,4	1.953,0	44,0	31,1
Total do ativo	3.781,1	100,0	4.436,8	100,0	17,3

Balanco Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R\$ milhões	AV%	R\$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	365,1	9,7	423,2	9,5	15,9
Empréstimos e financiamentos ...	150,9	4,0	291,6	6,6	93,2
Instrumentos financeiros	0,1	0,0	-	0,0	(100,0)
Debêntures	9,0	0,2	222,5	5,0	n.a.
Adiantamento de clientes	2,3	0,1	6,7	0,2	191,3
Partes relacionadas	5,1	0,1	3,9	0,1	(23,5)
Obrigações sociais	22,1	0,6	24,1	0,5	9,0
Tributos a recolher	26,2	0,7	49,7	1,1	89,7
Provisão para férias e encargos .	32,3	0,9	36,4	0,8	12,7
Programa de parcelamento especial	2,5	0,1	8,5	0,2	240,0
Outras contas a pagar	44,2	1,2	41,0	0,9	(7,2)
Total do passivo circulante	659,8	17,4	1.107,6	25,0	67,9
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos ...	159,1	4,2	157,1	3,5	(1,3)
Debêntures	966,7	25,6	757,6	17,1	(21,6)
Programa de parcelamento especial	1,1	0,0	27,4	0,6	2390,9
Tributos diferidos	137,8	3,6	128,8	2,9	(6,5)
Provisão para demandas judiciais	35,4	0,9	37,1	0,8	4,8
Contas a pagar	-	0,0	50,8	1,1	100,0
Outras contas a pagar	0,1	0,0	1,0	0,0	N/A
Total do passivo não circulante	1.300,2	34,4	1.159,9	26,1	(10,8)
Total do patrimônio líquido	1.821,1	48,2	2.169,2	48,9	19,1
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.781,1	100,0	4.436,7	100,0	17,3

Ativo Circulante*Caixa e Equivalentes de Caixa*

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 32,1% ou R\$88,8 milhões, passando de R\$276,5 milhões em 2017 para R\$365,3 milhões em 2018. O caixa e equivalentes de caixa internacional aumentou 17,5% ou R\$6,1 milhões, passando de R\$34,7 milhões em 2017 para R\$40,8 milhões em 2018. O aumento provém principalmente de R\$4,9 milhões no Uruguai que, no exercício de 2018 reequilibrou sua política de saldo médio de caixa de aproximadamente R\$15 milhões. No Brasil, o aumento foi de R\$82,8 milhões, passando de R\$241,8 milhões em 2017 para R\$324,5 milhões em 2018. Esse

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

aumento foi devido principalmente: (i) à gestão de capital de giro da Companhia com reserva de caixa proveniente de aplicações financeiras para liquidação de compra de açúcar em março de 2019; e (ii) à aquisição da SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2019, detentora de R\$11,5 milhões em caixa e equivalentes no final do exercício.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram 92,3% ou R\$375,1 milhões, passando de R\$406,3 milhões em 2017 para R\$31,2 milhões em 2018. Essa redução foi devida principalmente: (i) ao resgate antecipado de aplicação financeira para pagamento de compromissos de compra de açúcar; (ii) ao pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$65 milhões; (iii) à recompra de ações de R\$25 milhões; (iv) à liquidação de empréstimos e financiamentos de R\$64 milhões; e (v) à aquisição da SLC Alimentos Ltda. com pagamento da parcela fixa de R\$140 milhões.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes aumentaram 13,3% ou R\$81,0 milhões, passando de R\$609,5 milhões em 2017 para R\$690,5 milhões em 2018. As contas a receber de clientes - internacional reduziram em 7,8% ou R\$17,5 milhões, passando de R\$224,5 milhões em 2017 para R\$207 milhões em 2018. Esta variação provém principalmente da diminuição de R\$17,1 milhões no Uruguai decorrente de uma menor receita líquida de vendas e serviços em 13,9%. O impacto do internacional foi compensado pelo aumento nas contas a receber de clientes no Brasil de R\$100 milhões, passando de R\$383,6 milhões em 2017 para R\$483,5 milhões em 2018, sendo esta variação, explicada principalmente por 48% resultante da nova controlada SLC Alimentos Ltda. e 52% foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia, no mês de fevereiro de 2019, com recebimento para o ano de 2019.

Estoques

Os estoques aumentaram 31% ou R\$265 milhões, passando de R\$855,2 milhões em 2017 para R\$1.120,2 milhões em 2018. No internacional, os estoques aumentaram 27,2% ou R\$95,2 milhões, passando de R\$349,5 milhões em 2017 para R\$444,7 milhões em 2018, devido principalmente (i) ao Uruguai: onde houve aumento de produtos acabados compensado pela redução da matéria-prima de R\$30,4 milhões, como consequência da redução das vendas e aumento de R\$42,8 milhões de aumento em adiantamentos a produtores e (ii) ao Chile: onde houve aumento de R\$15,4 milhões de matéria-prima e produtos acabados pela expectativa de vendas no próximo exercício e R\$5,2 milhões de aumento em adiantamentos a produtores. No Brasil, o aumento nos estoques foi de R\$169,8 milhões, passando de R\$505,7 milhões em 2017 para R\$675,5 milhões em 2018. Esta variação deveu-se, principalmente, (i) ao aumento dos estoques de produtos acabados e matéria-prima em R\$146,7 milhões, em função das menores vendas e (ii) R\$25,6 milhões provenientes da aquisição da SLC Alimentos Ltda.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar aumentaram em 111,3% ou R\$74,8 milhões, passando de R\$67,2 milhões em 2017 para R\$142 milhões em 2018. Este aumento decorre principalmente dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia, sendo R\$20,4

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões de PIS e COFINS devido exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições e R\$117 milhões de IRPJ e CSLL pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (credito presumido e redução da base de cálculo do ICMS). Estes créditos foram segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 43,2% ou R\$7,3 milhões, passando de R\$16,9 milhões em 2017 para R\$24,2 milhões em 2018, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai.

Bens destinados à venda

Em 2018 a Companhia fez o reconhecimento de R\$39,9 milhões nesta rubrica, relativos aos bens da unidade de São Gonçalo localizado no estado do Rio de Janeiro, devido a migração de suas atividades para a unidade de Navegantes, situada no estado de Santa Catarina, visando eficiência operacional.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras tiveram redução de R\$31,7 milhões ou 99,4%, passando de R\$31,9 milhões em 2017 para R\$0,2 milhões em 2018. A variação se justifica pela reclassificação para o ativo circulante para os pagamentos supracitados.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar aumentaram em R\$244,2 milhões, passando de R\$1,4 milhões em 2017 para R\$245,6 milhões em 2018. Este aumento decorre principalmente dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia, de PIS e COFINS devido exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições e R\$117 milhões de IRPJ e CSLL pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (crédito presumido e redução da base de cálculo do ICMS). Estes créditos foram segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 11,6% ou R\$3,1 milhões, passando de R\$26,7 milhões em 2017 para R\$29,8 milhões em 2018.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 18,1% ou R\$148,8 milhões, passando de R\$823 milhões em 2017 para R\$971,8 milhões em 2018. A maior parte da variação deu-se no Brasil pelos investimentos na planta de grãos em Recife, projeto de internalização do empacotamento de açúcar ("Super Barra"), projeto de ampliação de secagem e aumento do armazém de Itapecuru de grãos. Além dos novos investimentos, o ativo imobilizado da SLC Alimentos Ltda. ao final do exercício e após avaliação preliminar das mais-valias resultou em R\$111,9 milhões. O internacional aumentou 8,7% ou R\$26,8 milhões, passando de R\$306,6 milhões em 2017 para R\$333,4 milhões em 2018 devido movimento de aquisições em todas as controladas do exterior compensado pelo impacto

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da baixa dos ativos da La Loma Alimentos S.A. em decorrência de sua venda em agosto de 2018.

Intangível

O intangível aumentou 15,7% ou R\$89 milhões, passando de R\$566,3 milhões em 2017 para R\$655,3 milhões em 2018. A maior parte da variação deu-se no Brasil, pelo laudo de avaliação preliminar da adquirida SLC Alimentos Ltda. resultando em intangíveis totalizados em R\$32,5 milhões e pelo Goodwill de R\$34,8 milhões. O internacional sofreu aumento de R\$9,7% ou R\$15,3 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 15,9% ou R\$58,1 milhões, passando de R\$365,1 milhões em 2017 para R\$423,2 milhões em 2018. O aumento deve-se principalmente ao Brasil, com variação de R\$63,1 milhões, sendo R\$55,2 milhões relativos ao (i) aumento dos investimentos na fábrica de açúcar em Barra Bonita/SP acompanhado do aumento da compra de matéria-prima; (ii) aumento dos dispêndios com fretes; (iii) postergação de prazo de pagamento aos produtores (iv) R\$9,2 milhões advindos da SLC Alimentos Ltda.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram em 93,2% ou R\$140,7 milhões, passando de R\$150,9 milhões em 2017 para R\$291,6 milhões em 2018. Esta variação é composta pelo aumento no Brasil de R\$113,3 milhões devido saldo advindo da SLC Alimentos Ltda. e pelo aumento no internacional de R\$27,4 milhões, justificado pelas captações em todas as controladas para fomento da produção, compensadas parcialmente pelas liquidações ocorridas.

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou R\$213,5 milhões, passando de R\$9 milhões em 2017 para R\$222,5 milhões em 2018. A variação deveu-se à reclassificação do não circulante devido liquidação prevista para o exercício de 2019.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher aumentaram em 89,7% ou R\$23,5 milhões, passando de R\$26,2 milhões em 2017 para R\$49,7 milhões em 2018.

Passivo Não Circulante

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu em 21,6% ou R\$209,1 milhões, passando de R\$966,7 milhões em 2017 para R\$757,6 milhões em 2018. Esta redução decorreu da reclassificação para o circulante, pela liquidação prevista para o exercício de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial sofreu aumento de R\$26,3 milhões, passando de R\$1,1 milhões em 2017 para R\$27,4 milhões em 2018. A variação é justificada, principalmente, pela adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural quanto aos processos em curso sobre as retenções e recolhimentos da contribuição social calculada com base na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros denominada Funrural – Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural. A liquidação se dará em 54 parcelas atualizadas pela Selic.

Tributos Diferidos

O saldo dos tributos diferidos diminuiu 6,5%, ou R\$9 milhões, passando de R\$137,8 milhões em 2017 para R\$128,8 milhões em 2018. A variação decorre principalmente da constituição do diferido ativo sobre prejuízo fiscal decorrente do crédito extemporâneo gerado após o reconhecimento das subvenções de ICMS.

Contas a pagar

O saldo das contas a pagar foi de R\$50,8 milhões em 2018, relativo ao montante devido pela aquisição da controlada SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2018. Este montante é composto (i) pela parcela retida de R\$40 milhões; (ii) pela contraprestação contingente de R\$10,3 milhões vinculada à utilização de créditos fiscais e (iii) atualização monetária mensal (Selic).

Patrimônio Líquido

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2018, mantendo o saldo de R\$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$369.000, o qual passou de R\$581.374 para R\$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram 53% ou R\$301,6 milhões, passando de R\$569,5 milhões em 2017 para R\$871,1 milhões em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2018 de R\$362,4 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio realizada no referido exercício de R\$65 milhões.

Ações em tesouraria

As ações em tesouraria aumentaram 24,9 milhões, passando de R\$20,3 milhões em 2017 para R\$45,2 milhões em 2018. Esse aumento foi consequência da conclusão do programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes aumentou em 26,5% ou R\$69,6 milhões, passando de R\$262,5 milhões em 2017 para R\$332,0 milhões em 2018, variação esta decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência patrimonial sobre as controladas do exterior.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2019 e 2020

	Exercício social de 2019	Exercício social de 2020	AH%
	(R\$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	499,9	473,0	(5,4)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(135,6)	(213,7)	57,6
Caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(202,1)	245,9	(221,7)
Varição cambial de caixa e equivalentes de caixa	10,2	39,2	(284,3)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2019 e 2020, foi de R\$499,9 milhões e R\$473 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$26,8 milhões ou 5,4%. A redução deve-se à variação líquida de ativos e passivos de R\$ 473,1 milhões no exercício de 2020 comparado à diminuição de R\$7,7 milhões no exercício social de 2019.

Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento no exercício social de 2019 foi de R\$135,6 milhões e caixa líquido aplicado em 2020 foi de R\$213,7 milhões, com aumento de R\$78,4 milhões devido, principalmente às adições em imobilizado no valor de R\$194,3 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2019 foi de R\$202,1 milhões negativos e em 2020 R\$245,9 milhões positivos, representando um aumento de R\$447,9 milhões. Isso é devido, principalmente (i) ao maior volume de captações de empréstimos, financiamentos e debêntures de R\$1.154,7 milhões, compensado pelas liquidações da 6ª emissão de debêntures em julho/2020 e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures em dezembro/ (ii) pagamento juros sobre capital próprio de dividendos; e (iii) aquisição de ações em tesouraria.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2018 e 2019

	Exercício social de 2018 (reapresentado)*	Exercício social de 2019	AH%
	(R\$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	142,8	499,9	250,1
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	103,6	(135,6)	30,9

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Exercício social de 2018 (reapresentado)*	Exercício social de 2019	AH%
	<small>(R\$ milhões, exceto percentuais)</small>		
Caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(160,8)	(202,1)	25,7
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	3,1	10,2	229

*Reapresentação das movimentações consolidadas de 28 de fevereiro de 2019, relativa aos efeitos da aquisição da SLC Alimentos Ltda.

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2018 e 2019, foi de R\$142,8 milhões e R\$499,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$357,1 milhões ou 250,1%. O aumento deve-se à variação líquida de ativos e passivos de R\$ 7,7 milhões no exercício de 2019 comparado à diminuição de R\$501,3 milhões no exercício social de 2018.

Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento no exercício social de 2018 foi de R\$103,6 milhões e caixa líquido aplicado em 2019 foi de R\$135,6 milhões, com diminuição de R\$30,9 milhões devido, principalmente à (i) resgate de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R\$407,6 milhões, justificado principalmente por pagamentos de Juros sobre Capital Próprio, programa de recompra de ações e disponibilidade em caixa para pagamento do fornecedor de matéria-prima de açúcar em março de 2020, (ii) pelo maior volume de adições aos investimentos em intangível no valor de R\$9 milhões, de R\$10 milhões no exercício social de 2018 para R\$19 milhões em 2019, e (iii) adições aos investimentos em imobilizado no valor de R\$116,1 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2018 e 2019, foi de R\$160,8 milhões e R\$202,1 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$41,2 milhões. Isso é devido, principalmente (i) ao maior volume de liquidações de empréstimos, financiamentos e debêntures de R\$1.029 milhões, compensado pela captação da 8ª emissão de debêntures (CRA) de R\$1.151 milhões, (ii) pagamento de passivo de arrendamento com a adoção ao IFRS16; e (iii) aquisição de ações em tesouraria.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2017 e 2018

	Exercício social de 2017	Exercício social de 2018	AH%
	<small>(R\$ milhões, exceto percentuais)</small>		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	488,0	93,9	(80,8)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(31,3)	61,7	(297,1)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(323,8)	(61,4)	(81,0)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	3,9	(5,4)	(238,5)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2017 e 2018, foi de R\$488,0 milhões e R\$93,9 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$394,1 milhões ou 80,8%. O decréscimo deve-se à variação líquida de ativos e passivos de R\$ 549,1 milhões no exercício de 2018 comparado à diminuição de R\$ 41,9 milhões no exercício social de 2017 (aumento nos ativos de R\$ 655,7 milhões devido aumento nos saldos de estoques e constituição de créditos tributários sobre subvenções de ICMS e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS).

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social de 2017 foi de R\$31,3 milhões e caixa líquido gerado em 2018 foi de R\$61,7 milhões, com um aumento de R\$93,0 milhões devido, principalmente (i) resgate de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R\$341,6 milhões, justificado principalmente por pagamentos de Juros sobre Capital Próprio e aquisição da SLC Alimentos, compensado em parte (ii) pelo maior volume de adições aos investimentos em imobilizado no valor de R\$199,3 milhões, de R\$99,7 milhões no exercício social de 2017 para R\$299,0 milhões em 2018, sendo destes, R\$111,9 milhões advindos da SLC Alimentos Ltda.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2017 e 2018, foi de R\$323,8 milhões e R\$61,4 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$262,4 milhões. Isso é devido, principalmente (i) ao menor volume de liquidações de empréstimos, financiamentos e debêntures (conforme vencimentos previstos em contrato) de R\$524,0 milhões no exercício de 2018; (ii) efeito do aumento do capital com os fundos do IPO de R\$369 milhões ocorrido no exercício anterior; e (iii) à redução na distribuição de dividendos de R\$100 milhões em comparação ao exercício anterior.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

(a) resultados das operações da Companhia

(a) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Líquida de vendas e serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que a receita líquida de vendas e serviços é substancialmente composta pelas vendas aos nossos clientes redes atacadistas, varejistas de alimentos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados, e em menor escala redes de *food service* e tradings de nossos produtos. Adicionalmente, nossa receita líquida de vendas e serviços é composta por (i) vendas de outros grãos, produtos processados, como arroz e feijão pré-preparados, bolachas de arroz, óleos vegetais, adoçantes, patês, e outros produtos; (ii) geração e comercialização de energia elétrica a partir da casca do arroz; (iii) prestação de serviços de secagem de grãos, irrigação e armazenamento; e (iv) prestação de serviço de logística.

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida de vendas e serviços da Companhia consolidada, no exercício social de 2020 totalizou R\$7.466,0 milhões, sendo que nos exercícios sociais encerrados em 2019 e 2018 a receita líquida de vendas e serviços totalizou R\$ R\$5.396,1 milhões e R\$4.748,8 milhões, respectivamente.

Reportamos nossa receita líquida de vendas e serviços de acordo com os segmentos Alimentício Brasileiro¹ e Alimentício Internacional². No exercício social de 2020, as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Brasileiro representaram 71,7% da nossa receita líquida de vendas e serviços, enquanto as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Internacional representaram 28,3%.

Em 2020, no Segmento Alimentício Brasileiro, as receitas decorrentes das vendas para o mercado interno representaram 95,1% da receita bruta de vendas e serviços, comparado ao Segmento Alimentício Internacional, onde as receitas decorrentes de vendas internas nos países em que atuamos, representaram 67,9% da receita bruta.

A receita líquida de vendas e serviços decorre da receita bruta, deduzida de impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos, conforme detalhamento abaixo:

Impostos sobre vendas

Brasil

ICMS. O ICMS é um imposto estadual que incide sobre a receita bruta de vendas. As alíquotas variam entre 4,0% e 20% de acordo com o tipo de produto e o estado no qual esse produto é vendido.

Em 2020, somos titulares de benefícios fiscais estaduais, que nos garantem, dentre outros benefícios, a redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas nos Estados para itens de cesta básica e créditos mensais de ICMS equivalentes a um

¹ Referências neste Formulário de Referência a “Segmento Alimentício Brasileiro” são a nossas operações no mercado brasileiro interno, bem como exportações a partir do mercado brasileiro.

² Referências neste Formulário de Referência a “Segmento Alimentício Internacional” são a nossas operações no mercado interno de cada país específico, bem como exportações a partir destes países.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

determinado percentual do valor do ICMS incidente nas operações de comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados. Esses percentuais e as operações sobre as quais eles incidem dependem do estado no qual mantemos esses benefícios fiscais, que atualmente são: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Maranhão. Utilizamos nossos créditos de ICMS para abater o saldo a pagar de ICMS mensal. No exercício social de 2020, esses créditos fiscais representaram R\$197,0 milhões, no valor que teríamos de recolher caso não fôssemos titulares desses benefícios fiscais. Isso vale também para todas as empresas do nosso setor, estabelecidas nesses estados. Os valores de créditos fiscais foram repassados para os preços de venda de nossos produtos, tendo sido proporcionalmente reduzidos pelos valores dos créditos fiscais aplicáveis.

PIS e COFINS. O PIS/Pasep e a COFINS são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,0% e 1,65% (PIS), e 0,0% e 7,6% (COFINS), respectivamente, sobre o total das receitas auferidas (observadas as deduções permitidas em lei) decorrentes da comercialização dos produtos arroz, feijão, açúcar e pescados.

Em relação à nossa receita de vendas (observadas as deduções permitidas em lei), decorrente da comercialização de arroz, feijão e açúcar, o Governo Federal mantém reduzidas a 0,0% as alíquotas incidentes de PIS e COFINS, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 e art. 28 da Lei nº 10.865/2004. No tocante a esses produtos, a legislação tributária através do art. 17 da Lei nº 11.033/2004, prevê a manutenção de créditos fiscais gerados nas aquisições dos insumos, os quais foram utilizados na industrialização dos produtos. Ademais, a Companhia apura créditos presumidos sobre a aquisição de pessoas físicas, cooperados pessoas físicas ou pessoas jurídicas cerealistas, de insumos utilizados na produção de arroz, e sobre a aquisição, de pessoas físicas, de insumos utilizados na produção de pescados, conforme o art. 8º da Lei nº 10.925/2004. Como consequência, acumulamos créditos fiscais de PIS e COFINS em nossa comercialização de arroz, feijão e açúcar.

De acordo com o volume de compras de matérias primas, materiais de embalagem, insumos, e determinados custos industriais, nós nos beneficiamos de créditos mensais de PIS e COFINS, os quais são utilizados para compensar tributos federais, incluindo IRPJ e CSLL. No exercício de 2020, esses créditos fiscais representaram uma compensação parcial dos valores devidos a título de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, e demais tributos federais que teríamos de recolher.

Já em relação aos pescados enlatados, são produtos tributados na sistemática não cumulativa do PIS e da COFINS, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003.

Internacional

No Uruguai, as vendas estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA) de 10,0% a 22,0%. No Chile, a alíquota de IVA é de 19,0% sobre as vendas. No Peru, a alíquota de IVA é de 18%.

Devoluções e abatimentos

As devoluções consistem dos produtos que vendemos aos nossos clientes e que nos são devolvidos em caso de avarias ou após a expiração dos respectivos prazos de validade. Os abatimentos consistem dos descontos que concedemos aos nossos clientes, de acordo com negociações que se baseiam, normalmente, no volume de produtos vendidos e qualidade e longevidade do relacionamento com cada cliente.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As tabelas a seguir apresentam nossa receita bruta de vendas por Segmentos Alimentício Brasileiro e Alimentício Internacional e as deduções de vendas para os períodos indicados:

	Alimentício Brasileiro			Alimentício Internacional		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receita bruta de vendas						
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	5.902,9	4.422,0	3.838,6	1.556,4	1.121,3	1.061,8
Vendas de mercadorias no mercado externo	300,8	202,7	135,0	735,9	505,2	467,6
	6.203,7	4.624,7	3.973,6	2.292,3	1.626,5	1.529,4
Deduções de vendas						
Impostos sobre vendas	(463,7)	(370,1)	(324,1)	(50,1)	(37,4)	(33,2)
Devoluções e abatimentos	(385,6)	(339,8)	(303,2)	(130,6)	(107,8)	(93,7)
	(849,3)	(709,9)	(627,3)	(180,7)	(145,2)	(126,9)
Receita líquida de vendas	5.354,4	3.914,8	3.346,3	2.111,6	1.481,3	1.402,5

Custos das Vendas e Serviços

Os custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias-primas (arroz em casca, feijão, açúcar, pescados e materiais de embalagem e auxiliar) que representaram 77,75% da Receita Líquida no exercício de 2020, nos segmentos Alimentício Brasileiro e Internacional. Em menor proporção, tem-se os dispêndios relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais incluem, principalmente, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas, resultado de equivalência patrimonial e outras receitas (despesas) operacionais.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consistem de custos com frete, marketing e outras despesas diretamente relacionadas com a venda dos nossos produtos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas referem-se, basicamente, às despesas com pessoal, viagens, honorários e outras despesas gerais e administrativas.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado operacional proporcional à participação minoritária em companhias sediadas no Uruguai:

- 1) Arrozur: Sua principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz, inclusive para a SAMAN;
- 2) Tacua S.A. e Agência Marítima Sur S.A: Prestam serviços de operações portuárias, inclusive para a SAMAN;
- 3) Galofer S.A: Presta serviço de fornecimento de energia com a queima da casca de arroz adquirida da SAMAN e de outros produtores também acionistas da Galofer;

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

4) Comisaco S.A (Comisión Mixta SAMAN Coopar S.A): Desempenha função de administração da concessão de obra pública chamada Represa de India Muerta que proporciona água para irrigação a produtores, entre os quais produtores vinculados a SAMAN.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais compreendem a créditos extemporâneos de impostos e benefícios de redução de juros e multas através de programas de anistia fiscal, e despesas com reestruturações em áreas operacionais, administrativas e de vendas.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros incidentes sobre o endividamento e variação cambial sobre transações comerciais em outras moedas. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e atualização de créditos fiscais.

Para fins de consolidação a variação cambial é diluída em todas as rubricas da demonstração de resultado das controladas, não impactando o resultado financeiro. Esta variação diminui conforme a valorização do real e diminui conforme sua desvalorização, frente às moedas dos países onde operamos na América Latina.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedendo de R\$ 60 mil por trimestre para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Tributo corrente. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes.

Tributo diferido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os tributos diferidos passivos geralmente são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que o resultado das operações é influenciado significativamente pelas variações nos preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum), os quais, por sua vez, apresentam flutuações em diferentes períodos

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

como resultado de diversos fatores, em especial (i) demanda e produção nacional e internacional, (ii) preço local e internacional, e (iii) variação cambial. Além disso, a sazonalidade das culturas, mudanças climáticas, políticas públicas de fomento às atividades rurais e de uso de fontes de energia como o etanol, conforme sua relevância, impactam indiretamente o resultado das nossas operações, conforme afetem os preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum). Dessa forma, todos os fatores mencionados anteriormente neste item participam, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, da formação do preço dos nossos produtos.

No início do exercício social de março de 2020 que se encerrou em 28 de fevereiro de 2021, nos deparamos com o cenário da pandemia da Covid-19, que trouxe desafios adicionais para o dia-a-dia das companhias nos países e nos mais diversos segmentos. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações governamentais em todo o seu parque fabril nos países de atuação na América do Sul. Frente as dificuldades apresentadas, seguimos as orientações do Ministério da Saúde e entidades governamentais de cada país que operamos (Brasil, Uruguai, Chile e Peru) e adaptamos a nossa rotina protegendo e educando os colaboradores contra as ameaças da doença.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

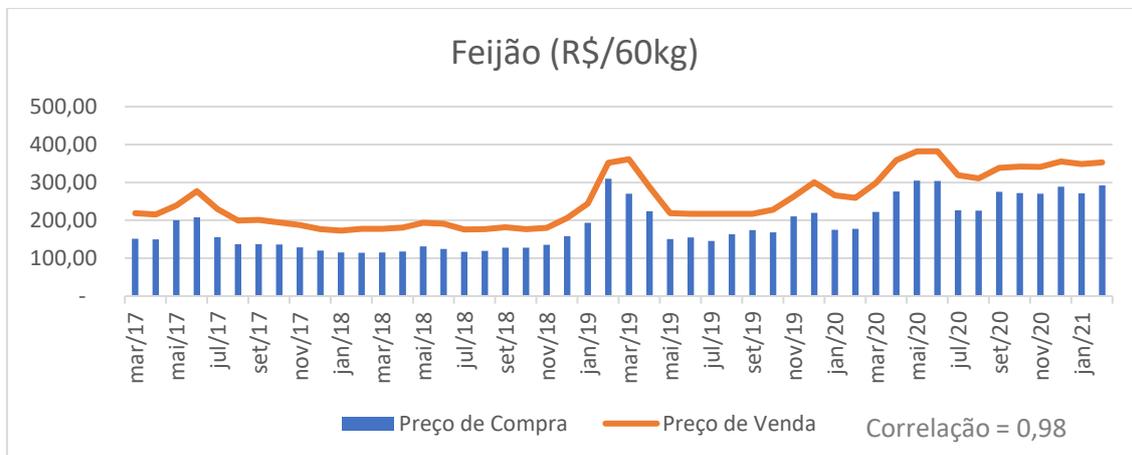
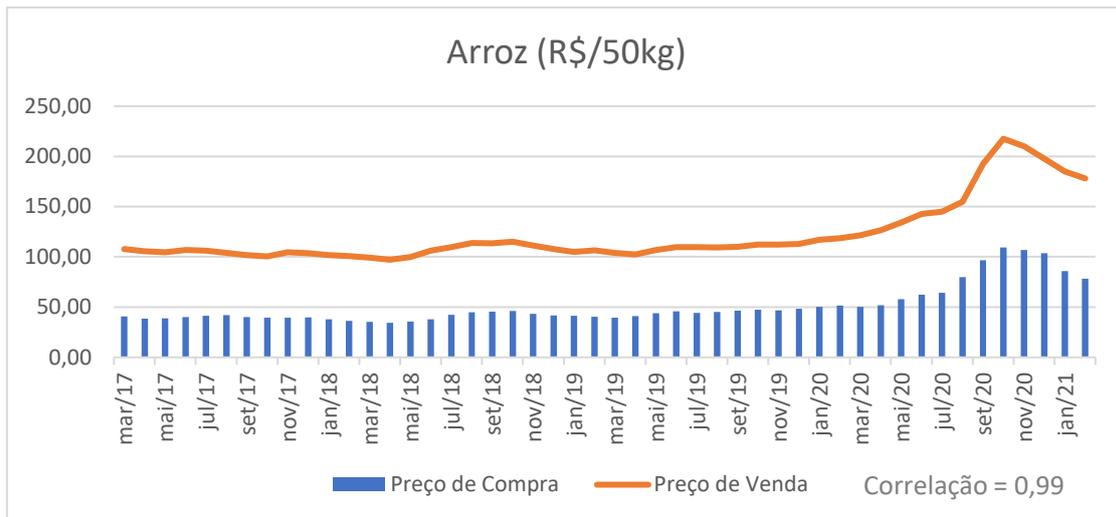
Flutuações nos preços de compra e venda de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum)

Os custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias-primas, que consistem de arroz em casca, feijão, açúcar e pescados. Em menor proporção, os custos das vendas e serviços compreendem aos dispêndios relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

O custo com matérias-primas é o mais representativo do nosso custo das vendas e serviços, representando 79,49% no exercício social de 2020, no segmento Alimentício Brasileiro e 73,33% no segmento Alimentício Internacional.

Conforme demonstrado pelos gráficos a seguir, historicamente, temos mantido uma correlação direta entre a variação do custo de compra de arroz e feijão e do preço de venda sob não apenas o aspecto de valor, mas também temporalmente, já que as variações no custo tendem a ser prontamente refletidas nos preços de venda. Acreditamos que isso seja devido, principalmente, à força das nossas marcas e às características de resiliência a crises econômicas do arroz e feijão.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro



Ademais, conforme demonstrado no item 10.2 (b) deste Formulário de Referência, variações dos preços de compra de arroz e feijão geralmente não afetam de forma significativa nossa margem bruta. No entanto, o valor nominal do nosso lucro bruto é mais suscetível, conforme o caso, a flutuações nos preços de arroz e feijão, resultando, conseqüentemente, em uma maior ou menor necessidade de capital de giro.

O restante do nosso custo de matérias-primas é composto principalmente pelo custo de compra de açúcar e pescados (sardinha e atum). Quanto aos pescados, adquirimo-los no mercado local, porém, caso haja redução na produção local, a aquisição é realizada no mercado internacional, o que tende a aumentar a pressão no nosso custo de compra dessa matéria-prima.

No que tange ao custo de compra do açúcar, possuímos um contrato de fornecimento de longo prazo, sob condições de *take-or-pay*. Flutuações no custo de compra do açúcar decorrentes da oferta e demanda no mercado brasileiro ou de eventos no mercado internacional podem afetar nosso resultado operacional. Nosso custo de compra do açúcar baseia-se na cotação do mercado internacional do açúcar que segue o indexador ESALQ VHP, enquanto nosso preço de venda do açúcar baseia-se nas condições do mercado brasileiro de consumo do açúcar que tem o indexador ESALQ cristal como uma de suas referências. De tal sorte, dependendo da nossa capacidade de repassar os custos de nossos insumos aos nossos clientes, nosso resultado operacional poderá ser afetado.

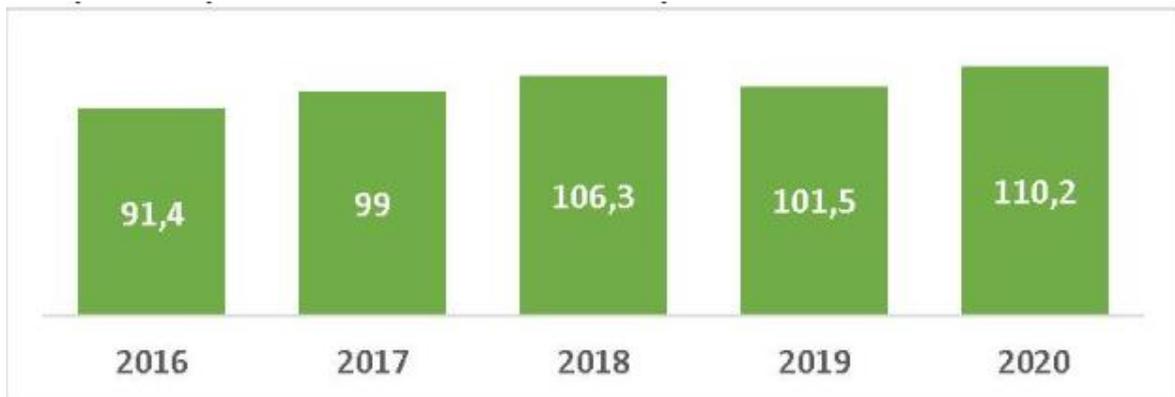
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Preços internacionais

Os preços das matérias-primas que compramos são denominados em reais. No entanto, o preço internacional do arroz tem influência sobre nossas exportações e o preço internacional do açúcar também afeta nossos resultados operacionais.

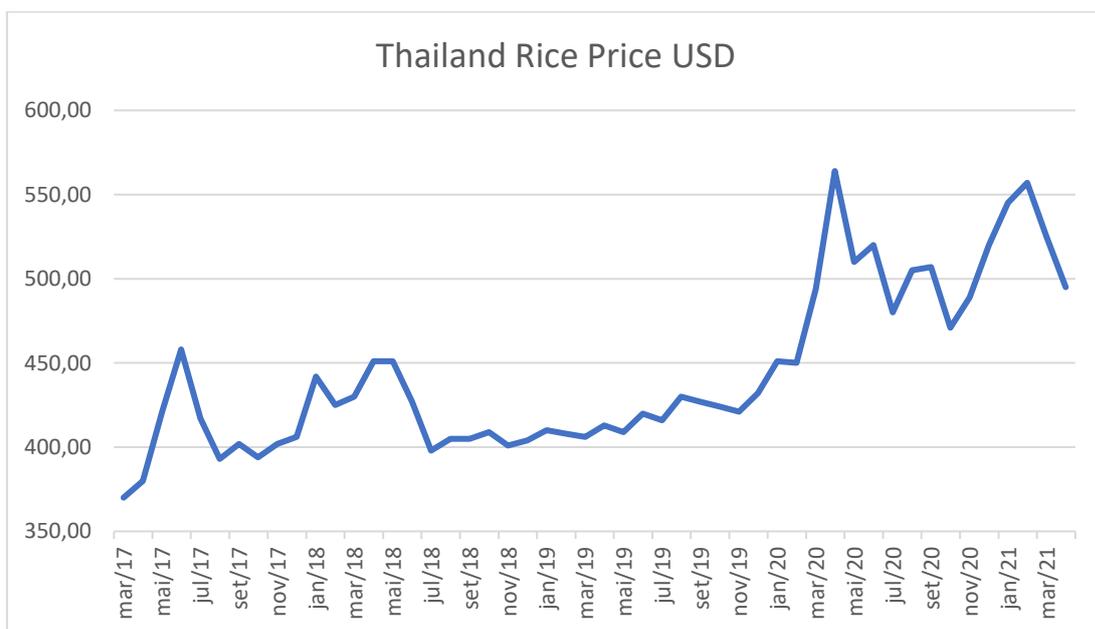
Preço internacional do arroz

Evolução do preço do arroz no mundo | Índice de preços FAO



Fonte: FAO - Índice de preço FAO.Org

O preço internacional do arroz é determinado com base no preço do arroz tailandês. A variação desta cotação influencia diretamente nossa dinâmica de vendas. No mercado brasileiro, o efeito do preço internacional do arroz é diretamente relacionado a uma maior ou menor alocação dos nossos produtos para exportação. Na medida em que o preço internacional de arroz seja menos atrativo do que os preços praticados no mercado doméstico, volumes que seriam originalmente destinados para exportação são distribuídos no mercado doméstico



10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Preço internacional do açúcar

O preço do açúcar no mercado brasileiro tende a acompanhar o preço internacional do açúcar determinado na Bolsa de Açúcar de Nova York. Em particular no Brasil, devido ao modelo de matriz energética adotado pelo Governo Federal, o preço do açúcar é influenciado também pelo preço do petróleo, uma vez que o etanol é misturado à gasolina vendida no mercado brasileiro e também é uma fonte de energia alternativa utilizada como combustível em automóveis no país. Assim, flutuações do preço do petróleo podem influenciar o preço do açúcar. Vale notar que a partir da implementação pela Petrobras em abril de 2017 de uma política de preços baseada nas cotações internacionais, a correlação entre o preço do etanol e açúcar passou a ser significativa.

Taxas de Câmbio

A tabela abaixo evidencia o impacto das taxas de câmbio na nossa receita bruta de vendas na América Latina quando da conversão para reais, para fins de consolidação:

	2018	2019	% 2017/2018	2020	% 2019/2020
Taxa de Câmbio - Média					
Reais por Dólares	3,7387	4,0279	7,7%	5,3405	32,6%
Reais por Pesos Chilenos	0,0057	0,0056	-1,8%	0,0069	22,3%
Reais por Novos Soles	1,1318	1,2058	6,5%	1,5095	25,2%
Reais por Pesos Argentinos	0,1257	0,0789	-37,2%	0,0720	-8,8%
Receita Bruta - R\$ milhões					
Uruguai	892,4	902,2	1,1%	1.381,0	53,1%
Chile	450,1	467	3,8%	656,8	40,6%
Peru	386,8	444,4	14,9%	611,2	37,5%
Argentina	21,9	0	-100,0%	0	-

Conforme demonstrado acima, a conversão do resultado das controladas afeta diretamente o resultado da Companhia, em especial, a conversão da SAMAN, que aumenta o resultado com a depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e diminui com a apreciação do real em relação ao mesmo.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

O resultado operacional e condição financeira são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil onde há uma parte significativa de nossas operações. Somos afetados principalmente pela taxa de inflação, variação da taxa de câmbio do real em relação a outras moedas estrangeiras e taxa de juros.

Aumentos na taxa de inflação causam um aumento na nossa estrutura de custos e despesas e tendem a ser repassados aos preços de venda de nossos produtos. Caso não sejamos capazes de repassar o aumento da taxa de inflação aos nossos produtos, podemos sofrer um efeito adverso.

Variações cambiais afetam nosso resultado operacional, pois podem aumentar ou diminuir os juros incidentes sobre endividamento denominado em moeda estrangeira, afetando nosso resultado financeiro, bem como os resultados operacionais de nossas investidas fora do Brasil que são convertidos para reais de acordo com a taxa de câmbio

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

aplicável para propósito de consolidação em nossas demonstrações financeiras. Caso haja uma desvalorização do real frente a essas moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano haverá uma diminuição do resultado operacional a ser reconhecido. Ademais, a variação do câmbio também afeta o valor dos ativos de nossas operações na América Latina, aumentando ou diminuindo nosso patrimônio líquido.

A taxa de juros também influencia nossa receita ou despesa financeira, na medida em que afeta os juros sobre nosso endividamento e aplicações financeiras. No entanto, como vendemos produtos básicos, acreditamos que uma política de juros mais conservadora não tende a afetar o consumo de nossos produtos como afetaria outros negócios cujos produtos apresentam maior valor agregado e/ou dependem de disponibilidade de crédito, como, por exemplo, o setor automobilístico ou de produtos supérfluos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2019, em 22 de janeiro de 2020, a Companhia anuncia a aquisição da Unidade de Negócios *Pet Food* da Empresas Iansa S.A (“LDA”). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com *market share* significativo e elevado potencial de crescimento. A aquisição está alinhada com a estratégia da Companhia e representa um importante passo para a expansão das operações chilenas da Camil para novas categorias. Essa mais recente aquisição consiste em um passo importante para fortalecimento da competitividade no Chile, país no qual a Camil possui histórico de constante crescimento e rentabilidade por meio de sua subsidiária Tucapel. O valor final da operação anunciado foi de CLP37,0 bilhões de pesos chilenos, equivalente em fevereiro/2020 a aproximadamente R\$200 milhões de reais (ou US\$48 milhões de dólares). A conclusão da transação está sujeita a condições usuais a este tipo de operação. Até o momento da publicação deste documento, as Companhias continuam operando de forma independente.

Os Diretores da Companhia informam que não há nos últimos três exercícios sociais constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeitos relevantes que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia

(c) eventos ou operações não usuais

Os principais eventos não recorrentes ocorridos no exercício de 2020 foram citados na seção 10.1, item h, nas análises das rubricas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis e

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, as novas normas contábeis, a seguir citadas, não impactaram substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia fez uma análise da revisão das normas CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro / CPC 15 (R1) - Definição de negócios e Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de material e não houve impactos significativos.

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais findos em 28 de fevereiro de 2019 e 28 de fevereiro de 2021 o parecer dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva.

Para o exercício findo em 29 de fevereiro de 2020 os auditores independentes incluíram um parágrafo de ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes nas demonstrações de fluxos de caixa, em decorrência da exclusão dos valores oriundos da aquisição de combinação de negócios da SLC Alimentos Ltda., os valores correspondentes referentes ao exercício anterior nas demonstrações de fluxos de caixa, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Porém, tal assunto não modificou a opinião dos auditores independentes ao fato de que as demonstrações financeiras apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 29 de fevereiro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, é necessária a utilização de julgamentos e estimativas contábeis, que são baseadas em fatores objetivos e subjetivos para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. Nossas demonstrações financeiras contêm, portanto, diversas estimativas contábeis. Apesar de revisarmos periodicamente as estimativas contábeis que utilizamos na elaboração das nossas demonstrações financeiras, os resultados reais podem apresentar valores divergentes em relação aos de nossas estimativas, tendo em vista as incertezas que lhes são inerentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço publicado, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que todos os ativos e passivos detidos Companhia estão registrados no balanço patrimonial.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social a Companhia não manteve quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os Diretores da Companhia informam, que os itens mencionados no item 10.6 não alteram ou poderão vir a alterar as demonstrações financeiras.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, a Companhia realizou os seguintes investimentos:

<u>(em milhões de reais)</u>	2018	2019	2020
Expansão e eficiência das linhas de produção	336,0	77,4	91,0
Expansão e eficiência das Linhas de produção (Brasil) (*)	312,1	68,4	70,4
Expansão e eficiência das Linhas de produção (LATAM)	23,9	9,0	20,6
Sustentação dos níveis de produtividade	61,2	58,1	105,8
Sustentação dos níveis de produtividade (Brasil)	47,5	46,4	91,6
Sustentação dos níveis de produtividade (LATAM)	13,8	11,7	14,2
Outros investimentos em imobilizado	-	-	-
Total	397,2	135,5	196,8

(*) Considera-se a aquisição da empresa SLC Alimentos Ltda. em 2018

Para o próximo exercício social, o plano de investimento da Companhia prevê investimentos no valor de R\$177,1 milhões, representando principalmente o Capex de (i) manutenção e sustentação dos níveis atuais de produção; (ii) expansão da capacidade de produção e armazenagem; e (iii) produtividade mediante investimentos em melhoria de tecnologia e processos, sendo R\$137,1 milhões no segmento Alimentício Brasileiro e R\$40,0 milhões no segmento Alimentício Internacional.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que para os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures (CRAs).

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes das atividades de financiamento mediante a concessão de linhas de crédito e recursos originários das atividades operacionais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os Diretores da Companhia informam que não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Para o exercício de 2018, os Diretores na Companhia afirmam que a aquisição da SLC Alimentos Ltda. representou aumento de eficiência operacional através da sinergia

10.8 - Plano de Negócios

estimada pela Companhia em todas as áreas estratégicas na categoria de grãos. Com esta nova controlada, a Companhia passou a ter duas novas unidades industriais sendo uma em Paraíso do Tocantins/TO e Capão do Leão/RS, ampliando a capacidade produtiva e otimizando a logística.

No exercício de 2019, a Companhia inaugurou duas novas unidades, uma em Suape/PE com produção multicategoria em arroz, feijão e açúcar e em Barra Bonita/SP para produção e empacotamento de açúcar. Investimos em fábricas modernas e automatizadas, nos auxiliando na expansão e fortalecimento da presença do Nordeste e aumentando nossa competitividade e eficiência em açúcar, ampliando a capacidade produtiva.

No exercício social de 2019, em 22 de janeiro de 2020, a Companhia anunciou a aquisição da Unidade de Negócios Pet Food da Empresas Iansa S.A. ("LDA"). A LDA opera no Chile como um dos líderes em marca de produtos de *pet food*, com tendências positivas de crescimento do segmento com capacidade de expansão e potenciais sinergias nos setores industrial, operacional e comercial. A LDA possui uma planta industrial estrategicamente localizada no Sul de Santiago, Chile com 4.500 toneladas/mês de capacidade. A conclusão da transação está sujeita a aprovações de condições usuais a este tipo de operação. Durante o período, as companhias continuam operando de forma independente.

No exercício de 2020, a Companhia adquiriu duas novas plantas industriais: uma planta no Rio Grande do Sul, para recebimento e secagem de arroz, ampliando a capacidade produtiva, e uma planta na qual a Companhia já opera no Estado de Pernambuco.

(c) novos produtos e serviços:

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os Diretores da Companhia informam que não existem novos produtos e serviços em andamento ou previstos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. As projeções devem identificar: (a) objeto da projeção; (b) período projetado e o prazo de validade da projeção; (c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle; e (d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas até o momento, não há projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades a serem divulgadas neste Formulário de Referência.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

Não houve divulgação de projeções pela administração da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12. Assembleia Geral e Administração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando

A estrutura administrativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme previsto no artigo 15 de seu Estatuto Social. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e pode ser instalado a pedido dos acionistas da Companhia. Além destes órgãos, a Companhia possui também em sua estrutura administrativa cinco comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, sendo um comitê estatutário, o Comitê de Auditoria, instalado formalmente pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de junho de 2020, e quatro comitês não estatutários, sendo o Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, o Comitê de Gente e Gestão, o Comitê de ESG e Ética e o Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado.

a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, eleitos pelo sistema de chapas ou voto múltiplo, caso solicitado pelos acionistas podendo a Assembleia Geral definir se serão eleitos um ou mais suplentes. Os conselheiros são eleitos para mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 1/3 (um terço), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme deliberação da Assembleia Geral que os eleger, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por 7 (sete) membros titulares, sendo 4 (quatro) membros independentes conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração da Companhia ainda possui regimento interno próprio, aprovado pela totalidade de seus membros na Reunião do Conselho de Administração em 07 de janeiro de 2021, disponível no website de relações com investidores da Companhia, bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários.

O artigo 20 do Estatuto Social da Companhia determina que o Conselho de Administração deve realizar reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, de seu presidente, ou vice-presidente, ou por 2 (dois) conselheiros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração serão aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações e, além destas, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 21 do Estatuto Social:

- (a) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
- (b) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (c) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;
- (d) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (e) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre (a) qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (b) os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que deem origem à mudança de controle, consignando se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia;
- (f) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;
- (g) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimento, orçamentos e suas alterações subsequentes;
- (h) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (i) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

social, for igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(j) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(k) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(l) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, ou a contratação de seguros garantia ou carta fiança pela Companhia, em valor superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(m) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas") em valor igual ou superior a R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(n) nomeação ou destituição de auditores independentes;

(o) prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a terceiros no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no item "p" abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração; e

(p) a aprovação de qualquer transação entre partes relacionadas, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto, à Companhia, bem como o quanto disposto na política de transação com partes relacionadas da Companhia, exceto as seguintes operações que independerão de autorização por parte do Conselho de Administração: (i) transações entre a Companhia e quaisquer Investidas, no curso normal de seus negócios; e (ii) transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, salvo, em ambos os casos, quando os controladores diretos ou indiretos da Companhia, os seus administradores ou pessoas a eles vinculadas, detenham participação, direta ou indireta, por outro veículo que não a própria Companhia, superior a 3% (três por cento) do capital social da Investida.

Ademais, os membros independentes do Conselho de Administração, que também integram o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, informam o órgão sobre as pautas discutidas no âmbito do comitê de que fazem parte, contribuindo para que todas as discussões realizadas nos diferentes órgãos da Companhia tenham um melhor alinhamento.

A avaliação do trabalho da auditoria independente da Companhia e a apreciação de propostas de eventual contratação de serviços extra-auditoria com o auditor

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

independente da Companhia são de competência do Comitê de Auditoria, que deve reportar ao Conselho de Administração seu parecer sobre o assunto. Adicionalmente, quando o Conselho Fiscal estiver instalado, se tais serviços extra-auditoria se relacionarem com as matérias de sua competência, tal assunto também será encaminhado para avaliação deste órgão.

Comitês de Assessoramento Estatutários e Não-Estatutários

Conforme artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidos pelo Conselho de Administração. Os comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração e poderão atuar, entre outras, nas seguintes áreas: (i) estratégica e financeira; (ii) governança corporativa, conduta e ética; e (iii) remuneração e desenvolvimento humano e organizacional. Atualmente, a Companhia possui os seguintes Comitês de Assessoramento:

- (a) Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos;
- (b) Comitê de Gente e Gestão;
- (c) Comitê de Estratégia, Invocação, Marcas e Mercado;
- (d) Comitê de ESG e Ética; e
- (e) Comitê de Auditoria.

Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos

O Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) elaborar e recomendar a aprovação das políticas de finanças corporativas da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação; (b) analisar periodicamente o orçamento, os resultados mensais, trimestrais e anuais, o plano de investimentos e plano de finanças da Companhia, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (c) analisar periodicamente o impacto do plano de investimentos e do plano de financiamento na estrutura de capital da companhia e suas consequências nos resultados da companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; (d) sugerir parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e recomendar as políticas a serem utilizadas; (e) avaliar o fluxo de caixa, balanço e resultados da companhia frente a volatilidade de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities, assim como propor acompanhar e atualizar, quando necessário, medidas de proteção para respectivos riscos financeiros; (f) zelar pela exatidão e suficiência das demonstrações financeiras e informações relacionadas divulgadas ao mercado, às propostas de investimentos e financiamentos; (g) acompanhar o desenvolvimento dos indicadores financeiros e patrimoniais da Companhia; (h) estabelecer diretrizes e princípios relativos ao desenvolvimento

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

sustentável, valorizando seu patrimônio e otimizando o retorno sobre o investimento a longo prazo; (i) analisar e emitir recomendações sobre propostas relacionadas à gestão fiscal e tributação; (j) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas, bem como acompanhar quaisquer operações e negociações; (k) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da companhia no mercado brasileiro, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e líquido; (l) mapear, mensurar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, bem como definir parâmetros e níveis de aceitação de risco, recomendando estratégias para mitigação, em consonância com a Política de Gestão Riscos da Companhia; (m) estabelecer parâmetros e limites para sistemas de controles internos e riscos da Companhia, propondo melhorias quando necessário; (n) assegurar a operacionalização dos processos, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio; (o) revisar e acompanhar as pautas internas e planos de ação relacionados à temas suscitadas pelas discussões do Comitê de Auditoria; (p) emitir pareceres para suporte do Conselho de Administração em assuntos relacionados à funding, investimentos, custo de capital e estrutura de capital em operações financeiras; (q) acompanhar os investimentos aprovados pelo Conselho de Administração durante a sua execução, apontando desvios significativos sobre o orçamento original e seus impactos, segundo limites previamente definidos; (r) analisar e acompanhar a execução de investimentos, incluindo Capex, nos termos das diretrizes previamente estabelecidas e por meio de comparação do montante orçado e realizado e do retorno dos projetos relevantes; (s) avaliar, propor premissas e acompanhar desenvolvimento e impactos relacionados a investimentos considerando métodos como TIR, payback e outros indicadores de retorno e avaliação de investimentos que se fizerem necessários para melhor assessoria ao Conselho de Administração; (t) definir diretrizes da matriz de alçadas para atuação dos gestores da Companhia; (u) formular, recomendar a criação e/ou a atualização dos normativos internos e políticas de assuntos correlatos ao escopo do Comitê; e (v) proceder a estudos, análises e propostas, a respeito de temas sob a alçada do Comitê e quando requeridos pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos é composto por entre 3 (três) ou 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo no mínimo 1 (um) membro do conselho de administração, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações. Atualmente, o Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos é composto por 3 (três) membros.

O Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pela secretaria de Governança da Companhia, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos.

O Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de janeiro de 2021, que pode ser consultado no website de relações com investidores da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Gente e Gestão

O Comitê de Gente e Gestão é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) elaborar, acompanhar e sugerir melhorias quanto as diretrizes, políticas, estruturas e práticas de desenvolvimento, recursos humanos e sistema de gestão, propostas pela Diretoria, incluindo cultura, clima e estrutura, considerando as melhores práticas de mercado nacional e internacional; (b) identificar, examinar e discutir oportunidades de melhoria nas práticas da Companhia em assuntos atinentes ao escopo do Comitê, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (c) examinar, discutir e recomendar melhorias nas diretrizes gerais de gente e gestão, incluindo política salarial e de benefícios, metas, programa de participação nos resultados da Companhia, assim como temas relacionados; (d) examinar, discutir e recomendar melhorias na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária, para todos os Diretores e membros do Conselho da Companhia; (e) deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nas diretrizes e processos de acompanhamento de clima organizacional e engajamento, assim como planos de ação advindos do tema; (f) deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nas diretrizes e práticas gerais de Segurança e Saúde ocupacional, assim como procedimentos de acompanhamento; (g) analisar e emitir parecer, para decisão do Conselho de Administração, sobre condições especiais de contratação e de desligamento de Diretores Executivos; (h) analisar e contribuir permanentemente com os processos de avaliação de desempenho, competências e aprimoramento profissional de Diretores executivos, membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento ao Conselho da Companhia; (i) acompanhar e contribuir de forma continuada com os planos de retenção e sucessão para o nível de Presidência e Diretoria; (j) recomendar ações que reforcem a cultura organizacional alinhada à missão, propósito e valores da Companhia, focada na construção de resultados sustentáveis; (k) acompanhar periodicamente os principais indicadores de Gente e Gestão da Companhia, incluindo indicadores de headcount, assim como seus respectivos planos de ação; (l) promover a integração dos profissionais da Companhia, suas subsidiárias e controladas localizadas em diferentes departamentos e localizações geográficas; (m) participar de processos seletivos de candidatos aos cargos do Conselho de Administração, da Diretoria e de comitês de assessoramento; (n) participar de modo colaborativo com a revisão continuada do Código de Ética da Companhia, em sinergia com o Comitê de ESG e Ética; (o) patrocinar e apoiar as ações voltadas para a disseminação e manutenção das diretrizes de Gente e Gestão da Companhia; (p) identificar, abordar e tratar de assuntos relacionados ao escopo do Comitê, que possam representar riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas e na imagem da Companhia, suportando o Conselho de Administração na orientação e estabelecimento de providências para eliminação ou mitigação dos referidos riscos; (q) formular, recomendar a criação e/ou a atualização dos normativos internos e políticas de assuntos correlatos ao escopo do Comitê, incluindo, mas não se limitando a uma política sobre conformidade, e quando necessário, em decorrência das atualizações do Código de Ética e das decisões do Comitê; e (r) apresentar ao Conselho de Administração informações gerenciais sobre a atuação do Comitê e envolvê-los em ações específicas para reforçar a agenda corporativa de ESG e Ética na Companhia sempre que pertinente.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Gente e Gestão é composto por entre 3 (três) ou 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo no mínimo 1 (um) conselheiro independente, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Comitê de Gente e Gestão é composto por 4 (quatro) membros.

O Comitê de Gente e Gestão possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de janeiro de 2021, que pode ser consultado no website de relações com investidores da Companhia.

Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado

O Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) direcionar, deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nas diretrizes e planos estratégicos na condução dos negócios da Companhia, incluindo as vertentes operacionais, industriais e corporativas, assim como demais temas apresentados ao Comitê, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (b) acompanhar e assegurar o alinhamento estratégico, cumprimento do orçamento e planejamento de longo prazo de acordo com as diretrizes estratégicas definidas e reflexos no resultado da Companhia, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (c) direcionar, deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nas práticas e diretrizes de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, assim como a implantação e funcionamento de um funil de inovação para gerenciamento de projetos relacionados ao tema, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (d) deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nas motivações estratégicas e investimentos para oportunidades, novos negócios, projetos de expansão, aquisições de outras empresas, incluindo startups, suportando o Conselho de administração na definição de processos para target screening compatíveis com as diretrizes estratégicas da Companhia, e emitindo seu parecer com as recomendações ao Conselho de Administração; (e) deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nos processos de gestão, fortalecimento e valorização das marcas e patentes da Companhia, patrocinando ações voltadas para este fim; (f) direcionar, acompanhar e sugerir melhorias nas práticas e diretrizes quanto ao posicionamento de mercado e imagem institucional da Companhia, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (g) avaliar os riscos associados aos temas e projetos de alçada do Comitê conforme o risco associado, mantendo uma uniformidade estratégica em sinergia com apetite de riscos da Companhia, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (h) recomendar a criação ou a atualização dos normativos internos e políticas sobre os temas de atuação do Comitê; e (i) analisar os relatórios gerenciais sobre os temas de alçada do Comitê, apresentando ao Conselho de Administração informações sobre a atuação do Comitê e envolvê-los em ações específicas para reforçar a agenda estratégica da Companhia sempre que pertinente.

O Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado é composto por entre 3 (três) ou 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado é composto por 3 (três) membros.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de janeiro de 2021, que pode ser consultado no website de relações com investidores da Companhia.

Comitê de ESG e Ética

O Comitê de ESG e Ética é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nos planos de trabalho, planos de ação e demais temas apresentados ao Comitê, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (b) acompanhar os compromissos de natureza ambiental, social, econômica e de governança corporativa assumidos pela Companhia por meio do monitoramento das ações dos grupos de trabalho voltados para ESG; (c) revisar, identificar oportunidades e propor melhorias à estrutura, mecanismos e práticas de governança da Companhia, assim como ao propósito e desenvolvimento sustentável da Companhia, mantendo-os em conformidade com a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado; (d) acompanhar as tendências dos temas relacionados à sustentabilidade do negócio e propor a inclusão da Companhia em políticas globais ou regionais referentes à sustentabilidade empresarial; (e) identificar, abordar e tratar de assuntos relacionados ao escopo do Comitê, que possam representar riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas e na imagem da Companhia, suportando o Conselho de Administração na orientação e estabelecimento de providências para eliminação ou mitigação dos referidos riscos; (f) deliberar, acompanhar e sugerir melhorias nos processos de implementação, disseminação e treinamento relacionados ao Código de Ética da Companhia, assim como diretrizes e princípios de ESG; (g) analisar e definir como proceder nas situações não previstas no Código de Ética da Companhia; (h) esclarecer dúvidas de interpretação das diretrizes do Código de Ética e de normativos internos e políticas relacionados aos temas dentro do escopo do Comitê; (i) avaliar os riscos associados ao descumprimento do Código de Ética para recomendar de uma forma macro quais ações deverão ser realizadas conforme o risco associado, mantendo uma uniformidade em eventuais tratativas com os envolvidos e medidas disciplinares a serem realizadas; (j) analisar os relatórios gerenciais sobre os relatos do Canal de Denúncias; (k) acompanhar o andamento das apurações e investigações demandadas pelo Comitê; (l) revisar e propor atualizações ao Código de Ética sempre que necessário; (m) patrocinar e apoiar as ações voltadas para a disseminação e manutenção da cultura e legado éticos na Companhia, assim como ações voltadas para fortalecimento da agenda corporativa de ESG; (n) participar da elaboração e atualização de relatórios que demonstrem o desempenho ESG da Companhia às partes interessadas (stakeholders); (o) acompanhar e reportar regularmente ao Conselho de Administração os indicadores ESG da Companhia; (p) patrocinar e apoiar as ações voltadas para a disseminação e manutenção da missão, dos valores e princípios da Companhia; (q) recomendar a criação ou a atualização dos normativos internos e políticas de assuntos correlatos ao escopo do Comitê, incluindo, mas não se limitando a uma política sobre conformidade, e quando necessário, em decorrência das atualizações do Código de Ética e das decisões do Comitê; e (r) apresentar ao Conselho de Administração informações gerenciais sobre a atuação do Comitê e envolvê-los em ações específicas para reforçar a agenda corporativa de ESG e Ética na Companhia sempre que pertinente.

O Comitê de ESG e Ética será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco)

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Comitê de ESG e Ética é composto por 03 (três) membros.

O Comitê de ESG e Ética possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de janeiro de 2021, que pode ser consultado no website de relações com investidores da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) é um órgão de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, sendo que será formado por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros, que atua com independência em relação à Diretoria da Companhia, regido pela legislação aplicável, especialmente pela Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999 e respectivas alterações, que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes (“ICVM 308”), além do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), pelo disposto nos artigos 30 e seguintes do Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

As funções e responsabilidades atribuídas ao CAE no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, são as seguintes: (a) acompanhar e propor melhorias ao Conselho de Administração em processos e assuntos relativos à contabilidade, reportes financeiros, gerenciamento de riscos, controles internos, auditoria e compliance; (b) opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, bem como opinar sobre e/ou propor a remuneração dos auditores independentes e os termos propostos de sua contratação; (c) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (d) avaliar o plano anual de trabalho do auditor independente e emitir parecer com propostas de melhorias, se necessárias, ao Conselho de Administração; (e) supervisionar as atividades das áreas de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos, compliance e responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade dos seus processos e mecanismos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; (f) garantir a independência e autonomia das atividades de auditoria interna da Companhia; (g) quando aplicável, monitorar a qualidade e a integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (h) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e os sistemas de alerta prévio para riscos efetivos e potenciais, bem como a política de gestão de riscos da Companhia, podendo, caso necessário,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados ao escopo do Comitê; (j) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, assim como a adequação das transações realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (k) avaliar o cumprimento pela administração da Companhia das recomendações feitas pelo Comitê e das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (l) avaliar, acompanhar e propor melhorias nos princípios e práticas contábeis da Companhia; (m) entender e analisar os assuntos que possam ter impactos financeiros da Companhia; (n) acompanhar a atuação dos órgãos reguladores e de supervisão em temas relevantes, bem como as informações, comunicações e relatórios a eles endereçados; (o) avaliar, acompanhar e propor melhorias nas práticas de compliance da Companhia; (p) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, e relatório anual circunstanciado, a ser arquivado pela Companhia, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as atividades exercidas no período, os resultados e conclusões alcançados; (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da Companhia; (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação; (iv) a avaliação da efetividade das auditorias interna e externa; (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos referentes ao período; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e (q) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

No exercício de suas funções, o Comitê avaliará, em conjunto com a auditoria independente: a) todas as políticas e práticas contábeis críticas, a serem adotadas pela Companhia na preparação de seus relatórios contábeis-financeiros; b) todos os tratamentos alternativos das informações financeiras, no que se refere às práticas contábeis, que tenham sido discutidas com a administração da Companhia, assim como seus possíveis desdobramentos e recomendações da auditoria independente; e c) quaisquer problemas ou dificuldades identificadas no decorrer dos trabalhos da auditoria independente, tais como limitação no escopo, restrição a acesso a informações, pontos de discordância com a administração da Companhia.

O CAE também será responsável pelo recebimento de denúncias, inclusive sigilosas, garantindo a proteção do denunciante e confidencialidade das informações prestadas, sobre matérias relacionadas: (a) ao seu escopo de atividade; e (b) ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, bem como de regulamentos, políticas e códigos internos. As conclusões e recomendações do Comitê decorrentes de eventuais denúncias por ele recebidas serão obrigatoriamente relatadas pelo Coordenador: (i) ao Conselho de Administração, sempre que as denúncias envolverem membro da Diretoria da Companhia; e (ii) ao Diretor responsável, nos demais casos.

O CAE é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, respeitados os limites previstos em lei ou em regulamento aplicável, sendo que: (a) no mínimo, 1 (um) membro do Comitê de Auditoria deve ser membro independente do Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Novo Mercado; (b) no mínimo, 1 (um) membro do Comitê de Auditoria deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da Instrução ICVM 308; (c) um mesmo membro poderá acumular as duas características previstas nos itens “a” e “b” retro.

É vedada a participação, como membros do CAE, dos Diretores da Companhia, de suas Investidas, de seus controladores, de coligadas ou sociedades de comum controle. Os membros do Comitê devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações e em seu Regimento Interno. Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, sendo o Sr. Rodrigo Tadeu Alves Colmonero, membro independente do Conselho de Administração.

Tendo exercido mandato por qualquer período, os membros do Comitê só poderão voltar a integrar tal órgão, na mesma Companhia, após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato.

O Conselho de Administração poderá, a seu critério, convidar o Presidente do Conselho de Administração e/ou especialistas para participação nas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do presente Comitê, na qualidade de membros *ad-hoc*, sem direito a voto.

O CAE tem um coordenador, eleito pelos seus membros, cujas atividades estão definidas em seu regimento interno e reunir-se-á ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê.

Para o desempenho de suas funções, o CAE disporá de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento, bem como conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, incluindo a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O Comitê de Auditoria reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu coordenador, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de janeiro de 2021, disponível no website de relações com investidores da Companhia.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem como competência: (i) avaliar os processos e sistemas de forma independente, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas por meio de uma abordagem padronizada e disciplinada; (ii) avaliar a eficácia dos controles internos; e (iii) aprimorar as práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, agregando valor à governança corporativa e servindo de referência na tomada de decisão.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Auditoria Interna foi estruturada visando o fortalecimento da governança corporativa na Companhia, razão pela qual norteia-se pelos seguintes princípios:

- (i) Riscos devidamente identificados e controlados;
- (ii) Confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais;
- (iii) Conformidade com leis, regulamentos, políticas e procedimentos;
- (iv) Recursos empregados de maneira eficiente e adequadamente protegidos; e
- (v) Qualidade e melhoria contínua.

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria interna, anualmente, por meio da análise do relatório emitido pelo Comitê de Auditoria, o qual analisa o conhecimento dos auditores, planejamento dos trabalhos para o exercício, níveis de relevância e das áreas de riscos por eles identificados, bem como a satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia.

b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Diretoria Estatutária ("Diretoria") é o órgão que gere os negócios da Companhia e que se reúne sempre que necessário, podendo ser convocada pelo Diretor Presidente ou qualquer outro Diretor em conjunto. A Diretoria é constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, se eleitos, sem designação específica, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, permitida a cumulação de cargos. Os mandatos dos diretores serão unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) diretores.

A Diretoria da Companhia possui regimento interno próprio, aprovado na Reunião do Conselho de Administração em 9 de setembro de 2019, disponível no website de relações com investidores da Companhia, bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários.

Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

As funções e responsabilidades atribuídas à Diretoria no Estatuto Social da Companhia são as seguintes:

- (a) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;
- (b) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (c) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (d) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (e) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir, dar e receber quitação, conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;
- (f) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e
- (g) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Além das funções e responsabilidades atribuídas à Diretoria no Estatuto Social da Companhia, foram estabelecidas no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de setembro de 2019, as seguintes funções e responsabilidades:

- (a) gerir os negócios da Companhia, com observância aos limites de risco e às diretrizes aprovados pelo Conselho de Administração;
- (b) executar a política de gestão de riscos e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão dessa política, em função de alterações nos riscos a que a Companhia está exposta;
- (c) implementar e manter mecanismos do gerenciamento de riscos, dos controles internos e do programa de integridade/conformidade (compliance);
- (d) implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da companhia na sociedade e no meio ambiente;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (e) estabelecer normas e políticas para o funcionamento da Companhia;
- (f) prevenir e administrar situações de conflito de interesses; e
- (g) atuar de maneira a preservar a perenidade dos negócios da Companhia, dentro de uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade financeira, que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental, ética e de boa governança corporativa.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que a competência do Diretor Presidente para coordenar a ação dos diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (b) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; e
- (c) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando às seguintes atribuições:

- (a) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável no Brasil e no exterior;
- (b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- (c) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
- (d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e
- (e) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando às seguintes atribuições:

- (a) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (b) elaborar e controlar o plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia;
- (c) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (d) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (e) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (f) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais
- (g) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (h) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras;
- (j) estabelecer normas e procedimentos internos relativos à administração tributária da Companhia e zelar pelo cumprimento da legislação; e
- (k) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às atividades financeiras da Companhia.

c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 28, determina que seu Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, observado o disposto na legislação e regulamentações aplicáveis e, quando instalado será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho Fiscal, que é um órgão independente da Administração da Companhia, reportando para os próprios acionistas, são aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o artigo 29 do Estatuto Social

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

determina que, quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não poderá ser composto por (i) membros de Conselho de Administração da Companhia; (ii) membros da Diretoria da Companhia; (iii) empregados da Companhia; (iv) acionistas da Companhia; (v) empregados de sociedade controlada pela Companhia ou de sociedade do mesmo grupo; ou (vi) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia; ou (vii) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer técnico ou fiscal de sociedade concorrente, de acionista controlador de sociedade concorrente ou de sociedades controladas por sociedade concorrente.

Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da regularidade dos atos praticados pelos administradores da Companhia e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (e) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês a convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias; (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, e sobre elas opinar; (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (h) solicitar aos auditores independentes da Companhia esclarecimentos ou informações, bem como a apuração de fatos específicos, a pedido de qualquer de seus membros; (i) assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, nas quais forem deliberados os assuntos em que devam opinar; e (j) comparecer, ao menos um dos membros do Conselho Fiscal, às Assembleias Gerais da Companhia e responder aos eventuais pedidos de informações formulados pelos acionistas.

Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou de qualquer dos Conselheiros. As convocações das reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas por escrito, por qualquer meio disponível, inclusive correio eletrônico, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, exceto quanto aos assuntos que exijam apreciação urgente, as quais poderão ser convocadas em prazos inferiores aos anteriormente previstos. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

membros do Conselho Fiscal. As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas no escritório corporativo da Companhia, podendo, também e excepcionalmente, ocorrer em outro local. A participação dos membros do Conselho Fiscal nas reuniões será preferencialmente presencial, podendo também ser realizada por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica.

Tendo em vista inclusão da matéria a respeito da instalação do Conselho Fiscal na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de junho de 2021 e, considerando a aprovação pelos acionistas, o Conselho Fiscal da Companhia foi instalado, com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 28 de fevereiro de 2022.

O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, aprovado pela totalidade de seus membros na Reunião do Conselho Fiscal em 6 de julho de 2020.

d) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

O Comitê de Gente e Gestão analisa os processos de avaliação de desempenho, competências e aprimoramento profissional de Diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia. A Companhia implementou um processo interno de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração e de seu Comitês. Além disso, o Comitê de Gente e Gestão da Companhia, que é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como atribuições, dentre outras, analisar e contribuir permanentemente com os processos de avaliação de desempenho, competências e aprimoramento profissional de Diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Item 12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de Convocação

A Lei das Sociedades por Ações determina a convocação dos acionistas para as assembleias gerais mediante a publicação de três anúncios em órgão oficial da União ou dos Estados ou do Distrito Federal, sendo no caso da Companhia o “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, e em outro jornal de grande circulação, no caso da Companhia, o jornal “Valor Econômico”. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, a convocação deverá ser feita com no mínimo 30 (trinta) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Caso a assembleia não seja realizada nesta primeira convocação, será publicado anúncio de uma segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência. Vale registrar que o Estatuto Social da Companhia prevê, em seu artigo 11, a convocação em prazo mínimo de 15 dias, conforme a antiga redação do artigo 124, inciso II, da Lei das Sociedades Por Ações. No entanto, por força da Medida Provisória nº 1.040/21, que alterou o referido inciso, atualmente vige o prazo mínimo legal de 30 dias para a convocação das Assembleias Gerais. Caso a Medida Provisória seja convertida em Lei, a Companhia deverá ajustar o seu Estatuto Social para alinhar sua redação à previsão legal.

Registra-se ainda que a CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais da Companhia seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva assembleia geral, e interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, nos termos da Instrução CVM nº 372/02, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral e, se for o caso, informar à companhia aberta, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia geral viola dispositivos legais ou regulamentares.

A instalação das assembleias gerais deverá ocorrer de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações, e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer conselheiro, e na ausência destes, qualquer diretor, indicado pela maioria dos acionistas presentes.

A Companhia não adota práticas e políticas diferenciadas em relação ao previsto na legislação em vigor.

b. Competências

Os acionistas da Companhia poderão, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao objeto social da Companhia e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

O Estatuto social prevê que compete à privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, bem como:

- (i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (iii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (iv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- (v) a política de distribuição de dividendos.

A Companhia não adota práticas e políticas diferenciadas em relação ao previsto na legislação em vigor.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados nos seguintes endereços eletrônicos: <http://ri.camilalimentos.com.br/>, <http://www.cvm.gov.br> e http://www.b3.com.br/pt_br/.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados no escritório corporativo da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 12º andar, Pinheiros - Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia ainda não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, porém tem a intenção de implementá-lo até 2022. Não obstante, a Companhia cumpre integralmente a legislação societária e regulamentação aplicáveis referentes a eventual conflito de interesses envolvendo acionistas. Eventuais situações de conflito de interesses nas votações deverão ser analisadas/identificadas pelo presidente da assembleia, que deverá adotar as medidas cabíveis, inclusive no sentido de anular eventuais votos proferidos em conflito no referido conclave.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhuma solicitação de procuração pela administração para o exercício do direito de voto, tampouco a Companhia possui política estabelecida para tal finalidade. Por esta razão, a Companhia observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 481").

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

O Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04.11.2014 (Processo CVM RJ2014/3578), entendeu que os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Desta forma, não há necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procuração:

- a) **Pessoas Físicas:** a procuração.
- b) **Pessoas Jurídicas:** cópia simples do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração.
- c) **Fundos de Investimento:** cópia simples do último regulamento consolidado do fundo, cópia do contrato/estatuto social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, documentos societários que comprovem os poderes de representação e a correspondente procuração.

Além dos documentos pessoais e de representação, a Companhia também solicita o comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, dos documentos de representação dos acionistas, sendo exigida apenas a tradução juramentada dos documentos produzidos no exterior.

De modo a facilitar os trabalhos, nos termos do Estatuto Social, solicitamos que os

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

acionistas representados por procuradores preferencialmente enviem cópia dos documentos acima elencados por e-mail, correio ou portador para a sede da Companhia com antecedência mínima de 2 (dois) dias das respectivas assembleias gerais.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do boletim de voto a distância deverá encaminhar diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores no endereço do escritório corporativo da Companhia localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 12º andar, Pinheiros - Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, em até 7 (sete) dias antes da assembleia, os seguintes documentos: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado em conformidade com os documentos de representação (a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma do boletim de voto); (ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia; e (iii) cópia simples dos seguintes documentos de representação:

(a) **Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (acionista ou representante);

(b) **Pessoas Jurídicas:** documento de identidade com foto (acionista ou representante), contrato/estatuto social consolidado e comprovação de poderes de representação; ou

(c) **Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (acionista ou representante), cópia do último regulamento consolidado do fundo, cópia do contrato/estatuto social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O acionista poderá também, se preferir, encaminhar à Companhia, por meio do endereço eletrônico ri@camil.com.br, as vias digitalizadas do Boletim de Voto a distância e a documentação listada acima, sendo que, neste caso, também será necessário o envio da via original do Boletim de Voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos ao endereço da Companhia, obedecidos os procedimentos e prazos descritos abaixo.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente, em até 3 (três) dias do seu recebimento, se o boletim e os documentos recebidos (i) são suficientes para que o voto seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

do boletim de voto a distância e documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, dos documentos de representação dos acionistas, sendo exigida apenas a tradução juramentada dos documentos produzidos no exterior.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância.

No exercício social de 2021, a Companhia optou por realizar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), de modo parcialmente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia para acesso no dia e horário da AGOE, nos termos da Instrução CVM 481.

Conforme disposto no artigo 5º, parágrafo terceiro, da Instrução CVM 481, foi solicitado aos acionistas que optaram por participar da AGOE por meio de sistema eletrônico que encaminhassem uma solicitação neste sentido diretamente à Companhia, com antecedência de até 2 (dois) dias da data de realização AGOE, acompanhada dos documentos listados no item "Participação Presencial" do Edital de Convocação da AGOE, disponível no website da Companhia, <http://ri.camilalimentos.com.br/>, sendo estes:

Acionistas Pessoas Físicas

- a) Documento de identidade com foto; e
- b) Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido até 4 (quatro) dias úteis antes da data da AGOE pela instituição financeira responsável pela custódia das ações.

Acionistas Pessoas Jurídicas

- a) Último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores);
- b) Documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- c) Extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido até 4 (quatro) dias úteis antes da data da AGOE pela instituição financeira responsável pela custódia das ações; e
- d) No caso de Fundos de Investimento, além do extrato indicado no item acima: (i) último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor, conforme o caso, com foto.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Acionistas Representados por Procuração

- a) Além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida, outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do parágrafo 7º, do artigo 118, da Lei das Sociedades por Ações), cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e
- b) Documento de identificação do procurador com foto.

Acionistas Estrangeiros

Os acionistas estrangeiros devem apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração devem ser traduzidos na forma juramentada, não sendo necessária à sua notarização e consularização.

Aos acionistas que realizaram a solicitação em observância aos procedimentos indicados acima, a Companhia enviou, nos respectivos e-mails das solicitações, as instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGOE, sendo destacado que os dados para acesso eram únicos e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador ou representante, conforme o caso) integral responsabilidade sobre sua posse e sigilo.

O acionista que solicitou devidamente e tempestivamente sua participação por meio de sistema eletrônico e não recebeu da Companhia o e-mail com as instruções para acesso na AGOE até às 17:00 horas do dia anterior ao da assembleia, deveria entrar em contato com a Companhia até às 9:00 horas do dia da assembleia pelo telefone (11) 3039-9200 para fins do reenvio das informações de acesso ou disponibilização das referidas informações por telefone.

Caso haja necessidade de complementação de documentos ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do cadastro de participação por meio do sistema eletrônico, cumpre à Companhia entrar em contato com o acionista para solicitar os documentos e esclarecimentos necessários em tempo hábil que permita o envio das informações pertinentes pelo acionista.

É vedada a participação remotamente na AGOE, por meio do sistema eletrônico, dos acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo e nas condições estipulados, bem como aqueles que não atenderem as solicitações de complementação de documentos e esclarecimentos, sem prejuízo da possibilidade de participação presencial, observadas as devidas regras e procedimentos para tanto.

Conforme disposto no artigo 21-V, inciso III e parágrafo único, da Instrução CVM 481, o acionista devidamente cadastrado que participar por meio do sistema eletrônico

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

disponibilizado pela Companhia será considerado presente à AGOE (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata.

Ainda que o acionista tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, para fins de voto a distância, referido acionista tem a faculdade de cadastrar-se para participar da AGOE por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, desde que realize a solicitação no prazo e nas condições acima estipulados. Nesta hipótese, tal acionista poderá (i) apenas acompanhar os trabalhos da AGOE; ou (ii) manifestar seus votos por meio do sistema eletrônico, devendo, neste caso, serem desconsideradas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim de Voto a Distância enviado por este acionista.

De forma a otimizar os trabalhos da AGOE e facilitar o acesso e identificação dos acionistas que irão participar remotamente, a Companhia solicita aos acionistas que acessem o sistema eletrônico com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE.

Além disso, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer falhas ou problemas operacionais de conexão, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia, que os acionistas eventualmente possam enfrentar e que dificultem ou impossibilitem suas participações por meio do sistema eletrônico.

Tais regras e procedimentos aplicáveis à participação dos acionistas da Companhia por meio da referida modalidade foram detalhadas no Manual para Participação na Assembleia, disponível no website da Companhia (<http://ri.camilalimentos.com.br>).

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista que tiver interesse em incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração no boletim de voto a distância, deverá apresentar tais propostas, acompanhadas de seus documentos de representação e eventuais documentos pertinentes à proposta, para o endereço do escritório corporativo da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, na forma e nos prazos estabelecidos na Instrução CVM nº481/2009.

j. Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não dispõe de páginas ou fóruns na Internet destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas da Companhia cujas ações estejam depositadas em depositário central poderão optar por transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes custodiantes, desde que os mesmos prestem tal serviço.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Os acionistas da Companhia cujas ações não estejam depositadas em depositário central poderão optar por transmitir as instruções de voto para fins da votação a distância ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social (entre 01 de março de 2020 e 28 de fevereiro de 2021), o Conselho de Administração realizou 16 (dezesesseis) reuniões, sendo 3 (três) reuniões extraordinárias e 13 (treze) reuniões ordinárias.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Atualmente, encontra-se vigente o acordo de acionistas celebrado, em 27 de julho de 2017, entre os acionistas controladores da Companhia, Srs. Jacques Maggi Quartiero (“Jacques”), Luciano Maggi Quartiero (“Luciano”), Thiago Maggi Quartiero (“Thiago” e, em conjunto com Jacques e Luciano “Acionistas da Camil Investimentos”) e Jairo Santos Quartiero (“Jairo”), e ainda, como intervenientes anuentes Camil Investimentos S.A., (“Camil Investimentos”), e os cônjuges dos Acionistas da Camil Investimentos (Alete Helena Maggi Quartiero, Maria Fernanda Resende Quartiero, Luciana Pereira Quartiero e Karina Natale Quartiero) (“AA da Camil Investimentos”), o qual dispõe sobre determinados mecanismos que vinculam o exercício do direito de voto da Camil Investimentos e dos Acionistas da Camil Investimentos na Companhia. Na presente data, o Sr. Jairo atua como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Jacques e Thiago atuam como membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia e o Sr. Luciano é Diretor Presidente da Companhia.

O AA da Camil Investimentos determina que sempre que for convocada uma (i) assembleia geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração; e (ii) reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, deverá ser realizada uma Reunião Prévia (conforme definido no AA da Camil Investimentos) para discutir, determinar e vincular o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na referida Assembleia Geral, e pelos Conselheiros Vinculados (conforme abaixo definido) na reunião do Conselho de Administração da Companhia. Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do Conselho Fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a Camil Investimentos e Jairo poderão indicar 1 (um) ou mais candidato(s) para eleição (“Conselheiros Vinculados”). Caso eleitos, os Conselheiros Vinculados deverão exercer seus votos nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia conforme as deliberações das Reuniões Prévias, realizada com o fim específico.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Por fim, conforme disposto no AA da Camil Investimentos, o eventual exercício, por qualquer dos Conselheiros Vinculados, de seu direito de voto em uma Reunião do Conselho de Administração da Companhia em desacordo com o referido acordo de acionistas ou com as decisões proferidas em Reunião Prévia, obrigará o presidente da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações, a não computar o voto proferido pelo Conselheiro Vinculado em infração ao disposto no AA da Camil Investimentos.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Para gerenciamento de eventuais conflitos de interesses a Companhia adota, além das regras constantes na legislação e regulamentação aplicáveis, procedimentos específicos para identificação e administração de conflito de interesses, previstos nos artigos 22 e seguintes do Regimento do Conselho de Administração.

O membro do Conselho de Administração que, por qualquer motivo, tenha interesse particular ou conflitante em determinada deliberação, deverá abster-se de participar da discussão, votação e/ou deliberação do item, inclusive se ausentando da sala no momento da discussão e deliberação sobre o tema.

Caso o conselheiro conflitado não manifeste seu potencial conflito de interesses, qualquer outro membro dos órgãos de governança, que tenha ciência do fato, deverá fazê-lo, sendo o membro conflitado obrigado a seguir os procedimentos aplicáveis.

Em caso de dúvida quanto à existência ou não de algum potencial conflito de interesses, o membro deverá manifestar tal dúvida aos demais membros do Conselho, os quais decidirão se há ou não conflito de interesses.

As atas das reuniões do Conselho, nas quais se identificou potencial conflito de interesses devem descrever claramente, pelo menos:

- a. O(s) nome(s) do(s) indivíduo(s) conflitado(s);
- b. A tipificação dos interesses identificados que caracterizaram o conflito de interesses;
- c. Se a iniciativa para identificação do conflito de interesses partiu do próprio membro ou de outro membro dos órgãos de Governança;
- d. O registro da saída do membro durante o processo de deliberação; e
- e. A abstenção do membro dentre os votos registrados (quando houver).

Ademais, ressalta-se ainda que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (artigo 156), os administradores não podem intervir em qualquer operação em que tenham interesse conflitante com a Companhia, sendo-lhes vedado o acesso a informações ou a participação em reuniões do Conselho de Administração relacionadas a tais assuntos. Também cabe a tais conselheiros cientificar os demais administradores do seu impedimento, e, conforme o caso, fazer consignar em ata a natureza e a extensão do interesse considerado conflitante.

Por fim, a Companhia ressalta que, nos casos em que se verifique uma situação de conflito de interesses, o Conselheiro conflitado deverá registrar sua abstenção de voto e/ou o presidente do Conselho de Administração não deverá registrar o voto proferido

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

em situação de conflito de interesses.

Caso um conflito de interesses, que represente um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o Conselheiro conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração que avaliará o fato. Dessa forma, os Conselheiros deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

d. Se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- i. Órgão responsável pela aprovação da política, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
- ii. Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

Atualmente a Companhia possui “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária” aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2021, disponível no website de relações com investidores da Companhia, de acordo com as regras do Regulamento do Novo do Mercado da B3 –Brasil, Bolsa, Balcão que passou a vigorar em janeiro de 2018, aplicável à Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

Nos termos do artigo 39 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Flávio Jardim Vargas	02/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2022	junho de 2024	5
165.910.258-80	Engenheiro	19 - Outros Diretores	30/06/2022	Sim	0.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.		Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Tributário			
Luciano Maggi Quartiero	18/11/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2022	junho de 2024	11
176.015.658-23	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/06/2022	Sim	0.00%
Acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.					
Carlos Alberto Júlio	30/08/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	12
998.234.978-34	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Gente e Gestão					
José Antônio do Prado Fay	10/11/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	7
210.397.040-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado.					
Piero Paolo Picchioni Minardi	29/06/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	4
051.575.478-11	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%
Membro do Comitê de ESG e Ética.					
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	16/12/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	3
327.836.588-79	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%
Membro dos Comitês de Finanças, Investimentos Riscos e do Comitê de Auditoria					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Jairo Santos Quartiero	23/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	11
085.564.580-68	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/06/2022	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Jacques Maggi Quartiero	07/08/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	5
157.083.508-06	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%
Membro dos Comitês de Finanças, Investimentos e Riscos, Gente e Gestão, ESG e Ética e Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.					
Thiago Maggi Quartiero	20/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	12
271.815.418-70	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%
Membro dos Comitês de Finanças, Investimentos e Riscos, Gente e Gestão, ESG e Ética e Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.					
Cláudia Elisa De Pinho Soares	23/03/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	0
005.639.287-78	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo no emissor.					
Sandra Montes Aymoré	28/01/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2022	junho de 2024	0
874.072.219-87	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2022	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marcos Silveira 073.561.798-81	18/07/1967 Economista	Conselho Fiscal 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/06/2022 30/06/2022	junho de 2023 Não	3 100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					
Maria Elena Cardoso Figueira 013.908.247-64	29/11/1965 Economista	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/06/2022 30/06/2022	junho de 2023 Sim	3 100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					
Eduardo Augusto Rocha Pocetti 837.465.368-04	06/08/1954 Administrador e Contador	Conselho Fiscal 40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/06/2022 30/06/2022	junho de 2023 Sim	3 100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Fernando Cruchaki de Andrade 263.015.618-48	04/09/1978 Administrador	Conselho Fiscal 48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/06/2022 30/06/2022	junho de 2023 Não	3 100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Maria Cecilia Rossi 038.192.128-09	24/06/1960 Administradora	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/06/2022 30/06/2022	junho de 2023 Sim	3 100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					
Ademir José Scarpin 479.407.518-91	02/03/1951 Administrador	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/06/2022 30/06/2022	junho de 2023 Sim	3 100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80					

O Sr. Flávio é graduado em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e possui um MBA em finanças, com distinção, pela Leonard N. Stern School of Business da Universidade de Nova Iorque. Trabalhou como Chief Financial Officer na Smiles S.A., e como diretor de finanças na Gol Linhas Aéreas S.A., sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. Flávio é diretor da Ciclo Logística Ltda., empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Flávio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Flávio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23

O Sr. Luciano é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em finanças pelo IBMEC e curso de extensão em finanças pela University of California. Luciano iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1992, onde já atou como Diretor Financeiro e ocupa atualmente o cargo de Diretor Presidente. Além de ser membro da Diretoria Estatutária da Companhia, o Sr. Luciano é Diretor Vice Presidente da Camil Investimentos S.A. (acionista controlador da Camil Alimentos S.A.) e Diretor das empresas Ciclo Logística Ltda., Empresas Tucapele S.A., Saman – S.A. Molinos Arroceros Nacionales, Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A. e Camillatam S.A., empresas que integram o grupo econômico da Companhia. O Sr. Luciano declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Luciano declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é formado em administração de empresas pela faculdade de administração da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e dos programas de educação continuada GV Pec da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Companhia desde janeiro de 2008. Além da Companhia, o Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Tecnisa S.A., incorporadora de empreendimentos residenciais, desde julho de 2006 e foi diretor presidente desta empresa de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, bem como é presidente do conselho de administração da CPFL Energia S.A., empresa do setor elétrico, desde abril de 2010, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

O Sr. José é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em sistemas industriais pelo COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/PETROBRAS. Trabalhou como Chief Executive Officer na empresa BRF S.A. e participa do conselho de administração da Camil Alimentos, Supremo Cimentos S. A., além disso é conselheiro da SECIL Cimentos S.A. e SEMAPA, SGPS, S.A. em Lisboa, Portugal, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. José declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

O Sr. Piero possui bacharelado em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica USP, MBA pela INSEAD, Fontainebleau, França. O Sr. Piero é Presidente do Conselho da ABVCAP (Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity), atua na Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2014, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, de 2006 a 2014, foi sócio no grupo de private equity Gávea Investimentos Ltda., uma das principais empresas brasileiras de gestão de recursos. Além da Companhia, o Sr. Piero é membro do conselho da Petz, GPR, Sequoia Logística, empresas de capital aberto, bem como da empresa América Net, Eleva Educação, empresas de capital fechado. O Sr. Piero declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Piero declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Piero é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

O Sr. Rodrigo possui bacharelado em Ciências Econômicas na PUC SP. Rodrigo é sócio da NEO Investimentos, onde atua desde 2011, sendo um dos responsáveis pela gestão do NEO Future, que detém participação na Camil, Localiza, Alpargatas, Hapvida, Petz, Vivara e GPS. Atualmente é CEO da Gringo, startup no segmento automotivo, e foi membro de conselhos de Administração e comitês de estratégia de empresas investidas pela NEO Investimentos, como Grupo GPS, MAB incorporadora e Bematech. Exerce, desde 30 de junho de 2020, o cargo de membro independente do Conselho de Administração, membro efetivo dos comitês de Auditoria e Finanças, Investimentos e Riscos da Camil. O Sr. Rodrigo Tadeu Alves Colmonero declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rodrigo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rodrigo é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Jairo Santos Quartiero - 085.564.580-68

O Sr. Jairo trabalhou como representante de vendas e sócio diretor, desde 1972, na empresa Itaqui Comércio e Representação Ltda., sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Em 1990 tornou-se sócio diretor na Companhia e atuou como Diretor Presidente de 1991 até 2011. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração, órgão em que atua desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jairo é diretor das Empresas Tucapel S.A. e diretor presidente da Camil Investimentos S.A., que integram o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jairo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jairo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

O Sr. Jacques é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em Marketing pelo IBMEC e curso de agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. Jacques iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1990, trabalhando em diversas áreas, entre elas, expedição, logística e comercial. Tornou-se diretor de marketing em 1999 e também é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jacques é diretor da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jacques declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jacques declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

O Sr. Thiago estudou administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O Sr. Thiago iniciou sua carreira profissional em 1997 trabalhando até 2001 em diversas áreas, dentre elas produção, importação, logística e contabilidade. O Sr. Thiago é sócio, desde 2001, e presidente, desde 2002, da Tzar Logística Ltda., empresa de transporte e armazenagem, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além disso, o Sr. Thiago é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. O Sr. Thiago declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Cláudia Elisa De Pinho Soares - 005.639.287-78

A Sra. Cláudia é graduada em administração de empresas pela PUC-RJ e possui MBA pelo INSEAD e MBA em Recursos Humanos pela FIASP. Tem também cursos de especialização em Harvard, Tavistock Institute London, IBGC. Cláudia Elisa tem 34 anos de experiência profissional, tendo sido CEO e ocupado cargos C-Level em Finanças, Gestão de Performance (TQC), Recursos Humanos, Marketing, Planejamento Estratégico, M&A e Desenvolvimento de Novos Negócios, em empresas como FNAC, Votorantim Cimentos, Grupo NC/ EMS, GPA, Viavarejo e AmBev. Desde 2013 é Conselheira de Administração em empresas de Capital aberto ou fechado, tendo servido nos Boards da Arezzo&Co (2013-2017), Totvs (2017-2020), IBGC (2020-2022) e Roldão Atacadista (onde foi Presidente do CA – 2020-2022). Atualmente, é membro independente do CA da Even S.A (desde abril de 2020) e membro dos seus Comitês de Inovação e de Pessoas. Ela é membro do CA (indicada pelo BNDES) da Tupy S.A (desde maio de 2021) e membro do Comitê de Estratégia & Inovação e do Comitê de Pessoas e Remuneração da Cia. Ela é presidente do Conselho de Administração (independente) do Grupo Cassol (desde abril de 2021). E ela também atua no Advisory Board da Bernoulli Educação (desde abril de 2021) e da Gouvêa Ecosystem – Grupo GS& (desde outubro de 2019)

Sandra Montes Aymoré - 874.072.219-87

A Sra. Sandra possui bacharelado em Ciências Econômicas na FAE Centro Universitário, atua desde 2022 como Chief Marketing Officer na empresa Olist. Atuou também como Chief Growth Marketing Officer na empresa multinacional Rappi Delivery Plataforma de 2021 a 2022, Chief Growth Marketing Officer na empresa OLX Digital Experience de 2018 a 2021 e Chief Marketing Officer na empresa Electrolux Latina America de 2013 a 2017.

Marcos Silveira - 073.561.798-81

O Sr. Marcos é Economista pela PUC-SP, Especialista em controladoria (FIA-USP), MBA em finanças (IBMEC), Mestre em administração de empresas (PUC-SP) e com programas avançados de gestão na London Business School em Londres e IESE/ISE – SP, Barcelona e Nova York. Foi CFO e COO por mais de 14 anos em empresas nos setores farmacêutico, tecnologia, aço e varejo, incluindo investidas de fundos de private equity, tais como Biosintética (Ache), Zamproгна, Biolab, ZatiX e Livraria Cultura. Por mais de 12 anos atuou como executivo comercial, de produtos e tesouraria em bancos comerciais e de investimentos como Citibank, Lloyds Bank e Banco Pactual. Iniciou a carreira como auditor externo na KPMG. É membro do comitê de auditoria da Too Seguros. Participação e gestão de comitês de riscos e finanças em investidas de private equity e em Conselhos de Administração como executivo estatutário. Desenvolvimento em programa de riscos, compliance e governança na Risk University. Sólida experiência em transformações: venda, aquisição, reestruturação, captação de recursos, preparação para IPO e implantação de práticas de governança corporativa em diferentes segmentos da economia. Desde 2017 atua na AXIS Consultoria, onde é sócio fundador. O Sr. Marcos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Marcos é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O Sr. Marcos declara, ainda, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Maria Elena Cardoso Figueira - 013.908.247-64

A Sra. Maria Elena é Bacharel em economia pela PUC/RJ, concluiu o programa Senior Executive Management Program pela Universidade de Navarra – Espanha, conclui o MBA de Gestão do Luxo da Fundação Armando Alvares Penteado, o Curso para Conselheiros de Administração ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, além disso, a Sra. Maria Elena conclui o programa Senior Management Program pela IE Business School e um Programa de Certificação em GRC – Governance, Risk e Compliance pela KPMG Risk University. Profissionalmente, a Sra. Maria Elena foi Gerente de Impostos de setembro de 1991 a janeiro de 1999 na Arthur Andersen Consultoria Fiscal-Financeira, Diretora Adjunta de Planejamento Tributário de fevereiro de 1999 a janeiro de 2001 no Banco Santander Brasil S.A., Diretora de Contabilidade e Controle Financeiro de janeiro de 2001 a dezembro de 2002 no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A., Diretora de Consultoria Tributária na KPMG Corporate Finance, membro Independente do Comitê de Auditoria, coordenadora e especialista financeira de agosto de 2004 a abril de 2012 no Banco Santander S.A., Presidente e membro do Conselho Consultivo e do Audit and Risk Committee no HSBC Bank Brasil S.A., sócia proprietária em Figueira Consultoria Econômica Eireli – EPP, Membro e presidente do Comitê Consultivo no HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento, Membro Independente do Comitê de Auditoria no Banco Santander (Brasil) S.A. e Membro Independente do Comitê de Auditoria nas Lojas Americanas S.A. e Suplente no Conselho Fiscal da B3 S.A. A Sra. Marina declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Marina declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Marina é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado. A Sra. Marina declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Eduardo Augusto Rocha Pocetti - 837.465.368-04

O Sr. Eduardo Pocetti possui Bacharel em Ciências contábeis pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Eduardo Pocetti atuou por 39 anos na função de auditoria contábil, coordenando trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis de empresas e conglomerados empresariais de diversos segmentos. Pocetti foi Presidente da Diretoria Nacional do Ibracon para o triênio 2012-2014, membro do Conselho do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – triênio 2012-2014, presidente da BDO Auditores durante maio de 2004 até abril de 2011, sócio da KPMG de abril de 2011 a outubro de 2014, Presidente do Conselho de Administração do Ibracon para o triênio 2015-2017, sendo reeleito para a gestão 2018-2020, membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods desde abril de 2014, entre outras funções, membro do Conselho de Administração da Mahle Metal Leve S.A. desde 2017, membro do Conselho Fiscal da Marisa Lojas S.A. desde 2019. O Sr. Eduardo Pocetti declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Eduardo declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Fernando Cruchaki de Andrade - 263.015.618-48

Executivo com mais de 20 anos de carreira em diversas culturas organizacionais, sólida formação e vivência em áreas operacionais e de custos. Atuou em posições estratégicas em Finanças nos últimos 15 anos, majoritariamente no setor varejista (multicanais) e de serviços, liderando iniciativas baseadas em colaboração, inovação e tecnologia com impacto ao cliente final. Especialista em integrar a gestão financeira às operações, negócios e canais de vendas; otimizando custos e potencializando a geração de receitas, desenvolvendo e treinando equipes internas e externas. Experiente em negociações de crédito e fornecimento sob extrema pressão. O Sr. Fernando declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Fernando declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Maria Cecília Rossi - 038.192.128-09

A Sra. Maria Cecília é graduada e mestre em Administração de Empresas e é sócia fundadora da Interlink Consultoria de Mercado de Capitais. Além disso, é membro do Conselho Supervisor do Analista da APIMEC desde 2021, do Conselho de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP, SINDAPP e ICSS, como representante do IBGC desde 2019, do Conselho de Administração de Recursos de Terceiros da ANBIMA desde 2009, do Conselho Consultivo da Assoc. Bras. de Private Equity e Venture Capital ABVCAP desde 2008 e do Conselho Consultivo do Fórum pela Diversidade na Liderança desde 2013. A Sra. Maria Cecília foi membro do Conselho Fiscal da CCR S.A. (2017 - 2020), membro do Conselho de Supervisão da BSM Supervisão de Mercados - empresa de autorregulação da B3 (2007 - 2019), presidindo-o de 2008 a 2010. A Sra. Maria declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Maria declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Ademir José Scarpin - 479.407.518-91

Membro suplente do Conselho Fiscal da Camil. É administrador de empresas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas – SP e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis Paulo Eiró. É membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário da Hypera (ex-Hypermarcas), e atua também como Conselheiro Fiscal Titular na JHSF Participações S.A, Investco, Transnordestina Logística e Esporte Clube Pinheiros. Atuou como Conselheiro Consultivo no Grupo Shark-Tratores e como Executivo Principal da Companhia Metalúrgica Prada. Foi membro do Comitê de Auditoria Estatutário da JHSF Participações S.A., Diretor Financeiro e de Controladoria nas empresas Engeform Construções e Comércio, Brasil Telecom e Grupo Vicunha. Iniciou sua carreira como auditor na PWC. O Sr. Ademir declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ademir declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80 N/A	
Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23 N/A	
Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34 N/A	
José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34 N/A	
Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11 N/A	
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79 N/A	
Jairo Santos Quartiero - 085.564.580-68 N/A	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06 N/A	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70 N/A	
Cláudia Elisa De Pinho Soares - 005.639.287-78 N/A	
Sandra Montes Aymoré - 874.072.219-87	

N/A

Marcos Silveira - 073.561.798-81

N/A

Maria Elena Cardoso Figueira - 013.908.247-64

N/A

Eduardo Augusto Rocha Pocetti - 837.465.368-04

N/A

Fernando Cruchaki de Andrade - 263.015.618-48

N/A

Maria Cecilia Rossi - 038.192.128-09

N/A

Ademir José Scarpin - 479.407.518-91

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	16/12/1985	13/01/2022	AGOE 2027
327.836.588-79		Economista		13/01/2022	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos						
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	31/01/1950	13/01/2022	AGOE 2027
212.107.217-91		Economista e Contador	Coordenador do Comitê	13/01/2022	3	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.						
Marcelo Marcondes Leite de Souza	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	24/02/1963	13/01/2022	AGOE 2027
045.485.938-45		Engenheiro		13/01/2022	3	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2022	junho de 2024
157.083.508-06	Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos	Administrador		30/06/2022	4	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Gente e Gestão, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/12/1985	30/06/2022	junho de 2024
327.836.588-79	Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos	Economista		30/06/2022	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2022	junho de 2024
271.815.418-70	Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos	Empresário		30/06/2022	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Gente e Gestão, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Carlos Alberto Júlio	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1957	30/06/2022	junho de 2024
998.234.978-34	Comitê de Gente e Gestão	Administrador		30/06/2022	4	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2022	junho de 2024
157.083.508-06	Comitê de Gente e Gestão	Administrador		30/06/2022	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2022	junho de 2024
271.815.418-70	Comitê de Gente e Gestão	Empresário		30/06/2022	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
José Antônio do Prado Fay	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/11/1953	30/06/2022	junho/2024
210.397.040-34	Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado	Engenheiro		30/06/2022	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2022	junho de 2024
157.083.508-06	Comitê de ESG e Ética	Administrador		30/06/2022	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2022	junho de 2024
271.815.418-70	Comitê de ESG e Ética	Empresário		30/06/2022	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Piero Paolo Picchioni Minardi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/06/1960	30/06/2022	junho de 2024
051.575.478-11	Comitê de ESG e Ética	Engenheiro		30/06/2022	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração da Companhia.						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2022	junho/2024
271.815.418-70	Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado	Empresário		30/06/2022	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de ESG e Ética. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2022	junho/2024
157.083.508-06	Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado	Administrador		30/06/2022	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão e Comitê de ESG e Ética. Também é acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Geraldo Luciano Mattos Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/03/1963	30/06/2022	Junho/2024
144.388.523-15	Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado	Administrador e Advogado		30/06/2022	2	100.00%

Não exerce outros cargos ou funções no emissor.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

O Sr. Rodrigo possui bacharelado em Ciências Econômicas na PUC SP. Rodrigo é sócio da NEO Investimentos, onde atua desde 2011, sendo um dos responsáveis pela gestão do NEO Future, que detém participação na Camil, Localiza, Alpargatas e CVC. Atualmente, é membro do comitê de estratégia da CVC Turismo e foi membro de conselhos de Administração e comitês de estratégia de empresas investidas pela NEO Investimentos, como Grupo GPS, MASB incorporadora e Bematech. O Sr. Rodrigo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rodrigo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91

O Sr. Carlos Sá possui bacharelado em Economia (Cândido Mendes) e Ciências Contábeis (Morais Junior) e MBA em finanças pela PUC do Rio de Janeiro. O Sr. Carlos foi Diretor Financeiro na Castrol, Sobremetal e Vicom durante os anos 90, Diretor de Riscos e Auditoria Interna na GloboCabo/NET até 2003 e Sócio Diretor na KPMG de 2003 a 2010, atua na Cs Consult em São Paulo, desde 2010. Além da Camil, Carlos é membro do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal e como Presidente do CoAud. Atua, também, na Coordenação do CoAud da M.Dias Branco, no Conselho Fiscal da Cemig e finalmente como membro do CoAud da Mobly. O Sr. Carlos Sá é professor nos cursos para Conselheiros de Administração do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) desde 2010, sendo Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal certificado pelo IBGC. A partir de 2021 foi certificado, pelo IBGC como membro do Comitê de Auditoria. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcelo Marcondes Leite de Souza - 045.485.938-45

O Sr. Marcelo Leite possui bacharelado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica USP. O Sr. Marcelo atuou tanto na introdução de novas tecnologias de produtos como na gestão da operação para a indústria de meios de pagamentos, propiciando assim uma visão privilegiada que tem sido fundamental para a entrega de resultados. Sólida experiência em organizações com líderes globais, assim como em empresas brasileiras ligadas ao setor financeiro. O Sr. Marcelo também possui trajetória profissional reconhecida pelo sucesso na liderança de projetos desafiadores tais como "Migração EMV Chip MasterCard" no mercado brasileiro, Projeto "Internet Banking Unibanco"; Migração para cartão da carteira de vouchers, da VR; Migração de processadora de cartões da Alelo e a "Expedição 5 Continentes". O Sr. Marcelo foi eleito "CIO do ano" na categoria Serviços pela revista InfoExame em 2008 e 2009, além de ser autor de "Estrada para os sonhos" publicado pela Editora Gente, já em sua terceira edição. O Sr. Marcelo residiu fora do país por 12 anos e atualmente lidera um empreendimento próprio. Além disso, o Sr. Marcelo também atua como Diretor Executivo de tecnologia da CVC Corp (CVCB3). O Sr. Marcelo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

O Sr. Jacques é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em Marketing pelo IBMEC e curso de agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. Jacques iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1990, trabalhando em diversas áreas, entre elas, expedição, logística e comercial. Tornou-se diretor de marketing em 1999 e também é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jacques é diretor da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jacques declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jacques declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

O Sr. Thiago estudou administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O Sr. Thiago iniciou sua carreira profissional em 1997 trabalhando até 2001 em diversas áreas, dentre elas produção, importação, logística e contabilidade. O Sr. Thiago é sócio, desde 2001, e presidente, desde 2002, da Tzar Logística Ltda., empresa de transporte e armazenagem, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além disso, o Sr. Thiago é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. O Sr. Thiago declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é formado em administração de empresas pela faculdade de administração da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e dos programas de educação continuada GV Pec da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Companhia desde janeiro de 2008. Além da Companhia, o Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Tecnisa S.A., incorporadora de empreendimentos residenciais, desde julho de 2006 e foi diretor presidente desta empresa de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, bem como é presidente do conselho de administração da CPFL Energia S.A., empresa do setor elétrico, desde abril de 2010, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

O Sr. José é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em sistemas industriais pelo SenRio Petrobras /- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Até 2013 trabalhou como Chief Executive Officer na empresa BRF S.A., atualmente é conselheiro da SupreBac Biotechnology Solutions S. A., São Salvador Alimentos S. A. e presidente dos Conselhos de Administração da SEMAPA SGPS S. A. e SODIM SGPS S.A. (Lisboa), sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Exerce, desde 28 de junho de 2013, o cargo de membro independente do Conselho de Administração com base no critério de determinação da independência do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e desde 30 de junho de 2020 exerce o cargo de membro efetivo do comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado da Camil. Não é considerado pessoa politicamente exposto (conforme definido na regulamentação aplicável). O Sr. José Antônio do Prado Fay declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

O Sr. Piero possui bacharelado em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica USP, MBA pela INSEAD, Fontainebleau, França. O Sr. Piero é Presidente do Conselho da ABVCAP (Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity), atua na Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2014, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, de 2006 a 2014, foi sócio no grupo de private equity Gávea Investimentos Ltda., uma das principais empresas brasileiras de gestão de recursos. Além da Companhia, o Sr. Piero é membro do conselho da Petz, GPR, Sequoia Logística, empresas de capital aberto, bem como da empresa América Net, Eleva Educação, empresas de capital fechado. O Sr. Piero declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Piero declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Piero é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Geraldo Luciano Mattos Junior - 144.388.523-15

O Sr. Geraldo é formado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, e também em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Além disso, adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela UFRJ (COPPEAD). O Sr. Geraldo também foi executivo do Banco do Nordeste e do grupo M. Dias Branco, e atualmente ocupa a posição de membro do conselho de administração nas Companhias Assaí, rede brasileira de atacado de autosserviço, Portobello, empresa brasileira do ramo de revestimentos cerâmicos, Hapvida, operador de planos de saúde e Brisanet, de telecomunicações. O Sr. Geraldo é também sócio da Unique Consultoria Empresarial Ltda.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79	
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79	
N/A	
Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91	
N/A	
Marcelo Marcondes Leite de Souza - 045.485.938-45	
N/A	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
N/A	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

N/A

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

N/A

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

N/A

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

N/A

Geraldo Luciano Mattos Junior - 144.388.523-15

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Jairo Santos Quartiero 085.564.580-68 Camil Alimentos S.A. 64.904.295/0001-03 Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa relacionada

Luciano Maggi Quartiero 176.015.658-23 Camil Alimentos S.A. 64.904.295/0001-03
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação

Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero

Administrador do emissor ou controlada

Jairo Santos Quartiero 085.564.580-68 Camil Alimentos S.A. 64.904.295/0001-03 Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa relacionada

Jacques Maggi Quartiero 157.083.508-06 Camil Alimentos S.A. 64.904.295/0001-03
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação

Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero

Administrador do emissor ou controlada

Jairo Santos Quartiero 085.564.580-68 Camil Alimentos S.A. 64.904.295/0001-03 Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa relacionada

Thiago Maggi Quartiero 271.815.418-70 Camil Alimentos S.A. 64.904.295/0001-03
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação

Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero

Administrador do emissor ou controlada

Jacques Maggi Quartiero 157.083.508-06 Camil Alimentos S.A. 64.904.295/0001-03 Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
------------------------	----------------	----------------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação

Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.

Administrador do emissor ou controlada

Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
-------------------------	----------------	----------------------	--------------------	--

Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa relacionada

Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
------------------------	----------------	----------------------	--------------------	--

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação

Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.

Administrador do emissor ou controlada

Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
-------------------------	----------------	----------------------	--------------------	---

Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa relacionada

Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
------------------------	----------------	----------------------	--------------------	--

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação

Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.

Administrador do emissor ou controlada

Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
-------------------------	----------------	----------------------	--------------------	---

Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa relacionada

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 28/02/2021**Administrador do Emissor**

Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
------------------------	----------------	--------------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
--------------------------	--------------------	--	--

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação**Administrador do Emissor**

Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
------------------------	----------------	--------------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa Relacionada

Empresas Tucapel S.A.	00.000.000/0000-00		
-----------------------	--------------------	--	--

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação**Administrador do Emissor**

Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
-------------------------	----------------	--------------	--------------------

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
--------------------------	--------------------	--	--

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Thiago Maggi Quartiero Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.	271.815.418-70	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A. Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Observação			

Exercício Social 29/02/2020**Administrador do Emissor**

Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
--	----------------	--------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.	02.303.632/0001-50		
--	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Jairo Santos Quartiero Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
--	----------------	--------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Empresas Tucapel S.A. Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.	00.000.000/0000-00		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
-------------------------	----------------	--------------	--------------------

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. 02.303.632/0001-50

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação**Administrador do Emissor**

Thiago Maggi Quartiero 271.815.418-70 Subordinação Controlador Direto

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. 02.303.632/0001-50

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação**Exercício Social 28/02/2019****Administrador do Emissor**

Jairo Santos Quartiero 085.564.580-68 Subordinação Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. 02.303.632/0001-50

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação**Administrador do Emissor**

Luciano Maggi Quartiero 176.015.658-23 Subordinação Controlador Direto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas: Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Observação			

Administrador do Emissor			
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			

Administrador do Emissor			
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores, Conselheiros e Administradores (D&O) junto à ZURICH S Minas Brasil Seguros S/A, em termos usuais de mercado. O seguro abrange coberturas para as seguintes despesas: (i) penhora online e bloqueio de bens; (ii) contadores internos, *risk managers* e auditores internos; (iii) processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; (iv) custos de investigação; (v) processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria Companhia e/ou por suas controladas e/ou subsidiárias contra os administradores; (vi) processos judiciais entre administradores da Companhia; (vii) custos de defesa emergenciais; (viii) processos de extradição; (ix) diretores independentes; (x) despesas de publicidade; (xi) advogados internos; (xii) herdeiros, representantes legais e espólio; (xiii) responsabilidade solidária de bens; (xiv) cobertura para novas controladas e subsidiárias; (xv) administradores aposentados; (xvi) sanções e embargos; (xvii) crise; (xviii) responsabilidade civil do administrador por danos ambientais; (xix) custos de defesa; (xx) danos morais, materiais e corporais; (xxi) erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha de produtos (E&O), mediante desconsideração da personalidade jurídica; (xxii) praticas trabalhistas indevidas; (xxiii) responsabilidade tributária; (xxiv) custos de defesa decorrentes de avais e garantias pessoais.

A apólice é válida até 30 de maio de 2022¹, sendo seu limite máximo de garantia de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), e o valor do prêmio de seguro de responsabilidade civil para os administradores corresponde a R\$ 105.488,78 (cento e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos).

A inclusão da previsão da possibilidade de a Companhia celebrar contratos de indenidade com determinados beneficiários tem a função de atrair e reter profissionais qualificados, bem como resguardar o exercício de suas competências quando aderentes às normas vigentes. Trata-se de alternativa complementar ao seguro de D&O atualmente existente no âmbito da Companhia.

Seu intuito é, prioritariamente, permitir a indenização, ressarcimento ou assunção dos custos de defesa dos beneficiários de forma célere, evitando, assim, que o administrador precise arcar com todos esses custos e aguardar a análise da seguradora contratada no âmbito do D&O para obter o ressarcimento.

A Administração esclarece que a previsão de contratos de indenidade é prática cada vez mais comum no mercado, sendo um elemento adicional de atração para executivos de alto escalão e permitindo-lhes tomar decisões de gestão de modo mais alinhado com seu efetivo entendimento quanto a cada caso em questão.

Quanto aos efeitos jurídicos e econômicos, a Administração entende que a inclusão do dispositivo poderá eventualmente gerar despesas para a Companhia quando da

¹ E foi renovada em condições semelhantes para os períodos subsequentes.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

verificação de condição que enseje o pagamento de indenizações aos beneficiários elegíveis.

Considerando que, em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura do seguro não se aplica, o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada decorreu de ato praticado no exercício da sua função como administrador, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos administradores da Companhia, o seguro se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

Assim, adicionalmente às coberturas previstas no D&O, a Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de junho de 2021, reformou o seu Estatuto Social de modo a prever a celebração de contratos de indenidade, mediante a inclusão do artigo 40:

“Artigo 40 – A Companhia indenizará e manterá indenados seus membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, e membros externos do Comitê de Auditoria previsto no Artigo 30 e poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, celebrar Contratos de Indenidade com referidos membros e/ou com demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas, advogados empregados da Companhia ou de suas controladas (exclusivamente com relação a reclamação de terceiros) e, ainda, aqueles, funcionários ou não, tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, nos termos e condições de Contratos de Indenidade a serem celebrados com os Beneficiários da Companhia e divulgados em conformidade com a regulamentação aplicável.”

A minuta padrão do contrato de indenidade foi disponibilizada ao público na Proposta da Administração da Assembleia que aprovou a reforma do Estatuto, juntamente às suas principais características.

12.12 - Outras informações relevantes**12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes****Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais**

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	29/06/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	AGO 85,480% / AGE 85,661%

Data	01/03/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	82,100%

Data	26/06/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	86,260%

Data	07/11/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	82,90%

Data	30/06/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	83,96%

Data	30/06/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	86,34%

Data	30/06/2021
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	84,70%

Data	30/06/2021
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	83,86%

12.12 - Outras informações relevantes

Outras Informações

As atribuições dos órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração estatutários e a relação hierárquica entre referidos órgãos estão descritos no item 12.1.

Os mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração foram descritos no item 12.1 (d).

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 **Descrições da política ou prática de remuneração, do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.**

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A política de remuneração da Companhia tem como objetivo (i) estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração dos administradores, incluindo os membros de Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, e Diretores estatutários e não-estatutários; (ii) alinhar as práticas de remuneração da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa; (iii) atrair, reter, recompensar e incentivar os administradores na condução dos negócios da Companhia de forma sustentável, observados os limites de riscos adequados; (iv) proporcionar remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, permitindo o reconhecimento e valorização da performance individual; e (v) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos com o mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos administradores.

A política de remuneração dos Membros da Administração, Comitês e Conselho Fiscal foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2021 e está disponível no endereço eletrônico: <http://ri.camilalimentos.com.br/>.

(a) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Os membros do Conselho de Administração, com exceção dos conselheiros que são indicados pelos acionistas controladores da Companhia, fazem jus a uma remuneração mensal fixa como contraprestação ao cumprimento dos seus deveres e obrigações, proporcional às suas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração da Companhia é definida em linha com as práticas do mercado, de forma similar a dos Executivos.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus à benefício. Contudo, as despesas com deslocamentos para comparecimento em reuniões são custeadas pela Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, remuneração baseada em ações e comissões.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Os diretores estatutários da Companhia fazem jus à remuneração fixa mensal em linha com as práticas de mercado, com o objetivo de atrair e manter administradores profissionais e experientes e refletir a reconhecido o cargo na Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os diretores estatutários da Companhia fazem jus aos benefícios de assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica, vale refeição e/ou restaurante no local, quando aplicável. O objetivo é oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados de mercado para atrair e manter administradores profissionais e experientes.

Remuneração Variável

Os diretores estatutários da Companhia fazem jus à remunerações variáveis através de bônus e programa de participação no resultado ("PPR"), cujo objetivo é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação de objetivos individuais e corporativos e resultados do negócio e promover a cultura de remuneração por desempenho.

Adicionalmente, os diretores estatutários fazem jus à remuneração baseada em ações, cujo objetivo está relacionado com o crescimento e geração de valor para a Companhia, alinhamento de interesses dos diretores estatutários com os interesses dos acionistas em resultados sustentáveis e de longo prazo, promoção do sentimento senso de "sócio" dos administradores e retenção dos principais talentos e líderes da Companhia.

Benefícios por Cessação do Exercício do Cargo

O Conselho de Administração da Companhia pode deliberar sobre o pagamento de valor adicional que reflita non-competere e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.

Diretoria Não-Estatutária

Remuneração Fixa

Os diretores não-estatutários da Companhia fazem jus à remuneração fixa mensal em linha com as práticas de mercado, com objetivo de atrair e manter administradores profissionais e experientes e refletir a reconhecido o cargo na Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios Diretos e Indiretos

Os diretores não-estatutários da Companhia fazem jus aos benefícios de assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica e vale refeição e/ou restaurante no local, quando aplicável, com o objetivo de oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados no mercado.

Remuneração Variável

Os diretores não-estatutários da Companhia fazem jus à remuneração variável PPR, cujo objetivo é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação dos objetivos e resultados do negócio e também promovendo a cultura de remuneração por desempenho, proporcionando uma remuneração competitiva quando os objetivos são superados.

Adicionalmente, os diretores não-estatutários fazem jus à remuneração baseada em ações, cujo objetivo está relacionado com o crescimento e geração de valor para a Companhia, alinhamento de interesses dos diretores não-estatutários com os interesses dos acionistas em resultados sustentáveis e de longo prazo, promoção do sentimento senso de “sócio” dos diretores não estatutários e retenção dos principais talentos e líderes da Companhia.

Benefícios por Cessação do Exercício do Cargo

O Conselho de Administração da Companhia pode deliberar sobre o pagamento de valor adicional que reflita non-competere e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.

Conselho Fiscal

Tendo em vista a inclusão da matéria a respeito da instalação do Conselho Fiscal na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de junho de 2021 e, considerando a aprovação pelos acionistas, o Conselho Fiscal da Companhia foi instalado com funcionamento até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 28 de fevereiro de 2022.

Remuneração Fixa

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, fazem jus a uma remuneração mensal fixa como contraprestação ao cumprimento dos seus deveres e obrigações, proporcional às suas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, caso o conselho seja instalado, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios Diretos e Indiretos

A política de remuneração estabelece que os membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, fazem jus aos benefícios de reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês Estatutários

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia tem o Comitê de Auditoria Estatutário.

Com exceção dos membros que ocupam cargos na Companhia, os membros do comitê estatutários fazem jus ao recebimento de remuneração fixa mensal.

Os membros do comitê estatutário não fazem jus à remuneração variável, benefícios diretos, indiretos ou por Cessação do Exercício do Cargo.

Comitês Não-Estatutários

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia tinha os seguintes comitês não estatutários: Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos, Comitê de Gente e Gestão, Comitê de ESG e Ética e Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado.

Nenhum dos membros dos Comitês não Estatutários fazem jus ao recebimento de qualquer remuneração fixa, remuneração variável, benefícios diretos, indiretos ou por Cessação do Exercício do Cargo.

(i) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conforme previsto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas nesta seção consideram essas datas.

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2021, 29 de fevereiro de 2020, e 28 de fevereiro de 2019.

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	70,39%	85,56%	30,46%	36,81%	92,59%
<i>Participação em Comitês</i>					

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

<i>Outros</i> ¹		14,44%	7,83%	13,53%	7,41%
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>			22,24%		
<i>Participação nos Resultados</i>			8,39%	29,77%	
<i>Participações em Reuniões</i>					
<i>Comissões</i>					
<i>Outros</i> ¹			4,45%		
Benefícios Diretos e Indiretos	29,61%		1,93%	2,21%	
Benefícios Pós-Emprego					
Cessação do Exercício do Cargo					
Remuneração Baseada em Ações			24,70%	17,67%	
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

1 – A remuneração "Outros" é referente aos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as remunerações pagas.

Exercício Social encerrado em 29 de fevereiro de 2020					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
<i>Salário ou pró-labore</i>	72,88%	83,33%	58,99%	55,02%	
<i>Participação em Comitês</i>	-	-	-	-	100%
<i>Outros</i> ¹	-	16,67%	17,08%	20,36%	-
Remuneração Variável					
<i>Bônus</i>	-	-	-	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	-	-	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-	-
<i>Outros</i> ¹	-	-	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	27,12%	-	3,80%	3,78%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	7,22%	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	20,13%	13,62%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

1 – A remuneração "Outros" é referente aos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as remunerações pagas.

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019				
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal				
<i>Salário ou pró-labore</i>	71,55%	62,65%	66,73%	-
<i>Participação em Comitês</i>	-	-	-	100%
<i>Outros</i> ¹	-	16,44%	24,69%	-
Remuneração Variável				
<i>Bônus</i>	-	10,40%	-	-
<i>Participação nos Resultados</i>	-	-	-	-
<i>Participações em Reuniões</i>	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019				
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
<i>Outros</i> ¹	-	1,44%	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	28,45%	4,23%	3,98%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções	-	4,84%	4,60%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100%

1 – A remuneração "Outros" é referente aos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre as remunerações pagas.

(ii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A definição e reajuste da remuneração, fixa e variável, é realizada anualmente de acordo com desempenho individual dos administradores e os padrões adotados pelo mercado em geral e pelas empresas no mesmo ramo de atuação e porte da Companhia, constituído de um grupo de empresas específicas de bens de consumo, consistentes em seus negócios ao longo do tempo e que apresentam ao mercado boas práticas de gestão.

A remuneração tem como objetivo a manutenção de um custo sustentável para a Companhia e não comprometendo outros investimentos do negócio, sempre em linha com boas práticas de gestão.

Para tanto, são realizadas as pesquisas de mercado com empresas externas de consultoria especializada, coordenadas pelo Comitê de Gente e Gestão, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia e sendo proporcional às atribuições, responsabilidades, disponibilidade de tempo, proatividade, dedicação, alinhamento com os interesses da Companhia, conhecimento das particularidades das atividades desenvolvidas pela Companhia, sua cadeia de fornecedores, logística, modelo de negócios, conhecimento do potencial de seus colaboradores e lideranças, dentre outros.

Os valores de remunerações pagos aos diretores não-estatutários também são reajustados pelos índices de reajustes definidos nas negociações coletivas.

O Comitê de Gente e Gestão é responsável por examinar, discutir e recomendar para a administração da Companhia mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária.

(iii) Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração busca (i) atrair e reter profissionais; (ii) torná-la justa, equitativa e clara; e (iii) balanceamento entre remuneração de curto e longo prazo,

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

visando ações e decisões que garantam a sustentabilidade de longo prazo da Companhia.

Os valores pagos a título de remuneração fixa são próximos aos padrões de mercado e de empresas que atuam no segmento da Companhia e visam a atração e retenção de profissionais. Com relação à parcela variável paga, a remuneração variável é definida com intenção de remunerar e compensar os administradores da Companhia em razão de objetivos individuais e corporativos, compartilhar o risco e o resultado com a Companhia e alinhar interesses entre administradores e acionistas, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto a longo prazo.

(iv) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente há 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia que renunciaram à remuneração pelo exercício do cargo por serem acionistas diretos e/ou indiretos da Companhia.

(b) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores de desempenho que são levados em consideração na remuneração variável são o desempenho da Companhia e a consecução das metas individuais dos administradores da Companhia. Para auferir o desempenho da Companhia, são utilizados indicadores financeiros e operacionais, tais como EBITDA, volume de vendas por categoria e gestão do orçamento de despesas. Em relação à remuneração fixa e benefícios, a Companhia utiliza balizadores de mercado.

(c) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração dos administradores, em especial a remuneração variável, considera o acompanhamento de indicadores durante o ano fiscal e a apuração final dos resultados feita após o fechamento do exercício pela auditoria externa, sendo que os indicadores e metas financeiros e operacionais (EBITDA, volume de vendas por categoria e gestão do orçamento de despesas, por exemplo) tem um peso específico que, ponderados, consolidam a remuneração variável total.

(d) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A remuneração fixa estabelecida em linha com empresas do mesmo porte e mesmo segmento de atuação da Companhia, no curto prazo, auxilia na seleção, atração e manutenção de administradores qualificados e com experiência no mesmo segmento da Companhia. No médio prazo, a remuneração variável alinha os interesses dos administradores e da Companhia através da vinculação da remuneração variável com

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

indicadores financeiros da Companhia auferidos por auditoria externa e com o desempenho individual dos administradores. No longo prazo, a remuneração baseada em ações alinha os interesses em resultados sustentáveis e de longo prazo entre administradores, Companhia e acionistas.

(e) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A Companhia não possui atualmente membros de diretoria, comitês ou conselho de administração que recebam remuneração suportada por suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(f) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há remuneração ou benefícios diretos e indiretos vinculados a ocorrência de eventos societários.

(g) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

A assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia, mediante proposta do Conselho de Administração elaborada com base em recomendação do Comitê de Gente e Gestão, aprova o montante que será empregado na remuneração global dos membros da administração da Companhia, com relação ao exercício social corrente.

A partir do limite global da remuneração aprovado em assembleia geral ordinária da Companhia, o Comitê de Gente e Gestão examina, discute e recomenda mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária, sendo submetido à análise e aprovação do Conselho de Administração, sempre dentro dos limites globais aprovados pela assembleia de acionistas da Companhia.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A remuneração individual dos administradores da Companhia é definida em linha com as práticas de mercado e a partir de estudos conduzidos pelo Comitê de Gente e Gestão, variando de acordo com a formação e experiência profissional, conforme as

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

expectativas de mercado. Os valores da remuneração individual são readequados, quando necessário, sempre com base em nos desempenhos individuais e corporativo e em linha com os padrões adotados pelo mercado em geral e por empresas no mesmo segmento de atuação da Companhia.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia:

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia anualmente, mediante recomendação do Comitê de Gente e Gestão para posterior aprovação em assembleia geral de acionistas.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 28/02/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	800.000,00	4.000.000,00	700.000,00	5.500.000,00
Benefícios direto e indireto	150.000,00	250.000,00	0,00	400.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.600.000,00	0,00	3.600.000,00
Participação de resultados	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	
Total da remuneração	950.000,00	13.350.000,00	700.000,00	15.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	2,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	442.328,00	3.649.149,02	384.000,00	4.475.477,02
Benefícios direto e indireto	186.109,56	230.878,29	0,00	416.987,85
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	937.987,75	64.800,00	1.002.787,75

Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável.	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT.	INSS para Estatutários.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.665.352,25	0,00	2.665.352,25
Participação de resultados	0,00	1.005.685,06	0,00	1.005.685,06
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	533.070,45	0,00	533.070,45
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável.	INSS para Estatutários.	Não aplicável.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.959.837,09	0,00	2.959.837,09
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021.	
Total da remuneração	628.437,56	11.981.959,90	448.800,00	13.059.197,46

Remuneração total do Exercício Social em 29/02/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,83	2,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	2,83	2,00	8,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	422.328,00	4.014.233,88	180.000,00	4.616.561,88
Benefícios direto e indireto	163.704,30	264.562,94	0,00	428.267,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.195.839,33	36.000,00	1.231.839,33
Descrição de outras remunerações fixas	Não Aplicável	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	INSS para Estatutários	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	157.657,50	0,00	157.657,50
Participação de resultados	0,00	165.623,04	0,00	165.623,04
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	31.531,50	0,00	31.531,50

Descrição de outras remunerações variáveis	Não Aplicável	INSS para Estatutários	INSS para Estatutários	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	608.974,80	0,00	608.974,80
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.057.859,39	0,00	2.057.859,39
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	
Total da remuneração	586.032,30	8.496.282,38	216.000,00	9.298.314,68

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,67	4,00	14,67
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	4,00	11,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	421.595,00	4.563.713,00	360.000,00	5.345.308,00
Benefícios direto e indireto	156.905,00	293.929,00	0,00	450.834,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.321.616,00	72.000,00	1.393.616,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	INSS para Estatutários	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.557.019,00	0,00	1.557.019,00

Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	578.500,00	7.736.276,00	432.000,00	8.746.776,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Conforme previsto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas nesta seção consideram essas datas.

Previsão para o exercício social corrente (2021/2022) – 28 de fevereiro de 2022				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	12,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.600.000,00	0,00	3.600.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.304.587,40	0,00	2.304.587,40
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	833.333,33	0,00	833.333,33

Valor do Bônus sem os encargos trabalhistas

Exercício Social encerrado em 28 de fevereiro de 2021				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	2,00	13,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.876.876,00	0,00	3.876.876,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.153.820,00	0,00	2.153.820,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	3.198.422,70	0,00	3.198.422,70
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.400.023,44	0,00	1.400.023,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	777.790,80	0,00	777.790,80
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	1.005.685,06	0,00	1.005.685,06

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social encerrado em 29 de fevereiro de 2020				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,83	2,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	2,83	2,00	8,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.204.200,00	0,00	4.204.200,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	2.102.100,00	0,00	2.102.100,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	189.189,00	0,00	189.189,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.380.194,08	0,00	1.380.194,08
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	690.097,04	0,00	690.097,04
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	165.623,04	0,00	165.623,04

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,67	4,00	14,67
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	4,00	11,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.320.883	0	3.320.883
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.660.442	0	1.660.442
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.368.520	0	2.368.520
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.184.260	0	1.184.260
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia possuía até 12 de dezembro de 2017 um Plano de Incentivo de Longo Prazo no modelo de *Phantom Shares* ("Plano ILP"), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017, e que podia conceder incentivos para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), em conjunto com os diretores considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP ("Beneficiários ILP"). O Plano ILP foi cancelado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2017, com o consequente distrato dos contratos de outorga celebrados pela Companhia com os respectivos beneficiários.

A Companhia aprovou, igualmente, um plano de outorga de opção de compra de ações em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017 ("Stock Options Plan 2017"), através do qual foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia para beneficiários escolhidos pelo Conselho de Administração nos termos do *Stock Options Plan 2017*. O *Stock Options Plan 2017* prevê um capital autorizado para outorga de opções até o limite de 4,00% do capital social da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2017 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 2.877.563 (dois milhões, oitocentas e setenta e sete mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 1).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2017 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 2.944.008 (dois milhões, novecentas e quarenta e quatro mil e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 2).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de abril de 2019 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 4.191.270 (quatro milhões e cento e noventa e um mil e duzentos e setenta) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 3).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de abril de 2020 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 4.127.666 (quatro milhões e cento e vinte e sete mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 4).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2021 foi aprovada a outorga de compra opções de ações de emissão da Companhia até o limite de 3.063.395 (três milhões, sessenta e três mil, trezentas e noventa e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia (Outorga 5).

Adicionalmente, a Companhia aprovou, em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de junho de 2021, um novo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Stock Options Plan 2021"). O objetivo do *Stock Options Plan 2021* é permitir que seus beneficiários, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo *Stock Options Plan 2021*; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados os

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

beneficiários e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(a) Termos e condições gerais

Plano ILP

O Plano ILP no modelo de *Phantom Shares* apresentava ganhos potenciais (prêmios) para os Beneficiários ILP, que estavam diretamente relacionados ao crescimento de valor da Companhia, com base na variação do EBITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia viesse a ser listada como empresa de capital aberto.

Os Beneficiários ILP faziam jus ao recebimento de valores em dinheiro com base no preço por ação ordinária de emissão da Companhia, ou ao EBITDA consolidado, conforme o caso, à época do pagamento e no preço de referência inicial no momento da instituição da outorga.

Os pagamentos ocorreriam a partir do segundo aniversário de instituição do Plano ILP, em três parcelas, na proporção de 20%, 30% e 50%. A quantidade de ações utilizadas para o cálculo do pagamento devido ao Beneficiário ILP no âmbito do Plano ILP era calculada com base em múltiplos de salários, conforme o cargo do respectivo beneficiário. Por se tratar de pagamento em dinheiro, o Plano ILP não implicaria em diluição dos acionistas da Companhia.

O Plano ILP no modelo de *Phantom Shares* foi descontinuado e substituído pelo *Stock Options Plan 2017*.

Stock Options Plan 2017

O *Stock Options Plan 2017* confere aos seus beneficiários a opção de compra de ações de emissão da Companhia, fixando preço e condições de pagamento específicos para seu exercício, nos termos dos contratos de opção celebrados individualmente com cada beneficiário, conforme decisão do Conselho de Administração. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan 2017*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas. As opções não exercidas até o prazo máximo fixado nos contratos de outorga individuais serão consideradas automaticamente extintas.

Stock Options Plan 2021

O *Stock Options Plan 2021* confere aos seus beneficiários a opção de compra de ações de emissão da Companhia, fixando preço e condições de pagamento específicos para o seu exercício, nos termos dos contratos de opção celebrados individualmente com cada beneficiário, conforme decisão do Conselho de Administração. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan 2021*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente).

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(b) Principais objetivos do plano

Os planos de remuneração baseado em ações têm por objetivos: (i) convergência de interesses e objetivos dos acionistas e beneficiários na criação de valor sustentável no longo prazo; (ii) retenção dos principais talentos e líderes da empresa no longo prazo; (iii) alinhamento com as práticas de mercado no que tange à remuneração de executivos; (iv) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (v) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Os planos de remuneração baseado em ações contribuem para os objetivos acima, na medida em que, ao se tornarem acionistas da Companhia, os beneficiários alinham os seus interesses em resultados sustentáveis de médio e longo prazo com os interesses da Companhia e seus acionistas.

Caso o beneficiário se desligue da Companhia durante o prazo de carência, o beneficiário as opções outorgadas são automaticamente extintas. Portanto, os ganhos dos beneficiários com os planos de remuneração baseado em ações dependem diretamente da manutenção do seu vínculo com a companhia e da valorização no médio e longo prazo da ação da Companhia após a outorga das opções, durante o prazo de carência.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Os planos de remuneração baseado em ações são complementares à remuneração dos beneficiários e se inserem na nossa política de remuneração ao alinharem os objetivos e interesses de médio e longo prazo beneficiários com os objetivos e interesses de médio e longo prazo da Companhia. Contribuindo, assim, para a sustentabilidade dos negócios, atividades e resultados da Companhia e para a retenção de talentos, além de estarem alinhados com as práticas de remuneração do mercado em geral e de empresas no mesmo segmento de atuação da Companhia.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O ganho potencial dos participantes ocorre conforme definido nos contratos de outorga e no período de carência (*vesting*) dos nossos planos que podem ser de até 4 anos, promovendo um alinhamento dos interesses de longo prazo, na criação de valor da nossa Companhia. Para ambos planos, a oportunidade de ganho é gradual na proporção de 20%, 30% e 50% para o segundo, terceiro e quarto ano, respectivamente. O valor de outorga é sempre baseado no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(f) Número máximo de ações abrangidas

No âmbito do *Stock Options Plan 2017*, as opções outorgadas não poderão exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do referido plano, em bases totalmente diluídas, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do *Stock Options Plan 2017*, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, contanto que o número total de ações ordinárias emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do *Stock Options Plan 2017* esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

A Companhia efetuou 5 (cinco) outorgas cujo total de ações outorgadas através do *Stock Option Plan 2017* era de 17.197.313 (dezessete milhões, cento e noventa e sete mil e trezentos e treze), sendo 7.153.374 (sete milhões, cento e cinquenta e três e trezentos e setenta e quatro.) para diretores estatutários e nenhuma para membros do Conselho de Administração.

No âmbito do *Stock Options Plan 2021*, as opções outorgadas não poderão exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do referido plano, nos termos descritos no *Stock Options Plan 2021*, sem prejuízo do limite estabelecido no *Stock Options Plan 2017*. Tomando como base a quantidade de ações que compõem o capital social da Companhia na data aprovação do *Stock Options Plan 2021*, o total de ações abrangidas poderá ser de, no máximo, 14.800.000 (quatorze milhões e oitocentas mil) ações.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção dará direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação ordinária da Companhia e, portanto, o número máximo de opções a serem outorgadas não devem exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, nos termos descritos no item anterior.

(h) Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan 2017* e do *Stock Options Plan 2021*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). O beneficiário que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer. O contrato de opção individual estabelecerá duas janelas de prazo em cada exercício social para o exercício das opções cujas carências foram cumpridas.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Para as outorgas de opções, o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia nos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à data de outorga, líquido dos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

proventos acumulados, corrigido pela variação do IPCA desde a data da outorga ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data do efetivo exercício da opção.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício é definido considerando uma visão de longo prazo e alinhada às práticas de mercado, que permite o exercício ("vesting") pleno conforme definido nos contratos de outorga e após 4 (quatro) anos, respectivamente. O exercício é gradual nas proporções descritas nos termos do item "h" acima.

(k) Forma de liquidação

O beneficiário poderá comprar as ações pelo valor de outorga quando estiverem "vestidas" e, poderá realizar sua posterior venda, pelo preço de mercado, respeitando as regras do *Stock Option Plan 2017* e do *Stock Options Plan 2021*.

(l) Restrições à transferência das ações

Stock Options Plan 2017

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações ordinárias adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações ordinárias.

Atualmente, os contratos de outorgas celebrados preveem restrições para transferência de 50% das ações adquiridas que só poderão ser transferidas após o período de 1 (um) ano a contar da data do efetivo recebimento das ações.

Stock Options Plan 2021

O *Stock Options Plan 2021* prevê que o beneficiário se obriga a não vender, ceder, ofertar ou de qualquer outra forma dispor de 25% (vinte e cinco por cento) das ações adquiridas como resultado do exercício das opções pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do efetivo recebimento das ações em questão, sendo que a parcela restante de 75% (setenta e cinco por cento) das referidas ações não estará sujeita à restrição.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração, no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever a qualquer momento as condições do *Stock Options Plan 2017* e do *Stock Options Plan 2021*, caso entenda que existe tal necessidade.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Stock Options Plan 2017

Em caso de desligamento do beneficiário da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou caso o beneficiário seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas.

Caso o beneficiário seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, nas hipóteses previstas no *Stock Options Plan 2017*, todas as opções, exercíveis ou não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese do desligamento da Companhia do beneficiário por aposentadoria, desde que estabelecida de comum acordo entre o beneficiário e a Companhia, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Por fim, se o beneficiário for desligado da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 12 (doze) meses contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Stock Options Plan 2021

Em caso de desligamento do beneficiário da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou caso o beneficiário seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o *Stock Options Plan 2021*, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o *Stock Options Plan 2021*,

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Caso o beneficiário seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, nas hipóteses previstas no *Stock Options Plan 2021*, todas as opções, exercíveis ou não exercíveis de acordo com o *Stock Options Plan 2021* na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese do desligamento da Companhia do beneficiário por aposentadoria, desde que estabelecida de comum acordo entre o beneficiário e a Companhia, as opções ainda não exercíveis de acordo com o *Stock Options Plan 2021*, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas, junto com as opções já exercíveis de acordo com o *Stock Options Plan 2021*, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Por fim, se o beneficiário for desligado da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, junto com as opções já exercíveis de acordo com o *Stock Options Plan 2021*, no prazo de 12 (doze) meses contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conforme previsto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas nesta seção consideram essas datas.

Previsão para o exercício social corrente (2021/2022) – 28 de fevereiro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	4	2
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	Outorga 1: 31/10/2017 Outorga 2: 12/12/2017 Outorga 3: 01/04/2019 Outorga 4: 02/04/2020 Outorga 5: 31/03/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 1: 1.737.890 Outorga 2: 1.778.019 Outorga 3: 1.936.063 Outorga 4: 1.555.315 Outorga 5: 1.151.813
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 1: R\$2,07 Outorga 2: R\$1,68 Outorga 3: R\$1,37 Outorga 4: R\$1,57 Outorga 5: R\$2,12
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 1: R\$9,00 Outorga 2: R\$9,00 Outorga 3: R\$6,96 Outorga 4: R\$7,98 Outorga 5: R\$10,68
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,89%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	4	2
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	Outorga 1: 31/10/2017 Outorga 2: 12/12/2017 Outorga 3: 01/04/2019 Outorga 4: 02/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 1: 1.737.890 Outorga 2: 1.778.019 Outorga 3: 1.936.063 Outorga 4: 1.555.315
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 1: R\$2,07 Outorga 2: R\$1,68 Outorga 3: R\$1,37 Outorga 4: R\$1,57
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 1: R\$9,00 Outorga 2: R\$9,00 Outorga 3: R\$6,96 Outorga 4: R\$7,98
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	Outorga 1: 3.000
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,89%

Nota: para os cálculos relativos à diluição potencial constante da tabela acima, consideramos a base acionária no final do período, líquida das ações mantidas em tesouraria.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7	3
N° de membros remunerados	4	3
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	Outorga 1: 31/10/2017 Outorga 2: 12/12/2017 Outorga 3: 01/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Outorga 1: 1.737.890 Outorga 2: 1.778.019 Outorga 3: 1.936.063
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	Outorga 1: R\$2,07 Outorga 2: R\$1,68 Outorga 3: R\$1,37
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	Outorga 1: R\$9,00 Outorga 2: R\$9,00 Outorga 3: R\$6,96
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,95%

Nota: para os cálculos relativos à diluição potencial constante da tabela acima, consideramos a base acionária no final do período, líquida das ações mantidas em tesouraria.

Exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019

Não houve outorga no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Conforme previsto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as opções em aberto ao final do último exercício social encerrado refletem as informações em 28 de fevereiro de 2021.

Exercício social encerrado em 28/02/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	4	2
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	Outorga 1: 1.734.890 Outorga 2: 1.778.019 Outorga 3: 1.936.063 Outorga 4: 1.555.315
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Preço médio ponderado de exercício:		
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	Outorga 1: R\$2,07 Outorga 2: R\$1,68 Outorga 3: R\$1,37 Outorga 4: R\$1,57
Opções exercíveis:		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 (sete) anos a contar da Data de Outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Preço médio ponderado de exercício	N/A	Outorga 1: R\$9,00 Outorga 2: R\$9,00 Outorga 3: R\$6,96 Outorga 4: R\$7,98
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	SOP 0: R\$2,07 SOP 1: R\$1,68 SOP 2: R\$1,37 SOP 3: R\$1,57
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues**13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Opções exercidas - exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de Membros Remunerados	4	2
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	3.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$9,17
Diferença entre valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	-R\$1,89
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	3.000
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$9,17
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	-R\$1,89

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

(a) modelo de precificação:

Stock Option Plan 2017

O modelo utilizado por nossa Companhia para precificação das opções outorgadas aos beneficiários no âmbito do *Stock Option Plan 2017* é o modelo Black-Scholes. O modelo de Black-Scholes é uma equação diferencial parcial parabólica que relaciona o preço de derivativos ao preço atual das ações subjacentes em termos de parâmetros de mercado, utilizando como premissas: (a) preço médio ponderado da ação; (b) preço de exercício; (c) volatilidade esperada; (d) rendimento esperado de dividendos; (e) prazo de vida esperada da opção; e (f) taxa livre de risco. A estimativa é realizada na data da concessão.

Stock Option Plan 2021

O modelo a ser utilizado por nossa Companhia para precificação das opções a serem outorgadas aos beneficiários no âmbito do *Stock Option Plan 2021* é o modelo Black-Scholes. O modelo de Black-Scholes é uma equação diferencial parcial parabólica que relaciona o preço de derivativos ao preço atual das ações subjacentes em termos de parâmetros de mercado, utilizando como premissas: (a) preço médio ponderado da ação; (b) preço de exercício; (c) volatilidade esperada; (d) rendimento esperado de dividendos; (e) prazo de vida esperada da opção; e (f) taxa livre de risco. A estimativa é realizada na data da concessão.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Stock Option Plan 2017

	Outorga 1	Outorga 2	Outorga 3	Outorga 4	Outorga 5
Preço Médio Ponderado	R\$8,06	R\$7,39	R\$7,03	R\$7,61	R\$10,23
Preço de Exercício	R\$9,00	R\$9,00	R\$6,96	R\$7,98	R\$10,68
Volatilidade Esperada	32%	32%	32%	33%	35%

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Prazo de Vida da Opção	20% - 2 anos				
	30% - 3 anos				
	50% - 4 anos				
Dividendos Esperados	0%	0%	0%	0%	0%
Taxa de Juros Livre de Risco	7,24%	6,89%	7,40%	4,22%	6,59%
	8,40%	8,24%	7,91%	5,90%	8,09%
	9,17%	9,22%	8,46%	6,29%	8,34%

Stock Option Plan 2021

Até a data de arquivamento deste Formulário de Referência não existiram outorgas no âmbito do *Stock Option Plan 2021*.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado:

Stock Option Plan 2017

Não há possibilidade de exercício antecipado no âmbito das outorgas do *Stock Option Plan 2017*.

Stock Option Plan 2021

Não há possibilidade de exercício antecipado no âmbito das outorgas do *Stock Option Plan 2021*.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada:

Stock Option Plan 2017

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica de 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas em bolsa.

Stock Option Plan 2021

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica de 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas em bolsa.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Stock Option Plan 2017

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável. Todas as características relevantes para a mensuração do valor justo foram descritas nesta Seção 13.

Stock Option Plan 2021

Não aplicável. Todas as características relevantes para a mensuração do valor justo foram descritas nesta Seção 13.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	Empresas	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
		Ações	Ações	Ações
Controlador	Camil Investimentos S.A.	516.176.474	258.088.237	0
Emissora	Camil Alimentos S.A.	6.812.964	13.200.300	0

	Empresa	Total Ações ⁽¹⁾
Controladas diretas ou indiretas da Camil Alimentos S.A ⁽¹⁾	Ciclo Logística Ltda.	32.386.895
	Camil Latam S.A.	1.188.474.861
	Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	1.651.525.027
	Empresas Tucapel S.A.	222.033.551
	Envasadora Arequipa SAC	4.332.906
	Costeño Alimentos SAC	53.395.231
	Costeño Oriente Alimentos SAC	8.000.000
	Molinos Arroceros Nacionales S.A. (SAMAN)	365.601.388
	Arroz Uruguayo S.A.	49.012.774
	Comisaco S.A	250
	Galofer S.A.	113.044.990
	Agencia Maritima Sur S.A.	1.629
	Tacua S.A.	2.851

Nota 1: a quantidade de ações informada, representa as ações detidas direta ou indiretamente pela Emissora e conseqüentemente detidas indiretamente pelos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Emissora.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, uma vez que na data de arquivamento deste Formulário de Referência não havia planos de previdência conferidos aos administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2021	29/02/2020	28/02/2019
Nº de membros	2,00	2,83	3,67	7,00	7,00	7,00	4,00	2,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,83	3,67	4,00	4,00	4,00	4,00	2,00	4,00
Valor da maior remuneração(Reais)	8.279.435,27	4.477.309,15	3.785.460,00	242.328,00	242.328,00	241.595,00	129.600,00	60.000,00	120.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	3.702.524,63	1.605.768,68	403.311,00	68.590,50	60.757,05	59.354,00	20.000,00	12.000,00	24.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	5.990.979,95	3.023.897,98	2.107.977,00	157.109,39	146.508,08	144.625,00	122.200,00	108.000,00	108.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, não há mecanismo formal de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
2021	29,61%	69,10%	0,00%
2020	27,93%	52,26%	0,00%
2019	27,12%	48,93%	0,00%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os administradores não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos três exercícios sociais não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme previsto no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, o exercício social é iniciado em 1º de março e é encerrado em 28 de fevereiro de cada ano (exceto em anos bissextos, quando é encerrado no dia 29 de fevereiro). Deste modo, as informações sobre o exercício social corrente e os três últimos exercícios sociais informadas na seção 13 consideram essas datas.

No item 13.2 foi informado o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 1/2021, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração, com duas casas decimais. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Exercício corrente (2021/2022)

Meses	Nº de membros
março-21	2,00
abril-21	2,00
maio-21	2,00
junho-21	2,00
julho-21	2,00
agosto-21	2,00
setembro-21	2,00
outubro-21	2,00
novembro-21	2,00
dezembro-21	2,00
janeiro-22	2,00
fevereiro-22	2,00
Total	24,00
Média (Total/Nº de meses)	2,00

Exercício encerrado (2020/2021)

Meses	Nº de membros
março-20	2,00
abril-20	2,00
maio-20	2,00
junho-20	2,00
julho-20	2,00
agosto-20	2,00
setembro-20	2,00
outubro-20	2,00
novembro-20	2,00
dezembro-20	2,00
janeiro-21	2,00
fevereiro-21	2,00
Total	24,00
Média (Total/Nº de meses)	2,00

Conselho de Administração

Exercício corrente (2021/2022)

Meses	Nº de membros
março-21	7,00
abril-21	7,00
maio-21	7,00
junho-21	7,00
julho-21	7,00
agosto-21	7,00
setembro-21	7,00
outubro-21	7,00
novembro-21	7,00
dezembro-21	7,00
janeiro-22	7,00
fevereiro-22	7,00
Total	84,00
Média (Total/Nº de meses)	7,00

Exercício encerrado (2020/2021)

Meses	Nº de membros
março-20	7,00
abril-20	7,00
maio-20	7,00
junho-20	7,00
julho-20	7,00
agosto-20	7,00
setembro-20	7,00
outubro-20	7,00
novembro-20	7,00
dezembro-20	7,00
janeiro-21	7,00
fevereiro-21	7,00
Total	84,00
Média (Total/Nº de meses)	7,00

13.16 - Outras Informações Relevantes**Conselho Fiscal****Exercício corrente
(2021/2022)**

Meses	Nº de membros
março-21	6,00
abril-21	6,00
maio-21	6,00
junho-21	6,00
julho-21	6,00
agosto-21	6,00
setembro-21	6,00
outubro-21	6,00
novembro-21	6,00
dezembro-21	6,00
janeiro-22	6,00
fevereiro-22	6,00
Total	72,00
Média (Total/Nº de meses)	6,00

**Exercício encerrado
(2020/2021)**

Meses	Nº de membros
março-20	0,00
abril-20	0,00
maio-20	0,00
junho-20	0,00
julho-20	6,00
agosto-20	6,00
setembro-20	6,00
outubro-20	6,00
novembro-20	6,00
dezembro-20	6,00
janeiro-21	6,00
fevereiro-21	6,00
Total	48,00
Média (Total/Nº de meses)	4,00

Diretoria**Exercício corrente
(2020/2021)**

Meses	Nº de membros
março-20	2,00
abril-20	2,00
maio-20	2,00
junho-20	2,00
julho-20	2,00
agosto-20	2,00
setembro-20	2,00
outubro-20	2,00
novembro-20	2,00
dezembro-20	2,00
janeiro-21	2,00
fevereiro-21	2,00
Total	24,00
Média (Total/Nº de meses)	2,00

**Exercício encerrado
(2019/2020)**

Meses	Nº de membros
março-19	3,00
abril-19	3,00
maio-19	3,00
junho-19	3,00
julho-19	3,00
agosto-19	3,00
setembro-19	3,00
outubro-19	3,00
novembro-19	3,00
dezembro-19	3,00
janeiro-20	2,00
fevereiro-20	2,00
Total	34,00
Média (Total/Nº de meses)	2,83

13.16 - Outras Informações Relevantes**Exercício encerrado
(2018/2019)**

Meses	Nº de membros
março-18	5,00
abril-18	5,00
maio-18	5,00
junho-18	5,00
julho-18	3,00
agosto-18	3,00
setembro-18	3,00
outubro-18	3,00
novembro-18	3,00
dezembro-18	3,00
janeiro-19	3,00
fevereiro-19	3,00
Total	44,00
Média (Total/Nº de meses)	3,67

**Exercício encerrado
(2017/2018)**

Meses	Nº de membros
março-17	5,00
abril-17	5,00
maio-17	5,00
junho-17	5,00
julho-17	5,00
agosto-17	5,00
setembro-17	5,00
outubro-17	5,00
novembro-17	5,00
dezembro-17	5,00
janeiro-18	5,00
fevereiro-18	5,00
Total	60,00
Média (Total/Nº de meses)	5,00

Conselho de Administração**Exercício corrente
(2020/2021)**

Meses	Nº de membros
março-20	7,00
abril-20	7,00
maio-20	7,00
junho-20	7,00
julho-20	7,00
agosto-20	7,00
setembro-20	7,00
outubro-20	7,00
novembro-20	7,00
dezembro-20	7,00
janeiro-21	7,00
fevereiro-21	7,00
Total	84,00
Média (Total/Nº de meses)	7,00

**Exercício encerrado
(2019/2020)**

Meses	Nº de membros
março-19	7,00
abril-19	7,00
maio-19	7,00
junho-19	7,00
julho-19	7,00
agosto-19	7,00
setembro-19	7,00
outubro-19	7,00
novembro-19	7,00
dezembro-19	7,00
janeiro-20	7,00
fevereiro-20	7,00
Total	84,00
Média (Total/Nº de meses)	7,00

13.16 - Outras Informações Relevantes**Exercício encerrado
(2018/2019)**

Meses	Nº de membros
março-18	7,00
abril-18	7,00
maio-18	7,00
junho-18	7,00
julho-18	7,00
agosto-18	7,00
setembro-18	7,00
outubro-18	7,00
novembro-18	7,00
dezembro-18	7,00
janeiro-19	7,00
fevereiro-19	7,00
Total	84,00
Média (Total/Nº de meses)	7,00

**Exercício encerrado
(2017/2018)**

Meses	Nº de membros
março-17	7,00
abril-17	7,00
maio-17	7,00
junho-17	7,00
julho-17	7,00
agosto-17	7,00
setembro-17	7,00
outubro-17	7,00
novembro-17	7,00
dezembro-17	7,00
janeiro-18	7,00
fevereiro-18	7,00
Total	84,00
Média (Total/Nº de meses)	7,00

13.16 - Outras Informações Relevantes**Conselho Fiscal****Exercício corrente
(2020/2021)**

Meses	Nº de membros
março-20	0,00
abril-20	0,00
maio-20	0,00
junho-20	0,00
julho-20	6,00
agosto-20	6,00
setembro-20	6,00
outubro-20	6,00
novembro-20	6,00
dezembro-20	6,00
janeiro-21	6,00
fevereiro-21	6,00
Total	48,00
Média (Total/Nº de meses)	4,00

**Exercício encerrado
(2019/2020)**

Meses	Nº de membros
março-19	6,00
abril-19	6,00
maio-19	6,00
junho-19	6,00
julho-19	0,00
agosto-19	0,00
setembro-19	0,00
outubro-19	0,00
novembro-19	0,00
dezembro-19	0,00
janeiro-20	0,00
fevereiro-20	0,00
Total	24,00
Média (Total/Nº de meses)	2,00

**Exercício encerrado
(2018/2019)**

Meses	Nº de membros
março-18	0
abril-18	0
maio-18	0
junho-18	0
julho-18	3,00
agosto-18	3,00
setembro-18	3,00
outubro-18	3,00
novembro-18	3,00
dezembro-18	3,00
janeiro-19	3,00
fevereiro-19	3,00
Total	24,00
Média (Total/Nº de meses)	2,00

**Exercício encerrado
(2017/2018)**

Meses	Nº de membros
março-17	0
abril-17	0
maio-17	0
junho-17	0
julho-17	0
agosto-17	0
setembro-17	0
outubro-17	0
novembro-17	0
dezembro-17	0
janeiro-18	0
fevereiro-18	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia nas datas indicadas:

i. Brasil (Número de funcionários ativos, sem considerar aprendizes)

	28/02/2021	30/06/2020	29/02/2020	28/02/2019
Número Total de Empregados	4.210	3.773	3.864	3.747
Por grupos				
Administrativo	831	764	766	867
Operacional	3.379	3.009	3.098	2.880
Por unidade geográfica				
01 - São Paulo	175	226	195	202
03 - Camaquã	361	344	357	336
04 - Itaqui	421	395	391	395
07 - Cambaí	177	45	151	71
08 - Maçambará	1	0	0	86
10 - Recife	101	101	102	113
12 - Uruguiana	0	0	0	1
14 - Cuiabá	2	3	11	32
15 - Fortaleza	8	8	8	9
16 - Brasília	8	7	7	11
17 - Belo Horizonte	13	15	15	17
19 - Salvador	6	6	6	8
21 - São Luís	17	17	17	15
24 - Rio Grande	273	187	243	254
27 - Itapecuru	80	103	88	94
28 - Navegantes	1310	1154	1107	1.030
29 - São Gonçalo	4	4	5	7
32 - Santa Cruz	91	139	140	161
34 - Cachoeirinha	1	1	0	0
36 - Sertãozinho	0	0	2	83
37 - Tarumã	0	0	3	6
38 - Barra Bonita	341	354	318	29
41 - Camaquã processados	81	79	83	88
43 - Escritório Central	211	200	197	199
44 - Castro	18	16	0	0
45 - Ap. Goiânia	49	59	41	46
46 - Porto Alegre	0	0	0	16
47 - Capão do Leão	278	243	295	353
48 - Tocantins	96	67	82	84
49 - Caucaia	0	0	0	1

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

50 - Nova USP	66	0	0	0
51 - Dom Pedrito	21	0	0	0

	30/06/2020	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2018
Número Total de Empregados	3.773	3.864	3.747	3.506
Por grupos				
Administrativo	764	766	867	648
Operacional	3.009	3.098	2.880	2.858
Por unidade geográfica				
01 - São Paulo	226	195	202	190
03 - Camaquã	344	357	336	349
04 - Itaquí	395	391	395	472
07 - Cambaí	45	151	71	60
08 - Maçambará	0	0	86	75
10 - Recife	101	102	113	88
12 - Uruguaiana	0	0	1	2
13 - Unai	0	0	0	0
14 - Cuiabá	3	11	32	29
15 - Fortaleza	8	8	9	9
16 - Brasília	7	7	11	10
17 - Belo Horizonte	15	15	17	16
18 - Maceió	0	0	0	0
19 - Salvador	6	6	8	5
21 - São Luís	17	17	15	17
24 - Rio Grande	187	243	254	244
27 - Itapecuru	103	88	94	97
28 - Navegantes	1154	1107	1.030	1.098
29 - São Gonçalo	4	5	7	184
30 - Itajaí	0	0	0	0
32 - Santa Cruz	139	140	161	176
33 - Piedade	0	0	0	0
34 - Cachoeirinha	1	0	0	0
36 - Sertãozinho	0	2	83	108
37 - Tarumã	0	3	6	8
38 - Barra Bonita	354	318	29	4
39 - Araquari	0	0	0	0
41 - Camaquã processados	79	83	88	68
43 - Escritório Central	200	197	199	197
44 - Castro	16	0	0	0
45 - Ap. Goiânia	59	41	46	0
46 - Porto Alegre	0	0	16	0
47 - Capão do Leão	243	295	353	0
48 - Tocantins	67	82	84	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

49 - Caucaia	0	0	1	0
--------------	---	---	---	---

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia nas datas indicadas. As áreas de atuação dos trabalhadores terceirizados são restaurante, serviços gerais (manutenção, limpeza, lavanderia, carga e descarga, recepção, segurança patrimonial) e suporte/tecnologia da informação.

	28/02/2021	30/06/2020	29/02/2020	28/02/2019
Número Total de Terceirizados	533	443	477	494
Por grupos				
Administrativo	16	20	20	20
Operacional	517	423	457	474
Por unidade geográfica				
01 - São Paulo	98	98	115	101
03 - Camaquã	45	38	61	58
04 - Itaquí	68	64	64	64
07 - Cambaí	14	4	4	4
08 - Maçambará	2	3	3	3
10 - Recife	10	10	10	11
14 - Cuiabá	0	0	0	21
21 - São Luís	4	5	5	5
24 - Rio Grande	11	11	11	6
27 - Itapecuru	9	7	7	7
28 - Navegantes	49	49	48	64
29 - São Gonçalo	0	11	11	13
32 - Santa Cruz	37	37	37	51
36 - Sertãozinho	0	0	0	1
38 - Barra Bonita	33	23	23	8
41 - Camaquã processados	0	0	0	0
43 - Escritório Central	19	19	19	18
44 - Castro	5	5	0	0
45 - Ap. Goiânia	13	11	11	11
47 - Capão do Leão	45	41	41	40
48 - Tocantins	13	7	7	8
50 - Nova USP	54	0	0	0
51 - Dom Pedrito	4	0	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

	30/06/2020	29/02/2020	28/02/2019	28/02/2018
Número Total de Terceirizados	443	477	494	417
Por grupos				
Administrativo	20	20	20	23
Operacional	423	457	474	394
Por unidade geográfica				
01 - São Paulo	98	115	101	113
03 - Camaquã	38	61	58	1
04 - Itaqui	64	64	64	77
07 - Cambaí	4	4	4	0
08 - Maçambará	3	3	3	0
10 - Recife	10	10	11	8
12 - Uruguaiana	0	0	0	0
13 - Unai	0	0	0	0
14 - Cuiabá	0	0	21	15
15 - Fortaleza	0	0	0	0
16 - Brasília	0	0	0	0
17 - Belo Horizonte	0	0	0	0
18 - Maceió	0	0	0	0
19 - Salvador	0	0	0	0
21 - São Luís	5	5	5	6
24 - Rio Grande	11	11	6	6
27 - Itapecuru	7	7	7	29
28 - Navegantes	49	48	64	53
29 - São Gonçalo	11	11	13	38
30 - Itajaí	0	0	0	0
32 - Santa Cruz	37	37	51	41
33 - Piedade	0	0	0	0
34 - Cachoeirinha	0	0	0	0
36 - Sertãozinho	0	0	1	15
37 - Tarumã	0	0	0	0
38 - Barra Bonita	23	23	8	0
39 - Araquari	0	0	0	0
41 - Camaquã processados	0	0	0	0
43 - Escritório Central	19	19	18	15
44 - Castro	5	0	0	0
45 - Ap. Goiânia	11	11	11	0
46 - Porto Alegre	0	0	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

47 - Capão do Leão	41	41	40	0
48 - Tocantins	7	7	8	0
49 - Caucaia	0	0	0	0

c. Índice de rotatividade

O índice de rotatividade é calculado considerando o número colaboradores desligados pela média colaboradores ativos. Demonstramos abaixo a evolução do índice de rotatividade da Companhia:

Data	Índice de rotatividade
28/02/2021	1,46%
30/06/2020	0,97%
29/02/2020	2,12%
28/02/2019	2,36%

Data	Índice de rotatividade
30/06/2020	0,97%
29/02/2020	2,12%
28/02/2019	2,36%
28/02/2018	1,92%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018, o índice de rotatividade sofreu alteração significativa em virtude da transferência do local de trabalho dos colaboradores da unidade 01 – São Paulo para a unidade 43 – Escritório Central.

No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, o índice de rotatividade sofreu alteração significativa em virtude do início a operação na unidade de Aparecida de Goiânia e da aquisição de duas unidades fabris (Capão do Leão e Tocantins) da empresa SLC Alimentos.

No exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2020, o índice de rotatividade sofreu alteração significativa em virtude do encerramento das operações nas unidades de Maçambará e Cuiabá, ampliação da operação na unidade Cambaí e início da operação gradual na unidade de Barra Bonita.

Adicionalmente, a diminuição do número de funcionários entre os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2018 e 2019 ocorreu devido à sinergia gerada pela consolidação de unidades de negócio (por exemplo, deslocamento da produção da unidade do Rio de Janeiro para Navegantes), automatizações do processo produtivo (como palletizadoras eletrônicas) e outras ações de melhorias nos processos produtivos. Parceria com a Castrolanda Cooperativa em 1º de abril de 2020, assumindo sua unidade produtora de feijão.

Aquisição da unidade de Dom Pedrito em novembro de 2020.

No exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2021, houve um impacto relevante no índice de rotatividade em virtude do reflexo da adesão ao movimento #nãodemita (criado no início da pandemia) no período de abril de 2020 a junho de 2020.

Migração gradual da Unidade Vila Anastácio para a Nova USP (Osasco), com conclusão prevista até 30 de junho de 2021, para uma planta com processos produtivos renovados e com uma maior capacidade de armazenamento do centro de distribuição.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração (salários e remuneração variável) da Companhia está em linha com as práticas de mercado, sendo que os ajustes são feitos para reconhecer desempenhos diferenciados, reter talentos e manter um pacote atrativo de remuneração. Os acordos coletivos de trabalho com os sindicatos são aplicados regularmente conforme as datas bases de cada localidade.

Através do Programa de Participação no Resultado – PPR e planos de remuneração baseados em ações, a política de remuneração variável estimula a busca de resultados pelos colaboradores e reconhece o alcance e superação das metas pré-definidas aprovadas no início do ano fiscal, gerando direcionadores e foco nos indicadores considerados críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que corresponde aos interesses dos acionistas.

Para mais informações, vide item 13 deste Formulário de Referência, que detalha os programas de remuneração aplicáveis a administradores da Companhia e determinados empregados.

b. Política de benefícios

Os colaboradores da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e em linha com as práticas de mercado. A Companhia oferece os seguintes benefícios:

Assistência Médica: a Companhia oferece planos de assistência médica a todos os seus colaboradores, excetuando os empregados aprendizes e safristas, na modalidade de pré-pagamento com valor fixo mensal por vida, renovável a cada 12 meses. O valor pode sofrer reajuste em função de dois fatores que podem aparecer isoladamente ou somados: a sinistralidade do contrato e a variação dos custos médicos hospitalares.

Assistência Odontológica: a Companhia oferece plano odontológico a todos os seus colaboradores e o plano é custeado integralmente pelo empregado, com exceção das unidades de Itaqui, há coparticipação de 50% por parte dos colaboradores. A modalidade do plano é de pré-pagamento com valor fixo mensal por vida, renovável a cada 12 meses. O valor pode sofrer reajuste em função de dois fatores que podem aparecer isoladamente ou somados: a sinistralidade do contrato e a variação dos custos médicos hospitalares.

Seguro de Vida: a Companhia fornece seguro de vida em grupo através de um contrato empresarial feito com uma seguradora para garantir proteção financeira para os familiares e/ou pessoas que dependam dos colaboradores, no caso de infortúnios. A cobertura da apólice é destinada a todos os colaboradores da Companhia e sua concessão ocorre a partir da data de admissão até a data de desligamento, sem possibilidade de prorrogação.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Vale transporte: a Companhia concede vale transporte nos termos previstos na legislação aplicável, sendo concedido a todos os colaboradores que utilizem transporte coletivo.

Cesta Básica ou Vale Alimentação: a Companhia concede cesta básica ou vale alimentação depende de acordo sindical ou da estratégia da Companhia. O benefício é fornecido somente no mês subsequente a admissão do colaborador, ou seja, a entrega será feita na competência da folha de pagamento do mês seguinte.

Refeição no local: a Companhia fornece refeição em refeitórios localizados em suas unidades ou em locais administrados por uma empresa especializada fornecedora de refeições. Cada unidade da Companhia pode ou não manter uma estrutura destinada ao refeitório, dependendo do porte da unidade, localidade, quantidade de colaboradores os acordos ou convenção coletiva sindical, viabilidade econômica e estrutura para manutenção.

Vale refeição: nas unidades em que não há local apropriado, a Companhia fornece vale refeição com a coparticipação do colaborador de até 20% do valor total do vale refeição. A quantia varia de acordo com a localização da unidade em que o trabalho trabalha e os instrumentos coletivos negociados com entes sindicais.

Gympass: a Companhia fornece o benefício consistente em passe atividades físicas da plataforma Gympass que dá acesso a diversas atividades físicas em academias, personal trainer, grupos de corridas, e diversas outras atividades de saúde e bem-estar no Brasil e no mundo, por meio de uma assinatura mensal ou do pagamento de diárias com desconto concedido aos colaboradores no valor do plano escolhido na plataforma. Esse benefício é concedido para todos os colaboradores da Companhia, assim como seus dependentes legais.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017, a Companhia aprovou um plano de outorga de opção de compra de ações *Stock Options Plan*, cujas opções de compra de ações poderão ser outorgadas para empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle, incluindo aqueles (a) que são considerados como empregados para fins legais ou tributários, ou (b) que trabalham para a Companhia sob sua direção da mesma forma que os indivíduos que são considerados empregados para fins legais ou tributários, ou (c) cujos serviços prestados são similares àqueles prestados pelos empregados, tais como o pessoal da administração que tem autoridade e responsabilidade para planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo diretores estatutários e diretores não estatutários.

Para mais informações, vide item 13 deste Formulário de Referência, que detalha os programas de remuneração aplicáveis a administradores da Companhia e determinados empregados.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando, se houve, paralizações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia celebra, anualmente, acordos diretamente com sindicatos dos trabalhadores ou através de participação em sindicatos patronais aos quais seus funcionários estão vinculados, estabelecendo as respectivas cláusulas, tais como reajuste salarial, benefícios sociais, Programa de Participação no Resultado – PPR, entre outros. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento transparente, a partir do qual empregador e colaboradores sejam beneficiados e todas as questões sejam resolvidas, sem que haja tensões ou conflitos, mantendo a harmonia e o equilíbrio nas relações trabalhistas da Companhia.

A Companhia possui um bom relacionamento com seus colaboradores e os sindicatos aos quais estão vinculados. Com exceção de uma paralisação de 2 dias ocorrida em 2015, a Companhia não sofreu paralisações, greves e movimentos paredistas.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Outras informações relevantes

Com a finalidade de enfrentar os desafios causados pela pandemia global do novo coronavírus (Covid-19), originado na China no final de 2019 e declarada como pandemia global pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, a Companhia adotou diversas ações em todas as suas unidades produtivas, seguindo as orientações e medidas previstas pelas autoridades sanitárias e protocolos da Organização Mundial de Saúde.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia em todas as suas unidades para contribuir com a contenção da contaminação da população e preservação da saúde e bem-estar de seus colaboradores, destacam-se adoção de home office para o time corporativo, fechamento das áreas recreativas de todas as unidades, intensificação na rotina de procedimentos de higienização das instalações físicas, bebedouros, refeitórios, vestiários, banheiros, postos de trabalho e áreas comuns, disponibilização de álcool gel, antecipação da campanha de vacinação contra a gripe, implementação de barreiras sanitárias nas entradas das linhas de produção com reforço de materiais para lavagem das mãos e desinfetantes como álcool gel, realização de reuniões em pequenos grupos para compartilhar as orientações do Ministério da Saúde sobre higienização e cuidados no convívio diário com parceiros de trabalho, alteração de horários para refeições para diminuir a concentração de pessoas nos refeitórios, aumento do intervalo de troca entre os turnos, a fim de reduzir a concentração de pessoas nos vestiários, reforço de comunicações internas sobre todas as medidas de higiene, fixando, nos quadros de avisos das áreas administrativa e de produção, comunicados sobre a campanha de conscientização e orientações de prevenção de contágio, dispensa de trabalho presencial sem prejuízo de remuneração para grávidas, maiores de 60 anos e demais colaboradores dos grupos de risco, aferição de temperatura dos colaboradores nas portarias de entrada das unidades e a criação de um comitê multifuncional responsável por monitorar diariamente a situação interna e externa.

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Thiago Maggi Quartiero						
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	28/09/2017		
Não						
	3.140.982	0,872%	0	0,000%	3.140.982	0,872%
Templeton Investment Counsel, LLC						
		Não	Não	16/01/2018		
Sim	Franklin Templeton Investimentos		Jurídica	04.205.311/0001-48		
	20.553.200	5,709%	0	0,000%	20.553.200	5,709%
Luciano Maggi Quartiero						
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	03/05/2018		
Não						
	13.001.500	3,612%	0	0,000%	13.001.500	3,612%
Camil Investimentos S.A.						
02.303.632/0001-50	Brasil	Sim	Sim	28/09/2017		
Não						
	229.735.239	63,815%	0	0,000%	229.735.239	63,815%
Jacques Maggi Quartiero						
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	28/09/2017		
Não						
	3.344.482	0,929%	0	0,000%	3.344.482	0,929%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	88.806.297	24,669%	0	0,000%	88.806.297	24,669%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 28/06/2022						
	1.418.300	0,394%	0	0,000%	1.418.300	0,394%
TOTAL						
	360.000.000	100,000%	0	0,000%	360.000.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camil Investimentos S.A.				02.303.632/0001-50	
Jacques Maggi Quartiero					
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Luciano Maggi Quartiero					
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Thiago Maggi Quartiero					
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Camil Investimentos S.A.				02.303.632/0001-50		
TOTAL						
774.264.711	100,000	0	0,000	774.264.711	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/06/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	41.353
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	122
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	117

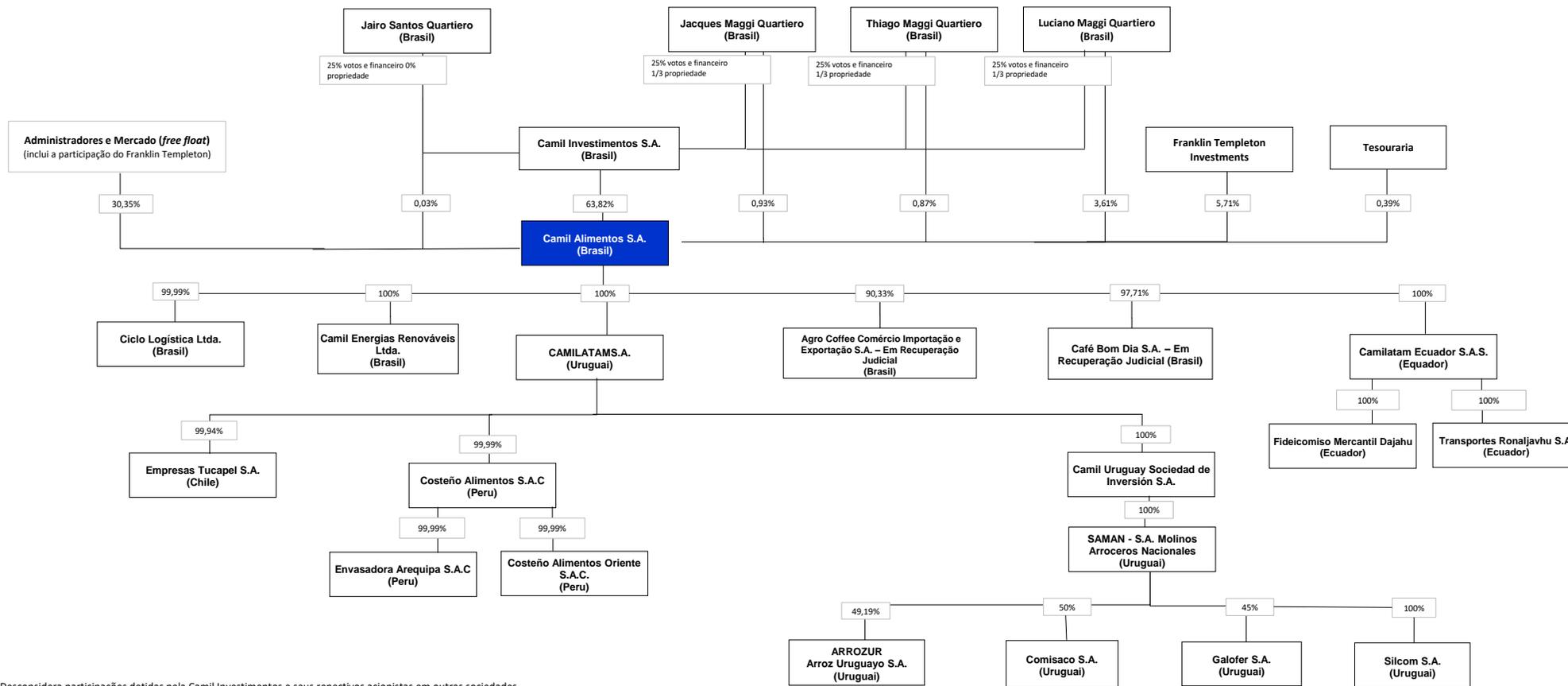
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	109.359.497	30,378%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	109.359.497	30,378%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA*



* Desconsidera participações detidas pela Camil Investimentos e seus respectivos acionistas em outras sociedades.

Atualizado em 07/07/2022

Considera posição acionária em 30/06/2022

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- a. partes
- b. data de celebração
- c. prazo de vigência
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Acordo de Acionistas da Camil Investimentos.

a. Partes

São partes do acordo de acionistas vigente da Camil Investimentos S.A. ("AA da Camil Investimentos"): (i) Jacques Maggi Quartiero ("Jacques"); (ii) Luciano Maggi Quartiero ("Luciano"); (iii) Thiago Maggi Quartiero ("Thiago", em conjunto com Jacques e Luciano, "Acionistas da Camil Investimentos"); (iv) Jairo Santos Quartiero ("Jairo"); e ainda, como intervenientes anuentes, (v) Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"); (vi) Companhia; e (vii) os cônjuges dos Acionistas da Camil Investimentos (Alete Helena Maggi Quartiero, Maria Fernanda Resende Quartiero, Luciana Pereira Quartiero e Karina Natale Quartiero).

b. Data de celebração

O AA da Camil Investimentos foi celebrado em 27 de julho de 2017.

c. Prazo de vigência

O AA da Camil Investimentos é válido e eficaz por um prazo inicial de 20 (vinte) anos, o qual será automaticamente prorrogado por um prazo adicional de 10 (dez) anos, exceto se houver manifestação em contrário, por escrito, de qualquer Acionista da Camil Investimentos, durante o último semestre de vigência do AA da Camil Investimentos.

d. Descrição da cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas da Camil Investimentos e o Jairo, se comprometeram, por meio da celebração do AA da Camil Investimentos a exercerem seus respectivos poderes de voto na Camil Investimentos e, indiretamente, na Companhia e demais subsidiárias, de forma a garantir a perpetuidade, o crescimento e a solidificação dos negócios de cada

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

uma delas.

Cada um dos Acionistas da Camil Investimentos e Jairo deverão votar e fazer com que seus representantes votem, conforme o caso, nas assembleias gerais de acionistas, de modo a dar cumprimento e efeito aos termos e condições previstas no AA da Camil Investimentos.

Em determinadas hipóteses, tais como a convocação de uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre a eleição dos membros do conselho de administração, ou a convocação de uma Reunião do Conselho de Administração para deliberar qualquer matéria, deverá ser realizada reunião prévia entre Jairo e os representantes dos Acionistas da Camil Investimentos ("Reunião Prévia") com o objetivo de discutir e determinar o voto a ser proferido: (i) pela Camil Investimentos, na Assembleia Geral da Companhia; e (ii) pelos membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pela Camil Investimentos, conforme determinado em Reunião Prévia e eleitos pela Assembleia Geral da Companhia ("Conselheiros Vinculados"), na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ficando a Companhia e os Conselheiros Vinculados obrigados a exercerem seus votos nas Assembleias Gerais e nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, em conformidade com as deliberações das Reuniões Prévias.

Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do conselho fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do conselho de administração ou do conselho fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Adicionalmente, toda e qualquer matéria somente poderá ser aprovada na respectiva reunião do Conselho de Administração da Companhia se for previamente aprovada, em Reunião Prévia, pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) da totalidade das ações de emissão da Camil Investimentos, sendo que cada Acionista da Camil Investimentos e o Jairo terão um voto na respectiva Reunião Prévia para cada ação de emissão da Camil Investimento por eles detidas.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Conforme disposto no item 6.1 do AA da Camil Investimentos, sempre que for convocada (a) Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (b) Reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, deverá ser realizada uma Reunião Prévia entre o Jairo e os demais Acionistas da Camil Investimentos (por meio de seus representantes), com o objetivo de discutir e determinar o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na Assembleia Geral da Companhia, e pelos membros do Conselho de Administração indicados pela Camil Investimentos ficando a Camil Investimentos obrigada a exercer seu voto em conformidade com a deliberação na Reunião Prévia.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Cada Acionista da Camil Investimentos (por meio de seus representantes) terá o direito de indicar 1 (um) ou mais candidatos para ocuparem um cargo no Conselho de Administração da Companhia, desde que atendam aos requisitos previstos no AA da Camil Investimentos. Na hipótese de impasse na eleição dos conselheiros da Companhia a serem indicados pela Camil Investimentos, os candidatos propostos na Reunião Prévia pelos Acionistas da Camil Investimentos e pelo Jairo serão escolhidos mediante sorteio, até que se complete, pela ordem do sorteio, o número total de membros do Conselho de Administração que caiba à Camil Investimentos eleger na Assembleia Geral da Companhia.

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Transferência de Ações

Conforme disposto no AA da Camil Investimentos, nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos poderá, de forma direta ou indireta, em qualquer nível, transferir ou de outra forma negociar ou onerar qualquer das ações de emissão da Camil Investimentos, exceto nas hipóteses abaixo:

- (i) para outro Acionista da Camil Investimentos do seu próprio grupo (cada Acionista da Camil Investimentos em conjunto com (a) sua estirpe, (b) seus respectivos cônjuges, companheiros, curadores, herdeiros, legatários e sucessores que se tornem, por qualquer motivo ou razão, titulares das ações (“Sucessores”), e (c) aos cessionários permitidos que se tornem titulares de ações (“Cessionários Permitidos”), conforme procedimentos previstos no AA da Camil Investimentos (“Grupo de Acionistas”);
- (ii) para os sucessores dos Acionistas da Camil Investimentos e do Jairo; e
- (iii) para qualquer sociedade de propósito específico ou fundo de investimento, cuja totalidade de seu capital social ou de suas cotas seja detida diretamente por Thiago, Jacques ou Luciano, e seus respectivos ascendentes, descendentes em linha reta e em qualquer grau, naturais ou civis (adotivos) e herdeiros testamentários, que sejam Cessionários Permitidos.

A transferência de ações entre Acionistas do mesmo Grupo de Acionistas deverá (i) ser previamente autorizada pelos Acionistas pertencentes ao Grupo em questão representando a maioria do capital social detido pelo Grupo, mediante instrumento escrito assinado pelos Acionistas representando tal quórum e entregue à Camil Investimentos, ou (ii) deverá ser feita em observância às disposições de acordo em separado celebrado pelo respectivo Grupo de Acionistas e arquivado na sede da Camil Investimentos.

Na hipótese de transferência de ações oneradas com usufruto para outro acionista, sucessor dos acionistas ou Cessionários Permitidos, o usufruto sobre tais ações permanecerá em pleno vigor e efeito, sem qualquer modificação.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Direito de Preferência

Caso os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, recebam oferta firme e de boa-fé de acionista da Camil Investimentos (ou sucessores e Cessionários Permitidos deste) pertencente a outro Grupo de Acionistas da Camil Investimentos ou de terceiro ("Comprador Potencial da Camil Investimentos") para transferir direta ou indiretamente parte ou a totalidade de suas ações na Camil Investimentos ("Proposta"), o acionista ofertante deverá enviar uma notificação por escrito aos demais Acionistas ("Acionistas Ofertados da Camil Investimentos") de sua intenção de venda ("Notificação de Preferência da Camil Investimentos"). Os demais Acionistas da Camil Investimentos terão preferência para adquirir as Ações Ofertadas da Camil Investimentos nos mesmos termos e condições ofertados pelo Comprador Potencial da Camil Investimentos ("Direito de Preferência").

Tag Along (Direito de Venda Conjunta)

Caso as Ações objeto da Proposta recebida de um Comprador Potencial da Camil Investimentos representem o controle da Camil Investimentos, o(s) Acionista(s) Ofertante(s) somente poderá(ão) contratar a transferência de controle da Camil Investimentos sob a condição de que o Comprador Potencial da Camil Investimentos do Controle se obrigue a fazer oferta irrevogável e irretroatável para adquirir a totalidade das ações de propriedade dos demais Acionistas da Camil Investimentos ("Acionistas Alienantes da Camil Investimentos"), nos exatos termos e condições previstos nos instrumentos definitivos da transferência de controle, inclusive pelo preço por ação ("Direito de Venda Conjunta"). Se aplicável, a oferta de aquisição de até a totalidade das ações constará, obrigatoriamente, dos termos da oferta previsto no AA da Camil Investimentos.

Drag Along (Direito de Exigir a Venda).

Se os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Camil Investimentos ("Acionistas Demandantes da Camil Investimentos") tiverem a intenção de vender a totalidade (e não menos que a totalidade) das ações de sua titularidade, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos poderão exigir que os demais Acionistas da Camil Investimentos ("Acionistas Demandados da Camil Investimentos") vendam a totalidade das ações de sua titularidade, em conjunto com a totalidade das ações de titularidade dos Acionistas Demandantes da Camil Investimentos, por valor igual ou superior ao valor previsto no AA da Camil Investimentos ("Direito de Exigir a Venda"), para qualquer terceiro interessado, no âmbito de um procedimento de venda competitiva, desde que todos os termos e condições previstos no AA da Camil Investimentos sejam observados. Para tanto, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos deverão enviar uma notificação aos Acionistas Demandados da Camil Investimentos, com cópia para a Camil Investimentos, informando sobre o exercício do direito de exercer a venda.

Caso seja exercido o Direito de Exigir a Venda, e nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos exerça o Direito de Preferência, os Acionistas da Camil Investimentos deverão tomar ou fazer com que sejam tomadas as providências necessárias ou razoavelmente desejáveis para a célere consumação da venda das ações conforme o procedimento previsto no AA da Camil Investimentos, comprometendo-se a celebrar e

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

entregar, contra o pagamento do preço das ações a eles devido, quaisquer instrumentos razoavelmente especificados pelo comprador, incluindo, a assinatura dos termos de transferência de ações no livro de registro de transferência de ações, e, se aplicável, o contrato de compra e venda de ações com declarações e garantias usuais em operações dessa natureza, respondendo os acionistas vendedores por suas declarações, as quais deverão ser equivalentes às prestadas pelo(s) comprador(es).

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

O eventual exercício, por qualquer dos Conselheiros Vinculados, de seu direito de voto em uma Reunião do Conselho de Administração da Companhia em desacordo com o AA Camil Investimentos ou com as decisões proferidas em Reunião Prévia, obrigará o presidente da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações, a não computar o voto proferido pelo Conselheiro Vinculado em infração ao disposto no AA da Camil Investimentos.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

Exercício Social de 2021:

Em 31 de março de 2021, a Companhia aprovou Novo Programa de Recompra de Ações de emissão da própria Companhia com o objetivo de adquirir as ações de emissão da Companhia para atender, de forma parcial, o exercício das opções de compra de ações já outorgadas pela Companhia nos termos do Plano de Opção de Compra. Na referida data, a Companhia possuía (i) em circulação, 116.463.797 (cento e dezesseis milhões, quatrocentas e sessenta e três mil, setecentas e noventa e sete) ações ordinárias negociadas sob o ticker "CAML3" e; (ii) 3.986.500 (três milhões, novecentas e oitenta e seis mil e quinhentas) ações em tesouraria.

Exercício Social de 2020:

Em 27 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra"), que teve por objetivo adquirir as ações para atender, de forma parcial, o exercício das opções de compra de ações já outorgadas pela Companhia, no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas.

A Companhia possui em circulação, na presente data, 120.754.497 (cento e vinte milhões setecentas e cinquenta e quatro mil quatrocentos e noventa e sete) ações ordinárias negociadas sob o ticker "CAML3" e não possui ações em tesouraria.

Exercício Social de 2019:

Em 22 de outubro de 2019, o Conselho de Administração deliberou o primeiro cancelamento das ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, que na época totalizavam 9.386.846 ações, atendendo ao objetivo de aprovar a aquisição das 30.665.030 ações detidas pela acionista WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP WP"), por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, ao preço de R\$6,25 por ação.

A participação acionária do FIP WP nesta data era equivalente a aproximadamente 7,48% do capital social e 20,19% do total de ações em circulação. O Conselho de Administração se manifestou favoravelmente à recompra e submeteu para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que aprovou a recompra em 7 de novembro de 2019.

Dessa forma, o FIP WP passou a ser titular de 6.537.445 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 1,758% do Capital Social.

Esse último programa de recompra foi realizado em 3 etapas, atendendo ao artigo 8º da Instrução CVM 567 de 17 setembro de 2015, o qual limita a manutenção de ações em

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

tesouraria de emissão própria em 10% do total de ações em circulação, e concluído em 27 de novembro de 2019, totalizando R\$191.656. Assim, o total de ações adquiridas no exercício foi de R\$216.712.

A totalidade das ações adquiridas foi cancelada, conforme deliberações do Conselho de Administração, realizadas em 08, 14 e 21 de novembro de 2019, totalizando, respectivamente, 15.191.952 ações, 13.672.757 ações e 1.800.321 ações. Os cancelamentos de ações aprovados em outubro e novembro de 2019, totalizaram o montante de R\$261.946, sendo R\$70.290 através da Reserva especial de ágio, R\$171.570 através da Reserva de retenção de lucros e R\$20.086 através do saldo dos Lucros acumulados até a demonstração intermediária de 31 de agosto de 2019.

Exercício Social de 2018:

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

- a. evento
- b. principais condições do negócio
- c. sociedades envolvidas
- d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
- e. quadro societário antes e depois da operação
- f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

2019

1) Incorporação da SLC Alimentos Ltda.

a) Evento

Incorporação da SLC Alimentos Ltda.

b) Principais condições do negócio

Em 1º de março de 2019, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária: i) o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SLC Alimentos Ltda. pela Camil Alimentos S.A., celebrado em 13 de fevereiro de 2018 pelas administrações da Companhia e da sua controlada, SLC Alimentos Ltda. (“SLC Alimentos”), o qual estabeleceu os termos e condições da incorporação da SLC Alimentos pela Companhia com a consequente extinção da SLC Alimentos (“Protocolo e Justificação” e “Incorporação”, respectivamente); (ii) o Laudo de Avaliação, bem como foi ratificada a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sociedade simples, com sede na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 370, 8º andar, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0002-06 e no CRC-2 SP sob o nº 015199/O-6 (“Avaliador”) como responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da SLC Alimentos por seu valor contábil, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e (iii) a Incorporação, nos termos e condições do Protocolo e Justificação.

c) Sociedades envolvidas

Companhia e SLC Alimentos Ltda.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e no quadro acionário da Companhia em decorrência

15.7 - Principais Operações Societárias

da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2018

1) Alienação da controlada La Loma Alimentos S.A.

a) Evento

Alienação da La Loma Alimentos S.A.

b) Principais condições do negócio

Em 31 de agosto de 2018 foi efetivada a alienação da totalidade da participação acionária detida, direta e indiretamente, pela Companhia na sua subsidiária argentina La Loma Alimentos S.A. A alienação foi realizada pelo montante de US\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil dólares) ou R\$22.744.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais).

c) Sociedades envolvidas

Companhia, Herba Foods, S.L.U. e Herba Ricemills, S.L.U.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e quadro acionário da Companhia em decorrência da alienação.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da alienação.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2) Aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda.

15.7 - Principais Operações Societárias

a) Evento

Aquisição da SLC Alimentos Ltda.

b) Principais condições do negócio

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas da SLC Alimentos Ltda., pelo valor de R\$180.000.000,00, dos quais R\$140.000.000,00 foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R\$40.000.000,00 foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com os prazos previstos em contrato, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a atos inesperados vinculados à operação adquirida. Neste contrato, ainda há previsão de pagamento aos vendedores a título de complementação de Preço de Aquisição, caso a Companhia, após a data de fechamento, receba ou aproveite, créditos concedidos em caráter definitivo decorrentes, exclusivamente, de homologação de acordo ou decisão transitada em julgado e relativos exclusivamente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, cujo fato gerador seja anterior à data de fechamento. Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações da empresa SLC Alimentos Ltda.

c) Sociedades envolvidas

Companhia, SLC Participações S.A. e SLC Alimentos Ltda.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e no quadro acionário da Companhia em decorrência da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da aquisição e posterior incorporação, ocorrida em 1º de março de 2019.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Usufruto das Ações da Camil Investimentos S.A.

Conforme disposto no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 18 de março de 2013, conforme aditado em 1º de setembro de 2014, em 06 de setembro de 2016 e de acordo com o Termo de Renúncia celebrado em 06 de novembro de 2017, do total de ações de emissão da Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"), controladora da Companhia, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Jacques Maggi Quartiero, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Luciano Maggi Quartiero e, 64.522.060 ações detidas pelo Sr. Thiago Maggi Quartiero, vinculam-se e estão sujeitas a cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto político prevista no referido documento.

Não obstante, em observância ao enunciado no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 06 de setembro de 2016 e de acordo com o Termo de Renúncia celebrado em 06 de novembro de 2017, do total de ações de emissão da Camil Investimentos, controladora da Companhia, 64.522.060 ações detidas pelo Sr. Jacques Maggi Quartiero, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Luciano Maggi Quartiero e, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Thiago Maggi Quartiero, vinculam-se e estão sujeitas a cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto patrimonial prevista no referido documento. Em virtude da efetiva doação, todos os referidos acionistas exercem o direito de voto na Camil Investimentos.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto à Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia possui política interna para transações com partes relacionadas, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 2017, visando estabelecer regras que assegurem que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia. A política se aplica a todas as entidades do grupo da Companhia, bem como seus colaboradores, administradores e acionistas e suas controladas.

Conforme referida política, a Companhia poderá realizar transações com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a política, as operações sejam contratadas em condições de mercado, observando durante a negociação os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmo princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação, respeitando às normas legais e éticas. Independem de autorização do Conselho de Administração transações entre a Companhia e a sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios e transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, exceto quando, nestes casos, os controladores diretos ou indiretos da Companhia, os seus administradores ou pessoas a ele vinculadas, detenham participação, direta ou indireta, por outro veículo que não a própria Companhia, superior a 3% (três por cento) do capital social da Investida.

Adicionalmente, exceto em caso de deliberação em contrário dos órgãos competentes, com a abstenção de eventuais partes relacionadas envolvidas, a política constituída pela Companhia veda transações entre Partes Relacionadas: i) quando realizadas em condições que não sejam as de Mercado; ii) que tratem da concessão de empréstimos ou garantias de qualquer espécie para os acionistas controladores, diretos ou indiretos da Companhia, para sociedades sob controle comum ou a sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, ou para pessoa com influência significativa na Companhia; e iii) quando se tratarem de transações entre pessoas jurídicas que sejam Partes Relacionadas que não compreendam atividades regulares e comumente exercidas por tais pessoas jurídicas no curso normal dos seus negócios.

A política também trata de regras para tomada de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses acerca de determinada matéria e abster-se de votar. Caso um conflito de interesses, que importe em um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o administrador conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração, após devida avaliação do fato. Os administradores deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

A política interna de transações com partes relacionadas pode ser encontrada, em sua integralidade, no seguinte endereço eletrônico: <http://ri.camilalimentos.com.br/>. Mais informações podem ser encontradas no site de Relações com Investidores, no endereço <http://ri.camilalimentos.com.br/>.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	01/11/2007	129.497.000,00	1.720.000	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	Tem como principal atividade a industrialização, comercialização local e exportação de arroz. Mantém um estreito relacionamento com os produtores de arroz em casca não somente pela compra, mas também devido à prestação de outros serviços vinculados a esta atividade como fornecimento de sementes (as quais são cultivadas exclusivamente para a Saman como fator de proteção de qualidade do grão). Adiantamento referente a operação comercial.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	01/11/2007	129.497.000,00	17.826.000	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	Tem como principal atividade a industrialização, comercialização local e exportação de arroz. Mantém um estreito relacionamento com os produtores de arroz em casca não somente pela compra, mas também devido à prestação de outros serviços vinculados a esta atividade como fornecimento de sementes (as quais são cultivadas exclusivamente para a Saman como fator de proteção de qualidade do grão).						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ciclo Logística Ltda.	20/04/2016	102.074.000,00	10.049.000	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	A Sociedade tem os seguintes objetivos sociais: 1 Prestação de serviços logísticos, compreendendo projetos, armazenagem e distribuição; 2 Armazenamento e depósito inclusive Zonas Francas de todo o tipo de produto (sólido, líquido e gasoso) por conta de terceiros e por conta própria, bem como Armazéns Gerais com emissão de "Warrant", de acordo com o Decreto Federal nº 1.102 de 21 de novembro de 1.903; 3 Transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual, inclusive Container, por conta própria e por conta de terceiros; 4 Afretamento de navios para transporte de Cabotagem, importação e exportação; 5 Gerenciamento, assessoria e consultoria em organização e logística em geral; 6 Montagem e manuseio de Kits, embalagens normais e especiais, etiquetagem, em produtos de terceiros; 7 Locação de equipamentos de transportes e de movimentação de cargas; e 8 Fornecimento e Locação de Mão de Obra em Geral. A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20% calculada com base na média mensal dos pagamentos realizados à Contratada nos 6 (seis) meses anteriores à infração. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Galfer S.A.	01/11/2007	185.000,00	33.528.000	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Prestação de serviço de Energia com a queima da casca de arroz, adquirida inclusive da Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Comisaco S.A.	01/11/2007	0,00	9.073.000	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Prestação de serviços de irrigação, inclusive para produtores da Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Arrozur S.A.	01/11/2007	24.700.000,00	89.000	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz. A Arrozur presta esses serviços para a Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Arrozur S.A.	01/11/2007	24.700.000,00	1.358.000	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz. A Arrozur presta esses serviços para a Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Climuy S.A.	01/11/2007	224.000,00	721.000	N.A.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	A Climuy tem firmado com a Saman contrato de compra e venda de lenha. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Climuy S.A.	01/11/2007	0,00	960.000	N.A.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	A Climuy tem firmado com a Saman contrato de compra e venda de lenha. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	01/08/2015	2.185.000,00	190.000	N.A.	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em Itajaí. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 50% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de a) prática de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda. (Cabo de Santo Agostinho)	21/10/2020	13.000.000,00	5.000.000	N.A.	Último obrigação (pagamento da última parcela no montante de cinco milhões de reais) prevista para ser cumprida em até 12 (doze) meses da assinatura do contrato.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Aquisição de imóvel pela Companhia em Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	N.A.						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda (SP)	20/08/2010	9.407.000,00	600.000	N.A.	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em São Paulo, estado de SP. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	N.A.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20,844% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de (a) prática de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado****a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Além das práticas exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Regulamento do Novo Mercado da B3 e com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, a Companhia adota a política de transações com partes relacionadas, mencionada no item 16.1 acima, que trata de regras para tomadas de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Neste contexto, a Companhia adotou a prática de obter de seus administradores declaração assinada quanto à existência ou não de conflitos de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar. A não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da política de conflito de interesses da Companhia, sendo levada ao Conselho de Administração para eventual ação corretiva. Caso solicitado, os administradores que tenham interesse na operação em questão podem participar da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, mas deverão ausentar-se na parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são todas realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, ou, ainda, quando inexistente parâmetro de mercado, deverão se pautar em negociações assemelhadas anteriores, em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações consideradas relevantes para o item 16 deste Formulário de Referência, que já não tenham sido mencionadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
21/11/2019	950.373.789,63		360.000.000	0	360.000.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
21/11/2019	950.373.789,63		360.000.000	0	360.000.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
21/11/2019	950.373.789,63	Totalmente integralizado	360.000.000	0	360.000.000
Tipo de capital	Capital Autorizado				
21/11/2019	2.500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve aumento do capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve aumento do capital social da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Item 17.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Não obstante, conforme disposto artigo 30, §2º, do Estatuto Social da Companhia, por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá: (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juro sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Por fim, referidos dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados a dividendo obrigatório.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Direito de Retirada: Quaisquer acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se do quadro de acionistas, com o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. O direito de retirada deverá ser exercido em 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral aprovando o ato originador do recesso. Os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação do Conselho de Administração em até 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia. O direito de retirada poderá ser exercido se a Companhia: (i) cindir; (ii) reduzir o dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudar de objeto social; (iv) fundir ou incorporar outra sociedade; e (v) participar em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem a Assembleia Geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Ver o item 18.2 deste Formulário de Referência para hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública para aquisição de ações de emissão da Companhia. Conforme disposto em seu Estatuto Social, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente. A Companhia poderá, ainda, emitir ações debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, (iii) incentivos fiscais

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.**

Não há regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos no Estatuto Social da Companhia.

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia prevê, no artigo 7º, que a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 28/02/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/05/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	749.397.777	10,01	6,18	R\$ por Unidade	7,94
30/08/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.103.253.010	12,52	9,52	R\$ por Unidade	11,20
30/11/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.571.400.964	14,73	10,35	R\$ por Unidade	12,27
28/02/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.064.162.242	12,10	10,15	R\$ por Unidade	11,14

Exercício social 29/02/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/05/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	348.501.392	7,22	6,67	R\$ por Unidade	6,93
30/08/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	580.702.241	7,69	6,37	R\$ por Unidade	7,01
30/11/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	545.362.469	7,52	6,35	R\$ por Unidade	6,75
28/02/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	826.044.028	9,83	7,33	R\$ por Unidade	8,87

Exercício social 28/02/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/05/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	523.977.014	7,80	6,94	R\$ por Unidade	7,30
31/08/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	324.506.790	7,94	5,75	R\$ por Unidade	6,41
30/11/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	233.241.688	8,11	6,45	R\$ por Unidade	7,20
28/02/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	408.907.875	7,73	6,43	R\$ por Unidade	7,31

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures – 1ª série
Data de emissão	14/01/2019
Data de vencimento	17/04/2023
Quantidade (Unidades)	271.527
Valor total (Reais)	271.527.000,00
Saldo Devedor em Aberto	273.341.627,99
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures emitidas pela Companhia foram subscritas por uma securitizadora para emissão de certificados do agronegócio que resultarão na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), e poderão ser negociadas entre investidores em geral, (conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13), ou adquiridas pelos investidores profissionais (conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 400, e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 de referida instrução. As Debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre a Debenturista e a Securitizadora ou em caso de liquidação do patrimônio separado, conforme os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula 4.15 da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”).</p> <p>Resgate Antecipado Facultativo A Cia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo”) e (“Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).</p> <p>O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”).</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes	As Debêntures da 8ª Emissão estão vinculadas à 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.046”) e na Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A” (“Termo de Securitização”).
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures – 2ª Série
Data de emissão	23/11/2016
Data de vencimento	12/12/2020
Quantidade (Unidades)	188.350
Valor total (Reais)	188.350.000,00
Saldo Devedor em Aberto	190.764.651,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Total</p> <p>- Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula 4.15 da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”).</p> <p>Resgate Antecipado Facultativo</p> <p>A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes	<p>As debêntures da 5ª Emissão estão vinculadas à 91ª (nonagésima primeira) e à 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 91ª e 92ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização” e “Securitização”, respectivamente).</p> <p>Resgate Antecipado Facultativo A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).</p>

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	08/12/2017
Data de vencimento	08/12/2021
Quantidade (Unidades)	168.050
Valor total (Reais)	168.050.000,00
Saldo Devedor em Aberto	168.629.121,41
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula Nona da Escritura de Emissão (“Escritura”) a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes As debêntures da 7ª Emissão estão vinculadas à 137ª (centésima trigésima sétima) série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”) e na Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei9.514/96”) no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 137ª (centésima trigésima sétima) série da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Termo de Securitização”) Para demais informações, ver item 18.12 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures – série única
Data de emissão	30/09/2020
Data de vencimento	30/09/2025
Quantidade (Unidades)	350.000
Valor total (Reais)	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	356.050.134,88
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados, conforme definido na Escritura, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme definido na Escritura, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese do lote objeto de garantia firme de colocação pelos Coordenador Líder, conforme definido na Escritura, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476 e, em todos os casos, observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Parcial A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476 e os termos da Instrução da CVM no 620, de 17 de março de 2020 ("Instrução CVM 620"), que entrará em vigor em 2 de janeiro de 2021, e, ainda, sujeita ao aceite do respectivo debenturista vendedor, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário. As Debêntures adquiridas poderão, a critério da Emissora, serem canceladas, permanecerem em tesouraria ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e pela Instrução CVM 620. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Remuneração das demais Debêntures, de acordo com o parágrafo 4.12 da Escritura.</p> <p>Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia poderá realizar a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes oferta de resgate antecipado destinada à totalidade dos titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas, observados os termos da presente Escritura de Emissão e da Lei das Sociedades por Ações ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures"). As Debentures resgatadas pela Cia nos termos aqui previstos deverão ser obrigatoriamente canceladas.</p> <p>Os valores a serem pagos aos titulares das Debêntures em razão do resgate antecipado devido deverão ser equivalentes ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicável, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos titulares das Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão de aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação: (i) alteração e/ ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado; (ii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; (iii) alteração de quaisquer disposições do item 7.6.; (iv) alteração das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (v) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta cláusula; (vi) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (a) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (b) Data de Vencimento; (c) Valor Nominal Unitário; e (d) o cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão de Debêntures – série única
Data de emissão	05/05/2021
Data de vencimento	05/05/2024
Quantidade (Unidades)	600.000
Valor total (Reais)	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores em geral, nos termos do § 1º do art. 15 da Instrução CVM 476, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme definido na Escritura, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese do lote objeto de garantia firme de colocação pelos Coordenadores, conforme definido na Escritura, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476 e, em todos os casos, observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate Antecipado Facultativo.</p> <p>A Companhia poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo destinada à totalidade dos titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares das Debêntures igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão e da Lei das Sociedades por Ações. Os valores a serem pagos aos titulares das Debêntures em razão do resgate antecipado devido deverão ser equivalentes ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculados pro rata temporis desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme previsto na Escritura, até a data do efetivo resgate, acrescido dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicável, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos titulares das Debêntures, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide Item 18.12 Deste Formulário De Referência.
Outras características relevantes	<p>As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão de aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação: (i) alteração e/ ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado; (ii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; (iii) alteração de quaisquer disposições do item 7.7.; (iv) alteração das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (v) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na cláusula 7 da Escritura; (vi) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (a) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (b) Data de Vencimento; (c) Valor Nominal Unitário; e (d) o cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.</p> <p>Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto na Assembleia Geral de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.</p> <p>As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.</p> <p>O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.</p>

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures - 1ª série
Data de emissão	18/10/2021
Data de vencimento	30/10/2028
Quantidade (Unidades)	500.000
Valor total (Reais)	500.000.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo destinada à totalidade dos titulares das Debêntures e/ou à totalidade dos titulares das Debêntures de cada série, conforme o caso, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares das Debêntures e/ou a todos os titulares das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas, observados os termos da presente Escritura de Emissão e da Lei das Sociedades por Ações.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide Item 18.12 Deste Formulário De Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide Item 18.12 Deste Formulário De Referência.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão de Debêntures - 2ª série
Data de emissão	18/10/2021
Data de vencimento	30/10/2028
Quantidade (Unidades)	150.000
Valor total (Reais)	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	150.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo destinada à totalidade dos titulares das Debêntures e/ou à totalidade dos titulares das Debêntures de cada série, conforme o caso, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares das Debêntures e/ou a todos os titulares das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas, observados os termos da presente Escritura de Emissão e da Lei das Sociedades por Ações.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide Item 18.12 Deste Formulário De Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide Item 18.12 Deste Formulário De Referência.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	64

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

A Companhia possui ações de sua emissão admitidos à negociação em mercados brasileiros.

As ações de emissão da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) CAML3.

Para mais informações sobre as debêntures vide itens 18.1 e 18.4 deste Formulário de Referência.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

7ª Emissão de Debêntures – Série Única

Oferta para colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da sétima emissão da Companhia, emitidas em 08 de dezembro de 2017. As debêntures da sétima emissão estão vinculadas à 137ª (centésima trigésima sétima) série da 1ª (primeira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio. As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

8ª Emissão de Debêntures – Série 1

Oferta para colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da oitava emissão da Companhia, emitidas em 14 de janeiro de 2019. Referidas debêntures emitidas pela Companhia foram subscritas por uma securitizadora para emissão de certificados do agronegócio que resultarão na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). As debêntures desta emissão estão vinculadas à 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio.

8ª Emissão de Debêntures – Série 2

Oferta para colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da oitava emissão da Companhia, emitidas em 14 de janeiro de 2019. Referidas debêntures emitidas pela Companhia foram subscritas por uma securitizadora para emissão de certificados do agronegócio que resultarão na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). As debêntures desta emissão estão vinculadas à 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio.

9ª Emissão de Debêntures – Série Única

Oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, da nona emissão da Companhia, emitidas em 30 de setembro de 2020, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

10ª Emissão de Debêntures – Série Única

Oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, da décima emissão da Companhia, emitidas em 05 de maio de 2021, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

11ª Emissão de Debêntures – Série 1

Oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em duas séries, da décima primeira emissão da Companhia, emitidas em 18 de outubro de 2021, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

11ª Emissão de Debêntures – Série 2

Oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em duas séries, da décima primeira emissão da Companhia, emitidas em 18 de outubro de 2021, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

7ª Emissão de Debêntures – Série Única

Os recursos obtidos pela Companhia com emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia no âmbito do "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Açúcar" celebrado entre a Companhia e a Raízen Energia S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n. 0 1327, 50 andar, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 0 08.070.508/0001-78, em 10 de julho de 2011, conforme aditado ("Contrato de Compra de Açúcar" e "Vendedora") no período de até 24 (vinte e quatro) meses, a partir de janeiro de 2018.

8ª Emissão de Debêntures – Série 1

Os recursos obtidos pela Companhia com emissão das Debêntures foram destinados exclusivamente (i) ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia no âmbito do "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Açúcar" celebrado entre a Companhia e a Raízen Energia S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n. 0 1327, 50 andar, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 0 08.070.508/0001-78, em 10 de julho de 2011, conforme aditado ("Contrato de Compra de Açúcar" e "Vendedora") no período de até 48 (quarenta e oito) meses contados da primeira data de integralização.

8ª Emissão de Debêntures – Série 2

Os recursos obtidos pela Companhia com emissão das Debêntures foram destinados exclusivamente (i) ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia no âmbito do "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Açúcar" celebrado entre a Companhia e a Raízen Energia S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n. 0 1327, 50 andar, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 0 08.070.508/0001-78, em 10 de julho de 2011, conforme aditado ("Contrato de Compra de Açúcar" e "Vendedora") no período de até 48 (quarenta e oito) meses contados da primeira data de integralização.

9ª Emissão de Debêntures

Conforme previsto na escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, os recursos líquidos obtidos com a emissão das

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Debêntures foram destinados exclusivamente para (a) a aquisição de arroz “in natura” diretamente de produtores rurais e/ou de cooperativas de produtos rurais, em volume correspondente a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (b) reforço de caixa da Companhia em volume correspondente a R\$ 150.000.000,00 (Cento e cinquenta milhões de reais).

10ª Emissão de Debêntures

Conforme previsto na escritura da 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, os recursos líquidos obtidos com a emissão das Debêntures foram destinados exclusivamente para reforço de capital de giro da Emissora, para atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora.

11ª Emissão de Debêntures – Série 1

Os Recursos Líquidos captados com a emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados na construção e instalação de planta de cogeração de energia elétrica a partir de biomassa de modo a viabilizar ações de gestão sustentável dos recursos naturais.

11ª Emissão de Debêntures – Série 2

Os Recursos Líquidos captados com a emissão das Debêntures da Segunda Série serão destinados exclusivamente para reforço de capital de giro da Emissora, para atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos das ofertas públicas de distribuição e a propostas de aplicação divulgadas, conforme detalhadas acima.

c caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não efetuou ofertas públicas de aquisição feitas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 137ª (centésima trigésima sétima) Série da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A (lastro: 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Camil Alimentos S.A.)

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Em dezembro de 2017, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures, simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada no valor de R\$200.000.000,00 ("CRA III"). As Debêntures são vinculadas a certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. O valor nominal unitário das Debentures é de R\$1.000,00 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 98% da Taxa DI, com amortização integral e prazo de vencimento em 4 (quatro) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de dezembro de 2021. Os recursos líquidos serão destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura. O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo Resgate Antecipado e acrescido de eventual Prêmio de Resgate.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários (para primeira e segunda série).

Exceto se de outra forma disposto na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no item 7.1, da Escritura, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação ou, a maioria absoluta dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, desde que os titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos das Debêntures em Circulação.

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no item 7.1 da

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Escritura, de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação: **(i)** alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado; **(ii)** a alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; **(iii)** alteração de quaisquer disposições deste item 7.5.; **(iv)** alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado e/ou Oferta de Resgate Antecipado; **(v)** alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Escritura; **(vi)** quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: **(i)** Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; **(ii)** Data de Vencimento; e **(iii)** Valor Nominal Unitário.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático

- (a) “descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia (“Controladas”); **(ii)** pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; **(iii)** pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e **(iv)** liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de “Controladas”;
- (d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes desta Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes desta Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;
- (f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado ou efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;
- (g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;
- (h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se **(i)** realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou **(ii)** previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1, acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;
- (k) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6, acima, conforme constatado pelo Agente Fiduciário, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3, acima;
- (l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexecutável por qualquer lei ou decisão judicial;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;
- (p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: **(i)** de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou **(ii)** do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;
- (q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e
- (r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático

- (a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados **(i)** da data do respectivo descumprimento, ou **(ii)** exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1, abaixo, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;
- (b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (inclusive, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles **(i)** constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; **(ii)** constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, **(iii)** já existentes na presente data; **(iv)** em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data desta Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; **(v)** constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; **(vi)** necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; **(vii)** existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; **(viii)** constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e **(ix)** constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;
- (e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: **(i)** passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou **(ii)** deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;

- (f) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada **(i)** pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário; ou **(ii)** pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;
- (g) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;
- (h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1, abaixo, em especial, mas sem limitação a legislação e a regulamentação relacionadas à **(i)** saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na cláusula 4.20.3.1, abaixo), bem como **(ii)** o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou em condição análoga à de escravo;
- (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de *pro labore* ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de *rating* em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo *rating* atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e
- (k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base **(i)** nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e **(ii)** nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável (“Índices Financeiros”):

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

- (i) “Dívida Líquida” corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e
- (ii) “EBITDA” lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.”

Para maiores informações, vide item 18.5 acima.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) Série da 5ª (quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (lastro: 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, Para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.)

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em abril de 2019, a Companhia realizou a sua 8ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, sendo 271.527 debêntures na primeira série e 328.473 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$600,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 101% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 17 de abril de 2023 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 15 de abril de 2025. Esta emissão foi realizada para lastrear às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., subscritos em 15 de abril de 2019 e disponibilizado em 16 de abril de 2019.

Hipótese e cálculo do valor de resgate (para primeira e segunda série)

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o conseqüente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura. O valor a ser pago pela Companhia a título de Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Preço de Resgate, acrescido de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Companhia ("Prêmio de Resgate")

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários (para primeira e segunda série).

Exceto se de outra forma disposto na Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura), realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 7.1 da Escritura, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação ou, a maioria absoluta dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, desde que os titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura). As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures de cada Série dependerão de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 7.1 da Escritura, de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação consideradas em conjunto ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso: (i) alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura); (ii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura; (iii) alteração de quaisquer disposições do item 7.5. da Escritura; (iv) alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado e/ou Oferta de Resgate Antecipado; (v) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Escritura; (vi) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (ii) Data de Vencimento; e (iii) Valor Nominal Unitário.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

- (a) descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) (i) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação, dissolução ou extinção das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; para fins desta cláusula, fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, sem que a referida aquisição seja considerada como um Evento de Vencimento Antecipado, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes desta Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes desta Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto, conforme devidamente comprovado à Securitizadora no mesmo prazo;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de (i) decisão ou sentença judicial exequível de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas, desde que não tenha seus efeitos suspensos por qualquer tipo de recurso ou medida judicial, ou (ii) decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA de cada Série, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1, acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;

(k) não utilização, pela Companhia, dos recursos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6, acima, conforme constatado pelo Agente Fiduciário dos CRA, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3, acima;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexecutável por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, qualquer documento relativo à Operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: (i) de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou (ii) do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão ou qualquer documento da Operação de Securitização seja, por qualquer motivo, resiliado, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) caso sejam realizadas cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático:

(a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula 5 abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1, abaixo, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

(b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data desta Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação),

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;

(f) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, e não seja sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário dos CRA; ou (ii) pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário dos CRA à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico estabelecido nesta Escritura de Emissão;

(g) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provarem-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;

(h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1, abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido no item 4.20.3.1, abaixo), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou condição análoga à de escravo;

(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de pro labore ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia, desde que mantidas as bases de remuneração usualmente praticadas e divulgadas pela Companhia no Formulário de Referência vigente na data de aprovação dos referidos pagamentos), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de rating em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo rating atribuído aos CRA não seja inferior a brAA-; e

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável (“Índices Financeiros”):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

(i) “Dívida Líquida” corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e

(ii) “EBITDA” lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Caso tenha ocorrido alguma operação societária que resulte na aquisição de outra sociedade pela Emissora nos 12 (doze) meses anteriores à apuração e revisão dos Índices Financeiros, exclusivamente para fins de apuração e revisão dos Índices Financeiros será considerado no cálculo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da sociedade adquirida.

9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Camil Alimentos S.A.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Oferta de Resgate Antecipado Facultativo

A Companhia poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo destinada à totalidade dos titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares das Debêntures igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão e da Lei das Sociedades por Ações.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Exceto se de outra forma disposto na Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures em Circulação, em primeira convocação ou, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, neste último caso, desde que não modifiquem as condições das Debentures. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão de aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação: (i) alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Evento de Vencimento Antecipado; (ii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta escritura; (iii) alteração de quaisquer disposições do item 7.6 da Escritura; (iv) alteração das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado das Debentures; (v) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Escritura, (vi) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (a) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (b) Data de Vencimento; (c) Valor Nominal Unitário; e (d) o cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

- (a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- (b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Emissora ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Emissora e/ ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação, dissolução ou extinção das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Emissora e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5^o/0 (cinco por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (c) propositura, pela Emissora e/ ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; para fins desta cláusula, fica permitida a aquisição pela Emissora e/ ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, sem que a referida aquisição seja considerada como um Evento de

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Vencimento Antecipado, observado que, após refenda aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

- (d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes desta Escritura de Emissão, contratada pela Emissora ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;
- (e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes desta Escritura de Emissão, assumida pela Emissora e/ ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto, conforme devidamente comprovado ao Agente Fiduciário no mesmo prazo;
- (g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de (i) decisão ou sentença judicial exequível de natureza condenatória contra a Emissora e/ ou quaisquer de suas Controladas, desde que não tenha seus efeitos suspensos por qualquer tipo de recurso ou medida judicial no prazo legal, ou (ii) decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ ou quaisquer de suas Controladas;
- (h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;
- (i) redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (j) alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito no item 3.1.1, acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Emissora;
- (k) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6, acima, conforme constatado pelo Agente Fiduciário, com base nos documentos fornecidos nos termos do item 3.6.2 acima;
- (l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexecutável por qualquer lei ou decisão judicial;
- (m) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) transformação da forma societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) na hipótese de a Emissora e/ ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão ou qualquer das suas cláusulas;
- (p) caso esta Escritura de Emissão seja, por qualquer motivo, rescindida, rescindida ou por qualquer outra forma extinta; e
- (q) caso sejam realizadas cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático:

- (a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula 5 abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1, abaixo, da data do recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;
- (b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer Controladas, que

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior da Emissora;

- (c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Emissora, incluindo ações ou quotas de qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, será igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior da Emissora;
- (d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Emissora que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Emissora, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Emissora; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data desta Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Emissora; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Emissora, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Emissora em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou Incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (f) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, e não seja sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico estabelecido nesta Escritura de Emissão;
- (g) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provarem-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;
- (h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas "g" e h do item 5.1, abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido no item 4.20.3.1 abaixo), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou condição análoga à de escravo;
- (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de pro labore ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Emissora, desde que mantidas as bases de remuneração usualmente praticadas e divulgadas pela Emissora no Formulário de Referência vigente na data de aprovação dos referidos pagamentos), caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) não manutenção dos seguintes índices financeiros, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável ("Índices Financeiros"):

- (a) Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), até a data de vencimento dos Certificados de Recebimento do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("CRAs"), qual seja, 15 de abril de 2025, ou até a liquidação antecipada dos CRA, o que ocorrer primeiro; e
- (b) Dívida Líquida/ EBITDA inferior ou igual a 4,00x (quatro inteiros), após a quitação integral dos CRAs.

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

- (i) "Dívida Líquida" corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e
- (ii) "EBITDA" lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora.

Caso tenha ocorrido alguma operação societária que resulte na aquisição de outra sociedade pela Emissora nos 12 (doze) meses anteriores à apuração e revisão dos Índices Financeiros, exclusivamente para fins de apuração e revisão dos Índices Financeiros será considerado no cálculo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da sociedade adquirida.

10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Camil Alimentos S.A.¹

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar oferta de resgate antecipado facultativo destinada à totalidade dos titulares das Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares das Debêntures igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado das Debêntures por eles detidas,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

observados os termos da Escritura de Emissão e da Lei das Sociedades por Ações. O valor a ser pago pela Companhia a título de Oferta de Resgate Antecipado deverá ser equivalente ao Valor Nominal Unitário (R\$ 1.000,00) acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definições constantes da Escritura), calculados pro rata temporis desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, acrescido dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicável, podendo, ainda, ser oferecido prêmio de resgate antecipado aos titulares das Debêntures, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Exceto se de outra forma disposto na Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares de Debêntures em Circulação, em primeira convocação ou, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, desde que os titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão de aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação: (i) alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado; (ii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura; (iii) alteração de quaisquer disposições do item 7.7 da Escritura; (iv) alteração das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures; (v) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Escritura; (vi) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (a) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (b) Data de Vencimento; (c) Valor Nominal Unitário; e (d) a data de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

(a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas na Escritura, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Emissora (“Controladas”); (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação, dissolução ou extinção das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Emissora e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; para fins desta cláusula, fica permitida a aquisição pela Emissora e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, sem que a referida aquisição seja considerada como um Evento de Vencimento Antecipado, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de “Controladas”;

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, exceto as Debêntures, contratada pela Emissora, ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor individual ou agregado supere R\$44.360.240,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil, duzentos e quarenta reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes da Escritura, assumida pela Emissora, e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$44.360.240,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil, duzentos e quarenta reais), ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$44.360.240,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil, duzentos e quarenta reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, exceto se o protesto for: (i) decorrente de erro ou má-fé de terceiros; (ii) efetivamente cancelado ou suspenso em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto, conforme devidamente comprovado ao Agente Fiduciário no mesmo prazo;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$44.360.240,00 (quarenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil, duzentos e quarenta reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira, originada de (i) decisão ou sentença judicial exequível de natureza condenatória contra a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas, desde que não tenha seus efeitos suspensos por qualquer tipo de recurso ou medida judicial no prazo legal, ou (ii) decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(i) redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da Escritura, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(j) alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito no item 3.1.1 da Escritura, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Emissora;

(k) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6 da Escritura, para usos consistentes com as disposições desta Escritura de Emissão, conforme constatado pelo Agente Fiduciário;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexecutável por qualquer lei ou decisão judicial ou, ainda, seja por qualquer motivo, rescindida, rescindida ou por qualquer outra forma extinta;

(m) caso a Emissora transfira ou, por qualquer forma, ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Emissora e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão ou qualquer das suas cláusulas; ou

(p) caso sejam realizadas cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal (i) reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora e (ii) não resultar em alteração do controle societário efetivo da Emissora.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático:

(a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula 5 da Escritura, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados da data do respectivo descumprimento, sendo que, em qualquer caso, referido prazo de cura não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

(b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior da Emissora;

(c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Emissora, incluindo ações ou quotas de qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior da Emissora;

(d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Emissora que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles: (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (i.1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações, ou (i.2) estoque ou recebíveis da Emissora, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Emissora; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data desta Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários ou constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Emissora; (viii) constituídos para financiar a totalidade ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo não circulante (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Emissora, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo não circulante adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Emissora em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida, e desde que observado o disposto no item (p) da Cláusula 4.21.2 da Escritura;

(e) exceto pela alteração do controle societário da Emissora em razão dos eventos contemplados no item (p) da Cláusula 4.21.2 da Escritura, que representam Evento de Vencimento Antecipado Automático, caso ocorra mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

atuais controladores (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

(f) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, e não seja sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico estabelecido nesta Escritura de Emissão;

(g) quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provarem-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;

(h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1 da Escritura, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido no item 4.21.3.1 da Escritura), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou condição análoga à de escravo;

(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de pro labore ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Emissora, desde que (i) mantidas as bases de remuneração usualmente praticadas, e (ii) as quais deverão ser divulgadas pela Emissora no Formulário de Referência, de tempos em tempos), caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) não manutenção dos seguintes índices financeiros, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável (“Índices Financeiros”):

(a) Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,50x (três inteiros e cinquenta centésimos), até a data de vencimento dos Certificados de Recebimento do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“CRAs”), qual seja, 15 de abril de 2025, ou até a liquidação antecipada integral dos CRA, por qualquer motivo (exceto no caso de referida liquidação antecipada integral decorrer de um vencimento antecipado dos CRAs), o que ocorrer primeiro; e

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(b) Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,00x (quatro inteiros), após a quitação integral dos CRA (exceto na hipótese de liquidação antecipada integral dos CRAs decorrente de vencimento antecipado, hipótese na qual será mantido o índice previsto na alínea (a) acima).

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

“Dívida Líquida” corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e

“EBITDA” lucro antes das receitas e despesas financeiras acrescidos da amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Emissora.

Caso tenha ocorrido alguma operação societária que resulte na aquisição de outra sociedade pela Emissora nos 12 (doze) meses anteriores à apuração e revisão dos Índices Financeiros, exclusivamente para fins de apuração e revisão dos Índices Financeiros será considerado no cálculo o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses da sociedade adquirida.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
31/03/2022	01/04/2022 à 30/09/2023	1.130.500.000,00	Ordinária		10.000.000	9,052355	3.196.600	9,58	R\$ por Unidade	31,966000
O 7o Programa de Recompra de ações visa a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para fins de cancelamento, atendimento das outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações, permanência em tesouraria ou alienação, de modo a maximizar a alocação de capital e geração de valor para os acionistas										
25/11/2021	30/11/2021 à 03/02/2022	1.130.500.000,00	Ordinária		2.000.000	1,778855	2.000.000	9,51	R\$ por Unidade	100,000000
O 6o Programa de Recompra teve como objetivo realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para atendimento das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. A Companhia adquiriu 2.000.000 de ações ordinárias, observando os limites da Instrução CVM nº 567/2015. A instituição financeira intermediária do Programa de Recompra foi a Ágora Investimentos.										
31/03/2021	31/03/2021 à 04/11/2021	1.083.900.000,00	Ordinária		4.000.000	3,557711	4.000.000	9,83	R\$ por Unidade	100,000000
O 5o Programa de Recompra teve como objetivo realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para atendimento das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. A Companhia adquiriu 4.000.000 de ações ordinárias, observando os limites da Instrução CVM nº 567/2015. A instituição financeira intermediária do Programa de Recompra foi a Ágora Investimentos.										
27/08/2020	28/08/2020 à 09/03/2021	980.882.000,00	Ordinária		4.000.000	3,441501	4.000.000	11,89	R\$ por Unidade	100,000000
O 4o Programa de Recompra teve como objetivo realizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para atendimento das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia. A Companhia adquiriu 4.000.000 de ações ordinárias, observando os limites da Instrução CVM nº 567/2015. A instituição financeira intermediária do Programa de Recompra foi a Ágora Investimentos.										
07/11/2019	08/11/2019 à 21/11/2019	207.467.000,00	Ordinária		30.665.030	24,919813	30.665.030	6,25	R\$ por Unidade	100,000000
O objetivo do 3º Programa de Recompra da Companhia foi de realizar a recompra no âmbito das ações detidas pelo acionista WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos e condições aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Camil Alimentos no dia 07/11/2019, para posterior cancelamento do saldo total de ações em tesouraria, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas.										
Os acionistas da Companhia aprovaram, nos termos do art. 3º, I, da Instrução CVM nº 567/15, a aquisição, pela Camil, em três etapas, de 30.665.030 ações de sua emissão detidas pelo acionista WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em operações realizadas fora de bolsa de valores, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Camil e o FIP WP em 22 de outubro de 2019, divulgado como anexo à Proposta da Administração para a AGE.										
01/04/2019	01/04/2019 à 08/08/2019	871.015.000,00	Ordinária		3.565.275	0,869469	3.565.275	7,02	R\$ por Unidade	100,000000

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
<p>O objetivo do 2º Programa de Recompra da Companhia foi de realizar a recompra no âmbito das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. A quantidade de ações em circulação na data de aprovação era de 155.460.302 ações ordinárias e 5.821.571 ações em tesouraria. A quantidade de ações adquiridas foi de 3.565.275 ações ordinárias, observando os limites da Instrução CVM nº 567/2015. O programa deu início em 2 de abril de 2019 e encerrou-se em 8 de agosto de 2019. O encerramento ocorreu antes do prazo máximo autorizado (6 meses), com a aquisição de 100% do montante autorizado de recompra das ações ordinárias. A instituição financeira que atuou como intermediária do Programa de Recompra foi a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar - São Paulo/SP.</p>										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 29/02/2020****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
------------------------	---------------------------------	--	----------------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	5.821.571	
Quantidade adquirida	34.230.030	6,33
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	40.051.601	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	3,200000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para a seção 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	11/01/2018
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	(i) Acionista Controlador; (ii) Alta Administração da Companhia, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Camil, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes; (iii) Empregados; (iv) Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a Companhia; e (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, suas Controladas ou Coligadas tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante.

Principais características e locais de consulta

A Política de divulgação e negociação da Camil Alimentos S.A. tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas pessoas sujeitas à presente Política tanto na divulgação de informações que representem Ato ou Fato Relevante sobre a Camil quanto na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, visando a evitar o uso indevido de informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações, bem como assegurar a regularidade e transparência das negociações de Valores Mobiliários de emissão da Camil. Todas as pessoas sujeitas à presente Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade, transparência e veracidade, bem como pelas regras nela estabelecidas, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis bem como no Código de Conduta e demais normas disciplinares da Companhia. A Política e quaisquer alterações subsequentes serão divulgadas na forma do item 3.9.2 abaixo, bem como por meio do canal de comunicação interno adotado pela Companhia e, uma vez tornada pública: (i) todas as Pessoas Vinculadas estarão obrigadas a observá-la; (ii) a contratação pela Camil de Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais deverá prever regra pela qual a parte contratada se obrigue a observar a presente Política; e (iii) a troca de informações privilegiadas com Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais será sempre acompanhada da formalização de um acordo de confidencialidade.

A Política de Divulgação e Negociação alterada foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e está disponível na página eletrônica de Relações com Investidores da Camil (<http://ri.camilalimentos.com.br/>) e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<http://www.cvm.gov.br/>).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	A Política de Divulgação e Negociação aprovada em 11 de janeiro de 2018 está disponível na página eletrônica de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.camilalimentos.com.br/) e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br/).
--	---

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes referentes a esta Seção.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

O documento que contém as normas seguidas pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva é a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, em linha com o que dispõe a Instrução CVM 358, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de julho de 2017 e alterada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de janeiro de 2018 (“Política”).

Estão sujeitas à Política as seguintes “Pessoas Vinculadas”:

(i) Acionista Controlador; (ii) Alta Administração da Companhia, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Camil, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes; (iii) Empregados; (iv) Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a Companhia; e (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, suas Controladas ou Coligadas tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante.

Todas as Pessoas Vinculadas deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade, transparência e veracidade, bem como pelas regras estabelecidas na Política, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como no Código de Conduta e demais normas disciplinares da Companhia.

Para o propósito de preservação de informações que constituam atos ou fatos relevantes nos termos da Política, recomenda-se que as Pessoas Vinculadas observem os seguintes procedimentos quando tenham acesso a informações que constituam atos ou fatos relevantes, sem prejuízo de outras medidas que se mostrem apropriadas: (i) somente divulgar informações privilegiadas às pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta; (ii) não discutir as informações privilegiadas (ii.a) em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ou (ii.b) em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iii) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e (iv) não comentar informações privilegiadas com terceiros, inclusive familiares.

Adicionalmente, para o tratamento das informações a serem divulgadas publicamente, a Política determina que, sempre que estiverem diante de qualquer informação que considerem ato ou fato relevante, as Pessoas Vinculadas deverão comunicá-lo formalmente, de modo claro e preciso, ao diretor de relações com investidores (“DRI”), a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A divulgação de atos ou fatos relevantes deverá ser feita simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores, em todos os mercados onde os valores mobiliários da Companhia sejam negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Caso seja necessária a divulgação: (i) antes da abertura do pregão, deve ser observada, sempre que possível, a antecedência de, no mínimo, 1 (uma) hora, a fim de evitar atrasos no início das negociações e permitir a disseminação da informação prestada; ou (ii) durante o horário de negociação, o DRI deverá comunicar o ato ou fato relevante à CVM e às bolsas de valores e, se necessário, solicitar, sempre simultaneamente, a tais bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário a sua adequada disseminação.

A Companhia faz as divulgações de ato ou fato relevante em português e inglês, simultaneamente, sem prejuízo da utilização de outros idiomas, nos termos da regulamentação aplicável ou caso a área de Relações com Investidores da Companhia julgue necessário.

Excepcionalmente, a Companhia pode deixar de divulgar o ato ou fato relevante caso os acionistas controladores ou os administradores entendam que sua revelação poderá pôr em risco interesse legítimo da Companhia. Tal faculdade somente poderá ser exercida pela Companhia caso o acionista controlador informe o DRI e/ou a área de relações com investidores. Nesta hipótese, caberá ao DRI acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica nesses elementos, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente. Além disso, caso qualquer informação que não tenha sido divulgada, por qualquer razão, venha a escapar do controle da Companhia e deixe de existir o sigilo, tal ato ou fato relevante deverá ser amplamente divulgado imediatamente.

Caso constatem a omissão do DRI no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, as Pessoas Vinculadas deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato relevante à CVM, nos termos do § 2º do art. 3º da Instrução CVM nº 358.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada:

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de julho de 2017 e alterada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de janeiro de 2018 (“Política”), objetiva, entre outros aspectos, estabelecer as normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos ou fatos relevantes, bem como as exceções à imediata divulgação de informações e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas ao mercado. A Política pode ser consultada: (i) no site de Relações com Investidores da Companhia (www.camilalimentos.com.br/ri); e (ii) no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

A comunicação de ato ou fato relevante à CVM, às bolsas de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, são negociados, bem como ao mercado em geral, deverá ocorrer imediatamente após conhecimento a seu respeito, de forma simultânea em todos os mercados, de modo claro e preciso e contendo, em linguagem acessível ao público investidor, com as informações exigidas pela regulamentação, mediante: (i) envio à CVM e às bolsas de valores do ato ou fato relevante; e (ii) publicação do ato ou fato relevante nos portais de notícias utilizados pela Companhia nos termos da Política, quais sejam, (i) www.valor.com.br/valor-ri/fatos-relevantes; e (ii) www.portalneo1.net.

Adicionalmente à divulgação aos órgãos e nos veículos citados acima, a informação será disponibilizada, também, no site de relações com investidores da Companhia. Sempre que possível, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ocorrer simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios na bolsa de valores em todos os mercados onde os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Até a divulgação ao mercado do ato ou fato relevante relacionado à Companhia, as Pessoas Vinculadas à Política deverão guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante aos quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo, observando os seguintes procedimentos: (i) somente divulgar informações privilegiadas estritamente àquelas pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta; (ii) não discutir a informação privilegiada em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento ou em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iii) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e (iv) não comentar tais informações com terceiros, inclusive familiares.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Além do tratamento dado às informações privilegiadas descrito acima e constante da Política, a Companhia e as pessoas vinculadas à Política devem orientar suas condutas segundo regras especiais na hipótese de realização de oferta pública de distribuição de valores mobiliário de emissão da Companhia. Neste caso a Companhia e as pessoas vinculadas à Política devem, sem prejuízo de outras obrigações previstas na regulamentação expedida pela CVM: (i) limitar a revelação de informações ao que for necessário aos objetivos da oferta, bem como a utilização das informações reservadas para fins de preparação da oferta; (ii) abster de se manifestar na mídia sobre a oferta ou ofertante no período previsto na Política; e (iii) esclarecer as suas ligações com a Companhia ou o interesse na oferta em suas manifestações em assuntos que envolvam a oferta, a partir do momento em que esta se torne pública.

A Companhia e todas as pessoas vinculadas à Política cumprem, ainda, um período de silêncio nos 15 (quinze) dias que antecedem a entrega à CVM e à bolsa de valores da divulgação pública das informações trimestrais e anuais ("Quiet Period"). A Companhia informará ao mercado por meio de seu Calendário Anual a data da divulgação do ITR e DFP e, na mesma oportunidade, divulgará internamente o início do *Quiet Period*.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia (“Política”) é atribuição do Diretor de Relações com Investidores (“DRI”), que a exercerá com o assessoramento da área de Relações com Investidores da Companhia.

A decisão sobre a necessidade de divulgação de ato ou fato relevante é exclusiva da área de Relações com Investidores da Companhia, que realizará as divulgações necessárias sempre sob a supervisão do DRI.

Entre as atribuições do DRI no âmbito da Política, destaca-se a condução dos procedimentos listados a seguir:

(a) enviar à CVM, por meio do sistema de divulgação de informações da CVM e, se for o caso, às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação;

(b) prestar as informações solicitadas, caso a CVM ou as bolsas de valores venham a exigir esclarecimentos sobre a comunicação e a divulgação de ato ou fato relevante;

(c) avaliar a necessidade de solicitar às bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação do ato ou fato relevante;

(d) na hipótese de a informação privilegiada escapar ao controle da Companhia, inquirir as pessoas com acesso a ato ou fato relevante, inclusive, se for o caso, os administradores e/ou representantes do acionista controlador que tenham decidido pela manutenção de sigilo, e providenciar a imediata divulgação, devendo manter registro deste procedimento;

(e) analisar eventuais rumores ou especulações sobre a Companhia e avaliar se uma comunicação oficial da Companhia ao mercado se faz necessária; e

(f) uma vez que se constate a veiculação de notícia na imprensa envolvendo informação privilegiada ou a veiculação de notícia que acrescente fato novo sobre uma informação já divulgada, analisar o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, manifestar-se de forma imediata sobre as referidas notícias, por meio do sistema de divulgação de informações da CVM.

Adicionalmente, o DRI é responsável por esclarecer eventuais dúvidas a respeito da qualificação de determinada situação como ato ou fato relevante, bem como ao tratamento necessário de tal situação nos termos da Política.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 21.4 deste Formulário de Referência.